

Foto: Mídia Ninja



princípios 167

teoria, política e cultura

ISSN 1415-7888 E-ISSN 2675-6609

MAIO/AGO. 2023

ANO 42 - R\$ 30,00

DOSSIÊ

SENTIDOS DE JUNHO

AS MANIFESTAÇÕES DE 2013 E O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO

Fábio Palácio

▲ Fenomenologia dos protestos de junho

Pietro Alarcon e Ricardo Abreu de Melo

▲ As razões da resiliência do Foro de São Paulo



Anita Garibaldi

ISSN 14157888



9 771415 788005

▲ Darcy Ribeiro intérprete do Brasil

▲ Energia eólica e desenvolvimento sustentável



O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e de fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Nele, destaca-se o **CDM (Centro de Documentação e Memória)**, que comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, além de coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.



Fundação Maurício Grabois
ESPAÇO DO PENSAMENTO MARXISTA E PROGRESSISTA

Facebook Twitter YouTube Instagram SoundCloud Search

Navegue pelas editoriais

CDM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

Pesquisar

VÍDEOS

- O socialismo vive! 8º Congresso do PCdoB (1992)
- Falta de abraço, de espaço, de ar: os dias das crianças na ditadura eram assim
- Três homenagens aos 96 anos do PCdoB em imagens
- Vener. Marinho lembra 50 anos da chegada do Dr. João Carlos Haas Sobrinho em Porto Franco (MA)
- vídeo: Homenagem a Gilse Cosenza

ÁUDIOS

- Diógenes Arruda: Prisão, Tortura e Exílio (1)
- Assista registro inédito do governo Ovalôo
- ÁUDIO: Aula de João Amazonas sobre a Guerrilha do Araguaia durante exílio na Albânia
- Che Guevara: O que deve ser um jovem comunista
- Entrevista inédita de Jacob Gorender

Artigos

- OS CONDIÇÕES: ensaio de interpretação histórica
- O Partido Comunista na legalidade (1945-1947) (parte 2) 10 de março de 2010
- Entrevista Luciana 8 de março de 2022
- "Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica" 8 de março de 2022

Periódicos

- A Classe Operária 58
- A Classe Operária 42
- A Classe Operária 32
- A Nação 294

VER TODOS

PCdoB - Documentos

Periódicos

Biblioteca

Principais Documentos

- A Nação 457
- A nova luta pelo socialismo 92
- Fundamentos 02
- Imprensa Popular 597B
- Tribuna Popular 96
- A Classe Operária 58

Estado Economia Internacional Socialismo Sociedade Meio Ambiente Comunista Fundação Grabois História Principais Escola PCdoB

(11) 3125-1378
grabois@grabois.org

Fundação Maurício Grabois: Rua Riego Freitas, 192 - Suburbiola
Centro - São Paulo - SP - CEP 01229-010

Fundação Maurício Grabois

Visite: <https://cdm.grabois.org.br>

EDITORIAL

- 4** **Em busca dos sentidos de Junho**
In search of 2013 Brazilian
demonstrations' meanings

DOSSIÊ Sentidos de Junho

ARTIGOS

- 9** **“Não é pelos vinte centavos”**
Fenomenologia das manifestações de 2013
“It is not for the twenty cents”
Phenomenology of 2013 Brazilian demonstrations
FÁBIO PALÁCIO

- 39** **O Brasil míope**
As Jornadas de Junho e a crise da racionalidade
Myopic Brazil
June Journeys and crisis of rationality
LEONARDO LANI DE ABREU | MARCOS VINICIUS SILVA DE ARAÚJO

- 58** **Espectros, protestos e conjunções**
Fim e repetição da deterioração brasileira
Specters, protests and conjunctions
End and repetition of Brazilian deterioration
SAULO PINTO

- 85** **Junho de 2013 a contrapelo**
Controvérsias e insurgências de um Brasil não raso
June 2013 against the grain
Controversies and insurgencies of a non-shallow Brazil The Brazilian
peasantry
LUCCA AMARAL TORI

- 104** **Junho de 2013 lido através do prisma das revoluções coloridas**
June 2013 read through the prism of color revolutions
MATEUS MENDES

ARTIGOS

126

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As esquerdas na América Latina e as razões da resiliência do Foro de São Paulo

Left-wing organizations in Latin America and the reasons for the resilience of the São Paulo Forum

PIETRO LORA ALARCON | RICARDO ABREU DE MELO

142

SOCIOLOGIA

Darcy Ribeiro intérprete do Brasil

Percepção dualista sobre nossa formação social

Darcy Ribeiro interpreter of Brazil

Dualist perception about our social formation

THIAGO FERNANDES PEREIRA | APARECIDA FAVORETO

162

SOCIOLOGIA

As novas formas do patrimonialismo contemporâneo no Judiciário e nas castas forenses brasileiras

The new forms of contemporary patrimonialism in Brazilian Judiciary and in its forensic castes

VITOR VALVERDE | RAPHAEL MACHADO DE CASTRO

179

ECONOMIA

Energia eólica no Brasil

Avanços e desafios

Wind energy in Brazil

Advances and challenges

JOSÉ ALDERIR SILVA

203

CULTURA

Os romances de fazenda de José de Alencar

Uma nova narrativa sobre a formação da nacionalidade

The plantation novels of José de Alencar

A new narrative on the formation of national identity

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA VELLOZO | HENRIQUE GARBELLINI CÁRNIO

RESENHAS

227

As verdadeiras batalhas de Althusser**Resenha (e leitura “sintomal”) de *A favor de Althusser*, de Luiz Eduardo Motta**

Althusser’s real battles

Review (and “symptomatic” reading) of *A favor de Althusser* [in favor of Althusser], by Luiz Eduardo Motta**JOÃO PEDRO LUQUES**

236

LIVROS QUE RECOMENDAMOS

EXPEDIENTE

240

Em busca dos sentidos de Junho

In search of 2013 Brazilian demonstrations' meanings

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.001>

Dez anos após as manifestações de junho de 2013, políticos, intelectuais e ativistas ainda buscam um entendimento mais aprofundado sobre a natureza desse intrigante fenômeno. Movimento de grande amplitude e complexidade, o Junho brasileiro teve como característica marcante o pioneirismo no uso das redes sociodigitais como instrumentos para a formação de consensos e a coordenação das ações. Do ponto de vista da composição social, embora claramente protagonizado pela juventude urbana, reuniu grande diversidade de atores e perspectivas. Os protestos se espalharam pelo país e se desdobraram no tempo, abrangendo diversas etapas. Dependendo do lugar e do momento, atores e organizações de campos políticos diversos, e até opostos, se alternaram em sua linha de frente.

Questão importante diz respeito à relação entre os acontecimentos de 2013 e o processo político posterior. É comum nos depararmos com a ideia segundo a qual a inflexão política vivenciada pelo país nos anos seguintes — com a erosão rápida e continuada da hegemonia da esquerda e a chegada ao poder do bloco liberal-conservador — teria como ponto de referência as Jornadas de Junho. Esse fato afigura-se surpreendente quando notamos que aquelas manifestações nascem sob a égide de bandeiras progressistas, relacionadas à luta contra as desigualdades e encampadas por movimentos referenciados na esquerda. Como explicar esse aparente paradoxo? Qual o significado político do maior ciclo de protestos do pós-redemocratização?

Essas e outras questões tornam-se ainda mais proeminentes no momento em que o Brasil adentra um novo ciclo político, superando um período de autoritarismo e desconstrução de direitos, período este que parece ser, ao menos em parte, tributário das manifestações de junho. É necessário compreender as formas pelas quais os eventos de 2013 ajudaram a abrir caminho a um novo estágio do processo político brasileiro.

Princípios traz uma análise das motivações, das formas orgânicas, das reivindicações e propostas, bem como dos desdobramentos das revoltas de 2013. O dossiê “Sentidos de Junho” foca, de modo particular, as relações do movimento com o campo político

É com essa perspectiva que *Princípios* traz uma análise das motivações, das formas orgânicas, das reivindicações e propostas, bem como dos desdobramentos das revoltas de 2013. O dossiê “Sentidos de Junho” foca, de modo particular, as relações do movimento com o campo político. Trata-se de questão crucial, pois, como afirma Fábio Palácio no artigo que abre o dossiê desta edição, e que antecipa partes de seu livro sobre o tema, a ser lançado em agosto, “a chave para a compreensão das manifestações reside na luta política que se travava — e ainda se trava — na sociedade brasileira”.

Partimos do pressuposto de que o movimento abrigou desde sempre uma pluralidade de atores e perspectivas que fazem com que conserve, ainda hoje, certa abertura de sentidos. Para o entendimento dessa problemática são mobilizadas contribuições que examinam o episódio a partir de múltiplas perspectivas e de campos disciplinares diversos. As abordagens se ligam a variadas disciplinas das ciências sociais, incluindo a Sociologia e áreas correlatas, como a Ciência Política, a História, a Comunicação, a Filosofia, as Relações Internacionais e outras com igual potencial de desvendamento dos sentidos de Junho.

Esta edição de *Princípios* se completa com artigos sobre distintos temas, todos eles de grande atualidade: as múltiplas dimensões da obra do antropólogo Darcy Ribeiro; as relações entre os trabalhos do escritor romântico José de Alencar e seus posicionamentos políticos; a atuação do Foro de São Paulo, organização internacionalista de partidos progressistas e de esquerda latino-americanos e caribenhos cujo último encontro acaba de se realizar em nosso país; o funcionamento das altas castas do Judiciário brasileiro e sua relação com novas formas de patrimonialismo.

A revista traz ainda uma radiografia da situação atual do setor de energia eólica no Brasil, tema diretamente relacionado aos desafios do desenvolvimento sustentável. Uma resenha sobre o livro *A favor de Althusser*, de Luiz Eduardo Motta, e as já tradicionais recomendações de livros recém-lançados fecham a presente edição.

Desejamos uma boa leitura!

A Comissão Editorial

Mírcia Ninja



Em imagem que também ilustra a capa desta edição de *Princípios*, grupo de manifestantes que lutava pela “tarifa zero” usa tapume como escudo improvisado para resistir à repressão policial em Belo Horizonte (MG) durante os protestos de junho de 2013

DOSSIÊ

Sentidos de Junho

Organizador:
Fábio Palácio (UFMA)



“Não é pelos vinte centavos”

Fenomenologia das manifestações de 2013

“It is not for the twenty cents”
Phenomenology of 2013 Brazilian demonstrations

Fábio Palácio*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.002>

TEFWFlickr



Manifestação em 21 de junho de 2013 em Novo Hamburgo (RS). Além dos reclames por democracia e pelo direito à cidade, os protestos de 2013 trouxeram à cena a necessidade da melhoria de serviços públicos como educação, saúde e segurança



RESUMO

Este artigo busca reconstituir os fatos que configuram a mobilização deflagrada no Brasil em junho de 2013. Com base em despachos na imprensa e pesquisas realizadas à época, a narrativa persegue as motivações, a composição social, as etapas, as bandeiras e as polêmicas do movimento. Também é apresentado um quadro das disputas entre distintos campos políticos, em particular na segunda e terceira fases do movimento, numa descrição que se conclui com os desdobramentos posteriores, a fim de esclarecer o que as distintas orientações políticas — à direita e à esquerda — fizeram do episódio.

Palavras-chave: Manifestações de 2013. Movimentos sociais. Hegemonia.

ABSTRACT

This article seeks to reconstruct the facts that shaped the mobilization that broke out in Brazil in June 2013. Based on press releases and research carried out at the time, the narrative pursues the motivations, social composition, steps, claims and controversies of the movement. A prospect of the disputes between different political streams is also presented, particularly in the second and third phases of the movement, in a description which concludes with the subsequent developments, in order to clarify what the different political orientations — on the right wing and on the left wing — made afterwards, based upon the episode.

Keywords: June 2013 Brazilian demonstrations. Social Movements. Hegemony.

1. INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 têm provocado ondas de reflexão sobre seu significado. Não raro nos deparamos com o entendimento de que aqueles acontecimentos condicionaram o processo político posterior¹. Tornou-se recorrente ao longo do último período a ideia de que a inflexão política vivenciada pelo país nos anos seguintes, com a erosão rápida e continuada da hegemonia da esquerda, iniciou-se com os eventos de 2013. Será verídica essa percepção? Que motivações se escondem por trás do maior ciclo de protestos do pós-redemocratização?

Em busca de respostas a essas e outras questões, este artigo busca reconstituir os fatos que configuram a mobilização de massas deflagrada em junho de 2013. Com base em duas fontes principais, quais sejam despachos na imprensa² e pesquisas realizadas à época³, a narrativa persegue, inicialmente, a composição social, as etapas e as bandeiras do movimento — temas, respectivamente, dos itens 2 a 4. Em seguida discutimos polêmicas que irrompem fortemente das manifestações, como a crítica aos partidos e à própria política, objeto do item 5.

Na seção de número 6 abordamos, à luz da conjuntura de então, as motivações do movimento, discutidas com base nas formulações do teórico marxista Antonio Gramsci acerca das relações entre crise e mudança social. Por fim, nos itens 7 e 8, que precedem a conclusão do artigo, oferecemos um quadro das disputas entre distintas correntes e campos políticos, em particular na segunda e terceira fases do movimento. A descrição se conclui com os desdobramentos posteriores, a fim de esclarecer o que as distintas orientações políticas — à direita e à esquerda — fizeram do episódio.

2. COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO

Costuma-se dizer que Junho de 2013 teve como protagonista a juventude urbana. Uma geração política fazia, então, sua estreia nas ruas, sob as influências contraditórias de uma década de governos de centro-esquerda no plano nacional e do neoliberalismo triunfante em âmbito planetário. Sob esse céu de lusco-fusco, ponteados de trevas e luzes, uma multidão tomou as ruas. Se considerarmos que desde 1992, com as passeatas pelo impeachment de Collor⁴, o Brasil não vivenciava grandes manifestações de massas, não é de admirar que muitos estivessem participando pela primeira vez de um protesto. Segundo pesquisa nacional realizada pelo Ibope em sete estados do Brasil (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília durante a manifestação de 20 de junho de 2013, 46% das pessoas nunca haviam

1 “O ano de 2018 foi gestado, mais acentuadamente, a partir de junho de 2013, naquelas jornadas cuja natureza ainda não nos foi dada ao pleno conhecimento”, opina o ex-ministro Roberto Amaral em apreciação cujo teor tem sido comum entre formadores de opinião do campo progressista (AMARAL, 2017).

2 Dispus essas fontes, ao final do artigo, em lista bibliográfica separada, por entender que os periódicos desempenham, em relação às fontes propriamente teóricas, papel diferenciado: servem de prova factual das afirmações que faço.

3 Algumas dessas pesquisas, realizadas por institutos como Ibope e Datafolha, colheram dados e opiniões dos próprios manifestantes enquanto participavam dos protestos. Outras, de institutos governamentais — como o IBGE — e não governamentais — como o Dieese —, apresentam dados sobre a situação socioeconômica do país à época.

4 Houve alguns momentos altos da luta social após o movimento dos “caras pintadas”, como é o caso da Marcha dos Cem Mil, ocorrida em 1999. Mas nenhum desses episódios teve a magnitude do “Fora Collor”.

Cotejados com as informações sobre renda, os dados sobre emprego revelam uma juventude ocupando postos de trabalho de baixa remuneração, muitos deles precarizados, incapazes de garantir perspectivas de futuro digno. Estamos diante dos “graduados sem futuro” de que fala Mason (2012)

participado de um ato como aquele. Além disso, 63% dos manifestantes tinham até 29 anos (VEJA..., 2013).

Mas a verdade é que 2013 foi menos uma questão etária do que de atitude: o movimento trazia consigo um novo ethos — ou, em outra chave, aquilo que um autor como Raymond Williams (1977; 2001) classificou como uma nova *estrutura de sentimento*. Nunes (2022, p. 180) menciona “os afetos mobilizados, as associações produzidas, contatos, redes, estruturas, práticas organizativas, repertórios de ação”. Estamos falando da emergência de novas formas socio-culturais, processo que nunca ocorre sem gerar ruídos e estranhamentos. Como sentenciou Castells (2013, p. 184) em referência às manifestações de junho, trata-se de “um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e que não lhe interessa, por ela encarado com suspeita quando seus próprios filhos e netos se comunicam pela internet, entre si e

com o mundo, e ela sente que está perdendo o controle”.

O episódio é por vezes identificado com a classe média, e essa percepção é em larga medida verdadeira. Entre os participantes da manifestação de 20 de junho de 2013 na avenida Paulista, 78% eram pessoas com ensino superior, como mostra pesquisa do Datafolha realizada durante o ato (MANIFESTANTES..., 2013b). Essa proporção cai para 43%, na mesma data, quando consideradas as oito metrópoles pesquisadas pelo Ibope — três delas (Salvador, Fortaleza e Recife) situadas no Nordeste (VEJA..., 2013). No entanto, mesmo este último percentual é bastante alto, principalmente quando consideramos que, naquele período, apenas 8% dos brasileiros eram portadores de diploma, segundo dados de 2010 (SINGER, 2013).

Em contraste com o alto número de graduados, era baixíssimo o número de jovens de baixa escolaridade, situação que predomina largamente na base da pirâmide social brasileira. No protesto do dia 20 de junho na avenida Paulista, apenas 2% tinham passado unicamente pelo ensino fundamental (MANIFESTANTES..., 2013b). Na pesquisa realizada em sete capitais e no Distrito Federal, o dado sobre ensino fundamental não foi coletado, mas o Ibope revelou que 8% dos manifestantes tinham ensino médio incompleto — uma porcentagem igualmente baixa, considerada a realidade nacional (VEJA..., 2013).

É preciso notar, entretanto, como esses dados sobre escolaridade se relacionam com informações relativas a emprego e renda, formando um quadro que para muitos pode parecer paradoxal. Na pesquisa do Ibope, 15% tinham renda familiar de até 2 salários mí-

nimos; para um total de 45% dos manifestantes, esse número não ultrapassava os 5 salários mínimos (VEJA..., 2013). Estamos claramente diante dos filhos de uma classe média empobrecida: jovens de alta escolaridade e baixa renda, muitos deles beneficiados pelas políticas de democratização do ensino superior promovidas no ciclo de governos Lula-Dilma. Segundo a pesquisa nacional do Ibope, 76% desses jovens estavam empregados (VEJA..., 2013). Cotejados com as informações sobre renda, os dados sobre emprego revelam uma juventude ocupando postos de trabalho de baixa remuneração, muitos deles precarizados, incapazes de garantir perspectivas de futuro digno. Estamos diante dos “graduados sem futuro” de que fala Mason (2012). Um perfil, aliás, bastante similar ao dos participantes das demais manifestações globais do ciclo 2011-2013, como as revoltas na Tunísia, no Egito e na Turquia, a mobilização dos Indignados na Espanha e o movimento Occupy nos Estados Unidos, entre outros.

Ao sair às ruas, esses jovens de classe média baixa, que formam o contingente principal do movimento, acabaram atraindo outros segmentos sociais, alguns deles ainda mais desfavorecidos economicamente. Locatelli (2013) lembra que, na manifestação paulista de 17 de junho, uma coluna de ativistas saiu do Grajaú, região pobre e repleta de favelas na zona sul de São Paulo, e se deslocou até a ponte do Socorro, fechando o trânsito a alguns quilômetros do largo da Batata, onde acontecia a concentração principal. No Rio de Janeiro, dados de uma pesquisa da Plus Marketing coligidos por Singer (2013) revelam que o movimento ganhou contornos nitidamente populares. Entre os manifestantes cariocas do dia 20 de junho, chegavam a 14% os que tinham ensino fundamental completo ou incompleto. Além disso, 34,3% ganhavam até 1 salário mínimo. Esses dados evidenciam como, a certa altura, “o movimento ganhou adesão e os sujeitos periféricos saíram de seus guetos, o que conferiu à luta traços de uma revolta popular” (FREDERICO, 2016, p. 177). Contudo, o movimento não conheceu apenas a adesão de jovens da classe média empobrecida e da população da periferia. À medida que o movimento se ampliava, outros sujeitos, alguns deles compondo camadas mais bem aquinhoadas, ajudariam a engrossar as manifestações.

3. ETAPAS DE JUNHO

Da mesma forma que reuniu grande diversidade de atores, o movimento também se desdobrou no tempo, conhecendo várias etapas. Dependendo do lugar e do momento, atores e organizações à esquerda e à direita alternaram-se em sua condução. Faz diferença se, ao nos referirmos a 2013, falamos do início ou do final de junho, e faz diferença se falamos de mobilizações em São Paulo, no Rio ou no Recife⁵.

Do ponto de vista das etapas, já se tornou comum periodizar as manifestações em três momentos principais. A primeira fase abrange as jornadas organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) nos dias 6, 7, 11 e 13 de junho em São Paulo. No Rio, os primeiros atos aconteceram nos dias 6 e 10 (RIO..., 2013). Essa fase gira em torno de uma pauta única: a revogação do aumento nas tarifas de transporte. Na capital paulista, o primeiro ato foi relativamente modesto: não reuniu mais do que 2 mil pessoas (PROTESTO..., 2013a). Esse quantitativo se ampliou para 5 mil no dia seguinte (BERGAMIM JR.,

⁵ Para um bom panorama das diferenças regionais do movimento, com rica descrição das peculiaridades assumidas pelas manifestações em capitais como Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Recife, São Luís e Vitória, cf. Moraes (2014).

2013). O mesmo número verificou-se nos protestos dos dias 11 e 13 (BOMBAS..., 2013; PROTESTO..., 2013b)⁶.

O ápice da etapa protagonizada pelo MPL aconteceu no dia 13 de junho, quando a truculência da polícia resultou em pelo menos 7 repórteres feridos (JORNALISTAS..., 2013) e mais de 200 militantes presos. Ativistas foram alvejados por bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Atingido por uma dessas balas, o repórter fotográfico Sérgio Silva, da agência Futura Press, ficou sem a visão do olho esquerdo (PEREZ, 2021, p. 10). Filmada por manifestantes e transeuntes, a truculência da polícia paulistana foi exposta no YouTube. O cenário de guerra gerou grande comoção não apenas na cidade de São Paulo, mas em todo o país. Uma onda de solidariedade se formou, unificando insatisfações e anseios, preparando terreno para o que estava por vir.

Tem início, então, a segunda etapa do movimento — aquela em que os atos alcançam maior expressão de massas. Consternado com a violência policial, um tropel multifacetado toma as ruas. Essa fase tem início no dia 17 de junho, quando mais de 250 mil pessoas protestam em 12 capitais e 16 cidades do interior. O maior ato ocorreu no Rio de Janeiro, reunindo 100 mil pessoas, enquanto em São Paulo 65 mil manifestantes foram contabilizados (PROTESTOS..., 2013b). No Rio ocorre a ocupação do prédio da Assembleia Legislativa (NADDEO; CIRILO JUNIOR, 2013). Em Brasília, manifestantes rompem o cordão de isolamento da Polícia Militar e ocupam a marquise do Congresso Nacional, no episódio que se tornaria a “foto oficial” de 2013 (MANIFESTANTES..., 2013).

Dois dias depois, em 19 de junho, o poder público anunciava a revogação do aumento das passagens. Algo entre 50 e 100 cidades seguiriam o exemplo de São Paulo, reduzindo suas tarifas de transporte (LOCATELLI, 2013; MPL, 2013). Sentindo-se empoderados, os militantes decidem permanecer nas ruas. Muitos passam a defender o passe livre.

O movimento chega ao clímax em 20 de junho, quando mais de 1,2 milhão de pessoas ocupam as ruas de pelo menos 100 cidades brasileiras. O maior ato novamente ocorreu no Rio, onde 300 mil pessoas protestaram, enquanto em São Paulo 100 mil foram às ruas (PROTESTOS..., 2013c). Os manifestantes invadiram as principais cidades do país externando uma miríade de reivindicações atomizadas, nem sempre coerentes entre si. Segmentos do campo político conservador misturam-se, então, aos manifestantes e aproveitam a onda de participação para propagar suas ideias. Entusiasmam-se com o campo fértil que encontram, e passam a disputar intensamente o protagonismo.

A partir do dia 17 de junho, o perfil dos manifestantes se altera. Placas tectônicas se movem também no campo das simbologias e demandas. As bandeiras do Brasil começam a tomar espaço na mesma proporção em que ganham corpo os gritos contra a corrupção e os altos impostos. No dia 20, o Ibope perguntou aos manifestantes quais razões os levaram às ruas. Quando consideradas as três principais reivindicações citadas espontaneamente, a mudança do ambiente político já aparecia em primeiro lugar, lembrada por 65% das pessoas, com 49% delas fazendo uma específica menção ao problema da corrupção. A questão do transporte se deslocava para a segunda posição, com 53,7% das respostas (VEJA..., 2013).

Segundo Locatelli (2013, pos. 384), a partir do dia 17 de junho uma “classe média menos simpática aos movimentos sociais mostrava sua cara”. Singer (2013, p. 32) fala em “cruzamento de classes” e cita um relato que ilustra essa definição. O fato teria ocorrido du-

⁶ Números fornecidos pela PM. As estimativas do MPL, quando citadas nos jornais, são sempre de duas a quatro vezes maiores.



O movimento “Ocupa Cabral” consistiu em um acampamento com vigílias em frente à casa do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral

rante a manifestação do dia 17, em uma estação de metrô de São Paulo. “Enquanto um grupo de jovens da periferia promovia uma espécie de ‘passe livre já’ por meio do ‘pula catraca’, jovens de classe média gritavam para eles: ‘Sem vandalismo, sem vandalismo.’” Para Singer (2013, p. 40), o episódio revela a existência de uma “tensão latente, às vezes transbordante”, entre as distintas classes e segmentos que se somavam ao caudal das manifestações.

A terceira etapa das jornadas tem início no final de junho e se estende até outubro, quando acontecem, já esvaziadas, as últimas passeatas. O MPL, protagonista da fase inicial do movimento, retira-se aos poucos de cena, impotente em pautar o sentido e os rumos das manifestações. O Rio de Janeiro se torna, a partir de julho, palco de protestos quase diários, liderados por militantes, artistas, midiativistas e coletivos de exibição pública de imagens⁷. Um dos ápices dessa fase foi o movimento “Ocupa Cabral”, que consistiu em um acampamento com vigílias em frente à casa do governador do estado. Os ativistas cobravam informações sobre o pedreiro Amarildo, morador da favela da Rocinha desaparecido após abordagem de agentes da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Exigiam também o impeachment do governador Sérgio Cabral, chamado de “ditador” (OCUPA..., 2013).

Esse foi também um período de ascenso da luta sindical e trabalhista. Dados do Dieese (2015) mostram que 2013 registrou 2.050 greves, um crescimento de 134% em relação ao ano anterior, quando houve 877 greves. Esse número foi o maior de toda a série histórica. O momento alto dessa onda reivindicatória foi a greve geral convocada pelas centrais sindicais no dia 11 de julho (BARRUCHO, 2013). A paralisação foi bem-sucedida, reunindo cerca de 200 mil pessoas em mais de 150 cidades do país (SECCO, 2013, p. 78). No Rio de Janeiro, entre agosto e outubro de 2013, professores das redes estadual e municipal paralisaram suas atividades por condições de trabalho dignas. A greve produziu duas grandes manifestações, em 7 e 15 de outubro, que polarizaram, na capital carioca, a reta final do ciclo de junho. A primeira delas, de maior dimensão, reuniu entre 10 mil — na contagem da PM — e 50 mil pessoas — segundo os organizadores (BARREIRA; THUM, 2013). Como parte do movi-

⁷ Destaca-se, aqui, a ação do Coletivo Projeção, exibindo imagens e textos poéticos nos prédios do Leblon e em delegacias onde se encontravam detidos manifestantes de 2013.

mento grevista, uma segunda ocupação da Câmara Municipal teve lugar em 26 de setembro (MAIA, 2013). O primeiro “Ocupa Câmara” havia ocorrido em agosto, para acompanhar uma CPI sobre concessões no transporte público (BARREIRA, 2013). Desde a segunda metade de julho, muitas outras sedes de câmaras municipais vinham sendo ocupadas ao redor do país (AO MENOS..., 2013).

Nos protestos do dia 7 de outubro no Rio de Janeiro — impulsionados pela violenta repressão policial contra a greve —, as reivindicações dos professores foram o vértice de um conjunto mais amplo de demandas que falavam do transporte público, do sumiço do pedreiro Amarildo e da remoção de populações para a execução de obras relacionadas à Copa do Mundo. “No 7-O, organizações e coletivos de base, sindicatos e ativistas juntavam-se num sincretismo multitudinário impossível de ser representado: um devir-sindicato da multidão e um devir-multidão do sindicato” (COCCO, 2014, p. 15).

É também na terceira fase que as reivindicações decantam e se segmentam. Isso ficaria claro nas celebrações do Sete de Setembro. De um lado, o Grito dos Excluídos, tradicional evento das esquerdas realizado na data nacional, reuniu cerca de 2 mil pessoas só no Rio de Janeiro (ANDRADE, 2013). Outras convocações, embora igualmente usando simbologias e motivos ligados às manifestações de junho, vinham de setores avessos ao que ocorria no Grito dos Excluídos. Essas convocações ostentavam o verde-amarelo e carregavam as tintas em críticas ao governo e ao sistema político em geral. A profusão de símbolos nacionais — hinos, bandeira, camisas da seleção — metaforizava uma ideia de nação una e indivisa, sem contradições ou componentes de diversidade, indicando que uma lógica de cunho fascizante se alastrava perigosamente.

À medida que o movimento caminha para o ocaso, a maré participativa recua e dá lugar à violência de pequenos grupos. Os ímpetos violentos associados ao fetichismo da imagem assumem as rédeas. Em protestos liderados por *black blocs* e outros grupos anarquistas adeptos da “ação direta”, o movimento revela sua face tãnatos. As pulsões destruidoras ganham força à medida que o movimento definha, passando a devotar-se às depredações espetaculosas de bancos e outros símbolos do capitalismo. “A ‘paixão pela destruição’, tão louvada pelo jovem Bakunin, fazia o seu ingresso em nossa vida política” (FREDERICO, 2016, p. 179). Em seus estertores, o movimento decola de vez do solo da realidade e fica claro o abismo que há entre a retórica anárquica de recusa das mediações políticas e a existência de demandas concretas que clamam pela ação do Estado — e, portanto, por mediações políticas. Nas palavras de Nunes (2022, p. 187),

aqueles que seguiram nas ruas tenderam cada vez mais a compensar a falta de espaço para uma radicalização programática com a radicalização da própria identidade. Sem interlocução institucional, e com apoio popular e capacidade de mobilização em declínio, restava-lhes exagerar a performance de conflito para tentar projetar a imagem da força que haviam perdido.

Embora os impulsos anárquicos tenham se tornado mais nítidos na reta final do movimento⁸, não se pode dizer que não rondassem as manifestações desde seus primórdios.

8 Momento alto dessa tendência foram as demonstrações de grupos *black blocs* nos atos do Sete de Setembro de 2013. Anunciados pelo grupo Anonymous como uma autêntica sublevação popular, o “maior protesto da história do país” (PROTESTOS..., 2013a), os atos não chegariam a reunir contingentes expressivos, e em muitos lugares acabaram degradingolando em cenas de batalha campal (BLACK..., 2013).

A profusão de símbolos nacionais — hinos, bandeira, camisas da seleção — metaforizava uma ideia de nação una e indivisa, sem contradições ou componentes de diversidade, indicando que uma lógica de cunho fascistizante se alastrava perigosamente

Isso resta bem expresso naquele que se tornou o principal símbolo do movimento: a máscara de Guy Fawkes. Popularizada no filme *V de vingança*, baseado na história em quadrinhos de Alan Moore e David Lloyd, a máscara era usada por um personagem de inspiração anarquista que lutava contra o totalitarismo em uma Inglaterra distópica. O adereço reproduz o rosto de Guy Fawkes, soldado britânico que tomou parte no episódio conhecido como Conspiração da Pólvora, em que rebeldes tramaram a explosão do parlamento inglês durante uma sessão em 1605 e o assassinato do rei protestante Jaime I, a fim de dar início a um levante católico. Fawkes era o responsável por guardar os barris de pólvora que seriam utilizados para explodir o parlamento. Terminou capturado pouco antes da execução do plano, e foi enforcado e esquartejado. Quatro séculos depois, tornou-se o símbolo de movimentos ciberlibertários como o grupo Anonymous, que surge usando o *hacktivismo* como forma de promover a liberdade de expressão na internet. A máscara se popularizou globalmente com os movimentos Indignados e Occupy.

Objeto de intensas disputas entre correntes e visões distintas, por vezes antagônicas, as manifestações chegam ao final de outubro com uma resultante política confusa e pouco definida. Há quem, como Nunes (2022), fale em uma quarta etapa do movimento, que se estenderia até a Copa do Mundo de 2014, configurando um *ciclo longo* de protestos que não teria durado poucos meses, mas cerca de um ano. Se é que podemos falar nessa etapa derradeira, ela teve por eixo as críticas à corrupção, ao sistema político, aos investimentos realizados para a Copa do Mundo (e também para as Olimpíadas, que ocorreriam em 2016) e a denúncia dos despejos de populações por conta dos megaeventos esportivos.

A energia posta em circulação pelas manifestações de 2013 gerou relevantes conquistas, algumas mais tangíveis, como as revogações dos aumentos de tarifas e os “pactos em favor do Brasil” propostos pela presidenta Dilma Rousseff, sobre os quais falaremos adiante. Mas os protestos também arrancaram dos setores dominantes inesperados reconhecimentos. De forma constrangida, o jornal *O Globo* pediu desculpas pelo apoio dado à ditadura militar de 1964 (APOIO..., 2013). Governantes de diversos níveis admitiram falhas no diálogo com a população, e os movimentos sociais, pelo menos durante certo intervalo de tempo, passaram a contar com uma atmosfera mais favorável ao acolhimento de suas demandas.

Dilma ofereceu aos manifestantes a emancipação política; eles queriam a emancipação humana

4. BANDEIRAS DE JUNHO

Como fica claro em sua fase mais massiva, as manifestações de junho não tiveram seu escopo restrito à questão tarifária. O lema “Não é pelos vinte centavos”, um dos mais populares entre os cartazes exibidos pelos manifestantes, expressa essa tendência. Outras reivindicações entrariam em cena, chegando a ofuscar a bandeira inicial agitada pelo MPL — nem um centavo a mais na tarifa do transporte público. Que outras reivindicações eram essas? Quais suas motivações? É importante auscultar os sentidos do movimento com base no que propunham seus próprios artífices. Para isso, devemos passar em revista as bandeiras agitadas em junho de 2013. A tarefa revela-se, a princípio, não muito simples, pois as manifestações trouxeram à tona uma verdadeira sopa eclética de anseios e demandas muitas vezes contraditórias entre si. É possível identificar, contudo, em meio ao mar de bandeiras específicas, eixos unificadores que revelam demandas de maior alcance e dimensão, capazes de fornecer as grandes linhas de síntese do movimento.

Na pesquisa nacional realizada pelo Ibope em 20 de junho, procurou-se entender as motivações da militância presente aos protestos. Quando levada em conta apenas a primeira resposta dada de modo espontâneo, a questão do transporte público aparecia em primeiro lugar, com 37,6% das menções, seguida de preocupações com o ambiente político (29,9%). A saúde figurava na terceira posição, lembrada por 12,1% dos entrevistados. Em quarto e quinto lugares surgiam, praticamente empatadas, a luta contra a PEC 37 (5,5%)⁹ e a questão da educação (5,3%). Em sexto lugar, com 4,5% das citações, vinham os gastos com a Copa do Mundo de 2014, que seria realizada no Brasil (VEJA..., 2013). O megaevento esportivo era antecipado por uma espécie de torneio preparatório, a Copa das Confederações, que também tinha o Brasil como sede e, desde o jogo de abertura, realizado em Brasília no dia 15 de junho, era palco de protestos por “saúde e educação padrão Fifa” (FELLET, 2013).

Outra tabulação feita pelo Ibope considerava não apenas a primeira motivação lembrada por cada entrevistado, mas as três primeiras. Nesse caso a insatisfação com o ambiente político passava à primeira posição, superando a questão do transporte, e as críticas aos gastos com as copas do Mundo e das Confederações pulavam para a quarta colocação, com 30,9%, pouco atrás da questão da saúde, que somava 36,7% das menções (VEJA..., 2013).

⁹ A proposta de emenda constitucional nº 37/2011, alcunhada de “PEC da Impunidade”, retirava o poder de investigação do Ministério Público. A luta contra a proposta, que tramitava então na Câmara dos Deputados e terminaria arquivada, tornou-se um dos *leitmotivs* das manifestações de 2013, em particular na segunda fase, e pode ser entendida como uma demanda específica dentro do eixo mais geral da crítica ao sistema político e da luta contra a corrupção.



Protesto de 20 de junho de 2013 na avenida Presidente Vargas, Rio de Janeiro (RJ)

Esses números nos ajudam a delinear um conjunto de eixos definidores das motivações que impulsionavam os protestos.

O primeiro desses eixos é a demanda pelo direito à cidade, intimamente relacionada à luta contra a carestia no transporte urbano, mas também a outras pautas constitutivas da questão urbana, como a questão da moradia e o imbróglio dos megaeventos esportivos. A par das agendas relacionadas ao direito à cidade, e no mesmo nível de importância, encontra-se a denúncia de um sistema político corrupto e pouco representativo. Os manifestantes queixavam-se do sequestro da democracia por políticos profissionais, fechados em seus gabinetes e alheios às reais necessidades da população. Essa crítica se voltava também contra a mercantilização do voto — sua transformação em moeda de troca na grande barganha operada por corporações empresariais e partidos de fachada. Importante lembrar que essa mesma motivação já se encontrava entre os manifestantes da praça Tahrir, no Egito, assim como nos movimentos do tipo Occupy. Ela resultou muitas vezes na recusa à representação política em nome de uma “democracia real já”, como pediam os Indignados da Espanha em referência a um modelo político radicalmente transparente e participativo.

Além dos reclames por democracia e pelo direito à cidade, os protestos de 2013 trouxeram à cena a necessidade da melhoria de serviços públicos como educação, saúde e segurança — esta última citada por 1,3% dos entrevistados do Ibope como primeira resposta, e por 10,2% quando consideradas as três motivações principais. Os direitos trabalhistas também estavam em pauta — o aumento dos salários e a redução do desemprego surgem com quase 1% das menções quando consideradas as três motivações de cada entrevistado (VEJA..., 2013). Completam o leque das principais exigências expressas pelas manifestações de junho um conjunto de direitos específicos e/ou relacionados a políticas de identidade — contra as discriminações de raça e gênero e a favor da preservação do meio ambiente, da legalização do aborto e da descriminalização da maconha —, todos eles indicados tanto na pesquisa do Ibope quanto nas cartolinas empunhadas pelos manifestantes.

Diante das reivindicações e cobranças trazidas a público, a então presidenta Dilma Rousseff valorizou as manifestações e, após reunir-se com jovens do Movimento Passe Livre, anunciou aquilo que chamou de “pactos em favor do Brasil”. Eram cinco: 1) reforma política democrática: plebiscito para a convocação de uma Constituinte exclusiva para deliberar sobre esse tema, e aprovação de lei para definir a corrupção como crime hediondo; 2) responsabilidade fiscal; 3) melhorias na saúde: mais investimentos em UPAs e contratação de médicos estrangeiros, inclusive para atuar em áreas carentes; 4) melhorias na mobilidade urbana: 50 bilhões de reais em novos investimentos e isenção de impostos para o transporte coletivo; 5) mais verbas para a educação pública, com a destinação de 100% dos *royalties* do petróleo para o setor (CONFIRA..., 2013).

Alguns avanços foram conquistados, com destaque para a aprovação de projeto de lei que destinou 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde, e 50% do Fundo Social do pré-sal para os dois setores. No que respeita ao transporte público, houve apenas a aprovação de uma lei que desonerou da cobrança de alíquotas do PIS/Pasep e Cofins a receita oriunda da prestação de serviços de transporte público municipal. O programa Mais Médicos melhorou e interiorizou o atendimento aos usuários do SUS. Um diploma legal com a previsão de direitos para os jovens — o Estatuto da Juventude — foi aprovado no Congresso Nacional. Mas, apesar das tentativas sinceras, as medidas implementadas estiveram longe de significar uma melhora estrutural.

Até pela natureza do movimento de 2013, o tema da reforma política ganhou proeminência entre os pactos firmados por Dilma Rousseff. Na tentativa de dar respostas aos anseios dos manifestantes, um projeto de lei sobre o tema foi encaminhado ao Congresso Nacional. O PL tinha como eixos o fortalecimento dos partidos políticos, a ampliação da representatividade dos mandatos eletivos e a promoção da participação do povo nas decisões do país, através de plebiscitos e referendos. Após batalhas procedimentais e tergiversações de todo tipo, o projeto foi enterrado no Congresso Nacional. Sacrificava-se uma vez mais, no altar dos caprichos da classe política, o desejo de mudança das instituições representativas.

Mas os “pactos em favor do Brasil” não encontraram resistências apenas no sistema político, senão também nos próprios arautos das manifestações de junho. Se para o sistema político os pactos pareciam muito — concessões exageradas —, para os ativistas pareciam muito pouco. Para se usar dos termos de Marx (2010), Dilma ofereceu aos manifestantes a emancipação política; eles queriam a emancipação humana. Não viam como seria possível realizá-la através de uma reforma política que, afinal, circunscrevia seus anseios à arena da mesma política institucional que consideravam “corrompida” e incapaz de realizar suas elevadas aspirações.

5. “EI, OTÁRIO! NÃO VÊ QUE O MOVIMENTO É APARTIDÁRIO?”

As críticas dos manifestantes de junho terminaram por extrapolar modelos específicos de representação e conduta política. Em 2013 entram em cena com força, pela primeira vez em nosso país, ideias contrárias aos partidos e à própria atividade política, vista em si mesma como ilegítima — como uma espécie de “reino sujo” maculado por interesses e favoritismo. Conforme o movimento se desdobra, ganha espaço certa ojeriza à ideia de mediação: não apenas aquela que se realiza no campo eleitoral-parlamentar, mas também a ação mediadora realizada por partidos, sindicatos e demais entidades de representação di-

tas “tradicionais”. Elas são vistas como “intrusas” que tentam, de maneira capciosa, apropriar-se do movimento, subvertendo sua autenticidade. Essas ideias favoreceram o esfarelamento da representação e se tornaram ingredientes de uma prolongada crise política.

É possível afirmar que, desde os primórdios do movimento, já não havia uma atmosfera favorável à atuação de partidos e entidades de representação. Embora tentassem integrar-se à dinâmica dos atos, essas organizações pareciam topar com uma barreira invisível, feita de imaginário e ideologias, que atravancava suas ações e as impedia de assumir papel de liderança. Isso já podia ser visto na primeira etapa do movimento, conduzida por um *coletivo*, isto é, um tipo de organização que reivindica as ideias de autonomia e horizontalidade. O MPL sempre se pronunciou contrariamente à ideia de liderança.

A opção do MPL pelo horizontalismo liga-se a um posicionamento que podemos classificar como *apartidário*. O termo significa, em primeiro lugar, que o movimento não se submete às injunções de nenhum partido político. Denota, além disso, um distanciamento em relação às práticas centralizadas e “verticais” próprias das agremiações partidárias. Mas, verdade seja dita, essa tentativa de diferenciação não implicava qualquer recusa dos partidos em si mesmos: o MPL apenas nutria outras opções político-organizativas. Alguns de seus coletivos chegavam a contar com simpatizantes e até membros de legendas de esquerda em suas fileiras, sem que isso afetasse suas concepções e métodos de atuação.

O discurso apartidário não tardou a ecoar nos protestos. A já mencionada pesquisa do Ibope revela que 89% dos mani-

Conforme o movimento se desdobra, ganha espaço certa ojeriza à ideia de mediação: não apenas aquela que se realiza no campo eleitoral-parlamentar, mas também a ação mediadora realizada por partidos, sindicatos e demais entidades de representação ditas “tradicionais”. Elas são vistas como “intrusas” que tentam, de maneira capciosa, apropriar-se do movimento, subvertendo sua autenticidade. Essas ideias favoreceram o esfarelamento da representação e se tornaram ingredientes de uma prolongada crise política

festantes não se sentiam representados por nenhum partido político (VEJA..., 2013). Pesquisa do Datafolha realizada em toda a capital paulista em 18 de junho — logo após a grande manifestação do dia 17, que inaugura a segunda fase do movimento — mostra que a aversão aos partidos havia subido para 44%, o dobro da taxa verificada dez anos antes. Segundo a mesma enquête, as instituições líderes em prestígio naquele momento, com o maior número de menções positivas, eram as redes sociais, com 65% de aprovação, e a imprensa, com 61% (RODRIGUES, 2013).

Porém, da mesma forma que a luta contra o aumento de vinte centavos no preço da passagem, também a postura apartidária do MPL representou apenas um ponto de partida. À medida que os atos se sucediam, o movimento escorregava em direção a outras perspectivas, afastando-se de suas conformações originais. Em meio às mudanças que sutilmente se operavam, a orientação apartidária foi dando lugar a um discurso que podemos mais propriamente classificar como *antipartidário*. Essa linha penetra com força nas manifestações a partir da segunda fase. Já no dia 17 de junho o autor deste texto, presente à avenida Paulista, presenciou palavras de ordem sendo entoadas contra as agremiações políticas — com destaque para os gritos de “Sem partido!” e “Ei, otário! Não vê que o movimento é apartidário?”. Militantes de agremiações político-partidárias eram fustigados. Bandeiras eram rasgadas e queimadas, algumas vezes por grupos de *skinheads*. Fato bastante comentado foi a caçada promovida no dia 20 de junho contra um bloco de militantes do Partido dos Trabalhadores (HOSTILIZADOS..., 2013). Logo ao entrar na avenida Paulista, o grupo passou a ser perseguido e refugiou-se junto a pelotões da UNE, do MPL e de outras entidades do movimento popular. Após o ocorrido, os militantes do Passe Livre cogitaram suspender os atos, decisão mais tarde desmentida (BERGAMIM JR.; KREPP; SOUZA, 2013). Em nota divulgada na sequência das agressões, o coletivo afirmou: “O MPL é um movimento social apartidário, mas não antipartidário. Repudiamos os atos de violência direcionados a essas organizações durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial.” (MOVIMENTO..., 2013)

Muitos dos que embarcaram no ódio a partidos e entidades de representação não se davam conta do caráter paradoxal desse tipo de posicionamento. A liberdade de associação em partidos e movimentos — “tradicional” ou não — é um direito inalienável. Não faz sentido ecoar a justa crítica contra a violência policial e agir, em relação à militância de partidos e movimentos sociais, com a mesma truculência empregada pelas forças da ordem. “Teríamos, então, uma contradição chave em um movimento que, ao mesmo tempo, revela-se absolutamente aberto à pluralidade de pautas e avesso a um pluralismo ideológico.” (LIMA; SAWAMURA, 2016, p. 111)

Ocorre que o grito contra os partidos era, no fim das contas, um brado contra forças de esquerda, pois a direita jamais se apresentou nas manifestações sob o manto de partidos ou entidades de representação, preferindo, em vez disso, esconder-se sob o escudo genérico da bandeira nacional. Impossível não lembrar, aqui, as palavras do marxista peruano José Carlos Mariátegui, que, em seus artigos sobre a experiência fascista na Itália — que teve a oportunidade de presenciar —, afirma: “A bandeira da pátria cobria todos os contrabandos e todos os equívocos doutrinários e programáticos. Os fascistas se atribuíam a representação exclusiva da italianidade. Ambicionavam o monopólio do patriotismo.” (MARIÁTEGUI, 2012, p. 39, tradução nossa)

Percebe-se, portanto, que, se partidos e entidades de representação não encontra-



Manifestantes queimam bandeira de partido durante protesto em São Paulo (SP), agosto de 2013

ram nas manifestações um ambiente propício à sua atuação, isso não se deveu apenas ao formato tecnopolítico, que descentralizou convocatórias e ampliou protagonismos diversos. Para além desse elemento, os atores tradicionais — por via de regra contra-hegemônicos — foram desalojados pela orientação geral que se instalou, contrária a organizações políticas e movimentos sociais com grande tradição na sociedade brasileira. A crítica das mediações políticas também abriu caminho para a penetração de atores e tendências alheios — e até contrários — aos objetivos originais do movimento. Esses atores e tendências, que passaram a disputar a consciência dos manifestantes, dificilmente teriam a mesma chance no padrão tradicional de mobilizações.

É preciso notar ainda que, se não representou um ponto de partida (pois que precedido pela orientação apartidária), o discurso antipartidário tampouco pode ser tomado como linha de chegada. Da oposição a lideranças, partidos e entidades de representação derivou um posicionamento que ia além, condenando o sistema e a própria atividade política de forma indiscriminada. As manifestações de junho revisitavam, assim, a inclinação *antiestablishment* que já se verificara na Argentina em 2001. O “Que se vayan todos” brasileiro chegava com mais de uma década de atraso, em um momento mais complicado e perigoso, no qual, desde a ascensão do Tea Party nos Estados Unidos, assistia-se ao perigoso crescimento de *novas direitas*¹⁰ que atualizavam dramaticamente ideias caras ao ideário fascista (STANLEY, 2018). Essas vertentes se apoiavam na antipolítica para disseminar respostas conservadoras à crise econômica.

Na atmosfera de 2013, muitos manifestantes se tornaram presa fácil desse discurso, que apresentava indisfarçáveis tinturas autocráticas. A influência do julgamento dos envol-

¹⁰ Para uma genealogia intelectual das chamadas *novas direitas* — termo que o autor prefere usar no singular —, cf. Vasconcelos (2022). Para uma discussão sobre as dificuldades de definição do termo *novas direitas* e a evolução recente de grupos que a compõem no Brasil, cf. Caldeira Neto (2020). Para a categorização que considero mais adequada sobre o fenômeno do fascismo, cf. Martuscelli (2021).

vidos no escândalo de corrupção que ficou conhecido como “mensalão”, decorrido em 2012 sob intensa cobertura midiática, fortaleceu uma percepção negativa sobre as instituições estatais e paraestatais. Essa percepção impulsionou o discurso antipolítica que tanto influenciaria escolhas nas eleições subsequentes, ensejando o sucesso daqueles que se apresentassem como *outsiders*. Foi esse o resultado de uma crítica da política que pode ser classificada como *abstracta*. Pois de nada adianta reprovar o sistema político e fazer pouco caso de propostas que não deixam de ser ousadas, como a de uma Constituinte para deliberar sobre a reforma política. De nada adianta concentrar a crítica não nas engrenagens que produzem uma política deficitária e excludente, mas na política em si mesma, como se estivesse fora ou além dela a solução para os graves problemas que flagelam a sociedade brasileira.

6. CRISE E MUDANÇA SOCIAL

As manifestações de 2013 foram deflagradas quando o Brasil chegava a uma década de gestões progressistas no plano federal. No ciclo de governos Lula-Dilma, o país conheceu uma série de avanços. O Estado voltou a assumir papel indutor do desenvolvimento. O governo paralisou o programa de privatizações, fortaleceu os bancos públicos e as empresas estatais, retomou os investimentos em infraestrutura e voltou a praticar políticas industriais. Através de ações estruturantes como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o desenvolvimento econômico tornou-se componente ativo da agenda nacional. A inflação estava sob controle. Os juros, que chegavam a 25% em dezembro de 2002, foram reduzidos até atingir 7,1% às vésperas das manifestações de 2013 (BRASIL, s.d.), sendo esta a menor taxa da série histórica até então. O rendimento médio da população conhecia altas, passando de 2.736 reais em janeiro de 2012 para 2.864 em junho de 2013 (IBGE, 2023a).

A renitente crise social se atenuava, acompanhando um ciclo de redistribuição de renda. Já em 2004, segundo ano do governo Lula, a miséria caiu 8% em todo o país, um percentual bem superior aos 2,9% observados em todo o período que vai de 1993 a 2004 (NERI, 2005). Enquanto o mundo vivia um surto de crescimento da miséria, o Brasil reduziu a distância entre ricos e pobres. Apenas entre 2003 e 2004, o índice de Gini foi de 0,585 para 0,573, atestando queda na desigualdade (NERI, 2005). Essa marca seguiria melhorando nos anos seguintes. Ao passo que entre 1995 e 2002 a concentração de renda no Brasil caiu 1,89%, de 2003 a 2011 a queda foi de 9,22% (GUIMARÃES, 2013). Milhões de pessoas saíram da condição de miséria e ascenderam ao que ficou conhecido como “nova classe média”.

Entre as causas da queda na desigualdade de renda encontra-se a ampliação dos níveis de ocupação. No primeiro governo Dilma o país chegou a viver uma situação de virtual pleno emprego. Os índices de formalização da economia também cresceram consideravelmente. A proporção de trabalhadores com carteira assinada no setor privado nas seis principais regiões metropolitanas do país passou de 39,7% em 2003 para 49,2% em 2012 (IBGE, s.d.). Contribuíram ainda para a queda da pobreza e da desigualdade o crescimento da renda do trabalhador, possibilitado pelos aumentos reais do salário mínimo, pela ampliação do crédito popular e por programas de transferência de renda como o Bolsa Família.

Outras políticas públicas permitiram a ampliação de direitos, em especial para os segmentos mais vulneráveis. Expandia-se o acesso à educação — bandeira cara à juventude: 18 universidades federais e 140 escolas técnicas foram inauguradas. Além disso, foram criados programas e fundos voltados ao financiamento da educação básica, como o Fundeb;



Foto-ícone das Jornadas de Junho de 2013 mostra a sombra projetada dos manifestantes em uma das cúpulas do Congresso Nacional, em Brasília

à ampliação do acesso ao ensino superior, como o ProUni; ao fortalecimento da educação profissionalizante, como o Pronatec; à reestruturação e expansão das universidades federais, como o Reuni; à expansão e interiorização da atenção à saúde básica, como o Mais Médicos.

A participação e o diálogo foram fortalecidos, com a criação de conferências, fóruns, conselhos e outros mecanismos de consulta que reforçaram a interlocução com atores e entidades da sociedade civil. Trabalhadores, mulheres, negros, indígenas e população LGBTQIA+ tiveram suas lutas valorizadas através da criação de políticas, ações e estruturas de governo voltadas à promoção da igualdade, características de um ambiente mais aberto e democrático.

Esse quadro parece incongruente com o clima de revolta que se instalou nas ruas do país em junho de 2013. Se havia avanços econômicos, se a crise social arrefecia, se o clima geral era de democracia e diálogo, por que a explosão de descontentamento? Por que os manifestantes saíam às ruas para condenar a política quando ela parecia — ao menos no plano federal — oferecer respostas para clamores ignorados por décadas? As respostas a essas indagações requerem, antes de mais, um olhar atento sobre a situação do país no imediato pré-Junho.

É verdade que, até 2012, o desempenho econômico do país conseguira contornar com êxito os efeitos danosos da crise mundial. Desde que o estouro da bolha imobiliária estadunidense, em 2008, começara a contaminar economias ao redor do mundo, o Brasil, adotando medidas econômicas contracíclicas, mantivera seu mercado interno relativamente ileso da depressão global. No entanto, a partir de 2012 as coisas começam a mudar. A crise, que num primeiro momento estivera restrita às economias centrais, alcançava enfim as grandes nações em desenvolvimento. A taxa de variação do PIB brasileiro, que chegara a 7,5% positivos no final de 2010 — melhor resultado de toda a série histórica iniciada em 1996 —, diminuiu até chegar a 1,9% no final de 2012 e 2,9% no período das manifestações (IBGE, 2023b). A taxa de juros Selic, após o piso de 7,1% em março de 2013, iniciava um ciclo de alta que a faria chegar a 14,1% em 2016, ano do impeachment. O enfraquecimento da atividade econômica derrubou a arrecadação e impôs limites à ação contracíclica do Estado. A taxa de desocupação medida pela Pnad/IBGE, que havia baixado a 6,9% no final de 2012, subiu para

Junho de 2013 prova que as pessoas não necessariamente saem às ruas apenas quando a situação se tornou repentinamente catastrófica. Elas também o fazem por uma deterioração de expectativas

7,5% em junho de 2013 (IBGE, 2023a)¹¹. Ou seja: havia crescimento do desemprego, ainda que um crescimento moderado.

Esses sinais negativos foram primeiramente sentidos por uma classe média empobrecida, a mesma que havia sido beneficiada, de variadas formas, pelas políticas de inclusão social dos governos Lula-Dilma. Setor tal funcionou como antena capaz de detectar os primeiros traços de reversão do quadro econômico. As nuvens cinzentas que se formavam desde 2012 contrariavam os anseios de um segmento que ambicionava a continuidade dos avanços conquistados nos anos anteriores. Que esse segmento tinha forte presença nos protestos é algo que se depreende dos dados de pesquisa Cesop-Datafolha (2013) que detalharemos mais à frente, e que mostram considerável apoio a Dilma Rousseff entre os manifestantes.

Junho de 2013 prova que as pessoas não necessariamente saem às ruas apenas quando a situação se tornou repentinamente catastrófica. Elas também o fazem por uma deterioração de expectativas, ou “porque há um descompasso entre o que vai bem e o que vai mal — isto é, porque as áreas em que as coisas melhoraram geram expectativas que são negadas por aquelas em que nada mudou, ou que parecem piorar” (NUNES, 2022, p. 176). Ora, entre essas áreas em que “nada mudou” e as coisas até pareciam piores estava justamente a questão do transporte, componente de uma problemática urbana mais ampla cuja resolução pede reformas estruturais, e não apenas medidas parciais, que não chegam a arranhar o *status quo*.

As motivações de Junho não se relacionam, portanto, a qualquer cessação abrupta de direitos ou à piora imediata das condições de vida, mas ao cancelamento de expectativas. E é neste ponto que precisamos avançar em direção a um materialismo renovado, livre de influxos reducionistas. Gramsci é um autor que, com sua crítica certeira ao economicismo, ajuda-nos sobremaneira nessa tarefa. Segundo o italiano, na perspectiva economicista a alardeada concepção marxista de “predomínio” ou “prioridade” da base econômica sobre a superestrutura política e ideológica leva a conclusões — muitas vezes não explicitadas — como a de que crises econômicas imediatas seriam as únicas condições não apenas necessárias, mas suficientes para a eclosão de uma grande efervescência social. Não por acaso, é comum entre as correntes economicistas a subestimação de iniciativas políticas e intelectuais — consideradas alheias à “inexorabilidade” das leis econômicas. Negligencia-se, desse modo, a tese de Marx (1982a) segundo a qual é no terreno da ideologia que homens e mulheres conquistam a consciência acerca dos conflitos do mundo material. O economicismo também esquece

¹¹ Curiosamente, no final de 2013 a taxa voltaria a baixar, chegando a 6,3% (IBGE, 2023a). Cerca de dez meses depois, Dilma seria eleita para seu segundo mandato.



Integrantes do MBL realizam ato pedindo o impeachment de Dilma Rousseff. São Paulo (SP), março de 2016

outra advertência de Marx (2013): a de que as ideias podem assumir a validade de uma potência material.

Ao contrário do que supõem abordagens reducionistas, a crise econômica representa apenas um elemento parcial no conjunto dos fatores que concorrem para a mudança histórica. A catástrofe econômica cria, quando muito, a possibilidade de um terreno mais favorável à solução política de certos problemas, bem como à formação de certos valores e modos de pensar. Se se vai além disso, “todas as afirmações relativas a períodos de crise ou de prosperidade podem dar origem a juízos unilaterais” (GRAMSCI, 1977, p. 1587, tradução nossa). É o que ocorre com muitos raciocínios sobre Junho de 2013 que, diante do aparente paradoxo entre a relativa prosperidade dos anos anteriores — prosperidade que, como vimos, já vinha em processo de estagnação ou mesmo de reversão — e a insatisfação das massas urbanas demonstrada nos protestos, refugiam-se em conclusões simplórias e redutoras como a de uma suposta essência “golpista” do movimento, que seria filho bastardo de uma “guerra híbrida” movida contra o país.

A história é pródiga no registro de crises que não decorrem de nenhuma situação de mal-estar imediato¹². Mesmo na situação de crise econômica, frequentemente é preciso que o mal-estar se combine com outras questões (morais, por exemplo) capazes de sensibilizar o conjunto da sociedade. Ainda assim, na perspectiva de uma mudança histórica maior, é necessário que o mal-estar seja visto como insolúvel pelos meios ordinários, nos marcos da política realmente existente. “Todos esses elementos são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força, em cujo terreno sucede a passagem destas a relações políticas de força para culminar na relação militar decisiva”, explica Gramsci (1977, p. 1588, tradução nossa).

Cabe aqui uma explicação: o que Gramsci chama de “relação militar” não tem necessariamente sentido marcial. Ele se refere, antes, ao momento decisivo da atividade política, de caráter orgânico-prático, que se traduz em ações de mobilização¹³. Se não ocorrem

¹² Gramsci (1977) põe a Revolução Francesa nesse rol.

¹³ Não é demais lembrar que o termo *mobilização*, hoje tão usado na linguagem política, tem origem militar.

as sucessivas transições a que se refere Gramsci, isto é, a passagem das relações sociais para o momento político, e deste para o instante orgânico decisivo, o processo termina truncado. Nesse caso, são diversos os desfechos possíveis. Um deles, que nos interessa mais diretamente, é a sobrevivência da velha sociedade, que “resiste e assegura para si um período de ‘respiro’, exterminando fisicamente [ou moralmente, podemos acrescentar] a elite adversária e aterrorizando as massas de reserva” (GRAMSCI, 1977, p. 1588, tradução nossa).

A transição das relações socioeconômicas para as relações políticas, e destas para o passo orgânico decisivo, é um processo que, como lembra Gramsci (1977), tem como protagonistas os seres humanos, dependendo diretamente de sua vontade política e de sua capacidade organizativa. No que diz respeito ao plano organizativo, é preciso considerar que, em 2013, o discurso antipartidos privou a juventude conectada dos instrumentos que poderiam dar maior consequência à sua luta. Além disso, esse discurso, como vimos anteriormente, afastou essa juventude dos grupamentos contra-hegemônicos e de esquerda, majoritariamente organizados em partidos e entidades populares. Isso abriu espaço para que atores ligados à ordem hegemônica entrassem furtivamente nos protestos e passassem a disputar ideias naquele terreno. E aqui já vamos saindo da esfera da capacidade orgânica para entrar no problema da vontade política.

Se é lícito afirmar que as manifestações de 2013 foram protagonizadas por uma juventude conectada que compunha estratos de uma classe média desfavorecida — com bom nível de instrução, mas carente de oportunidades —, parece igualmente pacificado que essa não foi a única “classe média” a participar do movimento. Havia também setores médios mais tradicionais e abastados, que saíram às ruas principalmente na segunda etapa do movimento. Os dados sobre renda e escolaridade apresentados anteriormente indicam a presença não apenas de setores que se beneficiaram das políticas de inclusão educacional praticadas no ciclo de governos progressistas, mas também de uma camada — mesmo minoritária — que já se encontrava bem estabelecida ao menos desde a geração anterior. Um perfil razoável desse segmento é traçado pelo professor da USP e ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad:

Durante o governo Lula [...] os ricos estavam se tornando mais ricos e os pobres, menos pobres. Por seu turno, as camadas médias tradicionais olhavam para a frente e viam os ricos se distanciarem; olhavam para trás e viam os pobres se aproximarem. Sua posição relativa se alterou desfavoravelmente. Se os rendimentos dessas camadas médias não perderam poder de compra medido em bens materiais, perderam-no quando medido em serviços. O verdadeiro shopping center das camadas médias brasileiras sempre foi o mercado de trabalho. A abundância de mão de obra barata lhes garantia privilégios inexistentes no núcleo duro do sistema. A empregada barata, a babá barata, o motorista barato. Serviços domésticos em quantidade eram a grande compensação pela falta de serviços públicos de qualidade (HADDAD, 2017).

Em outras palavras, mudanças — ainda que tópicas — na estrutura social do país geraram, de um lado, esperanças de avanços ainda maiores. Mas de outro lado geraram resistências por parte de um setor ligado aos valores da ordem, interessado na manutenção do *status quo* anterior aos governos progressistas. Faz sentido, nessa perspectiva, a tese do cruzamento de classes esboçada por Singer. Junho de 2013 não vocalizou apenas as insuficiências de um país que avançava, mas a passo de tartaruga; vocalizou também anseios diversos e

soluções opostas para esses mesmos problemas. Junho trouxe a luta de classes para as arenas das redes e das ruas.

Nesse ponto, é preciso lembrar que a insatisfação da classe média tradicional não havia encontrado, até 2013, canais adequados de expressão. A defesa da desigualdade social, ainda mais em um país como o Brasil, sempre havia sido feita de forma envergonhada, sem jamais exibir-se com desenvoltura no debate público.

Discurso tal jamais poderia ser proferido senão de modo oblíquo. Uma alternativa engenhosa seria pulverizar tais ideias na “atmo-esfera” pública, fazendo delas um sentimento difuso, daqueles que apenas se insinuam sem jamais se revelar por completo, e que muitas vezes se misturam até mesmo a noções de sentido oposto, besuntando-se do brilho iconoclasta do ideário progressista. Junho de 2013, com sua nova morfologia — baseada em convocações via redes digitais — e seus modelos orgânicos inéditos — menos argumentativos do que afetivos, baseados antes na imagem do que na palavra —, mostrou-se o ambiente ideal para dar vazão a tais inquietações.

Refração a partidos e lideranças, e consequente fragmentação da representação; dispersão e atomização de demandas; formação de nichos de interesse setorizados e, mesmo, individualizados, contando com a facilitação dos novos avatares digitais. Essas características permitiram que setores ligados às forças hegemônicas se imiscuissem no movimento, disputassem intensamente seus rumos e por fim, em muitos momentos e lugares, passassem a lhe ditar os passos. Essas forças não tardariam a perceber que o novo modelo de protestos poderia servir de cobertura para inúmeras reivindicações, boa parte delas incompatível com a orientação inicial.

É esse o elemento que se oculta por trás do caráter mutante de Junho de 2013. Caprichoso como a deusa Juno¹⁴ — na qual se inspira a denominação do sexto mês do ano —, o movimento deslizou para muito além de suas motivações iniciais. Nessa situação de volatilidade e imensa fluidez, as manifestações seguiram por sendas imprevistas. O movimento ganhou uma margem de liberdade semântica que lhe garantiu abertura a significados diversos. Modelos orgânicos atuantes nos primórdios das manifestações contribuíram para isso. “Ao, coerentemente, recusar uma prática que impusesse desde o alto o sentido das mobilizações, o MPL as abriu para visões de mundo muito diferentes da sua.” (SINGER, 2013, p. 33-34) Essas visões encontraram terreno fértil para propagar-se, pois não havia atores preocupados em politizar o debate, já que o MPL, principal referência da primeira fase do movimento, optou por focar a causa específica que defendia, abstendo-se de conectá-la às questões políticas mais gerais.

Permitiu-se, dessa forma, que os sentidos de Junho passassem a ser disputados por distintas confissões. Essa disputa assumiu contornos semióticos. Ícones de grande tradição, como a camisa da seleção brasileira de futebol, acabaram sacrificados às conveniências de um dos lados do espectro ideológico. A camisa canarinho foi ganhando, aos poucos, outras conotações. Terminaria capturada por aqueles que reivindicam, para voltar às palavras de

Junho trouxe a luta de classes para as arenas das redes e das ruas

14 Na mitologia romana, a esposa do deus Júpiter, a quem tantos dilemas causou por ter personalidade forte e exigir sempre a mais estrita satisfação de suas vontades.

Mariátegui (2012, p. 39), o “monopólio do patriotismo”.

Foi assim que atores e grupos de perfil conservador entraram na disputa, com o fito de imprimir aos acontecimentos suas próprias interpretações. A questão social, bem representada na luta pela redução do preço da passagem, foi gradativamente substituída pela agenda de setores neoconservadores da classe média, ancorada no moralismo e na negação da política.

7. JUNHO COMO ARENA DE DISPUTA

Junho de 2013 foi uma arena discursiva na qual grupos de diferentes orientações, e seus intelectuais orgânicos, mediram forças, ensaiaram movimentos e testaram inéditas formas associativas, muitas delas ligadas às novas tecnologias de informação e comunicação (GERBAUDO, 2021). Naquele espaço de natureza comunicacional, forças sociais, políticas e midiáticas ligadas ao campo conservador disputaram palmo a palmo o controle das redes e das ruas com partidos do campo progressista e movimentos sociais populares. Essa disputa chegou, por vezes, às vias de fato, como no mencionado episódio ocorrido na avenida Paulista em 20 de junho, quando um confronto violento opôs militantes de partidos, entidades estudantis e MPL, de um lado, e grupos que se diziam “contra os partidos”, de outro.

A chave para a compreensão das manifestações reside na luta política que se travava — e ainda se trava — na sociedade brasileira. As Jornadas de Junho não podem ser compreendidas em si mesmas, mas apenas à luz da disputa mais ampla em torno dos destinos do país. O movimento abrigou em seu ventre tendências contraditórias, tanto futuristas quanto passadistas, tanto avançadas quanto regressivas. Em vez de “encaixotar” os acontecimentos de junho em definições apriorísticas como *conservador* ou *progressista*, melhor é atentar para o comportamento das diferentes orientações políticas e para o que fizeram do episódio. O movimento não teve significados unívocos — Junho foram muitos “Junhos”. Por isso o movimento conservou desde sempre, e conserva ainda hoje, certa abertura de significados.

Essa abertura esteve garantida desde sempre pelas próprias soluções orgânicas do movimento, que revelou uma morfologia ampla, aberta e flexível, tecida de múltiplas vozes nem sempre afinadas entre si. O que confere a essa polifonia ruidosa uma aparência de unidade são os *significantes vazios* que a revestiram: lemas como “Vem pra rua!”, “O gigante acordou” ou “Amanhã será maior”; adereços como as máscaras de Guy Fawkes; práticas como a ocupação de espaços públicos. Essas formas são significantes vazios porque podem ser preenchidos por significados os mais diversos, inclusive antagônicos entre si, permitindo múltiplos deslocamentos semânticos e trocas de sinais. É dessa forma que o movimento escoregou, sorrateiramente, do apartidarismo para o antipartidarismo; do entusiasmo com a ação coletiva para a crítica da política em si mesma; do elogio do pluralismo para a expulsão violenta de atores e correntes; da oposição à ordem para as representações que repõem a violência da ordem; das lutas por justiça social para o moralismo anticorrupção.

O que tivemos no Brasil de 2013 foi uma singularidade sociológica: correntes hegemônicas e contra-hegemônicas disputando espaços nos mesmos eventos. Havia ali atores e grupos interessados em golpear o ciclo de governos progressistas Lula-Dilma, mas havia também os que pugnavam pelo aprofundamento do mesmo ciclo. Esse último contingente não era nada desprezível, a julgar pelos dados Cesop-Datafolha coletados em manifestação no Vale do Anhangabaú no dia 13 de agosto — em plena terceira fase do movimento. Se-

gundo a pesquisa, o governo Dilma Rousseff era avaliado como ótimo ou bom por 36,1% dos manifestantes. Se incluirmos os que o consideravam regular, a taxa sobe para 63%. Na mesma enquete, a gestão de Geraldo Alckmin, à época governador de São Paulo pelo PSDB, partido de oposição às gestões petistas, tinha 13% de ótimo e bom, percentual que subia para 29,8% se considerarmos os que o tinham por regular. Não é possível entender esses números sem admitir que havia entre os participantes das manifestações a opinião de que a situação do país não era ruim. Isso não significa, contudo, que entre os mais satisfeitos não houvesse também o desejo de avançar nas mudanças.

Investimentos e gastos sociais cresceram em termos absolutos no ciclo de governos de esquerda. Ainda assim, não acompanharam os avanços de uma população que adquiria maior poder de consumo. Vejamos, por exemplo, o caso dos investimentos em infraestrutura de transporte. Grandes massas da população trocaram os ônibus pelos jatos comerciais na hora de viajar, mas o investimento em aeroportos não acompanhou essa transição. Subestimou-se o fato, incontornável, de que a resolução de contradições em um nível engendra contradições em outro nível, mais elevado. É preciso manter sempre os olhos nas tendências que se abrem, pois o real é fluxo, e, como explanava Hegel (1991, p. 192), “a tendência é o puro impulso que ainda carece de sua realidade efetiva; e o resultado nu é o cadáver que a coisa deixou atrás de si”.

A verdade é que chegamos ao ponto em que os aumentos reais do salário mínimo e a ampliação do crédito popular já não bastavam. Apesar das inúmeras melhorias, questões estruturais permaneciam intocadas, sacrificadas que eram no altar da governabilidade. É esse o elemento capaz de explicar por que Junho assistiu, conforme já mencionado anteriormente, a uma explosão de greves e lutas trabalhistas, em um momento no qual se acumulavam melhorias, mas nuvens carregadas também se formavam no horizonte. Havia em significativos contingentes de manifestantes um clamor por “mais e melhores conquistas”, mas também, simultaneamente, um temor pela possibilidade de retrocessos. E havia os que viam esses retrocessos como “avanços” a serem buscados.

Não é possível compreender Junho de 2013 sem considerar a gradação de colorações ideológicas que o movimento foi capaz de abarcar. Nessa perspectiva, seria um equívoco pensar os protestos como mera antessala do “Fora Dilma!” e de tudo o que se seguiu, como se o significado das manifestações pudesse ser extraído apenas dos acontecimentos que lhe sucederam, numa espécie de “teleologia retrospectiva”. É verdade que Junho não pode ser desvinculado de seus desdobramentos. Mas também não pode ser reduzido a eles, como se todo o período posterior já estivesse contido desde sempre, ainda que em germe, nas manifestações. O posterior movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff não foi a “essência” de 2013, mas, na verdade, uma de suas tendências: aquela que conseguiu ganhar maior vigor de massas no período posterior.

É verdade que Junho não pode ser desvinculado de seus desdobramentos. Mas também não pode ser reduzido a eles

8. DESDOBRAMENTOS DE 2013

O período pós-2013 pode ser entendido a partir da “clivagem” das manifestações de junho, com a cisão entre as orientações opostas que nele coexistiram. As ações do lado conservador ganhariam, no período posterior, maior expressão de massa, desaguardo no movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff, enquanto organizações de esquerda e movimentos populares marchavam em direção oposta, impulsionando causas de sentido popular e democrático. Ambas as partes aprenderam com o episódio. Bandeiras surgidas em 2013 — as que se mostraram mais promissoras — foram selecionadas para investimento e, posteriormente, desenvolvidas como campanhas autônomas, como é o caso das iniciativas “anticorrupção” e do movimento “Não vai ter Copa”, entre outras. Junho também se constituiu em verdadeira incubadora de novas formas organizativas, contribuindo para oxigenar o associativismo civil.

O segmento político à direita passou a investir intensamente em novos modelos de ação civil¹⁵, apropriando-se da linguagem emanada das manifestações de junho. Desenvolveram-se nesse campo articulações como o Movimento Brasil Livre (MBL), criado em novembro de 2014, e o Vem pra Rua, que data de outubro do mesmo ano. Mais à direita, o estridente Revoltados On Line é o único que já existia em junho de 2013, porém com caráter distinto — era um movimento de combate à pedofilia (PAVARIN, 2017). Esse grupo foi mais tarde repaginado, passando a servir a causas políticas mais gerais, de conteúdo conservador. De forma geral, as lideranças desses movimentos são “homens brancos, que se apresentam como empresários, e têm seu discurso reverberado em setores de classe média e média alta [...]. Embora se afirmem apartidários, é comum o envolvimento de suas lideranças com as campanhas do PSDB.” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 205)

Vem pra Rua, MBL e Revoltados On Line representaram uma possibilidade de renovação para setores da classe média tradicional que se encontravam órfãos de opções associativas à direita. Esses movimentos surgem da observação atenta das manifestações de junho. É o que confirma Renan Santos, dirigente do MBL, em entrevista concedida ao projeto “Nas redes e nas ruas — o ciberativismo à luz do materialismo cultural”, desenvolvido sob nossa coordenação na Universidade Federal do Maranhão¹⁶. Ao ser indagado sobre como os acontecimentos de 2013 influenciaram a forma como o MBL se organiza, Santos responde:

Houve uma influência de 2013, tanto que a primeira manifestação que a gente organizou enquanto MBL [...] a gente marcou no [para o] Masp, porque o meu referencial de manifestação era o Masp, por conta das manifestações de 2013 e tal. A gente colocou caminhão de som porque achava que dali em diante tinha que haver liderança e foco e não virar aquela balbúrdia, de todo mundo falando o que queria e ninguém fazendo nada de útil, que foi 2013 (apud NUNES, 2020).

A influência que tiveram as manifestações de junho sobre os novos movimentos juvenis de direita pode ser rastreada desde suas denominações. O Vem pra Rua toma de

15 Esse investimento não provém apenas de atores e organizações do próprio país. Compreende os esforços de grupos de ultradireita com ação transnacional, que se aproveitam do rescaldo das manifestações de 2013 para promover no Brasil iniciativas diversas de formação e cooptação de quadros, incluindo cursos sobre “como construir com êxito um movimento social” (DEMORI, 2021).

16 O projeto analisou experiências de ativismo digital conduzidas por dois movimentos juvenis: a União da Juventude Socialista — de esquerda — e o Movimento Brasil Livre — de direita. Nosso objetivo foi mapear as formas como essas entidades construíram sua presença nos meios digitais.

empréstimo a conhecida palavra de ordem consagrada em 2013. Já a sigla MBL foi pensada como corruptela da abreviação MPL, fato corroborado por Renan Santos na entrevista supramencionada:

O nome Movimento Brasil Livre foi criado pelo Fábio Ostermann, originalmente em 2013, e eu acho que ele pensou numa brincadeira ali com o MPL, né? Mas quando a gente começou a tocar o nome a partir de 2014 esse referencial já não fazia mais sentido porque o Passe Livre já tinha meio que desaparecido, mas, enfim, na gênese tem relação, sim (apud NUNES, 2020).

Além da sigla, porém, não há qualquer outra similaridade entre os dois movimentos. Segundo a prestigiada *The Economist*, o MBL foi fundado para “promover as respostas do livre mercado para os problemas do país” (NICHE..., 2015, tradução nossa). Vários de seus dirigentes tiveram atuação na ONG Estudantes pela Liberdade, filial brasileira da Students for Liberty, que recebe financiamento dos irmãos Koch, donos de um dos maiores conglomerados empresariais dos EUA, com atuação principal nos setores de petróleo e gás. A corporação, que tem interesse no pré-sal brasileiro, é famosa nos EUA por escândalos diversos, incluindo compra de votos, degradação do meio ambiente e extração ilegal de petróleo em terras indígenas (CARLOS, 2015). A fim de assegurar seus interesses, os irmãos Koch “gastaram centenas de milhões em financiamentos de campanhas de candidatos extremistas hostis aos impostos, aos direitos sindicais e a qualquer tipo de controle de emissões de gases de efeito estufa” (MOLINA, 2019).

Ocorre que, apesar da aparência de “espontaneidade” das ações que lideravam, movimentos juvenis como MBL e Vem pra Rua dependiam de estruturas de poder pré-estabelecidas, vinculadas a setores do empresariado — de dentro e de fora do país — e à mídia corporativa. No mesmo sentido, embora tenham florescido em meio ao discurso contra os partidos e a política, esses movimentos se beneficiaram do apoio financeiro e logístico de partidos da direita tradicional (LOPES; SEGALLA, 2016). Esses partidos, evidentemente, não podiam aparecer como tais. Era necessário algum tipo de cobertura que conferisse às suas ações a aparência de erupções “espontâneas” de uma juventude enérgica, em busca de “mudanças”.

Nascem assim movimentos biônicos, que surgem para cumprir finalidades *ad hoc*, sem qualquer tradição de lutas, sem histórico de mobilizações em torno de causas especificamente juvenis. São movimentos de juventude que não empunham bandeiras típicas da juventude — o primeiro emprego, a ampliação de vagas em escolas e universidades, a melhoria da educação, a ampliação de políticas de cultura, esporte e lazer. Em vez disso, já nascem travando lutas políticas gerais, como se fossem partidos políticos. A fim de rivalizar com os movimentos sociais populares, com sua larga experiência no campo da mobilização democrática, essas entidades foram apresentadas como movimentos “modernos”, “horizontais” e “conectados”, em oposição às “velhas” entidades sindicais e estudantis.

Conectadas subterraneamente à política oficial e dotadas de financiamento e apoio técnico, essas organizações logo trataram de montar estruturas profissionais nas redes sociais, as quais, aliadas à cobertura implacável da grande mídia, contribuíram para a produtividade de seus esforços mobilizadores. As grandes manifestações por eles convocadas a partir de 2015, embora apresentassem uma multiplicidade de reivindicações, tinham sempre como alvo o governo da presidenta Dilma Rousseff. Com o passar do tempo, essas manifes-

tações — frequentadas em sua esmagadora maioria por pessoas das classes médias e altas (BÄCHTOLD, 2016) — revelaram um caráter intolerante e preconceituoso, descambiando abertamente para demonstrações de histeria fascista.

O lado oposto — nucleado pelos movimentos sociais de extração popular — também soube extrair lições de Junho. Essa parte do espectro civil ganhou expressão de massas em alguns momentos do período posterior, como na chamada Primavera Feminista de 2015, um marco da luta das mulheres pela igualdade de gênero. O movimento, com morfologia algo semelhante à de Junho, mesclou o formato de mobilização horizontal pelas redes com a liderança de partidos de esquerda e entidades do movimento feminista. Essa vertente da luta popular voltaria a protagonizar ações de massa durante a campanha eleitoral de 2018, com as manifestações de denúncia das posições misóginas de Jair Bolsonaro organizadas em torno da hashtag #elenão.

No mesmo campo político, o movimento estudantil — em particular o secundarista, com a flexibilidade que lhe é característica — também conseguiu ser efetivo na incorporação das novas formas gestadas em 2013, como se tornou claro no período das ocupações de escolas contra a reforma do ensino médio entre 2015 e 2016. Nesse caso, a combinação de estruturas horizontalizadas, comando unificado e clareza programática inaugurou uma forma de luta inédita. As ocupações conseguiram pautar a necessidade de uma formação humanista e cidadã, e representaram para o governo Temer um primeiro desafio.

9. CONCLUSÃO

Conforme procuramos deixar claro com essa narrativa dos acontecimentos de junho e seus desdobramentos, as manifestações de 2013 foram um gigantesco experimento a céu aberto, um laboratório social que projetou demandas e gestou métodos de mobilização que marcariam o cenário associativo dali em diante. Nessa fonte beberam tanto a direita quanto a esquerda, tanto as forças hegemônicas quanto as contra-hegemônicas, que procuraram, cada qual a seu modo, tirar lições daquela experiência.

Ambos os campos foram forçados a repensar suas formas de atuação, mas as forças conservadoras, em função de sua experiência e do maior investimento, foram mais ágeis. Esse campo político, mais bem dotado de recursos táticos, também mostrou visão estratégica apurada. Não por acaso, como indica o período posterior, conseguiu tirar melhor proveito de 2013, compreendendo o potencial do episódio e usando-o como alavanca para a construção de uma nova hegemonia, de caráter liberal-conservador.

* Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP) com estágio doutoral na University of Reading (Reino Unido). Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde atua no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. O presente artigo reúne trechos adaptados do livro *Sob o céu de Junho: as manifestações de 2013 à luz do materialismo cultural*, com lançamento previsto para agosto de 2023.

► Texto recebido em 19 de junho de 2023; aprovado em 23 de junho de 2023.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. esp., p. 41-47, jul. 2014.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Histórico das taxas de juros**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>. Acesso em: 4 jun. 2022.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CESOP; DATAFOLHA. **Manifestação MPL (Vale do Anhangabaú)**. São Paulo, ago. 2013. Disponível em: <www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3156>. Acesso em: 14 jun. 2023.

COCCO, Giuseppe. Introdução: a dança dos vagalumes. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014. p. 11-34.

DIEESE. Balanço das greves em 2013. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 79, dez. 2015.

FREDERICO, Celso. Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos. In: _____. **Ensaios sobre marxismo e cultura**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. p. 161-183.

GERBAUDO, Paulo. **Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo**. Tradução Dafne Melo. 1. ed. São Paulo: Funilaria, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. 2a. edizione. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1977. Volume terzo (cuaderni 12-29), p. 1507-2362.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Evolução do emprego com carteira de trabalho assinada (2003-2012). Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Evolucao_emprego_carteira_trabalho_assinada.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

_____. **Pnad Contínua**: séries históricas — Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 — fev-mar-abr 2023. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego>. Acesso em: 4 jun. 2023.

_____. **SCNT**: séries históricas — PIB a preços de mercado: taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 — 1º trimestre 2023. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa>. Acesso em: 2 jun. 2023.

LIMA, Pedro Luiz; SAWAMURA, Mateus Hajime. O ovo da serpente?: fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das Jornadas de Junho de 2013. **Leviathan — Cadernos de Pesquisa Política**, São Paulo, n. 13, p. 91-119, 2016.

LOCATELLI, Piero. **#VemPraRua**: as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. E-book.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Biología del fascismo**. Lanús Oeste: Nuestra América, 2012.

MARTUSCELLI, Danilo. Nicos Poulantzas e a teoria política do fascismo: 50 anos depois. **Princípios**, v. 40, n. 161, p. 41-60, mar./jun. 2021.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Para a crítica da economia política. In: _____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982a. p. 1-132.

MASON, Paul. **Why it's still kicking off everywhere: the new global revolutions**. 2. ed. London: Verso, 2012.

MIRANDA, João Vitor Silva. O conflito de interpretações nas esquerdas a respeito das manifestações de junho de 2013. **Revive — Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 422-435, ago./dez. 2017.

MORAES, Alana et al. (Org.). **Junho**: potência das ruas e das redes. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2014.

MPL — MOVIMENTO PASSE LIVRE — SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São

Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 13-18.

NERI, Marcelo (Coord.). **Miséria em queda**: mensuração, monitoramento e metas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: <www.cps.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/CPSdaFGV_IBRE_Mis%C3%A9riaEmQuedaFim2.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

NUNES, Mirela Silva. **Ciberativismo**: uma análise da atuação do Movimento Brasil Livre como mobilizador político nas redes sociais. 2020. Relatório final (Programa de Bolsas de Iniciação Científica) — Departamento de Comunicação Social, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. Orientação: Fábio Palácio.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022.

PEREZ, Olivia Cristina. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. **Revista Izquierdas**, Colômbia, n. 50, p. 1-16, jun. 2021.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita volver!**: o retorno da direita e o processo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197-212.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. Alain de Benoist e a Nova Direita Europeia: gramscismo de direita, revolução conservadora e fascismo cultural. **Princípios**, v. 41, n. 163, p. 208-239, jan./abr. 2022.

WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

_____. **The long revolution**. Peterborough: Broadview Press, 2001.

REFERÊNCIAS HEMEROBIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Roberto. A nação presa na gangorra. **Carta Capital**, n. 984, p. 20, 27 dez. 2017.

ANDRADE, Hanrikson de. "Grito dos Excluídos" percorre avenida no centro do Rio após desfile da Independência. **UOL**, Rio de Janeiro, 7 set. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/09/07/grito-dos-excluidos-percorre-avenida-no-centro-do-rio-apos-desfile-da-independencia.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

AO MENOS 23 cidades tiveram Câmaras ocupadas. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 25 jul. 2013. Política. Disponível em: <<https://dev.redebrasilatual.com.br/politica/ao-menos-23-cidades-tiveram-camaras-municipais-ocupadas-3546>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**, São Paulo, 31 ago. 2013. Política. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BÄCHTOLD, Felipe. Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2016. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BARREIRA, Gabriel. Manifestantes decidem manter ocupação da Câmara Municipal do Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/manifestantes-decidem-mantem-ocupacao-da-camara-municipal-do-rio.html>>. Acesso em: 4 maio 2023.

_____; THUM, Tássia. Após ato pacífico de professores no Rio, grupo tenta incendiar Câmara. **G1**, Rio de Janeiro, 8 out. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/apos-ato-pacifico-de-professores-no-rio-grupo-tenta-incendiar-camara.html>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BARRUCHO, Luís Guilherme. Centrais sindicais testam Dilma com paralisação nacional. **BBC News Brasil**, São Paulo, 11 jul. 2013. Disponível em: <<https://ury1.com/I9Y2F>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BERGAMIM JR., Giba. Novo ato contra tarifa faz até colégio fechar mais cedo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo,

8 jun. 2013. Cotidiano, C1. Disponível em: < <https://acesse.one/RW4kq> >. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____; KREPP, Ana; SOUZA, Felipe. Após suspender protestos, Movimento Passe Livre de SP volta atrás. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299643-apos-suspender-protestos-movimento-passe-livre-de-sp-volta-atras.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

“BLACK Blocs” assumem linha de frente em SP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 set. 2013. Poder, A10. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/128016-black-blocs-assumem-linha-de-frente-em-sp.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BOMBAS e balas de borracha deixam centro em pânico. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Cotidiano, C2. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/113959-bombas-e-balas-de-borracha-deixam-centro-em-panico.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CARLOS, Antônio. Quem está por trás do protesto no dia 15. **Outras Palavras**, São Paulo, 11 mar. 2015. Disponível em: <<https://ury1.com/e8wsp>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CONFIRA os cinco “pactos em favor do Brasil” definidos por Dilma. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2013. Disponível em: <<https://11nk.dev/25EDz>>. Acesso em: 6 maio 2023.

DEMORI, Leandro. O criador: radical católico da Espanha treinou extrema direita brasileira em 2013 com táticas que elegeram Bolsonaro. **The Intercept Brasil**, 18 ago. 2021. Disponível em: <<https://ury1.com/CcxsF>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FELLET, João. Tumulto marca abertura da Copa das Confederações. **BBC News Brasil**, São Paulo, 15 jun. 2013. Disponível em: < <https://11nq.com/fgAep> >. Acesso em: 6 maio 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. Desigualdade caiu 1,89% com FHC e 9,22% com Lula. **Blog da Cidadania**, 30 jul. 2013. Disponível em: <<https://urx1.com/1LGaz>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. **Piauí**, n. 129, jun. 2017. Disponível em: <<https://acesse.one/iRCq2>>.

HOSTILIZADOS, petistas abandonam ato pós-redução de tarifa em SP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: < <https://11nk.dev/19Luj> >. Acesso em: 11 jun. 2023.

JORNALISTAS são feridos por disparos de policiais militares. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2013. Cotidiano, C2. Disponível em: < <https://11nk.dev/4CMRB> >. Acesso em: 15 jun. 2023.

LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. **UOL**, São Paulo, 27 maio 2016. Disponível em: <<https://acesse.one/AYgcb>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MAIA, Gustavo. Professores da rede municipal ocupam plenário da Câmara no Rio. **UOL**, São Paulo, 26 set. 2013. Disponível em: <<https://11nk.dev/KHmpz>>. Acesso em: 4 maio 2023.

MANIFESTANTES invadem cobertura do Congresso Nacional. **G1**, Brasília, 17 jun. 2013a. Distrito Federal. Disponível em: < <https://11nk.dev/s6yT4> >. Acesso em: 31 maio 2023.

MANIFESTANTES votariam em Barbosa para presidente. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2013b. Cotidiano, C6.

MOLINA, Antonio Muñoz. Irmãos Koch, os donos do mundo. **El País**, 23 set. 2019. Disponível em: <<https://urx1.com/XmQDc>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MOVIMENTO Passe Livre repudia violência contra partidos políticos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: < <https://11nk.dev/dR8Gt> >. Acesso em: 11 jun. 2023.

NADDEO, André; CIRILO JUNIOR. RJ: manifestante teria sido baleado em frente à Alerj. **Terra**, São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em: <<https://acesse.one/j4qF6>>. Acesso em: 4 maio 2023.

NICHE no longer: Thatcherism is winning adherents. **The Economist**, London, February 26, 2015. Disponível em: <<https://ury1.com/kYvck>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

“OCUPA Cabral” promete outra noite em frente a casa do governador do RJ. **G1**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2013. Disponível em: <<https://11nk.dev/jhgdE>>. Acesso em: 3 maio 2023.

PAVARIN, Guilherme. O ostracismo do maior revoltado online. **Piauí**, São Paulo, 26 maio 2017. Disponível em: < <https://acesse.one/vDU7U> >. Acesso em: 13 jun. 2023.

PROTESTO contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 jun. 2013a. Cotidiano, C1. Disponível em: < <https://acesse.one/RXaba>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PROTESTO mais violento contra tarifa tem confrontos em série e vandalismo em SP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2013b. Cotidiano, C1. Disponível em: < <https://l1nk.dev/pZyPu>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PROTESTOS e tumulto marcam 7 de Setembro pelo país. **BBC News Brasil**, 7 set. 2013a. Disponível em: < <https://urx1.com/geoMV>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PROTESTOS pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas. **G1**, São Paulo, 18 de junho de 2013b. Brasil. Disponível em: < <https://acesse.one/C9pfe>>. Acesso em: 30 maio 2023.

PROTESTOS pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos. **G1**, São Paulo, 21 jun. 2013c. Brasil. Disponível em: < <https://l1nk.dev/7WVK7>>. Acesso em: 31 maio 2013.

RIO tem confronto de manifestantes e PMs. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2013. Cotidiano, C4.

RODRIGUES, Fernando. Descrença nos Três Poderes subiu em 10 anos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2013. Cotidiano, C8. Disponível em: < <https://l1nk.dev/FO2sH>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

VEJA pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. **G1**, São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: < <https://acesse.one/xLB06>>. Acesso em: 6 maio 2023.

O Brasil míope

As Jornadas de Junho e a crise da racionalidade

Myopic Brazil
June Journeys and crisis of rationality

Leonardo Lani de Abreu*
Marcos Vinicius Silva de Araújo **

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.003>



Nicson Olivier / Flickr

Manifestante usa a máscara de Guy Fawkes, símbolo do movimento ciberativista Anonymous, durante manifestação no Rio de Janeiro (RJ) em 20 de junho de 2013

RESUMO

As Jornadas de Junho, lideradas inicialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL), evoluíram de um manifesto de tons locais para uma das maiores mobilizações da história da democracia brasileira, como evidenciado pela forte cobertura midiática em níveis transnacionais. As interpretações acerca dessa mobilização não são consensuais e se bipartem: alguns creditam a 2013 o surgimento de uma consciência político-institucional mais incisiva, outros pensam que o movimento não foi propositivo e fez aparecer, no tecido social, ondas de autoritarismo e ultraconservadorismo até então invisíveis. Certo é que os eventos alteraram profundamente a configuração social e política, algo que não se via desde o levante que marcou a interrupção do mandato de Fernando Collor. Nessa linha de análise, este artigo pretende, a partir de uma perspectiva materialista histórica, argumentar sobre o quanto as ocorrências daquele mês foram guiadas por um sentimento de irracionalidade, que se filia à lógica neoliberal hoje hegemônica. Parte do argumento elenca as repercussões das ondas de protesto ao longo do tempo.

Palavras-chave: Jornadas de Junho. Racionalidade. Crise política. Democracia.

ABSTRACT

The June Journeys, initially led by the Free Fare Movement (MPL, in Brazilian acronym), evolved from a locally-toned manifesto to one of the largest mobilizations in the history of Brazilian democracy, as evidenced by strong transnational media coverage. The interpretations about this mobilization are not consensual and are divided into two parts: some credit 2013 with the emergence of a more incisive political-institutional consciousness, while others believe that the movement was not proactive and brought to the surface waves of authoritarianism and ultraconservatism that were previously invisible in the social fabric. It is certain that the events profoundly altered the social and political configuration, something that had not been seen since the uprising that marked the interruption of Fernando Collor's term. In this line of analysis, this article aims to argue, from a materialist historical perspective, how much the occurrences of that month were guided by a sense of irrationality that is consistent with the currently hegemonic neoliberal logic. Part of the argument lists the repercussions of protest waves over time.

Keywords: June Journeys. Rationality. Political crisis. Democracy.

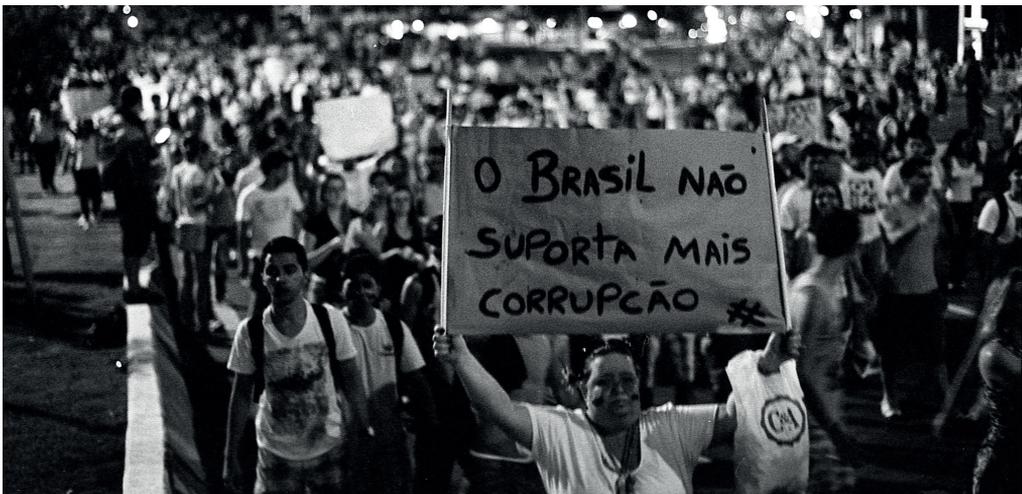
1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A sentença “O tempo é senhor da razão”, como toda aquela cunhada pela sabedoria popular, encerra concomitantemente uma grande parcela de verdade e um apreciável grau de imprecisão. Não existe nenhuma garantia de que os indivíduos, por exemplo, fiquem mais sábios com o transcorrer do tempo, caso se entenda a sabedoria como sinônimo de uma vida orientada por parâmetros éticos. Uma versão mais erudita do adágio anterior é a de que “a coruja de Minerva somente começa seu voo com a irrupção do crepúsculo” (HEGEL, 2010, p. 44), o que significa que a compreensão é sempre *a posteriori* e que os seres humanos estão condenados a alcançar o sentido dos acontecimentos apenas depois que eles se verificaram.

Marx (2007) redarguiu que, mais importante do que interpretar o mundo, é transformá-lo. Em outras palavras, é possível que o ser humano se antecipe às ocorrências da realidade e lhes imprima a orientação que melhor lhe aprouver. Entretanto, para que isso venha a ocorrer, é fundamental que ele goze de liberdade, entendida aqui, principalmente, como liberdade econômica. A falha mais gritante do pensamento liberal é a referência abstrata à liberdade, como se esta pudesse ser desvinculada das condições materiais que a possibilitam. Necessário se faz ter cuidado diante de generalizações abstratas, de modo a não hipostasiar conceitos, uma vez que essa atitude pode levar à distorção da realidade ontologicamente correta (LUKÁCS, 2018). Esse desacerto, por óbvio, é intencional, e visa a dissimular o fato de que, numa ordem social assentada na desigualdade, o acréscimo à liberdade de uns se dá à custa do decréscimo da liberdade de outros.

Para que todos possam desfrutar de liberdade efetiva, os meios de produção material da existência precisam ser de propriedade comum (TONET, 1999). Enquanto isso não acontecer, a dominação do homem pelo homem continuará a ser a pedra de toque das relações humanas. Não é preciso nenhum esforço imaginativo para constatar que aqueles que são beneficiados pelo atual estado de coisas não estão dispostos a ceder um milímetro de seus privilégios para permitir que os sujeitos mais desfavorecidos experimentem um incremento no seu nível de autodeterminação. Bem ao contrário disso, observa-se que os be-

Udayam R. Bassu/Flickr



Cartaz contra a corrupção em manifestação de 20 de junho de 2013 em Vitória (ES)

neficiários do *establishment* empreendem todos os esforços na manutenção dele. No plano das ideias, a tentativa de justificação da organização social em que se vive recebe o nome de ideologia (FROMM, 2013).

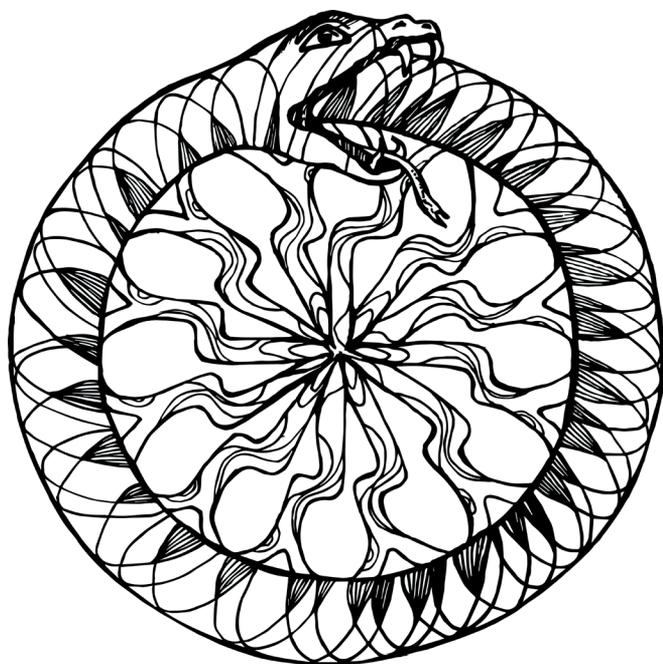
A ideologia é camaleônica ao extremo e muda de feição de acordo com o momento histórico em que se insere. Nos ambientes acadêmicos, tem sido comum criticar os conceitos-chave do pensamento moderno, especialmente aqueles relacionados ao progresso, à verdade e à razão. Essa postura que contesta as linhas de força da filosofia moderna é um reflexo daquilo que se convencionou chamar de pós-modernidade, fenômeno que repercute nas mais diversas áreas da sociedade (HARVEY, 2008). É verdade que os postulados modernos assumiram, com alguma frequência, uma roupagem falsamente universalizante, usada para apresentar como de interesse geral o que satisfaz aos interesses de poucos. O problema é que os críticos da modernidade deixaram de aplicar o método por eles desenvolvido a suas próprias formulações, tornando-se, assim, incapazes de ver o quanto elas estão eivadas de ideologia.

Nunca se pode perder de vista que as noções forjadas pelas classes dominantes são, volta e meia, ressignificadas dialeticamente pelas classes dominadas. Não por acaso, logo após a Revolução Francesa de 1789, teve início a Revolução Haitiana, também conhecida por Revolta de São Domingos (1791-1804), a qual, valendo-se do ideário dos revolucionários burgueses franceses, desembocou no fim da escravidão e na independência do Haiti, primeira república gerida por pessoas de ascendência africana (HUNT, 2009). Todo período histórico é atravessado por contradições, e a modernidade não constitui exceção a essa regra. Negar ou desvalorizar seus elementos progressistas equivale a jogar fora a água do banho, o bebê e a bacia.

A acusação de que a razão moderna está a serviço da homogeneização do mundo não pode encobrir o fato de que o irracionalismo, ao naturalizar as relações sociais, serve à perfeição ao propósito de acumulação capitalista, como anteviu Georg Lukács (1885-1971):

a demagogia e a tirania fascista são apenas a culminância de um longo processo, inicialmente tido como “inocente” (em termos da filosofia pura ou, no máximo, em termos da visão de mundo): A Destruição da Razão. Esse processo, cujos primórdios devem ser procurados na luta romântico-reacionária, pela restauração do feudalismo, contra a Revolução Francesa, e cuja culminância, como vimos, acontece no período imperialista do capitalismo, não se restringia de maneira alguma apenas à Alemanha. Tanto as suas origens como a sua forma de manifestação hitlerista, bem como a sua permanência no presente, têm raízes socioeconômicas internacionais, e por isso a filosofia irracionalista se manifestava igualmente em escala internacional (LUKÁCS, 2020, p. 82).

Há muito mais a apor contra a exploração econômica capitalista do que a reprovação moral. É comum, todavia, que uma grande parcela de indivíduos incorra no discurso de moralização da política, consistente em analisar a vida pública sem levar em conta a totalidade econômica que a condiciona, como se aquela dependesse unicamente da subjetividade dos que a encabeçam. Daí o motivo pelo qual a miopia racional à brasileira é um assunto apropriado, pois reflete a incapacidade do país de enxergar além da realidade imediata. A tese central do artigo é a de que muitos dos que saíram às ruas em 2013, conquanto tivessem boas intenções, estavam acometidos dessa miopia e colaboraram, involuntariamente ou não, para a erosão da institucionalidade brasileira, da qual os ataques terroristas perpetrados em



Ouroboros, serpente mitológica que engole a própria cauda, formando um círculo

Brasília no dia 8 de janeiro de 2023 são o exemplo mais flagrante. Ao final, conclui-se que o legado das Jornadas de Junho continua em disputa e pode ser apropriado pelo campo popular, desde que a perspectiva revolucionária seja assumida sem maior reserva.

2. A VIDA POLÍTICA BRASILEIRA, OU A SERPENTE QUE DEVORA A SI MESMA

Já era previsível que o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em uma das eleições mais polarizadas da história brasileira, não seria fácil. Surpreende que, logo na primeira semana de gestão, ele tenha enfrentado uma crise de grandes proporções. Após o encerramento do pleito eleitoral, em 30 de outubro de 2022, a ideia de uma pretensa harmonia nacional, frequentemente usada para camuflar os conflitos que existem na sociedade, tornou-se praticamente indefensável. A vitória apertada do candidato petista, por menos de dois pontos percentuais, e as reações de inconformismo observadas entre o fim das eleições e a posse do novo governo — bloqueios nas estradas, acampamentos em frente a quartéis, agressões a eleitores do campo progressista, queima de carros e ônibus em Brasília e divulgação maciça de notícias falsas — demonstram que, se Bolsonaro foi derrotado, o mesmo não se pode dizer do bolsonarismo.

A escalada de violência no estertor do mandato bolsonarista causou uma grande apreensão entre os militantes da esquerda, que chegaram a temer pelo pior: um novo golpe de Estado, referendado pelas Forças Armadas, que lançaria o país de volta para o passado, solapando as tímidas conquistas sociais de épocas mais recentes, sacramentando o fito neoliberal de entronização do lucro como fim último da sociedade e desencadeando perseguições de toda sorte contra os opositores do *status quo*. No primeiro dia de 2023, no Brasil, um ato simbólico trouxe alento aos que almejam uma nação mais inclusiva e com oportunidades à disposição de todos os cidadãos: Lula subiu a rampa do Palácio do Planalto ladeado por oito pessoas representativas da diversidade brasileira mais a cadela Resistência. No fim do trajeto, a faixa presidencial foi passada de mão em mão até ser entregue a Lula por Aline Sousa, uma mulher negra de 33 anos que trabalha como catadora de materiais recicláveis (MEYERFELD, 2023b).

Existe um *continuum* entre junho de 2013 e janeiro de 2023, em relação ao sentimento antissistêmico, à desconfiança nas instituições e à descrença na democracia

vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25), como não se esquece de acrescentar o pai do materialismo histórico-dialético, teoria que, em busca de explicar o ser social, rechaça qualquer especulação filosófica abstrata e enfatiza o movimento, as contradições e a pressuposição de que o mundo material é uma realidade primária que se reflete na consciência, realidade secundária (NETTO, 2020). Sem adentrar na controvérsia sobre a inevitabilidade ou não da revolução socialista, que ultrapassa os limites do presente trabalho, pode-se asseverar que certas categorias marxianas, nomeadamente as de totalidade, mediação e contradição, mantêm-se atuais e podem orientar a ação coletiva em uma época na qual o espontaneísmo político é tão incensado.

A incapacidade do Brasil em escapar dos ciclos de autoritarismo e violência que povoam sua história remete a Ouroboros, serpente mitológica que engole a própria cauda formando um círculo. Ao contrário desse ser fantástico que representa o ciclo da vida, da renovação e do nascimento (CIRLOT, 2018), as agruras brasileiras lembram mais um processo de autofagia pura e simples. A menos que ocorra uma revolução socialista que supere o sistema capitalista, a vida social continuará a ser caracterizada pelo eterno retorno do mesmo, mantendo tudo e todos em estado de inércia. Esse conservadorismo nada tem de cômico e atesta que, entre os oprimidos do Sul e do Norte do globo terrestre, é mais exato afirmar que “as tragédias se repetem como tragédias” (GALEANO, 2008, p. 121).

Existe um *continuum* entre junho de 2013 e janeiro de 2023, em relação ao sentimento antissistêmico, à desconfiança nas instituições e à descrença na democracia (MORAES; JOURDAN; FERREIRA, 2015). Porém, o que diferencia ambos os circuitos de tempo é que, se há uma década era possível identificar, em meio à cacofonia do momento, certo clamor por mais democracia e direitos, expresso na célebre frase “Não é só por 20 centavos”, hoje os autointitulados patriotas não hesitam em exigir uma intervenção militar “nos moldes constitucionais”, mesmo que tal medida careça de qualquer amparo jurídico.

O júbilo gerado pela festa de posse do novo líder logo se dissipou. Uma semana depois, em um gesto igualmente simbólico, hordas enraivecidas, paramentadas de verde e amarelo, invadiram a praça dos Três Poderes e protagonizaram um espetáculo de barbárie, caracterizado pela destruição de prédios públicos, vandalização de obras de arte, roubo de bens do Estado e outras ações criminosas, o que deixou claro que os setores mais privilegiados da sociedade brasileira não estão inclinados a buscar acordos ou consensos com a sociedade em geral. Os atos não apenas levaram à prisão de mais de mil pessoas, mas também contribuíram para criar um generalizado clima de pessimismo quanto ao futuro (MEYER-FELD, 2023a).

A eclosão do Oito de Janeiro quase dez anos após as Jornadas de Junho confirma o ditado de que a história se repete, “a primeira

As Jornadas de 2013 perderam o rumo quando a mídia corporativa, inicialmente antipática a elas, percebeu seu potencial desgastador para o governo Dilma Rousseff, passando a inflá-las de todas as maneiras possíveis. É desconcertante observar essa propaganda “gratuita”, visto que a ocultação é um dos padrões de manipulação da grande imprensa identificados por Perseu Abramo (1929-1996). Isso significa que os veículos de comunicação têm a tendência de deliberadamente ignorar fatos que não se alinham com seus interesses, por mais que esses atendam aos requisitos de noticiabilidade (ABRAMO, 2016). O uso dos *slogans* “Vem pra rua” e “O gigante acordou”, tomados de empréstimo, respectivamente, de campanhas publicitárias da Fiat e da marca de uísque Johnnie Walker, fez pairar sobre a mobilização a suspeita de consumismo e alienação política (SLOGANS..., 2013).

O Movimento Passe Livre (MPL) não tardou a perceber que os protestos estavam ganhando uma inflexão reacionária e encetou uma saída estratégica de cena (GROSSI, 2013). Com o tempo, o movimento perdeu força, mas as suas repercussões negativas foram sentidas em crescente intensidade nos anos seguintes, desde a onda do lava-jatismo até a eleição atribulada de Dilma Rousseff, a frustração dos derrotados com o resultado eleitoral, as dificuldades enfrentadas pela presidenta eleita no Congresso, a abertura do processo de impeachment, o golpe jurídico-parlamentar de 2016, o governo Temer, a prisão de Lula e, finalmente, a ascensão da extrema direita ao poder com a chancela do voto popular. A euforia da população com a revogação do aumento das tarifas em algumas cidades durou pouco: entre 2013 e 2021, a deterioração da política e da economia nacionais resultou no aumento acumulado de 46% no valor da tarifa do transporte coletivo apenas na capital paulista (LOPES, 2021), fato revelador das limitações do reformismo.

Ainda que as Jornadas de Junho tenham sido frequentemente descritas como um movimento espontâneo, a realidade é que sua organização envolveu uma multiplicidade de atores, a começar pelas lideranças que promoveram diversas iniciativas, tais como a redação de manifestos, impressão e distribuição de panfletos, produção de material para a internet e convocação para os atos. Houve quem sugerisse que agentes do imperialismo podem ter desempenhado um papel nevrálgico no movimento, possivelmente para enfraquecer o gover-

Leo Aversa



As tecnologias digitais foram essenciais para impulsionar as Jornadas de Junho

no antes das eleições de 2014 (STEDILE, 2013). A hipótese pode despertar algum ceticismo, mas não se pode ignorar o histórico de ingerências estrangeiras nos assuntos internos do país ao longo da história. A centralidade das tecnologias digitais foi essencial ao impulso do evento, que surpreendeu analistas políticos dentro e fora do Brasil, dada a sua magnitude.

A máscara de Guy Fawkes, símbolo do movimento ciberativista Anonymous, tornou-se um adereço comum nos protestos de junho de 2013 e em outras manifestações semelhantes ao redor do mundo (TORINELLI; SALLAS, 2014). Não convém, entretanto, superestimar o papel que a internet e os *smartphones* desempenharam no movimento, que só ganhou tamanho vulto por estar ancorado no descontentamento com problemas bem palpáveis, dos quais se enumeram, a título de exemplo, os preços altos dos transportes públicos, os pesados gastos com a Copa do Mundo, os frequentes escândalos de corrupção, as deficiências na mobilidade urbana em particular e nos serviços públicos em geral, a falta de oportunidades econômicas para a população mais jovem e as promessas incumpridas do desenvolvimentismo.

3. PARA QUEM NÃO SABE AONDE IR, QUALQUER CAMINHO É BOM

— Gatinho de Cheshire — começou a dizer timidamente, sem ter certeza se ele gostaria de ser tratado assim, mas ele apenas abriu um pouco mais o sorriso. “Ótimo, parece que gostou”, pensou ela, e prosseguiu:

— Podia me dizer, por favor, qual é o caminho para sair daqui?

— Isso depende muito do lugar para onde você quer ir — disse o Gato.

— Não me importa muito onde... — disse Alice.

— Nesse caso, não importa por onde você vá — disse o Gato.

Carroll (1980, p. 74)

No repúdio ao uso de bandeiras de legendas políticas nas Jornadas de Junho, através de palavras de ordem como “O povo, unido, não precisa de partido!” e “Sem partido!” (STURM; LEAL, 2013), subjaz tanto uma crítica ao imobilismo das organizações tradicionais da esquerda, muitas vezes engessadas pela burocracia e pelo autoritarismo, quanto um desejo por uma participação política mais horizontal e inclusiva. Embora essas posições sejam compreensíveis e até louváveis, é válido reconhecer que, sem organização e liderança, os reclames para transformar a sociedade caem no vazio. Menciona o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han que

ondas de indignação são extremamente eficazes na mobilização e aglutinação da atenção. Mas, devido ao seu caráter fluido e à sua volatilidade, não são adequadas para a configuração do discurso público, do espaço público. São, para esse efeito, demasiado incontroláveis, incalculáveis, instáveis, efêmeras e amorfas (HAN, 2016, p. 19).

Mesmo os que, a exemplo de István Mészáros (1930-2017), consideram que o desenvolvimento da consciência comunista pelas massas e nas massas exhibe vantagens incedíveis são obrigados a concluir que não é possível começar do zero para inaugurar um sistema político-econômico isento de máculas: “É necessário recorrer, portanto, às mediações, interligando, de um modo estratégico e exequível, o presente a um futuro realizável.”



Golpe frustrado: bolsonaristas promovem ataque terrorista à praça dos Três Poderes (Brasília) em 8 de janeiro de 2023

(MÉSZÁROS, 2022, p. 449) É digno de nota que o sentimento antipolítica e antissistema tenha dado o tom das manifestações, sobretudo porque se trata de um dos fios condutores da ideologia neoliberal.

O neoliberalismo ou capitalismo contemporâneo “particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 225). O capitalismo, em sua busca irrefreada por expansão e concentração, ressent-se de qualquer controle social, por mínimo que seja. Esse modelo de produção, que concentra a riqueza em uma extremidade da sociedade e inevitavelmente aumenta a miséria na outra extremidade, só pode ser mantido mediante a repressão severa, o que responde ao porquê de a vaga fascista ter se agigantado em diversos países do globo.

O melhor dos sonhos capitalistas é a instauração de um Estado mínimo, pobre em direitos sociais e pródigo em normas penais. Decerto esse projeto é inviável a médio e longo prazos, seja porque é incompatível com os processos naturais que sustentam a vida, seja porque esbarra na resistência das classes populares. Mas a insubmissão popular não brota *ex nihilo*. Ela precisa ser despertada pela transmissão da teoria, que adquire, em contato com as massas, o *status* de força material. Em conformidade com Lênin (2020), expoente da Revolução Soviética de 1917, reitera-se a indispensabilidade da teoria revolucionária para o movimento revolucionário.

Apesar da advertência, muitos ativistas insistem em desconsiderar a teoria, acreditando que atitudes voluntaristas são suficientes para despertar as massas de sua letargia. A política tem sido marcada por uma simplificação excessiva, em que o *slogan* e a repetição irrefletida de bordões teóricos substituem a reflexão cuidadosa (FREIRE, 2013). Não basta replicar o mote foucaultiano de que onde há poder há resistência (FOUCAULT, 1988). É preciso mensurar adequadamente a capacidade de poder e de resistência dos atores envolvidos numa dada relação. Sem isso, a resistência ao poder pode ser uma mera bravata, como quando setores da esquerda repetiram *ad nauseam*, em 2016, que não haveria golpe, e o golpe aconteceu a despeito de toda a oposição popular. Aconteceu processo semelhante com a prisão de Lula, que causou menos revolta do que o esperado.

Algumas pessoas, mesmo não alinhadas com as posições doutrinárias, argumentam que a deposição de Dilma e o encarceramento de Lula são o corolário lógico dos malfeitos executados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Não cabe ignorar, aqui, os desvios cometidos pela sigla, esmiuçar as filigranas jurídicas dos processos que resultaram na destituição das duas lideranças e muito menos empreender uma defesa da agremiação política. O propósito é analisar as ocorrências à luz do materialismo histórico. Marx, infenso aos posicionamentos idealistas, defende a concepção de que tanto o direito como o Estado não são realidades subsistentes em si mesmas nem desdobramentos do desenvolvimento do Absoluto, advindo, antes, da configuração econômica da sociedade, “a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.” (MARX, 2008, p. 47)

Antes que se acuse Marx de reducionismo econômico, é preciso destacar que, para ele, as condições materiais “condicionam”, e não “determinam” as formas sociais. Uma vez criadas, estas últimas gozam de relativa independência e podem retroagir sobre a estrutura econômica. Vale lembrar que as formas sociais nunca se autonomizam por completo das condições materiais, pois isso implicaria a fantasmagoria e o fetiche da idealidade rejeitados por Marx. A operação Lava Jato, com seu marcante caráter de classe, confirma as intuições marxianas sobre o direito, evidenciando como as relações econômicas e políticas são interdependentes e como o direito pode ser utilizado para manter e reproduzir as desigualdades sociais. A leniência com os corruptores, agraciados com os benefícios oriundos das delações premiadas, lança dúvidas sobre a capacidade da operação em erradicar a corrupção no país, muito alardeada pelos seus membros e defensores.

É sabido que em política não existem coincidências, de modo que o Oito de Janeiro de 2023 é, em grande medida, uma continuação do ocorrido em junho de 2013. Desacoplar os dois eventos é recair na atitude fragmentária típica da consciência pós-moderna, particularizada sobretudo pela recusa obstinada à noção de totalidade (NETTO, 2010). Minimizar o potencial heurístico do conceito de classe, sem ter em vista que a hierarquização das diferenças é o ponto fulcral da sociabilidade capitalista, não passa de identitarismo burguês, haja vista que só no âmbito conceitual é possível falar em raça e gênero de maneira apartada das variáveis econômicas da existência. A opressão cultural é inseparável da exploração econômica, já que lhe pavimentou o caminho.

Lukács nunca se cansou de enfatizar a importância do conceito de totalidade, como se infere desta passagem do livro *História e consciência de classe*, publicado originalmente em 1923: “A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes constituem a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova.” (LUKÁCS, 2003, p. 105) Quando Marx avança que a sociedade burguesa é uma totalidade, ele não a toma como um todo funcional em que as partes se ajustam entre si de forma mais ou menos harmônica, conforme preceituado pelas teorias funcionalistas, mas sim como “um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente” (NETTO, 1998, p. XXIX).

A burguesia sofre de uma cegueira cognitiva em relação ao conceito de totalidade, uma vez que sua sobrevivência está atrelada à inexistência das suas tentativas de apreender as razões pelas quais existe. Caso obtivesse a compreensão exata dessas razões, seria for-

As metamorfoses do capital agudizam as contradições sociais, ao invés de mitigá-las, e cabe aos que se identificam com os ideais de esquerda, mormente o da implantação de uma sociedade em que inexistam exploradores e explorados, inventividade para converter o desgosto provocado por esse acirramento de contradições em energia para a mudança social

çada a admitir que é a grande responsável pelas privações materiais e intelectuais que acosam a maioria da população, daí a sua aquilatação individualizante dos fenômenos sociais. Em contraposição ao individualismo nas suas mais variadas expressões, Lukács assinala que só a classe pode transformar a realidade social em sua totalidade. Como se acabou de ver, a única classe que está à altura dessa tarefa é o proletariado, que, “como sujeito do pensamento da sociedade, rompe de um só golpe o dilema da impotência, isto é, o dilema do fatalismo das leis puras e da ética das intenções puras” (LUKÁCS, 2003, p. 125).

É incompreensível achar que existe uma paridade de armas entre direita e esquerda. Enquanto a primeira conta com o apoio maciço do empresariado, setor financeiro, agronegócio, militares da ativa e da reserva das três Forças Armadas e das polícias militares, grandes meios de comunicação, setores mais reacionários das igrejas Católica e Evangélica e magistrados conservadores, para se enumerar apenas algumas das forças sociais existentes, a base social da segunda — o proletariado industrial — tem sido posta em xeque pelas constantes reestruturações do mundo produtivo. Isso não significa que se tenha de abdicar do ideal de uma transformação social genuína e se contentar, no máximo, com concessões pontuais feitas pelo sistema capitalista.

As metamorfoses do capital agudizam as contradições sociais, ao invés de mitigá-las, e cabe aos que se identificam com os ideais de esquerda, mormente o da implantação de uma sociedade em que inexistam exploradores e explorados, inventividade para converter o desgosto provocado por esse acirramento de contradições em energia para a mudança social. Os fatos de junho de 2013 já estão bastante recuados no tempo para que se possa chegar a um veredito mais preciso sobre eles. As conclusões que se impõem é que as ruas foram palco da luta de classes e que a direita soube tirar o melhor proveito da situação, ainda que tenha tido de rasgar a fantasia da isenção. Tanto isso é verdade que o juiz Sergio Moro, ídolo maior da Operação Lava Jato, surgida na esteira das manifestações, abandonou a magistratura para

Há partidos e partidos. No que se refere às siglas de esquerda, em vez de considerá-las idênticas às de direita, como tentam fazer crer os ideólogos do capital, é imperioso reabilitar sua função mediadora entre as reivindicações populares e a ordem estatal, consolidando seu papel de portadoras da consciência da missão histórica das classes dominadas

tornar-se ministro da Justiça de Jair Bolsonaro e, após desentender-se com o ex-presidente, acabou sendo eleito senador, com uma plataforma de oposição às pautas progressistas.

A demonização da política, moeda corrente nos protestos pós-redemocratização de ontem e de hoje, diz algo sobre a natureza íntima do capitalismo brasileiro contemporâneo. Faz parte da mistificação ideológica o mercado apresentar-se como uma instância neutra, natural e impoluta. Uma análise menos apressada deixa claro que ele não é nenhuma dessas três coisas, sendo, antes, parcial, porque privilegia os interesses da classe dominante, histórico, porque foi criado num período de tempo relativamente recente, e corrupto, porque subverte sistematicamente qualquer regulamentação que se tenta lhe impor.

Há partidos e partidos. No que se refere às siglas de esquerda, em vez de considerá-las idênticas às de direita, como tentam fazer crer os ideólogos do capital, é imperioso reabilitar sua função mediadora entre as reivindicações populares e a ordem estatal, consolidando seu papel de portadoras da consciência da missão histórica das classes dominadas (LUKÁCS, 2003). Para tanto, faz-se mister que os atores políticos, principalmente os jovens, façam uma crítica por dentro das instituições, participando delas. Ao mesmo tempo, é dever de ofício de todo militante revolucionário complementar a ação com o estudo, sem nunca esquecer que “é a união da teoria marxista e do movimento operário que deu aos homens de nosso tempo a possibilidade de ‘transformar o mundo’, de ‘fazer a revolução’” (HARNICKER, 1981, p. 18-19).

4. NOVO LÓCUS PARA O DEBATE PÚBLICO

A realização de protestos multitudinários é comum nas articulações sociopolíticas no Brasil desde a época colonial. Foi apenas ao final da década de 1970, e durante o processo de redemocratização do país, contudo, que a população passou a presenciar mobilizações em favor do Estado de direito e das instituições democráticas, mobilizações que, segundo Gohn (2016), estavam associadas à procura de um senso de pertencimento e à construção de uma identidade cidadã. O que torna Junho de 2013 um movimento paradigmático em relação

aos anteriores é o fato de ter reverberado ostensivamente no debate público nos anos que se seguiram, dando vazão a uma polarização sem precedentes. Outra faceta de 2013 foi o amplo uso das redes sociais: pessoas de diferentes espectros foram capturadas pelas telas e ruas virtuais, transformando esses espaços em um novo lócus para o debate público. O Facebook e o WhatsApp tiveram um papel fundamental no chamamento para os atos presenciais.

Ambas as plataformas, em especial a última, retiraram da mídia tradicional o monopólio da formação de opinião, sendo convertidas em um lugar no qual os indivíduos poderiam, em tese, externar sem enviesamentos as insatisfações quanto à cena política. Repentinamente, a hipertextualidade se sobrepôs à realidade. Assim, é trivial falar que a mídia tradicional tenha sido alvo de muitos questionamentos e ataques. As redes sociais criaram um terreno próprio para combater o sistema e mobilizar centenas de milhares de pessoas para irem às ruas (NOBRE, 2013), conferindo uma coloração libertária às revoltas. Elas foram utilizadas para organizar as manifestações de maneira autônoma, num mimetismo do fenômeno que Castells (2002) chama de autocomunicação de massa, quando o indivíduo é, a um só tempo, produtor e receptor de informação, o que gera uma esfera pública horizontal.

Caso emblemático de como as redes podem ser apossadas para disseminar desinformação e interferir no processo político-democrático é o do Facebook. Nas eleições presidenciais estadunidenses de 2016, a empresa foi acusada de ter permitido a disseminação de informações fraudulentas e teorias conspiratórias que teriam favorecido a vitória de Donald Trump. Espalhou-se o *hoax* de que a candidata Hillary Clinton tinha envolvimento com um esquema de tráfico sexual infantil e que o papa Francisco fazia coro à candidatura de Trump. Sabe-se por McNamee (2019) que a Cambridge Analytica, empresa britânica de consultoria política, explorou a vasta quantidade de dados de que dispunha o Facebook para criar perfis psicológicos de eleitores e, em seguida, usar essas informações no direcionamento de anúncios políticos altamente personalizados durante a eleição presidencial dos Estados Unidos. O autor sinaliza:

Existe uma forte correlação entre a presença de bolhas de filtro e a polarização. Para deixar claro, não estou sugerindo que as bolhas de filtro criem polarização, mas acredito que elas têm um impacto negativo no discurso público e na política porque as bolhas de filtro isolam as pessoas presas nelas. Bolhas de filtro existem fora do Facebook e do Google, mas os ganhos de atenção para o Facebook e o Google estão aumentando a influência de suas bolhas de filtro em relação a outras (MCNAMEE, 2019, p. 73, tradução nossa).

Tendo ciência disso, ficou evidente o poder de influência das redes tanto para o empoderamento e a integração da população quanto para a disseminação de informações equivocadas ou contadas pela metade. Note-se que, nos anos seguintes a 2013, e em decorrência da permuta do MPL pelo Movimento Brasil Livre (MBL) em 2014 e 2015, as chamadas *fake news* começaram a se somar ao debate público de forma problemática e recorrente (SOARES et al., 2019). Explica-se tal fato porque o ecossistema dos meios de comunicação não se limita a uma simples combinação de pequenos sistemas e tecnologias, mas, antes, constitui uma estrutura em constante mudança que tem o poder de influenciar a cultura e ser influenciada por ela (DIJCK, 2016).

No mais, o digital rompe com a lógica da espacialidade tão cara aos eventos de reunião das massas (HAN, 2016). Ao aplicar tal análise à lógica bolsonarista, produto direto das

ruas virtuais que foram invadidas em junho de 2013, apercebe-se que as redes configuram mecanismos essenciais à construção e manutenção da base de seus apoiadores. Através delas é que grupos conservadores, *chans* e fóruns do submundo cibernético se organizaram para enaltecer a figura de Bolsonaro, o que, ao fim e ao cabo, resultou na sua eleição no ano de 2018. De mais a mais, sublinhe-se, segundo Han (2016), o potencial das redes na formação de grupos unidos em torno de um objetivo comum, os quais, não raro, sofrem um processo de anonimidade das identidades individuais, deixando-as em pleno *desassujeitamento*.

Ainda na esteira do filósofo sul-coreano, a egotização e a atomização da sociedade, maximizadas pela agenda neoliberal, impedem a formação de um “nós” capaz de agir conjuntamente, o que inviabiliza a criação de um contrapoder que seja suficiente para pôr em questão a ordem capitalista e lutar por mudanças sociais mais amplas. Em vez disso, a solidão e a desintegração do comum e do comunitário são as características que mais se destacam na constituição social atual. À parte dizer se se trata de agir efetivo ou mero passar de dedos pelo *touchscreen*, pode-se certamente afirmar que as redes algoritmizam os valores e as inclinações pessoais, criando novas formas de engajamento político e transformando a mobilização de diferentes grupos.

5. POLIFONIA DE VOZES E ILUSÃO APARTIDÁRIA

Embora as Jornadas tenham impactado a opinião pública, elas não tiveram o reconhecimento esperado dos canais de comunicação. Após renitente silêncio e subvalorização dos eventos, as mídias tradicionais resolveram ceder, em parte por conta de uma grave lesão no olho de uma repórter da *Folha de S.Paulo*, claro demonstrativo das duras agressões da polícia. O interessante é que a acusação de selvageria, não raro acompanhada do termo *vândalo* em matérias de jornais como *O Globo*, discurso que até então só dizia respeito aos piquetes e às barricadas dos protestos de junho, passou por um processo de redirecionamento, sendo utilizado para fazer menção à brutalidade dos policiais. Essa rápida mudança na percepção dos eventos só foi possível em razão de ser a linguagem um instrumento de modulação e transformação da consciência dinâmica e progressiva do todo, como destaca Lukács (2018) em *Para uma ontologia do ser social*. A linguagem é capaz de acolher todas as manifestações de vida dos homens e lhes conferir uma figura passível de comunicação, refletindo a própria realidade social em que está inserida.

Dali em diante a popularidade auferida pelos protestos foi tanta que deu ensejo a uma entrevista com dois representantes do MPL, Lucas Monteiro e Nina Cappello, no programa *Roda Viva*, em meados de junho. Ao longo da entrevista, ficaram visíveis as bandeiras e o propósito da dupla em relação ao movimento do qual eram protagonistas. Também se verificou, como anotado por Singer (2013), algo que custaria caro ao MPL mais cedo ou mais tarde: a recusa em determinar e alinhar, de forma contundente, o significado das mobilizações.

Em razão disso e da crescente repercussão midiática, outras pessoas com diferentes mundividências e subjetividades engrossaram as fileiras das Jornadas. Os manifestantes passaram a se posicionar contra “tudo o que está aí”, afastando a imagem do movimento de possíveis conotações partidárias, o que mais tarde se provou uma insinceridade. Esse “tudo o que está aí” remetia, em última análise, à política tradicional e aos escândalos de corrupção (NOBRE, 2013). Em verdade, as Jornadas de Junho foram tomadas por um *ani-*



Manifestantes queimam bandeira do PT durante protesto no dia 20 de junho de 2013 na avenida Paulista, em São Paulo (SP)

mus difuso, proveniente da falta de um direcionamento que fosse capaz de unir as muitas demandas.

Muitos dos brasileiros que foram às ruas o fizeram de acordo com as próprias convicções: alguns estavam no *front* pelo retorno à tarifa normal do transporte público, ao passo que outros se moviam pela necessidade de reivindicar mais investimentos em saúde e educação. Lukács (2003) confere importância à consciência dos homens como meio imediato de mediação entre os complexos sociais. É a consciência dos homens que atuam no corpo social que determina como os complexos sociais serão mediados. A pluralidade de complexos sociais presentes nas manifestações foi, nesse sentido, mediada pela consciência dos indivíduos envolvidos. Cada indivíduo reagiu de maneira idiossincrática e especializada, segundo a própria consciência e percepção da realidade social.

Setores da classe média começaram a ser incluídos, o que resultou em uma espécie de mixórdia esquerda-direita. Já era impossível dizer quem estava tomando as rédeas do jogo. A partir daí, lembra Singer (2013), as manifestações ganharam um tom oposicionista que não tinham, direcionando-se não apenas aos governos estaduais e municipais, mas também ao governo federal. Como propagado pelos veículos de imprensa, as mobilizações focalizaram, a princípio, o aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo. Não era, por evidente, nada muito inédito, pois movimentos análogos já haviam ocorrido anteriormente. A Revolta da Catraca em Florianópolis é um exemplo. Foi a partir desse ato e de outros, regados a confrontos com a polícia e depredação de prédios públicos, que as Jornadas vieram à tona. Entretanto, em junho de 2013, ficou claro, depois de semanas, tratar-se do nascimento de uma arena com atores políticos multifacetados. A própria nomenclatura ostenta o pluralismo que viria a caracterizar as empreitadas daquele mês. Devido à variedade de demandas, existem autores que falam em uma sequência de protestos ou ondas, em vez de um protesto único e isolado (MENDONÇA, 2018).

Na sequência de protestos-onda, um elemento que se destacou, como retomado, foi o caráter antissistêmico. Mas esse elemento nada estranho às vozes polifônicas logo se viu devorado pelo fantasma do antipartidarismo. Isso porque, no caso do MPL, a ideia

de apartidarismo, antes a tônica do movimento, irradiada inclusive pela mídia corporativa, não teve força suficiente para manter de fora posições que rejeitassem de todo algum viés político-partidário, principalmente pelo fato de não ter havido por parte dos líderes uma demarcação sólida de pautas. A razão é que ser apartidário, naquele contexto, significava pura e simplesmente manter a autonomia do movimento, não sendo, portanto, fator impeditivo para que as pessoas participassem das manifestações portando bandeiras e faixas. O antipartidarismo, nesse sentido, encontrou terreno fértil em uma mobilização com partidos de esquerda frágeis e contraditórios e indivíduos pouco experientes em matéria de política.

Não é demais lembrar que movimentos sociais funcionam como termômetro do nível de insatisfação das massas populares diante das contradições do sistema capitalista. Essa insatisfação pode ser canalizada em direção à transformação social, desde que haja uma consciência coletiva dos indivíduos envolvidos (LUKÁCS, 2003). O espraiamento de um discurso anticomunista e a pronunciada presença de palavras de ordem reacionárias nas Jornadas de Junho acenavam para um futuro de forte contraste com a esquerda e os supostos desmandos da então presidenta Dilma Rousseff. Assim, o agito popular nas ruas tentou canalizar a insatisfação rumo à mudança, mas os resultados, em especial a tomada do movimento por direitistas extremados, demonstram que a consciência coletiva estava crua, pouco maturada.

A instrumentalização pela extrema direita das manifestações foi um processo rápido e eficaz. Os indivíduos afinados com ideias autoritárias conseguiram se posicionar à frente do movimento, fazendo uma verdadeira apropriação da bandeira anticorrupção. A estratégia se revelou eficaz porque, ao longo de décadas, a direita brasileira tem feito da anticorrupção uma arma política. Ademais, a direita se apropriou da insatisfação popular em relação à esquerda e ao governo federal, promovendo a narrativa de que a corrupção era um problema exclusivo do PT e que a sua saída do poder e o impedimento de seu retorno seriam a solução para o problema (SINGER, 2013).

Eduardo Cunha, no livro *Tchau, querida: o diário do impeachment*, ao contar minúcias do processo que levou à cassação do mandato de Dilma, deixa evidente que a direita sempre se utilizou da bandeira da anticorrupção em benefício próprio. O deputado revela que a ex-presidenta enfrentou pedidos de impeachment durante seu mandato, e a maioria deles era baseada em acusações de corrupção na Petrobras e de irregularidades fiscais relacionadas a “pedaladas”. O próprio Cunha, pessoa chave na retirada inescrupulosa da ex-presidenta do poder, reconhece que não aceitava essas acusações por não haver provas de que Dilma estivesse diretamente envolvida em tais esquemas, não restando a ele outra escolha senão rejeitar os pedidos de impeachment submetidos à sua apreciação.

Em tempo, vale lembrar que a direita raras vezes logrou êxito na organização de movimentos sociais. A capacidade de mobilização da direita e da extrema direita sempre foi desmassificada e incipiente. É o caso do movimento Cansei, lançado em 2007, que tentou mobilizar setores da classe média paulistana e de outros estados da Federação contra o governo federal e fracassou por não ter real conexão com os anseios populares. Ao se apresentar como defensora da moralidade e da lei, a extração burguesa da sociedade objetiva esconder o seu *ethos* de exploração e opressão. Como já demonstrado um sem-número de vezes pela teoria marxista, a ideologia da burguesia sustenta que a classe dominante representa o interesse geral da sociedade, e assim se apresenta como um ente neutro e imparcial. No entanto, subsiste por trás da máscara de neutralidade uma pretensão objetiva de manter a posição de poder e privilégios.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumindo que os resultados são o que realmente importa na dinâmica histórica, e não as intenções, pode-se assentar que, até o momento, o saldo das Jornadas de Junho foi negativo. Ainda que as manifestações tenham sido marcadas por um forte espontaneísmo e mobilização de massas, a ausência de uma liderança clara e de pautas concretas levou à tríade caos-violência-autoritarismo, que acabou por enfraquecer o movimento e contribuir para um clima de instabilidade política extensível à atualidade e, mais especificamente, aos eventos do Oito de Janeiro de 2023.

A destruição da razão evocada por Lukács em relação ao irracionalismo deflagrado em reação à Revolução Francesa, aprofundado na fase neocolonialista e hiperpotencializado com os regimes totalitários do século XX, transfigurou-se em aspecto sistêmico do capitalismo contemporâneo, impregnando os eventos que se sucederam na cena política do Brasil desde as Jornadas de Junho de 2013. A alternativa à instrumentalidade intrínseca da razão moderna não pode ser a afirmação da irracionalidade, mas sim a elaboração coletiva de uma razão sócio-histórica, apta a permitir a suplantação do trabalho alienado pelo trabalho associado e a consumir a meta marxista da geração de individualidades enriquecidas não por dinheiro, mas por potenciais realizados.

A perda da racionalidade, melhor dizendo, a miopia no que diz respeito ao pensamento e à práxis políticos, é uma das principais causas do colapso dos valores humanistas, que buscam promover a razão como base para a construção de uma sociedade mais equânime, equanimidade essa que contrasta com a agenda neoliberal. A relação entre a crítica lukacsiana à perda da racionalidade e os resultados negativos das Jornadas de Junho comprova que a ausência de direcionamento leva a consequências desastrosas para todo o corpo social, podendo ser tão lesiva quanto o imobilismo de agentes políticos.

A rarefação do pensamento crítico e a propagação de ideias irracionalistas são elementos que podem minar a estabilidade institucional e pôr em risco a já debilitada democracia brasileira. Não há saída, portanto, a não ser assumir uma postura revolucionária que instigue verdadeira ressemantização dos eventos daquele ano, de modo a impedir que a negação da política ocorra novamente, seja como tragédia, seja como farsa.

* Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), mestre em Geografia pela UFMS e doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Superintendente regional do Trabalho no Acre e professor adjunto no curso de Direito da Universidade Federal do Acre (Ufac). *E-mail*: leonardo.abreu@ufac.br

** Graduando em Direito pela Ufac e voluntário do projeto de extensão "Observatório do Trabalho no Acre". *E-mail*: araujo.marcos@sou.ufac.br

► Texto recebido em 3 de abril de 2023; aprovado em 19 de maio de 2023.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

CARROLL, Lewis. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas**. Tradução Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CIRLOT, Juan Eduardo. **Diccionario de símbolos**. Madrid: Ediciones Siruela, 2018.

DIJCK, José van. **La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FROMM, Erich. **Beyond the chains of illusion: my encounter with Marx and Freud**. New York: Open Road Integrated Media, 2013.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, v. 16, n. 47, p. 125-146, 2016.

GROSSI, Diego. Decifra-me ou devoro-te: as jornadas de junho/julho e a luta de classes no Brasil contemporâneo. **Sinal de Menos**, v. esp., p. 91-111, 2013.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: reflexão sobre o digital**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2016.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1981.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou Direito natural e ciência do Estado em compêndio**. Tradução Paulo Meneses et al. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?: questões candentes de nosso movimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LOPES, Jayme. Desdobramentos de junho de 2013. **Centro de Política Comparada**, jan. 2021. Disponível em: <<https://cpc.ufes.br/desdobramentos-de-junho-de-2013>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

LUKÁCS, Georg. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

_____. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl. Ad Feuerbach. In:_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 537-539.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCNAMEE, Roger. **Zucked: waking up to the Facebook catastrophe**. New York: Penguin Press, 2019.

MEYERFELD, Bruno. Brazil, an “unprecedented” attack on democracy. **Le Monde**, January 9, 2023a. Disponível em: <www.lemonde.fr/en/international/article/2023/01/09/in-brazil-an-unprecedented-attack-on-democracy_6010874_4.html>. Acesso em: 29 mar. 2023.

_____. Lula sworn in as reconciliatory president, rising from ashes of Brazilian politics. **Le Monde**, January 2, 2023b. Disponível em: <www.lemonde.fr/en/international/article/2023/01/02/lula-sworn-in-as-reconciliatory-president-rising-from-ashes-of-brazilian-politics_6010021_4.html>. Acesso em: 29 mar. 2023.

- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, 16 abr. 2018.
- MÉSZÁROS, István. Entrevista de István Mészáros a Giorgio Riolo. Tradução Carlos Eduardo O. Berriel. **Veri-notio**, Rio das Ostras, v. 27, n. 2, p. 431-453, mar. 2022.
- MORAES, Wallace dos Santos de; JOURDAN, Camila Rodrigues; FERREIRA, Andrey Cordeiro. A insurreição invisível: uma interpretação antigovernista da rebelião de 2013/14 no Brasil. **Núcleo de Estudos do Poder**, Rio de Janeiro, 2015.
- NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- _____. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 233-286.
- NETTO, José Paulo. Prólogo. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998. p. IX-LXXVI.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, p. 23-40, nov. 2013.
- SLOGANS em protestos revelam consumismo e alienação, diz FT. **BBC News Brasil**, 27 jun. 2013. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130627_slogan_ft_rp>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- SOARES, Felipe Bonow et al. Desinformação e esfera pública no Twitter: disputas discursivas sobre o assassinato de Marielle Franco. **Fronteiras: estudos midiáticos**, v. 21, n. 3, p. 2-14, 2019.
- STEDILE, João Pedro. O significado e as perspectivas das mobilizações de rua, para João Pedro Stedile. **Abrasco**, 26 jun. 2013. Disponível em: <www.abrasco.org.br/site/noticias/o-significado-e-as-perspectivas-das-mobilizacoes-de-rua-para-joao-pedro-stedile/1068>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- STURM, Heloisa Aruth; LEAL, Luciana Nunes. Manifestantes do Rio vão militantes de partidos. **Exame**, 20 jun. 2013. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/manifestantes-do-rio-vaio-militantes-de-partidos>>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- TORINELLI, Michele Caroline; SALLAS, Ana Luisa Fayet. Anonymous nas manifestações de junho: uma proposta teórica. **Sociologias Plurais**, v. 2, n. esp., 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/64814>>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- TONET, Ivo. Cidadania ou liberdade. **Perspectivas**. São Paulo, v. 22, p. 85-94, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2089>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Espectros, protestos e conjunções

Fim e repetição da deterioração brasileira

Specters, protests and conjunctions

End and repetition of Brazilian deterioration

saulo pinto*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.004>

José Cruz/Agência Brasil



Manifestação no prédio do Congresso Nacional, em Brasília, em junho de 2013

RESUMO

O presente texto discute os protestos de 2013 no Brasil a partir de uma noção transpassada do tempo. Sugiro que passado, presente e futuro sejam levados para a análise dos protestos, marcados pelos espectros, protestos e conjunções. Com efeito, os protestos carregam espectros brasileiros não resolvidos, ao mesmo tempo que o seu fracasso apresentado nas conjunções do futuro determina os julgamentos políticos e ideológicos sobre os termos daquele presente de 2013. Por fim, argumento que os protestos de 2013 foram uma tentativa de pôr fim à repetição do capitalismo brasileiro. Como sabemos, tentativa fracassada. Repetição do fim e fim da repetição parecem ser sinais analíticos imprescindíveis de como podemos pensar o destino dos protestos nacionais.

Palavras-chave: Espectros. Protestos. Conjunções.

ABSTRACT

This article discusses the 2013 protests in Brazil from a notion of crossed time. I suggest that past, present and future should be taken into account for the analysis of protests, marked by specters, protests and conjunctions. Indeed, the protests carry unresolved Brazilian specters, at the same time that their failure, evinced in the conjunctions of the future, determine political and ideological judgments about the terms of what were, in 2013, the present times. Finally, I argue that the 2013 protests were an attempt to put an end to the repetition of Brazilian capitalism. As we know, that attempt failed. Repetition of the end and end of repetition seem to be essential analytical signs of how we can think about the fate of national protests.

Keywords: Spectra. Protests. Conjunctions.

1. INTRODUÇÃO: A REPETIÇÃO DO FIM

Dos vários acontecimentos problemáticos da história brasileira, muitos deles irresolvidos e subjugados ao esquecimento, os protestos de 2013 ocupam lugar emblemático na coleção dos nossos impasses mais fundamentais. Depois da explosão surpreendente, o que tivemos foi um processo mais avassalador de deterioração das ilusões e imagens do que um dia imaginamos ser. Ter de lidar com a realidade desenvolvida da ficção simbólica é um choque difícil, cujas implicações políticas e ideológicas são decisivas para pensar a história brasileira, o presente paradoxal e as expectativas fraudadas do futuro. Poderíamos dizer que Junho de 2013 quase representou o fim da repetição. A energia psíquica despendida e sua economia libidinal coletiva foram interdidas pelo realismo brasileiro, travando a instituição imaginária radical e impossibilitando o fim da repetição do país que conhecemos, sem conhecê-lo naquilo que realmente importa.

Alenka Zupančič elabora uma interessante equação sobre a dialética do fim e da repetição, mostrando, num primeiro momento, que “o fim não é simplesmente aquilo que termina com a repetição (ou com a perpetuação repetitiva de algo), mas é essencialmente implicado na (ou perpetuado pela) repetição em si” (ZUPANČIČ, 2017). Ou seja, o fim não pode ser traduzido como algo que encerra a repetição de um determinado processo social, mas ele está implicado na lógica da repetição. Com efeito, o realismo brasileiro não pode ser finalizado após a exaustão de sua repetição infernal. Ao contrário, os problemas implicados na formação social brasileira não apenas se repetem como o fim — que não é apenas um encerramento do ciclo subjacente de repetição — é dependente da dinâmica própria de repetição. Poderíamos dizer que o fim da brutalidade histórica experimentada pelas pessoas exploradas e oprimidas aparece sempre como um afastamento de sua efetiva resolução, cujo processo de produção se repete, mesmo que assumindo outras formas históricas. Trata-se de pensar o fim como algo que não está lá:

A estrutura com a qual estamos lidando neste primeiro modo de relação entre repetição e fim poderia então ser definida da seguinte forma: estamos infinitamente aproximando o fim como o limite (adiando-o); contudo esse limite não está simplesmente lá, no fim de tudo isso, como parece ser, mas é também — como possibilidade, potencialidade — a própria precondição do movimento de repetição, aquilo que de certa forma a estrutura (ZUPANČIČ, 2017).

Quando observamos mais de perto, temos a impressão evidente de que as saídas que são mobilizadas pela hegemonia dominante sempre que há processos de convulsão social aparecem através das conjunções nacionais. É a conjunção que liga, associa o que objetivamente está desconexo, disjuntado. Toda a estratégia política brasileira é de produção da pacificação (mesmo que sem paz efetiva) como modalidade política capaz de construir o tipo de consenso necessário à repetição da dominação social. O paradoxo é que as conjunções apenas adiam o fim, pois não podem resolver os antagonismos que o capitalismo brasileiro integrado produz: exploração, opressão e dominação. Então, estamos sempre na iminência de uma crise terminal, mas que sempre funciona como uma crise adiada diante do fim.

A proposta aqui esboçada é pensar os problemas brasileiros considerando — e tendo como parâmetro situacional os protestos de 2013 — uma temporalidade capaz de implotir o acontecimento de suas fronteiras e limitações determinadas. A ideia é comprimir,

Os protestos que abalaram o mundo e o Brasil precisam ser pensados dialeticamente como uma reação da massa dos “não garantidos” contra o sistema de dominação, que nem a conjunção corporificada nos governos petistas foi capaz de impedir. Eles são progressivos, mas também regressivos. Não produziram diretamente o golpe de 2016, mas tampouco podem ser inocentados da instauração do bolsonarismo como variação do fascismo brasileiro no século XXI

sufocar o acontecimento a partir de múltiplas dimensões que se atravessam continuamente. Trata-se de tomar o acontecimento pela permanência de espectros como o *passado* que ainda não acabou. Não é possível compreender o acontecimento sem a mediação da elaboração do passado, sobretudo quando nossa espectrologia é marcada pela escravidão e pela ditadura militar. Assim, precisamos tomar o acontecimento pela perspectiva do *presente* dos protestos: é necessário refletir sobre os sentidos abertos e inconclusos de um acontecimento que é constringido pelos espectros do passado e que produz a repetição do que seremos no *futuro* como produção de conjunções. Daí que o futuro, ou seja, o que veio depois dos protestos, não foi outra coisa senão o que chamamos de futuro em conjunção. A conjunção é uma tentativa de resolução dos conflitos através da pacificação problemática dos nossos traumas. Todavia, como todo problema, podemos falar em conjunções dominantes ou hegemônicas e conjunções subalternas ou emergentes.

O que queremos propor é uma leitura que atravesse a temporalidade histórica, deslocando o acontecimento dos seus impasses internos, para que o passado, o presente e o futuro produzam uma espécie de compressão do acontecimento. A aposta é que os protestos de 2013 representam uma reação à longa duração histórica de exploração, que unificou no campo simbólico da luta proletários tradicionais e o “universo dos ‘não garantidos’” (NEGRI; GUATTARI, 2017, p. 101). O capitalismo há tempos tem marchado para a destituição do “mundo do trabalho”, que hoje não passa de uma retórica sem substância e vazia, que Paulo Arantes chama de “mera força de expressão” (ARANTES, 2014, p. 396). No contexto brasileiro, os espectros da escravidão e da ditadura assombam a Nova República. A permanência do racismo e das instituições criadas na ditadura militar etc. é o enunciado explosivo de um país cuja semântica estava anunciada como o futuro do mundo, mas em coexistência com barbaridades coloniais.

Os protestos que abalaram o mundo e o Brasil precisam ser pensados dialeticamente como uma reação da massa dos “não garantidos” contra o sistema de dominação, que nem a conjunção corporificada nos governos petistas foi capaz de impedir. Eles são progressivos, mas também regressivos. Não produziram diretamente o golpe de 2016, mas tampouco podem ser inocentados da instauração do bolsonarismo como variação do fascismo brasileiro no século XXI. Todavia, os protestos não podem ser ignorados como tentativa de dar corpo à imaginação social radical. Eles são tudo e nada. O perigo de não serem nada é que podem ser tudo. Benjamin dizia que o fascismo aparece como resultado de uma revolução fracassada. Talvez seja esse o ponto, oblíquo, torto, inconcluso, de uma interpretação mais abrangente do que realmente aconteceu.

2. ESPECTROS

Não é difícil pensar nossos problemas mais importantes considerando aquilo que assombra, intimida ou que permanece como uma marca decisiva na constituição do futuro. O Brasil é um país fraturado, seja pela inseparabilidade entre violência e normalidade, seja pelo conteúdo manifesto do *desigualitarismo* e da dominação de classes. Adorno já dizia que a transparência é o verdadeiro obstáculo. As ideologias atuam, quase sempre, tentando operar a distorção das causas fundamentais, através do travestimento do efeito em causa, buscando atribuir responsabilidade a sujeitos sociais que estão implicados no sistema de dominação como resultados de todo o processo. A violência imanente à nossa formação pressupõe um país que caiba nos olhos. Não se podem aceitar desvios ou transgressões, pois o que temos é uma normalidade que corporifica o próprio conceito de realismo.

Nesse sentido, o país é marcado pela produção industrial de espectros, que nada mais são do que a representação simbólica de permanências que se repetem de maneira indefinida como sistema de dominação. Além disso, existem coisas que tendem “a resistir tanto ao nome quanto a qualquer tradução” (MBEMBE, 2020, p. 20). A espectrologia nacional resiste tanto às tentativas de nomeação quanto ao desejo de esquecimento. Com efeito, o Brasil é marcado pela permanência de duas dimensões intrínsecas (e macrosociais) importantes na produção da inconclusão nacional: (a) a escravidão que se repete como racismo e (b) a ditadura militar que se repete como anistia e esquecimento generalizado. Assim, produziu-se ideologicamente a permanência espectral de dois problemas decisivos que não foram suficientemente compreendidos ou confrontados, nem resolvidos. A confusão intencionada pelo poder dominante é necessária e funcional para que a história brasileira de violência e desigualdades seja relativizada, individualizada e desencarnada de seus vínculos substanciais com o capitalismo e suas consequências.

É por isso que há uma resiliência constitutiva que opera a indiferença generalizada ao sofrimento das pessoas e extratos sociais mais vulneráveis. Há uma parte da sociedade brasileira cuja “vida é estabelecida como algo tênue, precário e, nesse sentido, indigno de ser protegido da injúria e da perda e, portanto, não passível de luto” (BUTLER, 2019, p. 218). Seus corpos e sofrimentos, dramas e impasses são insignificantes, quando não completamente ignorados pela gramática política da comoção nacional. Quando tratamos da ditadura militar, por exemplo, a questão do luto é decisiva. Não há luto coletivo como forma de tradução política do arrependimento pelo horror de Estado contra vítimas que foram assassinadas. O que há são corpos desaparecidos. Mais do que um problema de crueldade,



Durante o ato público “DOI-Codi: 50 anos do golpe”, militantes erguem cartazes com fotos de parentes e amigos mortos e desaparecidos na ditadura militar brasileira. A manifestação ocorreu em março de 2014, no pátio da delegacia onde funcionou aquele órgão de repressão em São Paulo (SP)

o aniquilamento do corpo tem um funcionamento ideológico, pois o luto “consiste sempre em tentar ontologizar os restos, torná-los presentes, em primeiro lugar em *identificar* os despojos e em *localizar* os mortos” (DERRIDA, 1994, p. 24, grifos originais). A ditadura não apenas assassinou opositores, ela desapareceu com os corpos, interditando a possibilidade do luto a partir da identificação deles e a consequente politização dos restos. É a economia dos restos que permite a produção de um tipo muito específico de violência: a incorporação da existência objetiva do vazio, da lacuna, dos restos que nem sequer podem ser contados, rememorados, elaborados etc.

É possível afirmar, a partir de um prolongamento da leitura de Marx, que o proletariado é o espectro europeu (epicentro do capitalismo global). Ele rondava o continente como uma assombração incapaz de ser eliminada. Marx via a força viva do espectro na constituição do novo tempo do mundo. O que seria nosso espectro? Quem corporificaria nossa espectrologia? A violência experimentada pelas pessoas e povos subalternizados no Brasil — que são explorados, dominados e humilhados permanentemente — produz a massa contingente do espectro. Todavia, trata-se de uma condição de latência. Certamente, em vários momentos da história brasileira, lutas e dissensões decisivas apareceram como manifestação imediata da transgressão do paradigma do “homem cordial” (HOLANDA, 2014), sem que isso significasse uma explosão generalizada de lutas por justiça universal. No limite, os subalternos seguem sendo estrangeiros em sua própria pátria. A *reparição* do espectro parece ser uma marca indelével da ontologia negativa do capital global. A questão decisiva é a repetição da circulação sempre renovada do fluxo de desaparecimento e reparição do espectro.

Slavoj Žižek faz elaborações sobre a funcionalidade da fantasia na constituição e estruturação da realidade subjacente. A realidade está montada, organizada a partir das contradições e tensões que formam a normalidade. O que faz com que o espectro reapareça não é necessariamente uma mudança da realidade, mas se pode falar em mudança da estrutura da fantasia que acompanha a formação da realidade (e nela está implicada). Ele insiste que “o ponto de vista transcendental é, em certo sentido, irredutível, pois não podemos olhar

‘objetivamente’ para nós mesmos e nos localizar na realidade” (ŽIŽEK, 2013a, p. 80-81). Podemos traduzir esse impasse como uma impossibilidade ontológica que expressa uma lacuna objetiva. Em outro lugar, Žižek sugere que:

Podemos ver claramente como a fantasia está ao lado da realidade, como suporta o “sentido da realidade” do sujeito: quando o marco fantasmático se desintegra, o sujeito sofre uma “perda da realidade” e começa a perceber a realidade como um universo “irreal” de pesadelo, sem uma base ontológica firme; esse universo de pesadelo não é “uma mera fantasia”, senão, pelo contrário, é o que fica da realidade quando esta perde seu apoio na fantasia (ŽIŽEK, 1999, p. 31, tradução nossa).

Em grande medida, a fratura brasileira do mundo não pode ser pensada dispensando-se o que ainda permanece — assombrosamente — nas coordenadas básicas do presente. A discordância objetiva entre a fantasia e a realidade é o que possibilita que a realidade difícil persista. No nosso caso, o liberalismo brasileiro foi estruturado/montado pela incorporação relativa do escravismo colonial. Ou seja, o impasse ontológico no campo do liberalismo é sua defesa memorável da liberdade, igualdade e fraternidade, mas ideologicamente assentindo em práticas coloniais escravagistas nefastas. Não é estranho que autores decisivos como Hobbes, Locke e Rousseau nem sequer tratem da escravidão negra, pois para eles esse é um tema inexistente. Locke é um filósofo fundamental para o liberalismo político e tem uma obra sintomática na discussão da escravidão. É curioso notar que ele sempre, com veemência, atacava a escravidão e todas as formas de subjugação da liberdade pessoal. No entanto, não apenas tolerou a escravidão negra como a capitalizou a seu favor. A escravidão manteve-se restrita ao âmbito da metáfora jurídica, sem maiores implicações para o surgimento da sociedade moderna com base na escravidão. Susan Buck-Morss demonstra que:

Essa discrepância gritante entre pensamento e prática marcou o período de transformação do capitalismo global de sua forma mercantil para sua modalidade protoindustrial. Seria de se esperar, obviamente, que qualquer pensador racional e “esclarecido” pudesse percebê-la. Contudo, não foi o que aconteceu. A exploração de milhões de trabalhadores escravos coloniais era aceita com naturalidade pelos próprios pensadores que proclamavam a liberdade como o estado natural do homem e seu direito inalienável. Mesmo quando proclamações teóricas de liberdade se convertiam em ação revolucionária na esfera política, a economia colonial escravista que operava nos bastidores continuava nas sombras (BUCK-MORSS, 2017, p. 33-34).

A fratura brasileira do mundo não pode ser avaliada sem se tratar como preponderante — constitutiva das relações sociais, econômicas, políticas e culturais — a questão do colonialismo e da escravidão negra imposta nos trópicos. Ao contrário da visão altamente ideológica do liberalismo, a escravidão é parte constitutiva do mundo moderno e da economia capitalista. No lugar do par colonialismo/escravidão, adota-se a antinomia público/privado na explicação dos problemas fundamentais. Não é estranho que a interpretação weberiana do patrimonialismo seja mais significativa na configuração ideológica da crítica à formação social brasileira do que propriamente a escravidão e suas derivações abjetas. Trata-se de um desvio, uma forma de distorção da realidade, objetivando tornar decisivo o que é parte do metabolismo social de dominação. Ora, os pressupostos da economia política instituem supostamente a incompatibilidade entre o funcionamento da escravidão e da subjugação



Comércio de escravos retratado em gravura da obra *Le tour du monde* (1861), de Édouard Riou. A escravidão é constituinte da ideia de país e decisiva na consolidação do capitalismo brasileiro

ção pessoal dos indivíduos e o estatuto político do liberalismo econômico e seus sistemas de mercados autorregulados. Roberto Schwartz, em ensaio brilhante, diz que:

O teste da realidade não parecia importante. É como se a coerência e generalidade não pesassem muito, ou como se a esfera da cultura ocupasse uma posição alterada, cujos critérios fossem outros — mas outros em relação a quê? Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais; o que entretanto é menos que orientar-lhes o movimento. Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexa efetivo da vida ideológica (SCHWARZ, 2014, p. 50).

Ou seja, quando se abandona “a relação produtiva fundamental” como o verdadeiro “nexa efetivo da vida ideológica”, o que realmente sobra? Marx já havia denunciado o caráter propriamente ideológico e apoloético de um tipo de liberalismo que oblitera as relações objetivas de produção para fazer preponderarem outras esferas sociais. O liberalismo clássico centrou suas análises na esfera da circulação das mercadorias — que Marx considerava um mecanismo propriamente fetichista etc. —, enquanto o liberalismo colonial traduziu a vida ideológica brasileira como fortemente marcada pela circulação mediadora do favor. A dominação abstrata — que marca as formas de dominação do capital sobre os objetos, ações e sujeitos — é substituída pela dominação pessoal. O problema determinante não seria a escravidão e suas consequências, mas a prática universal do favor e do patrimonialismo como enquadramento ideológico dominante. Podemos lembrar que a escravidão é uma relação marcada pela brutalidade da violência estrutural, enquanto a prática geral do favor é apenas insidiosa.

Poderíamos lembrar as ideias de Joaquim Nabuco, para quem a escravidão constituiria “a nacionalidade brasileira”, e “ela criou uma atmosfera que nos envolve e abafa todos” (NABUCO, 2011, p. 31). A escravidão é constituinte da ideia de país e decisiva na consoli-

dação do capitalismo histórico. Ela é um objeto que se repete através da sua continuidade espectral. O curto-circuito é que a escravidão, paradoxalmente, é negada e afirmada sistematicamente. No museu das nossas misérias, a escravidão se combina com outras dimensões importantes do sistema de dominação herdado do colonialismo, embora, quase sempre, dominada por elas. E por quê? Retomando Roberto Schwarz, “*o favor é a nossa mediação quase universal* — e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara [...] involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção” (SCHWARZ, 2014, p. 51, grifos originais). A questão decisiva é que incorporamos os problemas derivados na explicação dos impasses da formação social brasileira, no lugar das causas.

O espectro é aquilo que permanece, como violência e congelamento da memória — que, pelo avesso, insere-se na acumulação de esquecimento político e subjetivo —, marcando o curto-circuito que define continuidades e descontinuidades. Decerto, quando falamos em espectro, somente pode ser na sua dimensão ampla e aberta, ou seja, há espectros que são decisivos na formação nacional. Diante da complexidade do tema e das circunstâncias, não é possível esgotar o tema aqui, mas o fundamental é pensar os espectros como algo que exprime a inconclusão da realidade brasileira cindida. Ela está aberta porque não pode ser eliminada pela pacificação ideológica. A conjunção é uma solução para os problemas com que nos deparamos. A maneira de não termos nossos impasses expandidos para uma forma de conflito explosivo é através da conjunção do que parece antagônico. Roberto Schwarz diz que “sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas” (SCHWARZ, 2014, p. 52). Temos aqui uma boa imagem do país do futuro: nada parece ter como consequência a dissolução das relações antigas, mas, na verdade, experimentamos um processo brutal de transfiguração em que o antigo se repete nas relações modernas.

A espectrologia brasileira ensina que aquilo que não foi resolvido aparece — após longa fermentação no inferno do inconsciente coletivo — mobilizado como desrecale coletivo contra uma realidade absolutamente distorcida. É como se tudo formasse uma coreografia às avessas. A escravidão é tomada pelo mito da democracia racial, a violência institucional derivada da ditadura militar é possuída pela cristalização dos costumes sem conflitos. Isto é, o passado não é apenas resultado do esquecimento ideológico produzido, mas parte dele é distorcido, de tal maneira que no seu lugar apareça apenas a distorção como novo princípio de realidade que fora abandonado. Não é possível pensar apenas nos termos de “uma leitura retroativa do presente” (MBEMBE, 2020, p. 25). Ela é condição necessária, mas insuficiente. Na verdade, temos de produzir uma leitura transpassada da história brasileira. Pensar as razões das irrupções, protestos e dissensões dramáticas experimentadas no nosso tempo exige que o passado seja recuperado, mas vinculado ao horizonte do futuro e aos impasses rebatidos no próprio presente.

Adorno é ainda mais radical. Sugere que a elaboração do passado requer a eliminação das suas causas, ou seja, “o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas.” (ADORNO, 2006, p. 49) É razoável adotar o ponto de vista de Adorno para explicar a permanência e continuidade do passado no presente brasileiro. Não apenas a nostalgia despolitizada, o desejo melancólico do passado idealizado, mas a repetição do passado no presente. A ideia nunca foi superar ou

É provável que uma das causas mais importantes do enfraquecimento das mobilizações tenha sido justamente aquilo que constituiu sua força preliminar, ou seja, a ausência completa de direção política e orientação partidária tradicional

denegar o passado, mas produzir sua repetição em novas modalidades de dominação social ampliada. É importante considerar que a verdadeira luta do futuro é aquela capaz de interditar a repetição do passado. É assim que seríamos capazes de perceber e compreender os problemas que os vários presentes — e seus protestos — relegaram, assim como as próprias razões de seus fracassos.

3. PROTESTOS

A história brasileira é marcada por uma sequência interminável de violências que, dialeticamente, está indissociada da presença espectral de protestos. A lógica do protesto — muitas vezes acuada e acusada de não ser uma lógica aparente, contudo o protesto não é um problema derivado propriamente da lógica — aparece sempre como a única reação possível ao poder social da conjuntura. Há protestos em determinadas conjunturas que em outras situações têm menor poder de reação. Traduzimos a questão identificando que “a conjuntura é antes de mais nada a determinação da instância dominante” e que “a mudança da conjuntura” não pode ser pensada senão “com a mudança de campo dominante” (BADIOU, 1979, p. 21). O consenso, instável pelas disputas ideológicas, é que os protestos de 2013 mudaram o país. Após anos de estabilidade social com o lulismo — e seu reformismo de baixa intensidade —, fomos surpreendidos por uma explosão popular seguida de um golpe de Estado “por dentro do regime” e o surgimento do bolsonarismo como força ideológica decisiva. Nesse caso, o paradoxo não é da lógica, mas dos antagonismos. A diferença fundamental está no significado e nos sentidos dos protestos. Como pensá-los?

É preciso, primeiro, lembrar que todo protesto político é, antes de mais nada, a produção de uma reclamação social. A reclamação é uma interrupção na circulação da economia política das linguagens e no sistema de falantes. É a própria obstrução objetiva na racionalidade comunicativa de Habermas. Podemos dizer que a reclamação é o que transforma a política em acontecimento capaz de interromper a normalidade da realidade subjacente. A política é sempre uma forma de interdição no mal-estar compartilhado. Na dinâmica do capitalismo, que se move reproduzindo desigualdades substanciais, a política acontece quando o igualitarismo corporifica o objeto da reclamação. Rancière sugere que “a política é a atividade que tem por princípio a igualdade, e o princípio da igualdade transforma-se em



Protesto em frente à sede da *Folha de S.Paulo* contra o uso do termo ditabranda em editorial do jornal publicado em 2009. No cartaz, charge de Carlos Lattuf com os dizeres: “Ditadura militar no Brasil, segundo a *Folha de S.Paulo*”. A ilustração se referencia na conhecida foto do jornalista Vladimir Herzog, assassinado na prisão por agentes da ditadura. São Paulo (SP), 7 de março de 2009

repartição das partes de comunidade ao modo de um embaraço” (RANCIÈRE, 2018, p. 9). Isto é, o desentendimento político aparece quando a desigualdade na partilha do que é propriamente comum é objeto de reclamação. O embaraço está no curto-circuito entre o modo de vida dominante e a realidade objetiva das pessoas comuns, cujo dualismo entre igualdade e desigualdade, em vez de representar um choque insolúvel para o funcionamento do sistema, é o próprio substrato de sua reprodução.

No caso da fratura brasileira do mundo, marcada por uma profunda dominação social violenta, as desigualdades sempre foram objeto de acomodação social através da produção de um tipo de consciência amena tolerante. No que diz respeito aos dois esquemas mobilizados aqui — colonialismo e ditadura —, não é estranho que o mito da “democracia racial” tenha sido operado como um sofisticado mecanismo de obstrução de qualquer linguagem que evidenciasse o racismo experimentado como continuidade atualizada da escravidão e, ao mesmo tempo, que a negação dos crimes da ditadura tenha sido mobilizada como tentativa de eliminação da existência da própria ditadura, como podemos observar no caso da noção ideológica de *ditabranda*, criada para classificar o regime político violento que vigorou entre 1964 e 1985.

O que a consciência nacional amena não pode perceber é que o país aparece como um grande sintoma de dramas, frustrações, ressentimentos, déficits, lacunas e obstruções difíceis. Diante de tanta violência fundadora e duradoura — que impõe a ordem política da dominação e das desigualdades permanentes —, o que surpreende não é o aparecimento e repetição de protestos ao longo do tempo. O que impacta é que a gramática dos protestos não tenha ido longe demais, ou seja, que eles tenham sido sufocados por uma captura ideológica agressiva e pelo poder da política como polícia. É por isso que, quando recorremos ao conceito de ideologia para pensar os problemas brasileiros, não podemos ignorar a dimensão de obscenidade que a ideologia cumpre na partilha da mentira, do cinismo e da dissimulação. No limite, o país do futuro é o velho país colonial do passado que precisa manter (através de

modernizações abruptas) seu lugar de país tropical acomodado à integração desigual e mal combinada ao centro do capitalismo global. Pensar os protestos é, pois, tomar o Brasil não apenas por uma essência inalcançável, mas combinando forma e conteúdo, verso e avesso. Benjamin sustentava que a história precisa ser estudada a contrapelo. Talvez tenhamos de pensar que “nem todas as camadas da realidade são simples expressão das camadas abaixo delas” (MASON, 2017, p. 95). A verdade do país está no seu avesso, mas também na sua manifestação mais aparente. Isso é desolador, duplamente: para a crítica bem-pensante e para a consciência amena.

É verdade que os protestos de 2013 não podem ficar desconectados da ampla e perturbadora atmosfera social de crise experimentada pelo capitalismo global no período. Diante da crise de Wall Street de 2008, como ponto culminante do fracasso das políticas de neoliberalização e destruição do poder público e da democracia, Tariq Ali fala em “espírito da época”, ou seja, rejeitando o extremismo absoluto de mercado, uma nova onda de protestos globais — tendo como centro Nova York — desafiou o senso comum dominante e a avassaladora ideologia da “rua de mão única” do capitalismo, apresentado como forma absoluta de vida. É perturbador pensar que os protestos aconteceram sem uma forte preparação política prévia, pois se tratava de uma reação de toda uma geração de “apáticos” contra a dominância do sistema financeiro e as políticas de estabilização do capitalismo global. Estávamos diante de uma época *nonsense*. Não poderia ser mais paradoxal. Tariq Ali descreve com precisão a atmosfera ideológica vigente:

Questionar essa situação, defender o setor público, argumentar a favor da propriedade estatal dos serviços públicos e desafiar a intensa redução dos preços da habitação pública implicava ser considerado uma espécie de dinossauro “conservador”. Todo mundo agora é cliente, mais do que cidadão: os jovens, emergentes, acadêmicos do Novo Trabalho se referiam timidamente àqueles que se viam obrigados a ler seus livros como “clientes”, querendo dizer que todos somos capitalistas agora. As elites do poder econômico e social refletiam as novas realidades. O mercado transformou-se no novo Deus, preferível ao Estado (ALI, 2012, p. 66-67).

Ou seja, a reação política corporificada na *ideia* do Occupy representou novamente o retorno do universal, pois “existem certos momentos na história em que um acontecimento aparentemente localizado, regional, tem a força de mobilizar uma série de outros processos que se desencadeiam em diversas partes do mundo” (SAFATLE, 2012, p. 46). É interessante pensar, nesse caso, que o universal nunca pode ser acessado diretamente, mas somente através de uma posição particular. O que nos importa é saber que a verdade que pode ser alcançada sempre terá uma determinação específica, “pois a verdade é parcial, só acessível quando se adota um dos lados, mas nem por isso menos universal” (ŽIŽEK, 2011, p. 18, grifos originais). Dizer que os protestos globais se insurgiram contra o “semblante” — “aparência falsa que se dá por real” (BADIOU, 2017, p. 12) — do capitalismo financeiro não pode impedir que a crítica seja expandida ao funcionamento impositivo do capitalismo propriamente dito, cujo primado é a atividade produtiva (e reprodutiva) de criação de valor e riqueza. Ao mesmo tempo, a crítica não pode desconsiderar o descontentamento generalizado com a democracia liberal. O que a crise inaugurada em 2008 nos permitiu compreender é que a democracia é parte relativa e importante da crise objetiva do metabolismo do capital. A lógica dos protestos globais que eclodem com o Occupy e dão prosseguimento a

uma série de reclamações políticas que brotam na periferia do capitalismo resulta do “desentendimento” entre a experiência subjetiva das pessoas comuns e os mecanismos objetivos autorreferentes da economia capitalista. Žižek elabora uma interessante argumentação sobre a complexidade do problema:

É aqui que o principal *insight* de Marx permanece válido, talvez mais do que nunca: para ele, a questão da liberdade não deveria ser localizada em particular na esfera política propriamente dita (o país tem eleições livres?, os juízes são independentes?, a imprensa é livre?, e uma lista similar de diferentes questões que as instituições ocidentais “independentes” — e não tão independentes — aplicam quando querem pronunciar um julgamento sobre determinado país). A chave para a verdadeira liberdade, em vez disso, reside na rede “apolítica” de relações sociais, desde o mercado até a família, em que a mudança necessária, se quisermos melhoria efetiva, não é a reforma política, mas a transformação nas relações sociais “apolíticas” de produção. Não votamos em quem deveria ser o dono do quê, nas relações em uma fábrica etc., tudo isso é deixado para os processos de fora da esfera política, e é ilusório esperar que se possa[m] mudar as coisas “estendendo” a democracia para essa esfera, digamos, organizando bancos “democráticos” sob controle popular (ŽIŽEK, 2012, p. 22).

Em seguida, Žižek radicaliza insistindo na democracia como o centro do problema:

Mudanças radicais nesse quesito deveriam ser realizadas fora da esfera dos direitos “legais” etc.: em tais procedimentos “democráticos” (que, é claro, podem ter um papel positivo), não importa quão radical seja o nosso anticapitalismo, busca-se a solução na aplicação dos mecanismos democráticos — os quais, não podemos esquecer, são parte do aparato estatal “burguês” que garante o tranquilo funcionamento da reprodução capitalista. Precisamente nesse sentido, Badiou está certo ao afirmar que hoje o nome do pior inimigo não é capitalismo, império, exploração ou algo similar, mas democracia: é a “ilusão democrática”, a aceitação dos mecanismos democráticos como a moldura fundamental de toda mudança, que evita a transformação radical das relações capitalistas (ŽIŽEK, 2012, p. 23).

O que Žižek parece tentar argumentar é que a crença compartilhada na democracia é não apenas ideológica — no sentido do “semblante” atribuído por Badiou — como impede que a realidade capitalista seja estilizada pela descoberta radical transformadora. A democracia não é antagonista ao capitalismo. Mesmo se adotássemos a distinção entre “mundo da vida” e “sistema” elaborada por Habermas (2012), não poderíamos considerar que o “mundo da vida” é desprovido de processos significativos de dominação, hierarquias e diferenciações. É na democracia que os obstáculos à plena realização da igualdade precisam ser localizados, pois ela faz parte do funcionamento do metabolismo do sistema dominante. Em grande medida, a função da democracia não é apenas evitar que as tensões decorrentes das desigualdades sociais sejam acessadas, politizadas etc. como naturalizá-las ideologicamente. O domínio da desigualdade não pode ser encontrado no âmbito das assimetrias democráticas. Escolher um novo presidente — por mais radical que ele seja —, não interfere em quase nada na estrutura de organização e funcionamento da propriedade privada. Na época do Occupy, o que estava se desenhando era uma espécie de “americanização” dos antagonismos políticos pelas democracias liberais. Tariq Ali diz: “A extrema direita é pequena. A extrema esquerda



Ato do movimento Occupy Wall Street (Nova York, 2011)

praticamente não existe. É o extremo centro que domina a vida social e política.” (ALI, 2012, p. 68) De fato, os antagonismos políticos poderiam ser desenhados como uma disputa quase indistinguível entre direita e esquerda pela conquista do centro político. O neoliberalismo gozou de vitalidade em função do aprofundamento da democracia capitalista — produzindo toda a luta política como moderação ideológica —, que transformou os antagonismos fundamentais em diferenças quase insignificantes.

Dito isso, os protestos que começaram com o Occupy e tiveram rebatimentos nas principais democracias liberais do mundo foram tomando proporções diferentes em cada situação particular. Lembremos que o Brasil era o país do futuro. Gozava de uma experiência social privilegiada com a hegemonia lulista. Tal experiência não apenas permitiu uma reconfiguração do poder público na economia — com a introdução de um social-liberalismo eficaz — como produziu uma série de transformações significativas na conformação da estrutura obscena de desigualdades. Lula governou mantendo a acumulação de capitais a todo vapor, mas foi capaz de criar um conjunto de políticas públicas e sociais de combate à pobreza e à fome; de inclusão de pobres e negros nas instituições públicas de educação superior; e de construção de habitações populares, combinado com uma certa estabilidade econômica que garantiu coesão social e legitimidade aos seus governos etc. Pela primeira vez, a democracia parecia ter algum tipo de entendimento com o sentido de justiça e de igualdade social. Mas, então, a estabilidade lulista é interrompida pelas Jornadas de Junho em 2013. O que não sabíamos é que o “público-alvo” não poderia mais ser governado.

É curioso que Slavoj Žižek tenha conseguido interpretar, com certa precisão, a crise brasileira com base no que chamou de “problemas no paraíso” (ŽIŽEK, 2013b, p. 101). Como pensar que o país do futuro, que havia conseguido passar sem maiores traumas pela crise econômica de 2008 e pela reação política do Occupy, agora estivesse atônito com uma convulsão popular que começara pela rejeição do aumento de 20 centavos na tarifa do transporte urbano em São Paulo? Podemos levantar dois pressupostos importantes antes mesmo da discussão em torno das interpretações: (1) as Jornadas de 2013 são relativamente *progres-*

sivas, já que são o primeiro grande levante popular sem nenhuma mediação do Partido dos Trabalhadores (e dos movimentos sociais tradicionais) desde a transição democrática e (2) possibilitaram o aparecimento *regressivo*, como força política nas ruas, da direita política organizada após a interminável transição de fuga da ditadura militar. Do ponto de vista das interpretações fundamentais, temos basicamente duas linhas argumentativas que tentam traduzir o problema: (1) trata-se de um rebatimento local derivado da erosão e da crise da democracia em escala global, que produziu um refluxo da política tradicional, a perda da confiança na política representativa e o esgotamento da distinção ideológica dos partidos políticos alternativos — no próprio sentido apresentado na noção de *extremo centro* por Tariq Ali; e (2) as Jornadas são uma resposta ao esgotamento do reformismo de baixa intensidade implementado pelo modelo petista de gestão, assentado em políticas redistributivas restritas, mas sem a orientação de mudanças mais estruturais no modelo e de “radicalização da democracia” (MOUFFE, 2019, p. 81).

O mal-estar brasileiro escancarou em 2013 a própria interdição objetiva da vida no capitalismo periférico. A questão do impasse apresentado pelo dualismo aparece como o “retorno do reprimido”. O modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo brasileiro tinha como objetivo obliterar a dimensão propriamente decisiva da “exclusão”, da “opressão” e das formas de “humilhação” sociais experimentadas pelas pessoas comuns, que é parte funcional da reprodução do capitalismo nos trópicos. Nesse momento, uma certa indistinção entre “progresso” e “desastre” toma o imaginário simbólico compartilhado. É justamente contra a ideologia do desenvolvimento que Chico de Oliveira, no lastro de Celso Furtado e outros críticos importantes, apresenta a *singularidade* do subdesenvolvimento como uma força interpretativa e política fundamental. O novo e o arcaico são partes constitutivas do padrão de capitalismo que temos aqui. Segundo Chico:

A originalidade consistiria talvez em dizer que — sem abusar do gosto pelo paradoxo — a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera a força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2011, p. 60, grifos nossos).

Assim, a hegemonia lulista colapsou com os protestos, menos pelos seus fracassos, mais pelas suas virtudes. Ou seja, estávamos diante de um processo de inclusão relativa de “parte dos sem parte” (RANCIÈRE, 2018, p. 26) no processo de democratização de baixa intensidade social. O paradoxo é que o país do futuro chegara. E, com ele, o desastre como horizonte ideológico, já que o resultado imediato foi a destruição da vida comum que as políticas de neoliberalização impuseram. É por isso que a revolta é prioritariamente urbana. Como o Brasil passara a ser uma sociedade fundamentalmente urbana, a lógica do funcionamento das atividades econômicas, políticas e culturais gravitava em torno da cidade. David Harvey lembrara naquele momento que “vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito” (HARVEY, 2013, p.28). A experiência lulista permitiu melhoramentos substanciais no nível de vida imediato do proletariado urbano, mas sem alterações estruturais no funcionamento desigual e mal combinado da economia brasileira. É por isso que a liberdade alcançada sob os governos petistas foi insuficiente. Harvey sugere que

Num contexto de crise social e expectativas frustradas, seria razoável deduzir que as distorções derivadas dos protestos de 2013 resultaram da colonização do imaginário radical e da vampirização da revolta. A imaginação radical dos protestos não conseguiu elaborar um projeto de autonomia política capaz de levar adiante a reclamação social que sacudiu o país, ao mesmo tempo que parte significativa da energia psíquica e libidinal que explodiu com as revoltas foi vampirizada pelo fascismo brasileiro. O desejo de liberdade e autonomia experimentado como sentimento comum compartilhado transformou-se — pela distorção ideológica — em liberdade para que o ressentimento recalcado pudesse aparecer como violência contra a democracia e os setores mais vulneráveis da população

“a liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito ao acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (HARVEY, 2013, p. 28). Diante de uma sociedade fraturada, dividida entre uma elite rica e uma camada significativa de trabalhadores de baixa renda, marginalizados e desempregados, o que poderia ocorrer com o país do futuro senão o regresso aos seus impasses básicos irresolvidos?

O que o *slogan* “Tarifa zero!” representava não era apenas uma necessidade de mudança no negócio da mobilidade urbana. A questão talvez fosse uma causa deslocada, ou seja, ela assinalava pela força popular autêntica de um proletariado urbano marginalizado (explorado, oprimido e humilhado) que ele, diante da melhoria de vida e do acesso a oportunidades inéditas, teve seu horizonte de expectativas e suas exigências políticas concretas desenvolvidos. O paradoxo era que, embora o lulismo representasse o “novo”, estava carregado do “velho”, no sentido de que as demandas reprimidas transcendiam muito a mera administração da catástrofe. O impasse é que a política de “pacificação permanente” (ARANTES, 2014, p. 432) que marca a formação social brasileira estava esgotada. Diante de um modelo

impositivo de capitalismo predatório, violento e desigual, o que esperar do sentimento compartilhado entre as pessoas comuns que não seja ressentimento preparado para a explosão?

Sem dúvida, as mobilizações de Junho tiveram efeito paralisador sobre os poderes instituídos, acomodados que estavam à resolução dos conflitos decisivos através de seus principais agentes políticos: PT e PSDB. O que temos após a transição democrática pactuada é uma conversão do dualismo obscuro em um programa integrado de antagonismo, em que poderíamos ter governos mais à direita ou mais à esquerda, mas com o centro dominante do poder intocado e suas instituições democráticas fundamentais preservadas. Isso funcionou até a irrupção das grandes mobilizações. Poderíamos dizer que foi o fim da hegemonia do “extremo centro” no país. Na ausência de vínculos orgânicos entre o poder instituído e os movimentos de massa, não havia qualquer possibilidade de pacificação por cima. Não se tratava de negociação de uma pauta tradicional entre governo e proletariado. Quem mesmo estava nas ruas? O problema era mais complexo e, portanto, desgovernado.

É provável que uma das causas mais importantes do enfraquecimento das mobilizações tenha sido justamente aquilo que constituiu sua força preliminar, ou seja, a ausência completa de direção política e orientação partidária tradicional. Os não garantidos que estavam nas ruas reclamavam tudo. Não havia propriamente uma corporificação da representação política para quem a reclamação pudesse ser delegada. Assim, não podemos dizer que foi a ausência dos partidos de esquerda que definiu o vazio político das derivações dos protestos, mas podemos insistir que a presença dos partidos significaria a presença de um programa mínimo — mesmo que constituindo o que estamos chamando de programa integrado do antagonismo etc. — de encaminhamento das demandas populares. A horizontalidade e ausência de centro político estratégico, a difusão acelerada de demandas políticas descoordenadas, a primazia da comunicação hegemônica através do Twitter, Facebook, Instagram e WhatsApp permitiram que outros agenciamentos políticos pudessem disputar a legitimidade da reclamação popular autêntica, inclusive com a utilização da distorção ideológica para muitas das pautas decisivas que surgiram nas mobilizações: a negação das instituições democráticas não é o mesmo que a defesa da ditadura, a rejeição aos partidos políticos não poderia significar a privatização da política, a legítima denúncia da corrupção não poderia ser corporificada automaticamente em políticos corruptos da direita violenta brasileira etc.

Refletindo retrospectivamente sobre Maio de 1968 — acontecimento balizador de revoltas populares dessa magnitude —, Félix Guattari retoma uma discussão importante sobre o significado das lutas empenhadas em tentar mudar o mundo. Ela serve como modelo metodológico imprescindível, pois a sensação generalizada de que multidões nas ruas são em si mesmas um acontecimento radical e progressivo pode ser apenas um engano decorrente do “otimismo da vontade”. Sartre elabora seu método de compreensão da realidade social “progressivo-regressivo” para justamente por meio dele compreender a situação concreta, seus impasses e projetos, mudanças e distorções dos objetos e das ações em campo. Discutindo o problema do projeto, “simultaneamente, fuga e salto para [a] frente, recusa e realização, o projeto retém e desvela a realidade superada, recusada, pelo próprio movimento que a supera” (SARTRE, 2002, p. 77). Não é possível compreender a força e a fraqueza dos protestos de 2013 sem considerar a tensão dialética entre “recusa e realização” do objeto da reclamação política. A ausência de uma perspectiva insurrecional e de um programa político radical permitiu o cansaço e esgotamento dos projetos

<https://10.wp.com/>

Protesto em Paris, maio de 1968. Para Félix Guattari, a sensação generalizada de que multidões nas ruas são em si mesmas um acontecimento radical e progressivo pode ser apenas um engano decorrente do “otimismo da vontade”

transcendentes para que o “princípio de realidade” do capitalismo brasileiro prevalecesse. Guattari elabora uma imagem importante:

Porque, no fundo, o fracasso das teorias relativas àquilo que você definiu como ruptura insurrecional é evidente, e é evidente também na prática, porque as forças repressivas estão organizadas em um nível tão alto que muito dificilmente se poderia imaginar uma tomada do poder através de um método insurrecional que consista na ocupação da prefeitura, do correio etc. Hoje, pode-se imaginar muito facilmente que um grupo revolucionário ocupe todos os centros importantes e, no entanto, as pessoas [o] olhem com indiferença. Foi um pouco o que aconteceu em [19]68, na França; sim, foi interessante, mas depois é necessário sair de férias, fazer outras coisas. Evidentemente há algo neste esquema que não funciona na prática, não funciona na teoria, não funciona evidentemente em nenhum lugar, apenas em algumas capelas, alguns grupelhos (GUATTARI, 2022, p. 22-23).

No limite, a despeito das diferenças contextuais com a descrição elaborada por Guattari, o que houve com as mobilizações de 2013 foi um certo curto-circuito expresso pelo fato de que as cidades estavam ocupadas, havia uma plethora de reivindicações caóticas e confusas, havia muita energia revolucionária, e aparece logo a vampirização reacionária da libido política popular, mas, no fundo, o que não há é uma solução para o impasse ontológico dos protestos. Amar uma ideia é um primado decisivo, mas não é razão suficiente para transformar a ideia em realização. É por isso que a principal virtude “progressiva” tão logo se transforma em obstáculo “regressivo” para o destino dos protestos. Cornelius Castoriadis é um pensador que formula o impasse do nosso tempo nos termos de uma crise do imaginário radical. A dimensão cindida da realidade carrega processos internos conflitantes, antagônicos, discordantes. Deveríamos pensar os protestos de 2013 como um corpo político com ritmos e temporalidades distintas. Eles se voltaram contra uma realidade brutal, marcada pela permanência da obscenidade da desigualdade e da violência.

Havia um esgotamento do modelo de reformismo de baixa intensidade implementado pelo lulismo, associado à hegemonia do neoliberalismo como forma de subjetivação

Como a política é um problema de instituição imaginária criadora, não é irrelevante que Castoriadis insista na coexistência da criação e do objeto que se quer eliminar, ou seja, que “a instituição da sociedade também visa a recobrir esse caos, e a criar um mundo para a sociedade, e ela o cria, mas nesta criação é impossível evitar a existência de grandes buracos, de grandes condutos através dos quais o caos se torna evidente” (CASTORIADIS, 2004, p. 139). As desigualdades são os grandes buracos que produziram o caos nacional como processo de repetição dos seus próprios fundamentos.

Pode-se dizer que os protestos de 2013 carregavam a força da instituição radical de uma realidade que fosse diferente da realidade capitalista brasileira. Mas, diante da dimensão conflitiva e antagônica da mesma realidade, ou seja, das subjetividades em curto-circuito na disputa pela hegemonia dos significados dos protestos, eles não podem ser avaliados considerando-se *apenas* uma dimensão que seja conveniente ideologicamente. É necessário considerar o caráter ambíguo e desfuncionalizado da sua ontologia própria. Num contexto de crise social e expectativas frustradas, seria razoável deduzir que as distorções derivadas dos protestos de 2013 resultaram da colonização do imaginário radical e da vampirização da revolta. A imaginação radical dos protestos não conseguiu elaborar um projeto de autonomia política capaz de levar adiante a reclamação social que sacudiu o país, ao mesmo tempo que parte significativa da energia psíquica e libidinal que explodiu com as revoltas foi vampirizada pelo fascismo brasileiro. O desejo de liberdade e autonomia experimentado como sentimento comum compartilhado transformou-se — pela distorção ideológica — em liberdade para que o ressentimento recalçado pudesse aparecer como violência contra a democracia e os setores mais vulneráveis da população.

Com efeito, não é menor num país de herança colonial violenta e da experiência de uma ditadura militar traumática que milhares de jovens, proletários e desempregados (não garantidos) tenham assumido o protagonismo da reclamação universal, expondo a cidade dividida, a vida danificada, o caráter inconcluso e insuficiente da conciliação de classes integrada ao capitalismo periférico. O problema é o que realmente ainda não havíamos identificado. Vimos o lulismo como apenas uma traição à causa maior da revolução brasileira. Não percebemos que ele funcionou como “redução de danos”, ou seja, “o lulismo foi um anteparo para essa destruição inerente ao capitalismo nessa sua fase atual destrutiva, em que ele destrói o seu próprio fundamento, que é a fonte do valor, o trabalho vivo” (ARANTES, 2023). Em retrospectiva, a dimensão “progressiva” de 2013 foi solapada pela vampirização “regressiva”. Estávamos diante de um ressurgimento da extrema direita e do fascismo, aparentemente desfardado. Tratava-se de pessoas comuns, pobres, negros, mulheres, entre nós indistinguíveis.

4. CONJUNÇÕES

Uma das lições mais importantes que é possível apreender da relação entre as esferas econômicas e sociais — evitando todo tipo de esquematismo de determinação e sobreposição — é que o “capitalismo é obrigado a propor formas de engajamento compatíveis com o estado do mundo social no qual está incorporado e com as aspirações dos seus membros que consigam expressar-se com mais força” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 199). No entanto, não se pretende dizer que os protestos de 2013 são compatíveis com uma orientação política bem definida, capaz de garantir que se tratava de manifestações à direita. Eles foram, fundamentalmente, processos políticos ambíguos e tomados por temporalidades e ritmos conflitantes.

A questão é mais problemática. Trata-se de pensar o ponto de saturação da integração do capitalismo brasileiro e seus limites absolutos. É por isso que a reação de fúria, raiva, ódio que pudemos perceber em 2013 precisa ser considerada como um componente ideológico importante da atmosfera política do curto-circuito brasileiro. Havia um esgotamento do modelo de reformismo de baixa intensidade implementado pelo lulismo, associado à hegemonia do neoliberalismo como forma de subjetivação. O elemento econômico deve ser pensado como forma deslocada de uma crise psíquica mais profunda. Assim, o que precisamos considerar é que, mesmo com todos os esforços reformistas do lulismo, a dimensão estrutural da exploração e das hierarquias e diferenciações manteve-se relativamente estável. Os espectros estão sempre funcionando como o “retorno do reprimido”. Christian Dunker sugere um esquema psicanalítico interessante:

Entende-se que o ódio emerge em uma situação na qual o espaço público e o espaço privado estão sujeitos a uma indeterminação progressista de fronteiras: sejam elas corruptíveis ou incorruptíveis. Isso é pontuado pelas telas de televisão que mostram, irônica, cínica ou pornograficamente, o que deveria ficar escondido: as coxias, os bastidores, o atrás do palco. Quando a alternância entre público e privado se dissolve, temos um ingrediente explosivo para a emergência de formações paranoicas (DUNKER, 2017, p. 72).

É curioso pensar que o esquema montado pela transição sem fim foi desmontado em poucos meses. A conjunção política tinha como zona de compromisso compartilhado a alternância de poder entre PSDB e PT, tendo o PMDB como o pêndulo institucional que garantia a governabilidade de coalizão. Ou seja, o extremismo aparecia como uma impossibilidade tácita. A irrupção da revolta desgovernada pôs abaixo todo o esquema de montagem da pacificação sem traumas dos problemas nacionais. De repente, tínhamos a “desconstrução” da democracia de coalizão, da lógica de neoliberalização dos bens públicos, do formato autorizado da oposição política e de uma série de outras instituições e valores pactuados na longa transição democrática. Percebeu-se logo, de maneira impressionante, que apenas o ódio tem força mobilizadora e transformativa: todavia, no decurso dos acontecimentos explosivos, fomos perceber que o ódio mobilizado (e despolitizado) tinha uma dimensão profundamente regressiva. Em 2007, a relativa distância da convulsão brasileira, Paulo Arantes havia sentenciado o sinal dos tempos:

Novamente é como você diz, “política como ódio”, mas, levando-se em conta os novos atores não estatais que entraram em cena no mundo, seria melhor dizer “o ódio como

política”. Ao que parece, só o ódio mobiliza hoje. Bem no fundo do tacho, o que se vê é [sic] perdedores atirando contra perdedores, tanto nas zonas desconectadas do mundo como nos guetos da normalidade capitalista [...]. Alguém observou que o eclipse de uma alternativa pós-capitalista intensificou exponencialmente o ódio como vínculo social preponderante — se é que se pode falar assim. Como se, na ausência da regulação moral associada às ideias socialistas, as pessoas se sentissem livres para odiar, como num desrecalque coletivo, enfim, descarregar em novas vítimas a expiação da crise (ARANTES, 2007, p. 240).

Seja como for, o Brasil de 2013 representava a paradoxal inserção e visibilidade de grupos historicamente massacrados, explorados e humilhados. A irrupção dos protestos permitiu que uma série desconectada de reclamações políticas legítimas pudesse formar uma imagem do país, sobretudo no que diz respeito aos seus impasses e antagonismos latentes. *Grosso modo*, o modelo de pactuação “normal” na história brasileira foi o acerto entre as elites dominantes. Dessa vez, estávamos diante de um predomínio *antiestablishment*, tão logo transformado numa máquina de guerra contra o PT e os valores democrático-republicanos mais fundamentais. Como a racionalidade democrática havia sido rapidamente erodida, o engate reacionário mobilizou o ódio como afeto político fundamental. A nova gramática social sufocou qualquer medida mínima de racionalidade para a circulação do ódio despolitizado como o principal vínculo na formação da consciência política imediata.

Trata-se de uma liberação do ódio como valor moral. Estar livre para odiar os inimigos ideológicos passa a ser o novo léxico político. Mas o que o ódio encobre? Na verdade, trata-se de uma operação ideológica típica do fascismo do nosso tempo, que atua deslocando as causas decisivas da crise experimentada para causas deslocadas. Como o capitalismo brasileiro não podia ser identificado como o objeto primordial dos nossos problemas, a operação ideológica como mecanismo de poder produziu a identificação arbitrária de inimigos — não mais externos, mas entre nós, no corpo social abrangente —, que encarnavam a culpa daquilo que foi o impulso mobilizador da reclamação política. A corrupção era dada como monopólio do PT, o caos sistêmico era rejeitado em nome do retorno da ditadura militar, a inserção social e simbólica de negros e mulheres era traduzida como destruição dos modos de vida tradicionais etc. Não se trata de uma operação simples, ou de fácil explicação. O que explica a regressão dos desdobramentos dos protestos de 2013 é sua captura ideológica.

As conjunções mobilizadas em 2013 inauguram um outro país, agora com a “normalização” do fascismo brasileiro como uma alternativa que funciona “por dentro” do regime político vigente. No lugar da racionalidade, a mentira em estado puro, complementada pela complexificação das redes sociais, que passam a ser redes totais de controle, repressão e mobilização da subjetividade colonizada. A experiência da esquerda no poder foi sistematicamente distorcida, de modo que as pequenas conquistas sociais foram substituídas pela imagem de uma casta corrupta de integrados ao sistema dominante de colonização permanente. Arriscando o palpite, creio que a conjunção adotada pela dominação brasileira foi a de colonização do ódio — inserida na ideia de que “só o ódio mobiliza hoje” —, impedindo que as aspirações legítimas do movimento de 2013 pudessem ser canalizadas em direção à verdadeira democratização do país:

Porque a condição dos mais abastados suscita sobretudo a paixão amarga de parecer com eles, porque o orgulho de ser pobre, alimentado pela esperança de revanches futu-

ras, deu lugar a uma vergonha agressiva, porque a mensagem veiculada por toda parte é que só tem sentido viver se for no consumo desenfreado, deixando-se aspirar pelo presente numa fruição fácil. Por essas e outras razões, a cólera justa de uma maioria explorada contra a minoria entra em curto-circuito e é distribuída em ódio dos pequenos exploradores e medo dos pequenos delinquentes (GROS, 2018, p. 13).

O que se quer dizer é que a “normalização” da realidade, através da inclusão de um agente político coletivo capaz de confrontar o monopólio da esquerda e dos setores progressistas no que diz respeito à legitimidade da reclamação social (das ruas, das redes sociais e do ódio), aparece como a inovação do novo capítulo das conjunções nacionais. Num ensaio elucidativo, Anselm Jappe antecipa um desdobramento do fascismo brasileiro (ou seja, do bolsonarismo) sentido dramaticamente apenas hoje com maior dose de realismo. Ele sugere que “o sentimento de humilhação, a impressão de ter que se submeter sem poder reagir podem levar tanto à subversão inteligente quanto também aos massacres nas escolas ou nas câmaras municipais” (JAPPE, 2013, p. 47). É por isso que os protestos não podem ser definidos pelas suas boas intenções — embora não podendo estas ser ignoradas —, mas propriamente pelo decurso dos acontecimentos políticos, sociais e ideológicos.

Nesse sentido, “o que ecoa na maioria dos protestos atuais é acima de tudo o medo de se encontrar excluído da sociedade e, assim, o desejo de ainda fazer parte dela” (JAPPE, 2013, p. 47). Os protestos são absolutamente regressivos quando analisados pela ótica do desejo de fazer parte do mundo em decomposição. As conjunções atuam buscando evitar que os protestos acelerem a decomposição social do capitalismo. É por isso que funcionam colonizando o conteúdo crítico e emancipatório de suas dinâmicas imprescindíveis, distorcendo-o e produzindo uma orientação voltada para a catástrofe em câmera lenta. Christian Dunker lembra que todo o ressentimento mobilizado pelo fascismo brasileiro objetiva restituir as divisões fundamentais contra qualquer possibilidade de universalismo. Em grande medida, a operação que produz conjunções atua no sentido de “normalização” das assimetrias arraigadas. É importante anotar que, quanto à conjunção decisiva, sua atuação não

Percebeu-se logo, de maneira impressionante, que apenas o ódio tem força mobilizadora e transformativa: todavia, no decurso dos acontecimentos explosivos, fomos perceber que o ódio mobilizado (e despolitizado) tinha uma dimensão profundamente regressiva

prescinde do uso da violência. Ao contrário, no caso brasileiro, a conjunção intenta garantir a reprodução da violência no seu estatuto de normalidade. O paradoxo é que as divisões não podem ser patologizadas — a não ser mediante uma operação ideológica decisiva —, mas elas são parte constitutiva da própria “normalidade”:

Um discurso que pregue que *só existem* homens e mulheres, loucos e normais, judeus e gregos, ricos e pobres, nordestinos e sulistas, para em seguida perguntar: *De que lado você está?*, incidirá em todas as psicopatologias, transversalmente, extraindo de cada uma delas o que há de pior. Este efeito *soma de todos os males* acontece porque identificamos nossa própria divisão subjetiva com uma divisão objetiva no mundo, de tal forma que se torna tentador eliminar um dos polos do conflito, que tanto nos assedia e nos faz sofrer. Silenciando o outro, tornando-o irracional, louco e desprezível, nós nos “normalizamos”. Aderindo a um dos dois lados no qual o mundo se simplificou, nos demitimos do trabalho e da incerteza de ter que escolher, como meros indivíduos, dotados de almas inconstantes, em meio a uma geografia indeterminada. E assim esquecemos que o universal que nos constitui é exatamente essa divisão, que nos torna paulineamente seres capazes de loucura (DUNKER, 2017, p. 283, grifos originais).

É assim que, no lugar de uma interpretação que permita uma crítica ao capitalismo brasileiro e suas consequências, temos o ressurgimento de um deslocamento do problema. O ressentimento é objeto do desrecalque como forma política que vai se insurgir contra o mínimo de igualdade e solidariedade. O que vem depois dos protestos de 2013 é a insistência na divisão da reclamação política, desmonopolizada pela direita política nas ruas. É curioso que, num país “acostumado” com a condição assimétrica de grupos historicamente subalternizados, explorados e humilhados, qualquer diminuição relativa da exclusão e da desigualdade seja motivo de horror e pânico político das classes médias e classes dominantes. Por isso que a derrota nas ruas da esquerda para agrupamentos como MBL, Vem pra Rua, Revoltados Online etc. representou uma conjunção política regressiva e defensiva, que atuou para impedir que os protestos fossem demasiadamente longe, ao mesmo tempo que permitiu o aparecimento de uma força/alternativa política radical à direita. A democratização brasileira é ainda um projeto não apenas inconcluso, mas impensável para o “país do futuro”.

5. CONCLUSÃO: O FIM DA REPETIÇÃO

Repetindo Badiou, observamos que nosso tempo é profundamente privado de mundo. A experiência compartilhada é cindida, cortada, fraturada por um tipo de descontro objetivo que nenhuma ideologia é capaz de recompor. Frédéric Gros diz que “o desaparecimento da classe média é a existência de um mundo comum que se perde”, uma vez que, segundo ele, sua existência social “impunha limites à extrema miséria e à extrema riqueza” (GROS, 2018, p. 13). Noves fora qualquer tipo de exagero na proposição de Frédéric Gros — já que o antagonismo típico no capitalismo se dá através da constituição de extremos opostos e não por uma camada média alargada —, o que importa é que ela assinala a dimensão problemática de um mundo que não existe mais como mundo compartilhado. Não parece estúpido dizer que a privação de mundo é uma das fontes originárias do mal-estar contemporâneo, cujas implicações psíquicas são desconcertantes. Slavoj Žižek, numa passagem paradoxal brilhante, insiste no impasse do mundo e do “des-mundo”:



A derrota nas ruas da esquerda para agrupamentos como MBL, Vem pra Rua, Revoltados Online etc. representou uma conjunção política regressiva e defensiva; na foto, protesto pelo impeachment de Dilma na avenida Paulista, em São Paulo (SP), março de 2016

Este é um sinal muito claro dos limites da abordagem multiculturalista “tolerante” que apregoa a abertura das fronteiras e a aceitação dos outros. Se nos preparássemos para abrir as fronteiras, as primeiras a revoltar-se seriam as classes trabalhadoras locais. Assim, fica cada vez mais claro que a solução não é “derrubem os muros e deixem todos entrar”, nos termos da exigência fácil e vazia dos liberais “radicais” de coração mole. A única verdadeira solução é derrubarmos o *verdadeiro* muro — não do Departamento da Imigração, mas o social e econômico: transformar a sociedade de maneira que as pessoas deixem de tentar desesperadamente fugir de seu próprio mundo (ŽIŽEK, 2014, p. 89, grifos originais).

Embora Žižek esteja refletindo sobre a cisão que todo tipo de *apartheid* social produz, independentemente da vítima que a conjuntura cria — judeus, imigrantes etc. —, sua preocupação real está em estabelecer o problema do “des-mundo” em que nosso mundo íntimo se transformou. É óbvio que as pessoas não experimentam de maneira semelhante a privação do mundo. Os mais vulneráveis estão na linha de frente da barbárie neoliberal capitalista e suas consequências. A questão decisiva é que não há futuro na forma de mundo existente, ou seja, não estamos diante de um tipo de civilização que faça algum sentido, com sua repetição infernal. Temos de pará-lo. Por isso que a questão política fundamental é impedir que o fim desse mundo seja o recomeço de sua repetição.

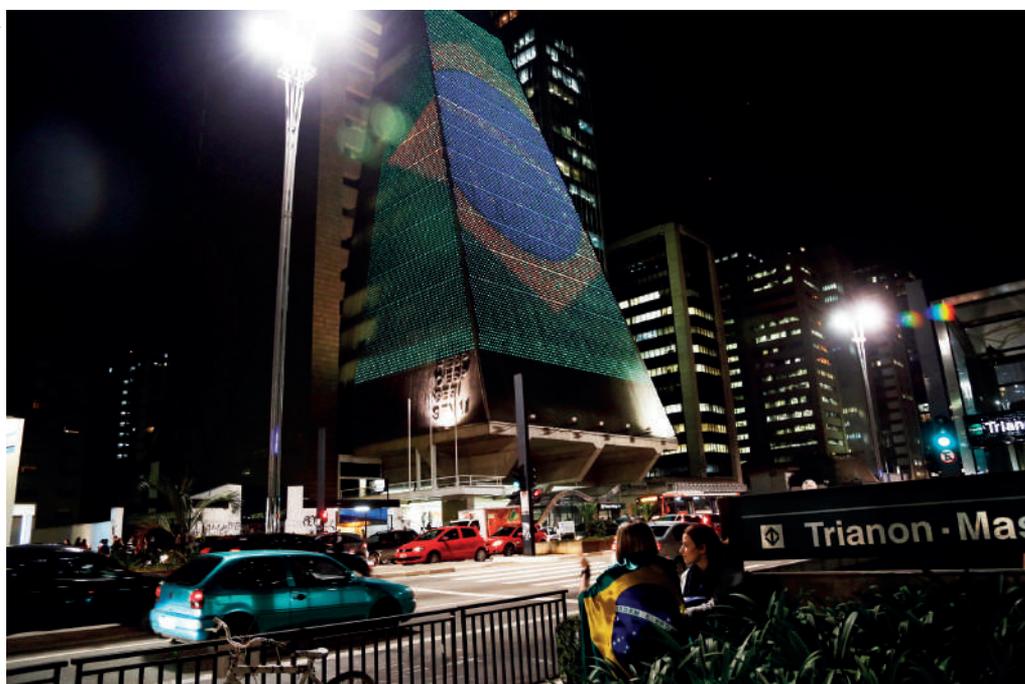
Daí que é absolutamente importante retomar o impasse da “repetição do fim” e do “fim da repetição”, como apresentado por Alenka Zupančič. Para ela, da mesma maneira que a repetição do fim implica que o fim estaria contido no metabolismo da repetição, o fim da repetição carregaria em seu funcionamento mais substancial a implicação da repetição no estado do fim. É possível e provável, pela própria natureza inconsistente da dinâmica do capitalismo — não apenas através de um mecanismo axiomático independente dos processos sociais mais abrangentes, mas ele é “sempre organizado por formas de racionalidade

política” (BROWN, 2019, p. 32) —, que a repetição esteja submetida ao seu próprio fim. Retomando Alenka Zupančič, ela sugere que:

Diferentemente da configuração anterior, na qual o fim (como possibilidade) era inerente à repetição, o que está em jogo aqui é, em vez disso, que a repetição *é inerente ao fim*; há algo sobre o próprio fim em si mesmo que impulsiona a repetição, e a repetição é essencialmente repetição do fim. Então, ao olhar para a repetição a partir dessa perspectiva, nós acabamos com dois tipos de fins: o fim que está se repetindo (e portanto é um com a repetição) e o fim que poderia eventualmente pôr fim a essa repetição (do fim). Parece que há um fim em ambos os lados da repetição; e que há repetição de ambos os lados do fim, já que pôr um fim à própria repetição (como repetição do fim) não só significaria pôr fim a este (repetido) fim, mas também equivaleria [a] repetir este fim, “alcançá-lo”, por assim dizer (ZUPANČIČ, 2017).

Ou seja, a luta dos que estão privados de mundo é para evitar que a repetição do fim se estabeleça como “normalidade” do impasse brasileiro. O fim da repetição não pode significar algo diferente do que diretamente “fim” da repetição do fim. A derrota dos protestos de 2013 significou a repetição do fim, com o acréscimo de que esse fim continuado fora vampirizado e colonizado pelo fascismo brasileiro, em combinação com o neoliberalismo. A situação piorou drasticamente, pois o fascismo instalado agora não aparece mais como um antagonista tão completamente visível. Ele se confunde com o conjunto ocupado pela democracia burguesa, assumindo o lugar de alternativa política e ideológica legítima. Não há mais nenhum constrangimento em adotar o fascismo como horizonte de expectativas.

Julia Moraes/Fiesp



Projeção da bandeira do Brasil na fachada do prédio da Fiesp, durante o sexto ato contra o aumento das passagens do transporte público. São Paulo (SP), 18 de junho de 2013

É pior. Não há mais nenhuma interdição em assumir o campo de experiência do fascismo como modo de vida compartilhado. Tomar os protestos de 2013 pelos desdobramentos da conjuntura política é uma exigência inegociável para, inclusive, sermos capazes de libertar os protestos de seus espectros.

Max Horkheimer discute o que leva determinadas pessoas e grupos delas a encontrarem linhas de fuga de uma determinada situação existente. Ele diz que “não basta apenas uma decisão pessoal” (HORKHEIMER, 2022, p. 44), embora toda decisão política seja delimitada por uma decisão pessoal. O paradoxo é que somente pode produzir rupturas quem se encontra dentro do sistema de “normalidade” dominante. Não há nenhuma relação política fora-fora, mas o dentro-fora é que define a capacidade da subversão em impor um tipo de transição necessária de dessublimação libertadora não repressiva. Esse é o ponto cego da dominação presente. Os protestos atuam na tentativa de forçar a marcha da transição social. O dentro-fora não é composto apenas por quem está garantido, mas está expandido aos não garantidos. Nesse sentido, o lulismo foi, na prática, um tipo de hegemonia que incluiu parte significativa dos não garantidos na dinâmica de acumulação. Não foi suficiente. A obscuridade da desigualdade brasileira não pôde conter a elaboração de experiências subjetivas radicais, mesmo quando o “país do futuro” era o negócio da vez: exemplo de pacificação global.

É possível dizer que “eles” estavam prontos para cruzar a fronteira. Mas não cruzaram. O verdadeiro problema dos protestos não é entender sua dinâmica própria — contradições e impasses —, mas as razões que impediram que quebrassem os muros que bloqueiam uma outra vida. O fim da repetição dos protestos não pôde interditar a repetição do passado e sua espectrologia, mas, de alguma maneira, a partir do fracasso deles, permitiu uma reconstrução vigorosa da extrema direita e do fascismo brasileiro. Não sendo criadores do fascismo, os protestos e seus fracassos foram ultrapassados por um radicalismo de direita agressivo, violento e paranoico. O problema agora é que não sabemos mais protestar, tampouco temos sido capazes de compreender a confusão dos nossos tempos regressivos. Não basta termos um bom retrovisor, precisamos de um caleidoscópio que nos permita enxergar a realidade para além da “normalidade” que insiste em nos manter em plena colaboração.

* Doutor em Políticas Públicas pela UFMA. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

► Texto recebido em 26 de abril de 2023; aprovado em 21 de junho de 2023.

- ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado?. In: _____. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 29-49.
- ALI, Tariq. O espírito da época. In: HARVEY, David et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 65-71.
- ARANTES, Paulo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. Mesmo sem projeto, Lula terá sucesso se frear extrema direita. **Folha de S.Paulo**, 11 mar. 2023. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/mesmo-sem-projeto-lula-tera-sucesso-se-frear-extrema-direita-diz-paulo-arantes.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- _____. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- _____. O (re)começo do materialismo dialético. In: ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1979. p. 7-32.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.
- BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e o Haiti**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras do pensável**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DUNKER, Christian. **Reinvenção da intimidade: políticas de sofrimento cotidiano**. São Paulo: Ubu, 2017.
- GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu, 2018.
- GUATTARI, Félix. Desejo e revolução. In: _____. BERARDI, Franco Bifo; BERTETTO, Paolo. **Desejo e revolução**. São Paulo: Sobinfluência, 2022. p. 14-97.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 2: Sobre a crítica da razão funcionalista.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-34.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HORKHEIMER, Max. **Crepúsculo: notas alemãs (1926-1931)**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- JAPPE, Anselm. **Violência, mas para quê?**. São Paulo: Hedra, 2013.
- MASON, Paul. **Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.
- MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- NABUCO, Joaquim. **O que é abolicionismo?**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2011.
- NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. **As verdades nômades: por novos espaços de liberdade**. São Paulo: Autonomia Literária; Politeia, 2017.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 2018.
- SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 45-55.
- SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. Penguin; Companhia das Letras, 2014.
- ŽIŽEK, Slavoj. **El acoso de las fantasías**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1999.
- _____. **Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético**. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013b. p. 101-108.
- _____. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ZUPANČIČ, Alenka. O fim. **LavraPalavra**, 30 jan. 2017. Disponível em: <www.lavrapalavra.com/2017/01/30/o-fim>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Junho de 2013 a contrapelo

Controvérsias e insurgências de um Brasil não raso

June 2013 against the grain
Controversies and insurgencies of
a non-shallow Brazil

LUCCA AMARAL TORI*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.005>

Marcelo Camargo/ABr



Manifestação na avenida Paulista, em São Paulo, em 23 de junho 2013, quando é possível observar uma divisão entre os manifestantes: à esquerda, os militantes de partidos e entidades com suas grandes faixas e bandeiras; à direita, manifestantes sem filiação partidária, com seus cartazes escritos à mão

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.005>

RESUMO

O presente artigo propõe observar as Jornadas de Junho de 2013 a partir da ideia de “escovar a história a contrapelo”, elaborada por Walter Benjamin. Nesse sentido, a ideia é analisar o acontecido, dez anos depois, não em uma visão distanciada, buscando neutralidade, mas em uma perspectiva mais complexa, observando as controvérsias dos acontecimentos desde aquela época até o presente em seus delineamentos amplos e diversos, não se limitando a um só tipo de leitura da ação social. Assim, ao longo do artigo são apresentadas diferentes perspectivas sobre aquele momento histórico com o objetivo de não nos limitarmos ao reducionismo de análises necessariamente pessimistas ou otimistas. Por isso, analisar Junho de 2013 a contrapelo é um importante pontapé inicial para um posterior trabalho que se detenha na criação de um mapa de controvérsias de Junho e do pós-Junho de 2013 no Brasil, evidenciando assim a complexidade do fato.

Palavras-chave: Junho de 2013. História a contrapelo. Novíssimos movimentos sociais. Controvérsias. Complexidade.

ABSTRACT

The article aims to observe the June 2013 protests from the perspective of “brushing history against the grain”, as suggested by Walter Benjamin. In this sense, the idea is to analyze those events, ten years later, not from a distant and neutral standpoint, but from a more complex perspective, considering the controversies surrounding the events from that time until nowadays, in all their diverse and wide-ranging aspects, without limiting to a single interpretation of social action. Throughout the article, different perspectives on that historical moment are presented with the aim of avoiding the reductionism of necessarily pessimistic or optimistic analyses. Therefore, analyzing June 2013 against the grain is an important starting point for a subsequent work that will focus on creating a map of controversies of June and post-June 2013 in Brazil, thus highlighting the complexity of the events.

Keywords: June 2013. History against the grain. Newest social movements. Controversies. Complexity.

1. INTRODUÇÃO

Ao tratar do conceito de *história* a partir de algumas teses fundamentais, Walter Benjamin quebra algumas das principais marcas hegemônicas do que se tinha sobre “história” até então (BENJAMIN, 2012). Sabe-se, nessa perspectiva, que a história hegemônica, aquela que não quer tratar do materialismo histórico, trata os acontecimentos sob o viés dos vencedores (BENJAMIN, 2012). Tal história hegemônica tenta se passar por perspectiva distanciada. No entanto, esta não existe, na realidade essa história está baseada na barbárie, e a perspectiva do materialismo histórico, ao tentar resolver isso, deve, portanto, ter como tarefa “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 70).

Escovar a história a contrapelo é não ser levado pelo que parece, mas sim se aprofundar nos detalhes, nas complexidades e, por que não, em suas contradições. É não deixar, também, que só um tipo de história triunfe (LÖWY, 2012). De forma mais detida, Löwy afirma que “escovar a história a contrapelo” tem um significado duplo, histórico — “trata-se de ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos” — e político (atual), que seria o do entendimento de que a redenção ou revolução não irá conforme o curso natural das coisas; a noção de um progresso inevitável é rebatida, por isso é necessário lutar contra a corrente da história hegemônica, pois, “deixada à própria sorte, ou acariciada no sentido do pelo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e de opressão” (LÖWY, 2012, p. 74).

Portanto, pensar Junho de 2013 a contrapelo é não ser levado por um só tipo de análise, hegemônica ou limitadora. É poder observar seus detalhes, suas contradições, seus problemas, mas também as sublevações, a construção e reconstrução de movimentos oprimidos e opressores, com suas controvérsias e complexidades (LATOURET, 2012; MORIN, 2011). Desenvolver análises complexas é também ir contra a metodologia científica hegemônica e tradicional que por muito tempo evitou as “complicações” e “confusões” da realidade social, ou seja, evitou a complexidade das coisas (MORIN, 2011).

A tentativa de simplificar o entendimento das coisas, presente ainda no modelo hegemônico científico, acaba por trazer “mais cegueira do que elucidação” (MORIN, 2011, p. 5). Isso não significa que não exista a simplicidade, que esta não possa ser parte da realidade,

Pensar Junho de 2013 a contrapelo é não ser levado por um só tipo de análise, hegemônica ou limitadora. É poder observar seus detalhes, suas contradições, seus problemas, mas também as sublevações, a construção e reconstrução de movimentos oprimidos e opressores, com suas controvérsias e complexidades

o que não pode existir é o pensamento simplificador (MORIN, 2011). Assim como Morin (2011) vai contra essa ideia de totalidade simplificadora presente na ciência e na racionalidade moderna, Latour (2012) se volta contra essa “constituição moderna” que modela a ciência hegemônica e influencia também a chamada “sociologia do social”. Para uma sociologia mais aberta às controvérsias e aos detalhes, que não devem ser pulados na análise — para que de fato existam análises mais complexas —, Latour (2012) defende a “sociologia das associações”, que subentende a construção de um “mapa de controvérsias”, ao perceber a realidade sempre em movimento, e não estagnada.

Nesse mesmo sentido, não existe um movimento único, e não devemos ser levados pelas ideias de “sentido da história” ou “progresso inevitável” (LÖWY, 2012, p. 75), mas analisar a rede complexa de caminhos que os eventos suscitam, já que não necessariamente param de surtir efeitos. E a reapropriação de marcos e eventos históricos é também importante na defesa da interpretação da *história no sentido contrário*, método que Benjamin defende (LÖWY, 2012), podendo isso ser expandido para um melhor entendimento de 2013 quando se quer observar a história do Brasil ao revés.

A complexidade e as contradições de muitos movimentos sociais pelo mundo começaram a ter maior visibilidade no início da década de 2010, quando alguns movimentos sociais começaram a borbulhar de uma forma menos convencional do que até então ocorria. Com início na Tunísia, passando pelo Iêmen, Egito e Líbia, chegando até o Marrocos, esse grande número de movimentos sociais surgidos de baixo para cima e contrários aos então vigentes governos autoritários acabaram sendo conhecidos como parte da Primavera Árabe (CASTELLS, 2013). Por influência desses movimentos sociais, outros em diversos países pelo mundo também foram se organizando, como na Islândia, na Espanha, com os Indignados, e também nos Estados Unidos, com o chamado Occupy Wall Street.

Todos esses eventos aconteceram quase na mesma época e tinham como marca o poder descentralizado, as discussões feitas em assembleias, as ocupações de espaços públicos e, principalmente, o uso determinante das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para a promoção de eventos nas redes sociais, grupos *on-line* e gravação de vídeos e fotos em tempo real para serem distribuídos pelas redes (CASTELLS, 2013; DI FELICE, 2017; GOHN, 2017), mas também os diversos e contraditórios caminhos que tais movimentos tomaram ao longo do tempo. Esses movimentos, que são menos institucionalizados e também menos engessados que os tradicionais, e que muitas vezes se aproximam do conceito de *coletivos*, Gohn (2017) chama de *novíssimos movimentos sociais*, que abarcam tanto movimentos de viés mais progressista quanto aqueles novos movimentos conservadores com táticas semelhantes.

Os movimentos que aconteceram no Brasil em 2013 também tiveram semelhanças com os citados, e o uso das tecnologias, principalmente as redes sociais, foi essencial para a formação da base e a posterior explosão do número de participantes ao longo das chamadas Jornadas de Junho (GOHN, 2017). Quando os movimentos de junho de 2013 ocorreram, pode-se dizer que acontecia o maior movimento de massas no país desde as “Diretas já” (NUNES, 2022). Começou-se a levar para as ruas muito descontentamento que a população no geral tinha com a classe política, e pode-se dizer que ocorreu uma revolta dos governados contra os governantes, nas palavras de Nunes (2022).

Posteriormente a esse grande movimento no país, começamos a ter muitas mudanças, tanto político-institucionais quanto dos movimentos sociais em si. Começaram os mo-



O filósofo e sociólogo alemão Walter Benjamin (1892-1940)

vimentos para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, os de apoiadores da presidenta, mas também movimentos mais autônomos, como foi o caso das ocupações de escolas no estado de São Paulo no ano de 2015 e a força do movimento feminista pelo Brasil (ALONSO, 2017; GOHN, 2017; NOBRE, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2019; TORI, 2021).

Tais complexidades podem se relacionar com a visão de Avritzer (2019) de que a democracia no Brasil funciona como um pêndulo, às vezes pendendo mais para a democracia de fato participativa, e em outros momentos, para o autoritarismo. Isso vem ocorrendo ao longo da história, e recentemente a democracia brasileira estava novamente mais próxima deste último. O que não significa que existiam somente relações autoritárias no país ao longo dos últimos anos. Como Pinheiro-Machado (2019) observa, as complexidades das mobilizações mais recentes no Brasil foram o pontapé inicial tanto para as ocupações de escolas em São Paulo ou Porto Alegre como para as coalizões instantâneas de redes sociais conservadoras, e acabaram originando o Movimento Brasil Livre, mas também estimularam a esperança feminista, por exemplo, que chegou às ruas com ainda mais força.

Para Pinheiro-Machado (2019), existe uma tendência dos analistas de viés progressista muito focada na avaliação institucional sobre as mobilizações dos últimos anos no Brasil, tendo um juízo muito negativo sobre elas, inclusive as considerando como importante fator para a emergência do conservadorismo e autoritarismo que o país seguiu posteriormente (impeachment de Dilma e ascensão de Jair Bolsonaro a presidente em 2018). Nesse sentido, Pinheiro-Machado (2018) diz que tais analistas deixam quase de lado os novíssimos movimentos sociais, que são fundamentalmente antissistêmicos,

como a nova onda do feminismo que explodiu no Brasil no século XXI e as formas emergentes de luta anticapitalista, que se pautam pelas questões de raça, gênero e sexualidade e que o *mainstream* intelectual, majoritariamente composto por homens brancos, ainda se recusa a tratar com a devida importância (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 12).



Colégio de Samambaia, Brasília, ocupado por alunos em ato contra a reforma do ensino médio; onda de ocupação de escolas em 2015 mostrou o revigoreamento de entidades com tradição no movimento estudantil

De toda forma, a autora reconhece algumas dessas complexidades e por isso chama as mobilizações desde 2013 de “revoltas ambíguas” (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Fernandes (2019) também reconhece que uma parcela importante da esquerda via Junho como apenas uma erupção reacionária, assim não vendo que se tratou de um evento de múltiplas dimensões e fortemente plural. Porém, Fernandes (2019) não deixa de afirmar que Junho foi sim um tanto controverso.

2. DOS MOVIMENTOS SOCIAIS TRADICIONAIS ÀS TRANSFORMAÇÕES PÓS-2013

Em uma perspectiva sociológica tradicional, pensa-se em movimentos sociais como ação coletiva (SCHERER-WARREN, 2014). Ao se falar dos novos movimentos sociais, ou até mesmo dos novíssimos movimentos (GOHN, 2014; 2017), lembra-se que não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, interesses imediatos de categorias ou grupos sociais, afirma Gohn (2014). Scherer-Warren (2014) ressalta que os movimentos, já na década de 1990, tinham de passar a entender as interconexões entre sentidos do local e do global, devendo acabar com o sectarismo restritivo comum a muitos dos movimentos sociais e aprender a se ramificar em diversas direções para juntar forças: “Trata-se de passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos.” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 23) Gohn (2014) atesta que já na década de 1990 as análises sobre movimentos sociais começaram a ter por categorias básicas termos como *cidadania coletiva*, *exclusão social* e *globalização* ou *mundialização*.

Para Gohn (2014), no novo cenário deste milênio, as relações são feitas por diferentes sujeitos sociopolíticos. Hoje há uma ampliação da diversidade de sujeitos protagonistas,

além de mudanças nas formas de mobilização e de atuação (hoje em redes) e aumento de fronteiras nos conflitos e tensões sociais por conta de uma nova geopolítica a partir da globalização econômica e cultural cada vez mais presente (GOHN, 2014). Castells (2013) trata dos movimentos que se iniciaram no mundo árabe em redes sociais contra poderes ditatoriais locais (Primavera Árabe) e que depois se espalharam por diversos países pelo mundo, inclusive o Brasil em 2013. Segundo Castells (2013), esses atores se conectaram e conceberam projetos a partir de muitas fontes do ser, foram indivíduos que formaram redes, que se uniram, e essa união conseguiu superar o medo. Esses movimentos ignoravam os partidos políticos, desconfiavam da mídia, não reconheciam lideranças e rejeitavam a organização formal. Sendo assim, sustentavam-se pela internet e em assembleias locais para debates coletivos e tomada de decisões (CASTELLS, 2013).

Esses movimentos valorizam mais o processo do que o resultado: “É o meio pelo qual atuam, a horizontalidade, a democracia direta, assim como a criatividade das suas ações, que dão a eles o sabor e o sentido.” (ORTELLADO, 2013, p. 227). Para complementar isso, podemos dizer que existiu também um afeto radical e criatividade política ao longo dessas lutas (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Esses são os movimentos sociais em rede. Segundo Castells (2013), esses movimentos começaram em sociedades bastante coercitivas, porém, na percepção dele, onde há poder existe também o contrapoder, e, assim: “A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação entre poder e contrapoder.” (CASTELLS, 2013, p. 10) Além disso, a própria mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente normas de construção de significado e, assim, a produção de relações de poder (CASTELLS, 2013).

Para Manuel Castells, é por esse motivo que redes de comunicação são fonte determinante de construção de poder. Para os novos movimentos sociais em rede, há a necessidade de ir além das redes sociais e construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano: “É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos.” (CASTELLS, 2013, p. 15). Segundo o autor, os ocupam por três motivos: o primeiro é criar uma comunidade baseada na proximidade, tornando-a um instrumento psicológico fundamental para superar o medo; o segundo é que os espaços ocupados são geralmente locais de significado, com poderes simbólicos; e o terceiro é a construção de um espaço livre num espaço simbólico:

esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação (CASTELLS, 2013, p. 16).

Como afirma Pinheiro-Machado (2019), a diferença de tais movimentos é que os protestos dos quais fazem parte não são necessariamente um meio para um fim, mas sim o próprio fim:

Ou seja, o mais importante era o fato de as pessoas estarem juntas e experimentarem um mundo novo. A natureza radicalmente democrática dos protestos seria uma antítese da natureza desagregadora do trabalho no neoliberalismo, em que o trabalhador muitas vezes tem uma rotina repetitiva, exaustiva e solitária (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 21).



Cena do documentário *Junho: o mês que abalou o Brasil* (2014), de João Wainer, mostra policiais militares formando uma barreira à frente de faixa do MPL (Movimento Passe Livre), impulsionador dos primeiros protestos de rua de 2013

E as ocupações foram um meio fundamental de criar senso no estar junto, uma forma de superar sentimentos individuais de medo, e assim praticar uma forma direta e evidente de luta pelo direito à cidade (CASTELLS, 2013; HARVEY, 2014; PINHEIRO-MACHADO, 2019; TORI, 2021).

Nesse contexto, no Brasil o ano de 2013 foi marcado pelos protestos de junho, iniciados pelo Movimento Passe Livre (MPL) e que depois tomaram proporções inimagináveis. Tal movimento negava a política partidária, mas não era por isso um movimento apolítico (GOHN, 2017). Esses protestos se deram contra o aumento do preço da passagem nos ônibus de São Paulo, e tinham suas características particulares, mas também se relacionavam com alguns dos pontos elencados por Castells (2013). De toda forma, como o próprio MPL (2013) reconhece, os movimentos daquele ano sempre foram mais amplos do que a luta pela diminuição do valor das passagens. Esse teria sido apenas o estopim para uma grande e ignorada dimensão subjetiva:

A revolta contra o aumento da passagem traduz naquele momento, em um só golpe, formas elementares de opressões e cercamentos da vida cotidiana [de] que já não nos dávamos conta: mobilidade, acesso à cidade, a necessidade de ocupar as ruas, de nos afetar com os encontros, de exigirmos uma distribuição radical das terras latifundiárias da política (MORAES et al., 2014).

É importante lembrar que o MPL (apartidário, mas não antipartidário) vinha desde 2003, ainda que não atuando como movimento formalmente, fazendo importantes manifestações e ações, como a Revolta do Buzu, em Salvador, na Bahia (POMAR, 2013). Importante também ressaltar o papel do Fórum Social Mundial de 2005 para a formação de fato do MPL, que tem como princípios “a autonomia, a independência, a horizontalidade e o apartidarismo” (POMAR, 2013, p. 12). Além disso, esses novos movimentos: “Articulam-se

De um lado estavam manifestantes com grandes faixas e bandeiras vermelhas, e do outro, jovens carregando cartazes escritos à mão, demonstrando um importante contraste

em rede, em relações de poder mais horizontais. Dominam novas técnicas, sobretudo associadas à tecnologia, e sua linguagem política é menos engessada, se comparada aos grupos tradicionais de organizações de juventude de esquerda.” (POMAR, 2013, p. 15). Os princípios dos novos movimentos se relacionam fortemente com os identificados anteriormente por Castells (2013) nos outros movimentos ao redor do mundo.

Para Halbritter e D’Ávila Neto (2015), todos esses novos movimentos abordados, incluindo os de junho de 2013 no Brasil, têm uma dinâmica semelhante ao usarem a internet — mais especificamente as redes sociais como o Facebook — para divulgação de conteúdos e convites para participação, e assim

os autores ponderam que a globalização pode servir para a ampliação do capitalismo global, mas também pode ajudar na mobilização popular em âmbito global (HALBRITTER; D’ÁVILA NETO, 2015).

Os protestos de 2013, como se sabe, iniciaram-se com o MPL e a pauta da diminuição das passagens de ônibus em São Paulo, e tinham em suas primeiras manifestações cerca de 2 mil pessoas, até que em seu quarto ato, dia 13 de junho — ainda com mais ou menos aquele mesmo número de participantes —, houve o episódio do massacre da Polícia Militar contra manifestantes e também jornalistas, como lembra Secco (2013), e após isso deu-se a explosão de participação em todo o Brasil, chegando em São Paulo a haver cerca de 250 mil pessoas nas ruas. Para Moraes et al. (2014), o dia 13 foi o ponto de virada das manifestações. Porém, nota Secco (2013), pelo fato de a violência ter atingido diretamente jornalistas, estes tiveram de apoiar o movimento, mas fizeram isso a partir de sua própria pauta, “por isso, o decisivo não foi a violência, tão natural contra os trabalhadores organizados, e sim sua *apropriação* pela imprensa” (SECCO, 2013, p. 74).

Para Fernando Haddad, então prefeito de São Paulo no período das revoltas, grupos como o MPL eram influenciados por uma esquerda antiestatal, ou então “neoanarquista charmosa” (HADDAD, 2017), e, diferentemente de outros movimentos sociais (como MST, MTST ou CUT), não procuravam negociação com as instituições, e assim esses tipos de protesto ocorriam de forma totalmente nova e iam ganhando força pelo mundo. Porém, Haddad complementa que, ao ser traduzida para as condições brasileiras, tal novidade trouxe um curto-circuito, e, assim,

a forma dos protestos, muito mais do que o conteúdo de suas reivindicações, oferecia uma chave de contestação que se prestava à defesa de tantas outras bandeiras. Logo ficou claro que ela, a forma, poderia ser sequestrada e servir de embalagem para uma miríade de novas demandas. E a panela de pressão de que falávamos pareceu ter encontrado a válvula para dar vazão à energia que havia se acumulado por anos (HADDAD, 2017, p. 12).

A partir disso, o que foi sendo visto ao longo dos protestos de junho de 2013 foram disputas de cartazes vindas da heterogeneidade dos ocupantes das ruas e uma guerra de interpretações e de vozes rebeldes (ROLNIK, 2013). Segundo Rolnik (2013), tivemos uma “fagulha”, que foi a mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos feita pelo MPL — uma questão de direito à cidade —, e essa “fagulha acabou incendiando uma pradaria” (nos dizeres de Mao Zedong) com os movimentos posteriores, que foram para além do tema inicial e se espalharam pelo Brasil. Para Avritzer (2019), é em junho de 2013 que o Brasil começa a viver uma crise de grandes proporções, o que fez os brasileiros — de forma geral — perderem a confiança no sistema político do país, e foi aquele o estopim para o pêndulo se direcionar para o autoritarismo dos anos subsequentes. Para Rodrigo Nunes, aquela explosão de revolta, que tinha muitas potencialidades para pressões e grandes transformações na política nacional, acabou tomando caminhos inusitados, “desaguando na formação de uma base social ativamente mobilizada em favor de medidas que reduzem direitos, eliminam pesos e contrapesos e afastam ainda mais a possibilidade de controle social sobre o Estado” (NUNES, 2022, p. 129).

André Singer, em artigo publicado ainda em 2013, já constatava algumas complexidades sobre os participantes de Junho, que podiam ser a relação de uma classe média tradicional inconformada com diversos caminhos que a realidade nacional seguia e também a presença de um segmento da população denominado “novo proletariado”, que eram trabalhadores informais, em grande medida jovens (SINGER, 2013). De forma ainda mais intensa, segundo Singer (2013), os manifestantes de 2013 eram socialmente heterogêneos e participavam de acontecimentos e propostas de fato multifacetadas e de tendências ideológicas as mais diversas, “desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo. Acabaram por ser uma espécie de ‘Jornadas de Juno’, cada um vindo nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma deusa diferente.” (SINGER, 2013, p. 32)

Toda essa complexidade das mobilizações de 2013 era passível de ser percebida a partir da segunda parte dos movimentos, quando de fato aumentou o número de participantes nas ruas. Em um ensaio sobre as imagens de tais manifestações, Parra (2020) demonstra como existiu de fato, na perspectiva de Jacques Rancière, uma partilha do sensível em movimento em um dos centros das manifestações, a avenida Paulista, onde de um lado estavam manifestantes com grandes faixas e bandeiras vermelhas, e do outro, jovens carregando cartazes escritos à mão, demonstrando um importante contraste. Para o autor:

A proliferação de formas discursivas e de reivindicações sobre problemas vividos pode ser contrastada com formas que concentram e dão unidade ao protesto. Humor, ironia, raiva e declarações objetivas compõem um repertório diverso de formas expressivas e manifestam alternativamente diferentes concepções sobre os modos de agir político (PARRA, 2020, p. 284).

Em sua perspectiva bastante pessimista sobre 2013, e crítica ao MPL, Haddad (2017) considera que após o crescimento vertiginoso das manifestações, o MPL se retirou das ruas, assim como outros movimentos e partidos de esquerda que as frequentavam até então, e o “sequestro” do movimento de fato se consumou pelas mãos de grupos mais à direita e movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua (VPR) e o Revoltados Online. Tal caldo foi se adensando tanto que, para Haddad (2017), o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 não teria ocorrido se não fosse Junho de 2013.

R. M'Timet/Facebook



Fotomontagem
retrata a
Primavera
Árabe

O próprio Nunes (2022) acredita que não há como compreender efetivamente o crescimento de Bolsonaro até sua elevação ao poder sem 2013, mas reconhece que esse não é um acontecimento linear nem único, que Junho foi um acontecimento complexo e que deu a possibilidade para uma diversidade de caminhos diferentes no campo político. Pinheiro-Machado (2019), que também tenta observar os movimentos daquele período de forma mais complexa, dando bastante visibilidade para as potencialidades positivas que eles trouxeram, reconhece, no entanto, que a direita soube canalizar melhor tais revoltas do que a esquerda, e vê como possível explicação para isso o fato de a direita chegar a tal disputa com um arsenal financeiro e tecnológico muitas vezes superior ao dos grupos à esquerda, “como a máquina de *fake news* da Cambridge Analytica, empresa de Steve Bannon que desempenhou um papel decisivo no Brexit, na Inglaterra, e na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 24).

Raquel Rolnik afirma que tais manifestações foram como um terremoto que perturbou de fato a ordem “de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos” (ROLNIK, 2013, p. 8), demonstrando, portanto, a complexidade do momento, que para Avritzer (2019) seria o momento da passagem do pêndulo da democracia para o autoritarismo. Para Singer (2013), os questionamentos de 2013 — de forma geral — não chegaram a questionar de fato a ordem, ou seja, a relação de classes, mas sim questionamentos difusos. Porém, de fato, a dimensão e a força do movimento teriam conseguido abalar fundamentos da sociedade, e a partir daquilo se poderia perder o controle sobre ele (SINGER, 2013), o que em certa medida ocorreu. Para Secco (2013), de forma geral as revoltas que foram surgindo naquele período em países de industrialização periférica, como era o caso do Brasil, mas também do sul da Europa, da Turquia e das nações afetadas pela Primavera Árabe, tiveram a potencialidade revolucionária de seus atos podendo ser facilmente cooptada.

No caso do MPL e de outros movimentos progressistas, como o das ocupações das escolas, muitos desses atores se mantiveram na luta autônoma, com criação de novos coletivos

E, assim como nos movimentos identificados por Castells (2013), a ocupação do espaço urbano também passou a ser um objetivo e um método que determinavam diretamente os fluxos e usos da cidade (ROLNIK, 2013). Essas ações também foram influenciadas pela autogestão e a ação direta (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019). As redes sociais digitais (Twitter, Facebook etc.) foram essenciais para esses jovens atores, mas mesmo assim continuavam insuficientes em relação ao poder das formas tradicionais de comunicação, por isso eram fortes entre os ativistas as críticas diretas às grandes redes de TV e à imprensa (ROLNIK, 2013). Mas, assim como Castells (2013) observa, no caso das manifestações de junho também é possível perceber que as redes de comunicação foram fonte decisiva na construção de poder, inclusive trazendo o contrapoder para os espaços públicos.

Num contexto em que as mobilizações sociais se intensificaram cada vez mais a partir dos movimentos de junho de 2013 no Brasil, principalmente os movimentos assumidos como horizontalizados, apartidários (mas não apolíticos, em sua maioria), e com o uso das TICs, das redes sociais, dispositivos móveis, entre outras formas de comunicação em rede, surge a movimentação dos secundaristas do estado de São Paulo (novembro de 2015) contra a reestruturação imposta pelo governador do estado, conseguindo, em pouco tempo, atingir mais de 230 escolas pelo estado, organizando-se horizontalmente e lutando contra poderosas forças contrárias (Polícia Militar, Poder Judiciário etc.) (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019; TORI, 2021).

Para Januário et al. (2016), o movimento dos secundaristas pode ser visto como uma continuidade de um dos segmentos de 2013. Segundo um dos estudantes que participaram das ocupações em 2015, entrevistado por mim, a iniciação política dele tinha sido em 2013, e para ele as ocupações eram um resultado de 2013 (TORI, 2021). Importante também ressaltar que o movimento, de forma geral, desprezava a mediação de partidos políticos e pode ser considerado o primeiro desdobramento pleno dos protestos de junho de 2013:

A luta dos secundaristas é herdeira de Junho num outro sentido. As manifestações de 2013 tiveram basicamente dois tipos de reivindicações: uma crítica de representação, decorrente da crise de legitimidade do sistema político, e a defesa dos direitos sociais, principalmente educação, saúde e transporte. [...] Os secundaristas conseguiram, pelo caráter social da sua reivindicação e pelo caráter radicalmente democrático da sua organização, reunir as duas metades de Junho (ORTELLADO, 2016, p. 15).

Movimentos conservadores que surgiram no pós-2013 com métodos condizentes com a conceituação dos novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2017), como foi o caso do VPR e MBL — ou dos “patriotas” de forma geral, como indica Alonso (2017), que de fato re-



Kim Kataguirí, do MBL, discursa durante manifestação pelo impeachment de Dilma em 2016 na avenida Paulista, São Paulo (SP)

tomaram as ruas a partir de 2015 para lutar pelo impeachment de Dilma Rousseff (ALONSO, 2017; GOHN, 2017) —, também se julgavam apartidários, e inclusive contra “todos que estão aí”, mas rapidamente se ajeitaram no jogo institucional, em partidos tradicionais, participando de eleições e as ganhando (GOHN, 2017). No caso do MPL e de outros movimentos progressistas, como o das ocupações das escolas, muitos desses atores se mantiveram na luta autônoma, com criação de novos coletivos, mesmo que alguns outros (em menor medida) possam ter entrado na política institucional também.

A direita conseguiu direcionar as mobilizações para a luta contra a corrupção, uma temática que atinge facilmente qualquer classe social, porém conseguiu relacionar isso com uma luta de direita (SINGER, 2013). E, para Fernandes (2019), diante da complexidade da conjuntura de 2013, uma parte importante dos movimentos e partidos de esquerda subestimaram o chamado “antipetismo”, que a direita tentava igualar a “anticorrupção”.

Mais recentemente, com marco inicial em 2013, o Brasil passou por manifestações e movimentos sociais muito menos associados às questões tradicionais de uma sociedade do trabalho do século XX, expressas em manifestações partidárias e com a força de sindicatos, para movimentos mais identitários ou com uma complexidade maior de indignações (GOHN, 2017). Tais manifestações são muito mais próximas dos movimentos em escala internacional apontados por Castells (2013). No Brasil é possível chamar tal momento de “a novidade de 2013”, segundo Alonso (2017). Esses movimentos, que se organizavam muitas vezes em coletivos, tentavam organizar outras formas de fazer política, com base em um modelo mais dinâmico, participativo e horizontal (GOHN, 2017), um formato essencialmente mais democrático, compatível com uma noção de democracia mais radical, mas não necessariamente mais fácil, e possivelmente apropriável por outras tendências políticas — movimentos como o VPR e o MBL, por exemplo, surgiram apropriando-se de boa parte de tais práticas (GOHN, 2017). Por isso, o pós-2013 precisa ser visto com suas complexidades e controvérsias (LATOUR, 2012; MORIN, 2011), contra a onda hegemônica e, portanto, a contrapelo (BENJAMIN, 2012).

A direita conseguiu direcionar as mobilizações para a luta contra a corrupção, uma temática que atinge facilmente qualquer classe social

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado, desde o início da década passada até o momento atual, movimentos sociais no mundo têm tido muitas relações e ações semelhantes, mesmo que para necessidades muito distintas. Além disso, em comparação com os movimentos progressos, têm características mais autonomistas, horizontais, reticulares e altamente relacionadas com as novas tecnologias (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014). No caso brasileiro, as Jornadas de Junho de 2013 deram o pontapé inicial para esse tipo de movimento, que foi seguindo muitos tipos de caminhos (bastante contraditórios e complexos). Sendo assim, diferentes perspectivas foram sendo detectadas pelos estudiosos da política nacional e dos movimentos sociais em específico.

A visão de Avritzer (2019), por exemplo, é muito mais pessimista sobre o papel de 2013 para a política nacional, pois ele julga ter sido esse o estopim para o pêndulo democrático ficar mais próximo do autoritarismo, ou da regressão democrática dos anos posteriores, não se aprofundando, porém, em maiores complexidades daquele movimento e movimentos posteriores. O autor demonstra que de fato o apoio às forças conservadoras tinha sido subestimado e foi aumentando de forma importante (AVRITZER, 2019), o que demonstra que a direita soube de fato se aproveitar das ferramentas e formas vindas de 2013. Para Singer (2013), a forma de luta do MPL, de não hierarquização das mobilizações, acabou se abrindo para visões ideológicas muito distintas das daquele grupo, e dessa forma as tendências de centro e de direita de fato pegaram carona na corrente trazida pelo que o autor chama de “nova esquerda”, porém “os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo” (SINGER, 2013, p. 33-34).

Como bem observado por Gohn: “As manifestações no Brasil a partir de 2013 construíram significados novos às [sic] lutas sociais. Elas afetaram o campo da política e a correlação de forças político-partidárias foi tensionada.” (GOHN, 2017, p. 77) E nada disso é necessariamente positivo ou negativo, mas sim complexo e cheio de contradições, como qualquer relação social. Existem processos de subjetivação da construção dos sujeitos em ação que criam uma composição muito complexa e diversificada dos atores presentes nos movimentos pós-2013 (GOHN, 2017). Para Fernandes (2019), a conjuntura de 2013 tem *complexa* como seu adjetivo definidor, porém o substantivo definidor seria *crise*; tal crise seria mais precisamente a crise de representação, mas também uma crise de práxis de uma esquerda que não conseguiu se organizar diante da complexidade de 2013. Para Alonso (2017),

foi de fato uma crise política, porém com três ciclos de confronto: o próprio Junho de 2013, o “ciclo patriota” e posteriormente o impeachment de Dilma, já em 2016.

Uma questão fundamental que aparece também em 2013, independentemente dos caminhos seguidos, é a posição “contra esse modelo baseado em estruturas verticais e centralizadas, [segundo o qual] movimentos como Occupy e outros propõem formas horizontais de decisão, sem personificação de lideranças nem comando de partidos e comitês centrais” (ROLNIK, 2013, p. 12). Independentemente do que se possa concluir de Junho de 2013, pode-se dizer que a estabilidade política que havia até então chegou ao fim (TIBLE, 2018).

Considerando o caldo complexo de Junho de 2013 para a política nacional, é preciso observar sua história de uma forma também mais complexa, e a história a contrapelo (BENJAMIN, 2012) é uma forma de ver a história em seu processo, contra a onda da perspectiva hegemônica. Assim, interpretar Junho a contrapelo pode ser:

Pensar um Junho que está sendo; pensar um, dois, três anos de Junho, de estar em Junho — e não apenas o que se passou desde junho — faz parte de uma visão política ampla que resiste em [sic] decretar o fracasso dos acontecimentos que atualizam a História, que resiste a negar a potência da ação coletiva no imaginário político, apenas pela falta de institucionalização da revolta (MORAES et al., 2014, p. 15).

Ou seja, ir contra também um *mainstream* intelectual que nega as potencialidades daquele período (PINHEIRO-MACHADO, 2019). A própria vivência em ocupações e no cotidiano delas, o seu processo, já era uma experiência democrática e política essencial, era uma forma de contemplar a pluralidade e diversidade e a possibilidade de uma experiência comunitária, que foi tomando força nacionalmente desde 2013 (ORTELLADO, 2013).

Nesse sentido, torna-se essencial ver a situação pelas frestas, pois, como Moraes et al. (2014) lembram, “foi nas beiradas, na espontaneidade, nas laterais dos protestos iniciais e em alguns desdobramentos onde o ‘Brasil gambiarra’, híbrido e informal, alegre e transversal, manifestou que ainda existe ou que existirá” (MORAES et al., 2014, p. 15). Junho, portanto, não pode ser visto como uma “metanarrativa rígida e categórica” (MORAES et al., 2014, p. 16), tais movimentos são complexos e de nenhuma forma podem ser vistos como uma linearidade (FERNANDES, 2019; NUNES, 2022; PINHEIRO-MACHADO, 2019). De forma otimista, Ortellado (2013) afirma que 2013 trouxe com maior intensidade a estratégia da ação autônoma, que não foi somente um novo paradigma nas lutas sociais brasileiras, “mas um modelo de ação que combina a política horizontalizada e contracultural dos novos mo-

O pós-2013 precisa ser visto com suas complexidades e controvérsias contra a onda hegemônica e, portanto, a contrapelo

Por isso a necessidade de observar tais movimentos em uma cartografia que vá além de espaços e tempos, que agregue também os desejos mais contraditórios existentes e que inclua as confusões e as controvérsias, não as retirando das análises

vimentos com um maduro sentido de estratégia” (ORTELLADO, 2013, p. 237), tendo como exemplos importantes disso, em São Paulo, a revogação do aumento das passagens em 2013 e também a revogação do projeto de reestruturação das escolas no ano de 2015.

Existem, de fato, contradições no caldo complexo que esses tipos de movimento fazem em seus países e em 2013 em específico, existem controvérsias e complexidades, por isso a necessidade de observar tais movimentos em uma cartografia que vá além de espaços e tempos, que agregue também os desejos mais contraditórios existentes (MORAES et al., 2014) e que inclua as confusões e as controvérsias, não as retirando das análises (MORIN, 2011; LATOUR, 2012), podendo-se utilizar, portanto, a construção de um mapa de controvérsias (LATOUR, 2012). Nesse sentido, este artigo serve como um convite à reflexão e um pontapé inicial para próximos trabalhos que possam analisar 2013 através de suas complexidades, controvérsias e contradições em uma perspectiva do pensamento complexo (MORIN, 2011), complementado pela construção de um mapa de controvérsias (LATOUR, 2012), já que de fato 2013 “está sendo” (MORAES et al., 2014; NOBRE, 2018; TIBLE, 2018).

Ou então Junho de 2013 não aconteceu, como afirma Nunes (2022) ao se apropriar da perspectiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari quando escreveram um texto sobre a especulação de Maio de 1968 não ter acontecido, mas o que queriam dizer era que sim, Maio de 1968 acontecera, mas não teve lugar. Nunes afirma que a transformação que tal acontecimento tornaria possível acabou não conseguindo se inscrever na realidade, ou então, se se inscreveu, foi de forma incompleta, distorcida, indo até mesmo contra ela própria. Nessa perspectiva, “é perfeitamente razoável que possamos ao mesmo tempo reconhecer o relativo fracasso de acontecimentos como Maio de 1968 ou Junho de 2013 e fazer justiça a sua importância” (NUNES, 2022, p. 130), ou seja, não romantizando essa situação, apenas complexificando o seu potencial, que não deve se esgotar nos seus desdobramentos poste-



Movimentos que defendem bandeiras de gênero e sexualidade, como o movimento feminista, ganharam impulso nas ruas após 2013

riores (NUNES, 2022). De toda forma, como Slavoj Žižek já afirmava em artigo lá em 2013, diante de tais controvérsias e complexidades, “talvez o próprio futuro dos protestos em curso dependa da capacidade de se organizar essa solidariedade global. Está claro que não vivemos no melhor mundo possível. Os protestos globais devem servir de lembrança ao fato de que temos a obrigação de pensar em alternativas.” (ŽIŽEK, 2013, p. 108)

* Doutorando em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e bolsista Capes. Mestre pelo programa “Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades”, do Centro Diversitas (FFLCH-USP). Bacharel em Ciências e Humanidades e em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC). *E-mail*: lucca.tori@usp.br

► Texto recebido em 30 de março de 2023; aprovado em 21 de junho de 2023.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, ed. esp., p. 49-58, jun. 2017.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história (1940). In: LÖWY, Michel. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 33-146.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo**: da ação social para o ato conectivo. São Paulo: Paulus, 2017. (Coleção Comunicação.)

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. **Piauí**, São Paulo, ed. 129, jun. 2017.

HALBRITTER, Luciana de Oliveira Leal; D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. Mobilização para além das fronteiras: semelhanças transnacionais dos movimentos sociais de origem virtual pelo mundo. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, p. 353-360, set.-dez. 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações das escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, São Paulo, v. 9, p. 1-26, 2016.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LÖWY, Michel. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2012.

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúriom (Org.). **Ocupar e resistir**: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019.

MORAES, Alana et al. Introdução. In: _____ (Org.). **Junho**: potência das ruas e das redes. 1. ed. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2014. p. 9-22.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MPL — MOVIMENTO PASSE LIVRE-SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-18.

NOBRE, Marcos. Junho, ano V: as eleições, o sistema político e a negação da realidade. **Piauí**, São Paulo, ed. 141, jun. 2018.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena et al. **20 centavos**: a luta contra o aumento. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013.

ORTELLADO, Pablo. Prefácio: a primeira flor de junho. In: CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio Moretto. **Escolas de luta**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna.) p. 12-16.

PARRA, Henrique Z. M. Artefatos visuais em manifestações políticas: um ensaio sobre mutações nos modos de subjetivação e ação política entre 2013 e 2018. **GIS: Gesto, Imagem e Som**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 282-299, ago. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2019.

POMAR, Marcelo. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, Elena et al. **20 centavos**: a luta contra o aumento. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013. p. 8-21.

ROLNIK, Raquel. Apresentação — As vozes das ruas: revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 7-12.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1 ed. São Paulo Boitempo, 2013. P. 71-78.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

TIBLE, Jean. A esquerda dividida por Junho de 2013 e a possibilidade de construir novas conexões. [Entrevista cedida a] Patricia Fachin. **IHU On-Line**, 27 jun. 2018. Disponível em: < <https://ury1.com/lhr6k> >. Acesso em: 14 jul. 2023.

TORI, Lucca Amaral. **Ocupações, o uso de tecnologias de informação e comunicação e a construção de redes no movimento secundarista de São Paulo em 2015**. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 101-108.

Junho de 2013 lido através do prisma das revoluções coloridas

June 2013 read through the prism of color revolutions

MATEUS MENDES*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.006>



Wikimedia Commons

Fotomontagem sobre foto da chamada Revolução de Veludo, ocorrida na antiga Checoslováquia em 1989

RESUMO

O objetivo geral do artigo é analisar os protestos de junho de 2013 no Brasil a partir da tese de que eles constituíram uma operação de guerra híbrida, mais precisamente, uma revolução colorida. Ele tem três objetivos específicos. O primeiro é discutir o contexto geopolítico em que ocorreram os protestos. O segundo, definir guerra híbrida e revoluções coloridas, abordando os fundamentos teóricos e históricos que concorreram para a elaboração dessa modalidade de operação. O terceiro é analisar os eventos de junho de 2013 com ênfase no trabalho de alguns aparelhos ideológicos da burguesia brasileira e do imperialismo, considerando o trabalho acumulado e o desempenhado quando as manifestações aumentaram de proporção. Afora a introdução e as considerações finais, este artigo está dividido em três seções, cada uma voltada para um dos objetivos específicos. A conclusão a que se chega é que a forma como os protestos se transformaram decorreu do fato de que setores da direita brasileira atuaram sob uma coordenação típica de revolução colorida.

Palavras-chave: Junho de 2013. Revolução colorida. Guerra híbrida. Ideologia. Imperialismo.

ABSTRACT

The aim of the article is to analyze the June 2013 protests in Brazil from the perspective that they constituted a hybrid warfare operation, more precisely, a color revolution. It has three specific aims. The first is to discuss the geopolitical context in which the protests took place. The second, defining hybrid warfare and color revolutions, addressing the theoretical and historical foundations that contributed to the elaboration of this modality of operation. The third, analyzing the events of June 2013 with an emphasis on the work of some ideological apparatuses of the Brazilian bourgeoisie and imperialism, considering the accumulated work and the work performed when the demonstrations increased in proportion. Besides the introduction and the concluding remarks, this article is divided into three parts, each dedicated to one of the specific purposes. The conclusion is that the way in which the protests were transformed resulted from the fact that sectors of the Brazilian right acted in a typical coordination of a color revolution.

Keywords: June 2013. Color revolution. Hybrid warfare. Ideology. Imperialism.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral do presente artigo é analisar os protestos de junho de 2013 a partir da interpretação de que eles constituem uma operação de guerra híbrida, mais precisamente, uma revolução colorida. Ele tem três objetivos específicos: discutir o contexto geopolítico em que ocorreram os protestos; definir guerra híbrida e revoluções coloridas, abordando os fundamentos teóricos e históricos que concorreram para a elaboração dessa modalidade de operação; analisar junho de 2013 com ênfase no trabalho de alguns aparelhos ideológicos da burguesia brasileira e do imperialismo, considerando o trabalho acumulado e o desempenhado quando as manifestações aumentaram de proporção. Além da introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em três seções, cada uma voltada para um dos objetivos específicos supracitados.

Há que fazer ainda duas considerações preliminares. A opção por analisar as iniciativas das direitas não pode ser traduzida como uma negligência de nossa parte acerca dos erros que cometeram as esquerdas, especialmente os governos petistas. Ademais, a ênfase no *modus operandi* das revoluções coloridas não significa que pensemos que elas podem vicejar em solo desértico ou, recorrendo à metáfora marxiana, que são raios em céus azuis. No entanto, em que pese o reconhecimento de uma série de razões que poderiam gerar revoltas populares no Brasil, é fato que razões se faziam e se fazem presentes sem, contudo, gerar manifestações semelhantes. Em verdade, as condições materiais, os motivos para protestos ficaram ainda maiores após 2016. Porém, nada parecido com 2013 aconteceu até agora.

Se as razões para a eclosão de movimentos semelhantes se faziam presentes antes e depois, o que torna aquele mês de junho tão particular? Em nosso entendimento, a resposta para essa pergunta é que junho de 2013 é fruto de uma ação coordenada, ação essa que na Ciência Política tem recebido o nome de revolução colorida.

2. O CARÁTER CONTRARREVOLUCIONÁRIO E IMPERIALISTA DA ORDEM NEOLIBERAL

Nancy Fraser observa que o neoliberalismo resultou de uma convergência inusitada de forças: a Nova Esquerda (militantes antirracistas e antissexistas; ambientalistas; estudantes) e os defensores do livre mercado, ambos os grupos insatisfeitos com o Estado de bem-estar social (FRASER; JAEGGI, 2020). À esquerda, desejava-se reformá-lo para incluir os excluídos e zelar pelo meio ambiente. À direita, desejava-se demoli-lo por completo. Com efeito, a crise econômica dos anos 1970 foi a janela de oportunidade para a mudança, e o Estado de bem-estar social sucumbiu.

Fraser identifica duas faces do neoliberalismo (FRASER; JAEGGI, 2020). Ainda que ambas advoguem o fim dos serviços públicos e a desregulamentação da legislação trabalhista, uma pode ser considerada “progressista” porque preza minimamente os direitos humanos e defende alguma regulamentação ambiental. A outra face, entretanto, é “ultrarreacionária”: além da agenda regressiva neoliberal típica, defende, sem pejo, políticas racistas, machistas, LGBTfóbicas e xenóforas e o fim de qualquer legislação ambiental. Por essa ótica, nos anos 1990 o neoliberalismo progressista foi mais forte. Nos anos 2000 houve um certo impasse, sendo que a partir de 2008 o neoliberalismo ultrarreacionário parte para a ofensiva. A partir de 2016, se torna hegemônico.

Com efeito, nos anos 1990 houve certa concessão a pautas que não interferem diretamente na acumulação capitalista. Em parte, isso se deveu ao fato de que Clinton e Blair, por se apresentarem como uma “terceira via”, contavam com votos da Nova Esquerda. Além disso, como observa Lacerda (2019), o neoconservadorismo passava por uma crise porque a luta militar contra o comunismo perdera parte considerável de sua capacidade de coesão interna e porque surgiu no seio do movimento um grupo que defendia uma política externa isolacionista.

Nada obstante, afora as pautas ambiental e de direitos humanos, as marcas dos anos 1990 são retrocessos econômicos, sociais, políticos e ideológicos. O desmonte do Estado de bem-estar social, as privatizações e a desregulamentação das relações de trabalho não só rebaixaram o padrão de vida da classe trabalhadora como impuseram a ela sérias dificuldades políticas.

No caso dos países periféricos, a situação foi ainda mais severa. É neles que o neoliberalismo e a democracia mostram o quão incompatíveis são. O perfil dependente desses países encontra na balança de pagamentos seu ponto sensível: as importações de industrializados são custeadas pela exportação de bens primários. Nessas condições, de governos despreocupados com agendas sociais, as políticas recessivas são o remédio usual para o equilíbrio das contas, comprimindo o mercado interno para garantir a entrada de investimentos externos. A consecução desse plano exige transformar a democracia em uma fábula (FIORI, 2012a; 2012b).

Além disso, o neoliberalismo é uma das expressões hodiernas do imperialismo. Seja por rebaixamento do valor do trabalho ou por privatizações, a agenda neoliberal joga no mercado internacional, a preços subvalorizados, uma série de ativos que, por via de regra, são apropriados pelos países centrais (HARVEY, 2011). Além de se beneficiarem da transferência de bem-estar de um polo a outro da economia internacional, os países centrais costumam ser os principais beneficiados pela privatização de setores estratégicos (telefonia, energia, bancos, mineração etc.).

Outro sinal de retrocesso pode ser visto no debate ideológico. A vitória na Guerra Fria foi interpretada pelos Estados Unidos como uma autorização para o revisionismo histórico e para a defesa desabrida do imperialismo.

A partir dos anos 1990 avançou nos países imperialistas o revisionismo histórico. Desde então, em jornais de grande circulação e livros, pululam teses que defendem a ideia de que impor *manu militari* o modelo ocidental de civilização foi mais que legítimo, foi um dever civilizacional. Para esses intelectuais orgânicos do imperialismo, essa é uma assertiva válida para o passado e para o presente (LOSURDO, 2017).

O caso de Duffield (2014) é bem ilustrativo. Para o autor, com o fim da Guerra Fria surgiu uma nova forma de gerir e praticar a violência, as “novas guerras”, cuja gênese seria o subdesenvolvimento irradiado do Sul Global. Assim, a solução seria uma articulação entre governos, ONGs, forças armadas e empresariado em prol de uma “governança liberal global”: um esforço internacional para o fortalecimento da democracia representativa e dos fundamentos da economia de mercado.

Essa concepção político-ideológica de que os EUA e seus sócios carregam o “fardo do homem branco”, associada à vitória na Guerra Fria, autorizou três movimentos geopolíticos. Na periferia, houve uma série de “intervenções humanitárias”. No que fora o bloco socialista, houve duas ofensivas. A Otan promoveu uma série de expansões anexando países

que foram do Pacto de Varsóvia, da União Soviética e da Iugoslávia: em 1999, ingressaram na organização Hungria, Polônia e República Tcheca; em 2004, foi a vez de Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia; em 2009, Albânia e Croácia; em 2017, Montenegro; e em 2020, Macedônia do Norte¹. Ademais, ocorreram eventos caros à pesquisa em tela: as revoluções coloridas na Sérvia, na Geórgia, na Ucrânia e no Quirguistão.

2.1. CRISE E OFENSIVA ULTRARREACIONÁRIA

Embora o fim da hegemonia do neoliberalismo progressista seja datado da crise de 2008, no início dos anos 2000 já começaram a emergir as principais variáveis que alterariam a economia política internacional. Com efeito, o reposicionamento da Rússia como potência geopolítica e o crescimento da importância da China para a economia internacional impuseram sérios desafios aos Estados Unidos.

A Rússia assistiu resignada à expansão da Otan, à fragmentação da Iugoslávia e aos bombardeios à Sérvia. Com a ascensão de Putin (em 1999 a primeiro-ministro, e em 2000 a presidente), o quadro mudou. Ainda que não tenha mostrado força para preservar sua influência nos países que aderiam à Otan ou onde ocorriam as revoluções coloridas, Moscou mostrou-se bem confiante na crise da Ossétia. Ao resolver militarmente o impasse gerado pela ocupação da república autônoma e russófila pela Geórgia, o Kremlin enviou um recado solar de que não aceitaria mais manobras hostis nas franjas do seu território. A mensagem foi reforçada com o estreitamento das relações militares com a Venezuela, uma vez que a Rússia se tornou sua principal fornecedora de armamentos em todos os níveis, levando a Caracas seus bombardeiros e, sobretudo, promovendo exercícios navais no Caribe (ELLIS, 2017; MENDES, 2022; ROUVINSKI, 2019). Poderíamos acrescentar ainda a entrada da Rússia na guerra da Síria, que virou o jogo em favor do governo Assad, acossado por forças patrocinadas pelo Ocidente.

Em que pese a dimensão geopolítica da relação Estados Unidos-China não ser menor, para a discussão em tela interessa particularmente o aspecto econômico da ascensão chinesa. Entre 2000 e 2013, a China realizou uma série de feitos que alteraram a geografia econômica. Do ponto de vista quantitativo, superou os Estados Unidos no comércio internacional; deslocou os Estados Unidos tanto da posição de principal destino das exportações brasileiras como da de principal origem das nossas importações (MENDES, 2022). Do ponto de vista qualitativo, iniciou sua escalada para se tornar uma potência nas tecnologias da informação e comunicação (TICs). As TICs são o ramo mais dinâmico da economia contemporânea, como atesta o fato de, em 2018, as cinco maiores empresas do mundo em termos de capitalização de mercado serem do setor. Além disso, as TICs são uma área sensível e dual: vantagens nesse segmento costumam redundar em ganhos econômicos e militares (MAJEROWICZ, 2019)

Adicionalmente ao quadro apresentado, em 2008 a principal potência política, econômica e militar do mundo se tornou o epicentro de uma crise econômica, entre cujos resultados está a ascensão da extrema direita e do neoliberalismo ultrarreacionário. Ante a crise do neoliberalismo progressista, a resposta liberal-conservadora foi não apenas o apro-

¹ É interessante observar que, embora não tenham composto o bloco socialista durante a Guerra Fria, a Finlândia e Suécia solicitaram adesão à Otan em 2022. Sendo que até a redação final deste artigo (junho de 2023), apenas a Finlândia havia concluído o processo e se tornado membro da organização.

USAID/Flickr



Reunião do Conselho Consultivo da Usaid (United States Agency for International Development) em dezembro de 2022 em Washington D.C. Fundada em 1961 e ligada ao Departamento de Estado, a agência seleciona e orienta politicamente personalidades e instituições que, em diversos países do mundo, vão travar a guerra ideológica

fundamento das medidas neoliberais como também o abandono das agendas ambiental e de direitos humanos. Assim, desde então, assiste-se a uma ofensiva em prol de uma desregulamentação ainda maior do que a experimentada entre 1991 e 2008, associada a uma regressão nos temas afetos ao meio ambiente e aos direitos humanos (FRASER; JAEGGI, 2020).

Para finalizar o contexto internacional, há que destacar os Brics e o ciclo de esquerda pelo qual passava a América Latina. Em 2006, Brasil, Rússia, Índia e China fundaram o Bric, grupo que passou a ter reuniões anuais a partir de 2009. Em 2011, com a inclusão da África do Sul, passou a se chamar Brics, um grupo que intenta contestar a ordem internacional e a hegemonia estadunidense, enfatizando a importância de que o sistema interestatal se pautasse pelo multilateralismo. Na dimensão regional, após o fracasso político, social e econômico do ciclo neoliberal dos anos 1990, a América Latina experimentava um ciclo de governos de esquerda, ciclo esse que tinha no Brasil um de seus pilares (MENDES, 2022).

Junho de 2013 promoveu um giro à direita na política brasileira. Seu principal legado foram o golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro (MENDES, 2022). Do ponto de vista doméstico, os governos Temer e Bolsonaro se marcaram pela imposição de uma agenda ultraliberal. Do ponto de vista internacional, representaram a solução de continuidade de uma experiência de política externa autônoma e soberana. Portanto, junho de 2013 serviu aos interesses da contrarrevolução burguesa e do imperialismo.

3. REVOLUÇÕES COLORIDAS: DEFINIÇÃO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Como *lawfare* e guerra econômica, revolução colorida é um gênero de guerra híbrida. Nesse sentido, para definir revolução colorida é necessário antes conceituar guerra híbrida.

A guerra híbrida resulta do desenvolvimento que as doutrinas militares seguiram a partir de constrangimentos que surgiram ao longo do século XX. Ela se caracteriza menos por novidades do que pela ênfase em estratégias e táticas consagradas há muito tempo.

Guerra híbrida é um assunto que vem ocupando o debate estratégico público tanto nos Estados Unidos quanto na Rússia. Em ambos os casos, os analistas afirmam que seu país é alvo desse tipo de operação (MENDES, 2022). Publicamente, nenhum dos dois assume promover esse tipo de combate.

Não obstante, em 2010, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos emitiu a *Training circular* (TC) 18-01, que instrui as Forças Especiais acerca das guerras não convencionais. A TC 18-01 observa que esse tipo de guerra envolve toda a máquina estatal e que, muito em breve, essa modalidade de combate será predominante. A circular retoma ensinamentos clássicos da estratégia. Com base em Nicolau Maquiavel, o manual frisa que para dominar um Estado há que encontrar quem no Estado-alvo apoie a incursão. Já Sun Tzu pode ser percebido quando a TC 18-01 frisa que é importante encontrar, explorar e potencializar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas do Estado-alvo. Recuperando Carl von Clausewitz, destaca que o Estado atacante não pode criar artificialmente tais fragilidades, mas deve estar pronto para não só explorá-las como também potencializá-las (MENDES, 2022).

Aqui é importante contrapor a TC 18-01 e o livro *Guerras híbridas*, de Andrew Korybko. Korybko (2018) afirma que a guerra híbrida é uma guerra indireta e se divide em duas etapas: a revolução colorida e a guerra não convencional. A primeira se notabiliza por não empregar violência física, armada, e a segunda, por ter conflito armado executado não por tropas regulares, mas por mercenários, insurgentes, entre outros.

A formulação do autor é, de fato, uma análise sobre a doutrina estadunidense, embora esta não separe as operações civis das militares, nem como fases, tampouco como faces. Pelo contrário, o documento frisa que se trata de um esforço de toda a máquina estatal e que são as condições de campo que definem o emprego e a ênfase de cada método ou grupo (MENDES, 2022).

Conquanto a diferença seja mais na forma do que na substância, optamos pela concepção de guerra híbrida de Korybko (2018) por entendermos que sua ênfase na revolução colorida contribui mais para o debate proposto. Frisamos, contudo, que, diferentemente de Korybko, compreendemos que a revolução colorida não constitui uma fase/etapa da guerra híbrida, senão uma dimensão/face dela.

Feitas essas considerações preliminares, é o momento de trazer para o debate as guerras ideológicas, porque, como se verá, as revoluções coloridas podem ser vistas como o ápice desse tipo de guerra indireta. Para tanto, necessitamos destacar algumas transformações que ocorreram na “arte da guerra” ao longo do século XX.

3.1. GUERRA IDEOLÓGICA

Em um trabalho dedicado ao conceito de ideologia, Eagleton (2019, p. 17) abre a discussão trazendo uma relação de algumas das mais comuns concepções acerca dele, dentre as quais destacamos: “o processo de produção de significados, signos e valores na vida social”; “um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social”; “pensamento de identidade”; “ilusão socialmente necessária”. Ao final, sem fechar questão sobre o assunto, o autor propõe algumas definições que dialogam com os objetivos do presente

Por mais eficientes que sejam seus métodos, as revoluções coloridas não têm um desfecho previamente conhecido. Seu desenvolvimento depende de uma série de fatores — condições materiais, personalidade das lideranças em xeque, assimilação dos valores ocidentais, afinidade ideológica entre a população em geral e os governantes etc.

trabalho. Para Eagleton (2019), ideologia pode ser entendida como um conjunto de ideias e crenças que ajudam a promover e legitimar os interesses de um grupo ou classe em oposição aos interesses de outro grupo ou classe.

Pelo apresentado, ainda que Sun, Maquiavel e Clausewitz não usem o termo *ideologia*, é possível identificar em suas obras não só a essência do que hoje entendemos por esse conceito como também sua importância para a realização de objetivos político-estratégicos.

Sun (2007) afirmava que a alta estratégia visa ganhar a guerra sem combater, porque assim se preservam capital humano e material do território que se deseja conquistar. Pontuava ainda que, seja para o ataque ou para a defesa, a capacidade militar de um Estado deriva da coesão de sua população e suas elites dirigentes. Sun complementava afirmando que identificar e explorar a discórdia (real ou potencial) é a função mais importante do espião.

No mesmo diapasão, Maquiavel (2013) frisa que para dominar um Estado há que encontrar quem no Estado-alvo apoie a incursão e que a forma mais barata e eficiente de manter essa dominação é através da nomeação de prepostos nacionais no próprio Estado subjogado. Destaque-se que o florentino esclarece que tais condições independem da diferença de força entre os Estados em questão.

Clausewitz (2005), por seu turno, afirma que de pouco adianta a vantagem material e logística e a habilidade dos comandantes se a vontade do inimigo não for domada. O general prussiano destaca também a importância da tríade prontidão-senso de oportunidade-elemento surpresa. Para além das considerações óbvias, o autor chama atenção para o fato de que as fragilidades do inimigo, ainda que possam e devam ser exploradas, não podem ser artificialmente criadas.

Esses ensinamentos já compunham a base das melhores doutrinas militares quando, ao longo da primeira metade do século XX, surgiram constrangimentos que forçaram uma revisão na estratégia e na tática. Anunciada no pós-Primeira Guerra Mundial, a autodeterminação dos povos passou a ter efetividade no pós-Segunda Guerra Mundial, uma vez que interessava aos dois vencedores da guerra, ainda que por razões diversas. Além disso, a Carta da ONU sacramentou o princípio da igualdade soberana dos Estados e proscreeu a guerra de conquista. Destarte, a colonização como ocorria até 1939 e a anexação de territórios



Srđa Popović (e.) e Ivan Marović, fundadores do Otpor!, organização política que atuou na Sérvia (então parte da Iugoslávia) de 1998 a 2004 e era financiada por agências do governo dos Estados Unidos

deixaram de ser aceitáveis. Apesar de esses valores serem mais de direito do que de fato e de que muitas vezes as potências agem ao arrepio da lei, deve-se reconhecer que eles criaram constrangimentos às práticas imperialistas “clássicas”. Prova disso é que desde 1945 o imperialismo privilegia a interferência indireta — seja por golpe ou apoio a uma facção cliente — em detrimento da ocupação militar.

Finalmente, a bomba atômica. Em face da possibilidade de que um conflito entre as (super)potências possa evoluir para uma guerra nuclear, esses Estados passaram a enfatizar as formas não violentas e indiretas de conflito, com vistas a minar a capacidade de coesão do inimigo e erodir sua liderança, dando origem a uma série de novas doutrinas que se assemelham na concepção embora empreguem nomes distintos: guerra assimétrica, guerra irregular, guerra irrestrita, guerra além dos limites ou guerra de quarta geração.

A despeito da diferença de peso entre eles, esses quatro constrangimentos — autodeterminação dos povos, igualdade soberana entre os Estados, proscricção da guerra de conquista e bombas nucleares — forçaram a leitura em novas bases de Sun, Maquiavel e Clausewitz, em cujas obras está a essência da guerra indireta. Mais do que isso, o período da Guerra Fria teve na frente ideológica uma de suas dimensões. Nesse sentido, não há surpresa no fato de que a CIA tenha sido concebida por George Kennan, um dos principais diplomatas estadunidenses do período da Guerra Fria, e tido como atividade precípua promover a guerra ideológica e cultural.

No topo da estrutura estão a United States Agency for International Development (Usaid) e o National Endowment for Democracy (NED). Fundada em 1961 e ligada ao Departamento de Estado, a Usaid contribuiu para desestabilizar e derrubar os governos na América Latina e apoiou as ditaduras que se seguiram aos golpes. A agência seleciona e orienta politicamente personalidades e instituições que, em diversos países do mundo, vão travar a guerra ideológica.

Fundado em 1983, o NED constitui a ponta de lança da dimensão ideológica da Doutrina Reagan. O NED foi formulado para retomar em novas bases o trabalho que Kennan e a CIA tocaram desde a fundação da agência até 1967. Naquele ano veio a público que parte da elite cultural e intelectual estadunidense, europeia e latino-americana recebia recursos da CIA para fazer a defesa dos valores e do ponto de vista estadunidense. O escândalo forçou a solução de continuidade desse tipo de prática até que o governo Reagan lançou o

NED. Na prática, o NED é o gestor dos recursos destinados a custear parte da estrutura de guerra ideológica. A maior parte da verba sob sua gestão provém do Tesouro estadunidense mediante aprovação do Congresso (MONIZ BANDEIRA, 2013).

É importante destacar que essa divisão de trabalho na qual a Usaid é a responsável política e o NED, o responsável financeiro, indica a atividade principal de cada um, e não uma separação rígida. Por um lado, a Usaid financia diretamente alguns projetos. Por outro, o NED tanto tem autonomia em relação às instituições às quais destina recursos quanto a própria parceria com essas instituições também é um canal de instrução político-ideológica.

Logo abaixo, vêm o American Center for International Labor Solidarity (Acils), o Center for International Private Enterprise (Cipe), o International Republican Institute (IRI) e o National Democratic Institute (NDI). A atuação do Acils incide sobre sindicatos; a do Cipe, sobre empresas. Por fim, os *think tanks* ligados respectivamente aos partidos Republicano e Democrata.

Peça-chave no circuito, o NED é fruto do consenso político entre as elites estadunidenses no que toca à consecução da política externa. Como observa Brum (2022, p. 85), diretamente ou através do Acils, Cipe, IRI e NDI,

[o NED] se insere dentro de um esforço maior de Washington, que busca minimizar suas práticas de ingerência em outros países, tornando-as cada vez menos identificáveis, permitindo que os EUA atinjam um nível de desengajamento, ao “terceirizarem” a implementação de programas no âmbito de organizações da sociedade civil.

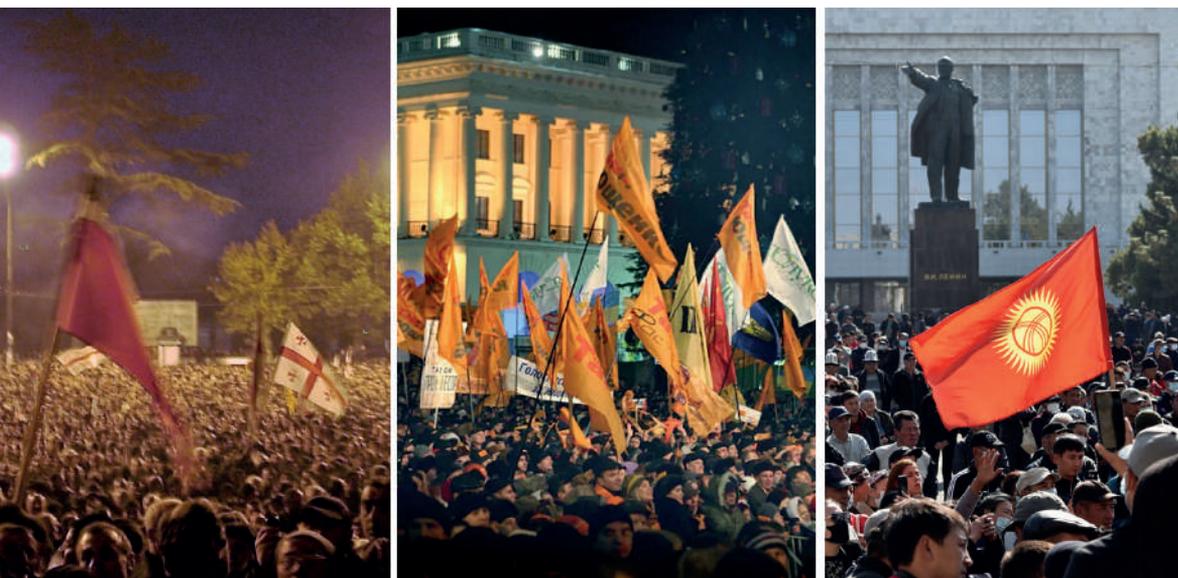
Assim o NED apaga os rastros que ligam os recursos do Tesouro aos agentes de campo da ação imperialista, o que permite realizar ações que normalmente seriam tachadas de intervencionistas e lesivas à soberania dos países onde essas instituições privadas operam.

Na ponta da estrutura, há uma constelação de *think tanks*, ONGs, sindicatos e movimentos sociais integrantes do sistema Usaid/NED. Esses são os agentes de campo da guerra ideológica, os executores, em última instância, da revolução colorida.

3.2. REVOLUÇÕES COLORIDAS: DEFINIÇÃO E MODUS OPERANDI

Moniz Bandeira (2013) caracteriza revoluções coloridas como um conjunto de ações não violentas que visam desestabilizar um governo. A isso, Visentini (2014) acrescenta que elas apresentam uma aparente espontaneidade, embora resultem de intenso planejamento. Korybko (2018) as define como um golpe brando que constitui a fase não violenta da guerra híbrida. Para os três, as revoluções coloridas são promovidas por forças domésticas e apoiadas pelo governo dos Estados Unidos a fim de derrubar um governo que considerem hostil.

Há duas proposições esquemáticas bem interessantes para a compreensão das revoluções coloridas. A primeira foi formulada em 2014 pela professora da Academia de Defesa da Letônia, Ieva Berzina. Segundo ela, as revoluções coloridas desdobram-se em cinco fases: i) protestos pacíficos massivos; ii) provocação e campanha para desacreditar o governo; iii) neutralização da capacidade de ação do governo; iv) caos político e social; v) tomada do poder. Para ela, uma vez iniciada, uma revolução colorida leva a um de dois cenários: mudança de governo ou, caso este não ceda, caos social e político (BERZINA, 2014).



Fotomontagem

Da esq. para a dir., cenas de manifestações durante a Revolução das Rosas (Geórgia, 2003), Revolução Laranja (Ucrânia, 2004-2005) e Revolução das Tulipas (Quirguistão, 2005)

No ano seguinte, Korybko (2018) apresentou um esquema com três etapas: preparação, acontecimento e movimento. A primeira fase consiste no trabalho ideológico propriamente dito: a busca por corações e mentes para uma causa, sintetizada na tríade neoliberalismo-democracia liberal-hegemonia estadunidense. Como a revolução colorida precisa parecer espontânea, a estrutura de guerra ideológica opera uma campanha de informação e propaganda associada à psicologia comportamental. No fim, a aparência de espontaneidade decorre do fato de que muitas pessoas respondem ao chamado sem se dar conta disso. É nessa fase que opera a estrutura de *think tanks*, ONGs e movimentos sociais liderados pela Usaid/NED, além de outros aparelhos ideológicos mais tradicionais, como a mídia e as igrejas.

Essa estrutura já opera em praticamente todo o mundo há décadas. No entanto, seu nível de atividade varia. Em Estados tidos como hostis pelos EUA, seu regime é de prontidão permanente. Em Estados não hostis, ela pode entrar em prontidão se necessário. De qualquer forma, uma vez que o governo passe a não mais ser aliado, a estrutura passa a buscar o que Korybko (2018) chama de “acontecimento”: o fato que servirá de pretexto para a convocação.

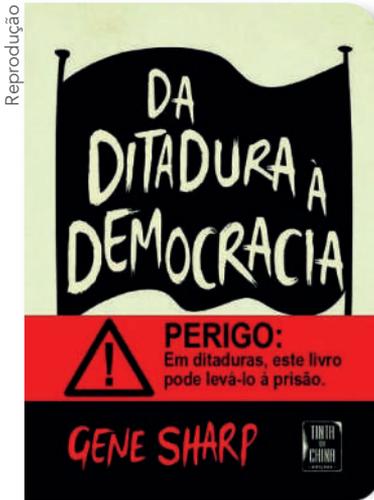
A partir daí, se a resposta do público for positiva, irrompe o movimento, a revolução colorida em si. Uma vez iniciada, a revolução colorida adota a tática “enxame e mente de colmeia”. Essa tática consiste em induzir os militantes e simpatizantes a promoverem ataques de maneira aparentemente caótica, embora direcionados especificamente a símbolos e instâncias de poder. É nesse momento que as mídias sociais assumem papel fundamental, impulsionando e divulgando os atos (KORYBKO, 2018).

Sem embargo, há que frisar que as redes e mídias sociais exercem papel importante também na fase preparatória. O mais visível é o de propaganda, quando os usuários compartilham os conteúdos. Há, porém, um trabalho mais oculto, o perfilamento da população. Através de “curtidas”, comentários e compartilhamentos, os usuários geram dados que podem servir para formular o perfil psicossocial de uma população e segmentá-la. De posse dessa informação, é possível identificar termos e imagens com maior potencial para se tornar gatilhos e quais gatilhos

são melhores para cada segmento, de forma a modular alguns aspectos do comportamento dos usuários (KAISER, 2020; MACHADO, 2019; MOROZOV, 2021)2019; Morozov, 2021.

Finalmente, do ponto de vista esquemático, não há oposição entre as propostas de Berzina (2014) e de Korybko (2018). Entendemos que as cinco etapas identificadas por Berzina constituem o desdobramento da revolução em si, que, por seu turno, corresponde à terceira etapa da caracterização feita por Korybko.

3.3. AS REVOLUÇÕES COLORIDAS DO LESTE EUROPEU



Reprodução

Capa da edição brasileira do livro *Da ditadura à democracia* (1993), do cientista político Gene Sharp

As revoluções coloridas têm no livro *Da ditadura à democracia* (1993), do cientista político Gene Sharp, uma espécie de “guia prático”. Intelectual com livre trânsito nos principais partidos estadunidenses, ao longo dos anos 1970 e 1980 Sharp recebia de agentes da diplomacia, da inteligência e das Forças Armadas informações sobre atividades dos grupos anticomunistas com os quais o governo dos EUA tinha contato nos mais diversos países do mundo. Após várias análises, Sharp desenvolveu um método de interferência política que consiste em criar uma série de desafios políticos que confundem a ação dos governantes, a partir de ações não violentas e de bandeiras que sejam amplas, de difícil rejeição e que possam sensibilizar governos e cidadãos ocidentais. Em 1983, fundou a Albert Einstein Institution, dedicada ao estudo e à promoção desses métodos (MENDES, 2022; MEYSSAN, 2005).

Os primeiros eventos relevantes ocorridos sob inspiração do método de ação não violenta foram as revoltas que culminaram com a queda dos governos socialistas na Alemanha Oriental e na Tchecoslováquia (VISENTINI, 2014). O caso tchecoslovaco é particularmente interessante não só porque teve um nome, mas porque o nome traduz perfeitamente a ideia de algo suave: Revolução de Veludo (17 de novembro a 29 de dezembro de 1989).

Podemos dizer, portanto, que essas duas são revoluções coloridas *avant la lettre*, afinal, foram realizadas antes de Sharp publicar seu livro. Esses eventos foram fundamentais para que, quatro anos depois, Sharp pudesse dar ao método forma de livro. No entanto, foram jovens sérvios que transformaram a ação não violenta em algo que pudesse ser sistematizado e replicado.

Em 1998, os jovens Srđa Popović e Ivan Marović fundaram o movimento Otpor! (Resistência!). O grupo se propunha a opor “resistência” a um governo que interferia na economia e que, sob sua ótica, não respeitava liberdades políticas e individuais, embora houvesse partidos de oposição e a mídia criticasse aberta e intensamente o governo. Inspirado no trabalho de Sharp, o Otpor! rapidamente se destacou no ambiente político sérvio e passou a ser o principal beneficiário do apoio intelectual, organizacional e financeiro da estrutura comandada pela Usaid/NED, que através de ONGs e *think tanks* nutria os principais movimentos e personalidades de oposição a Milošević. Apenas no ano 2000, o circuito Usaid/NED distribuiu US\$ 64 milhões para esses grupos, que naquele ano liderariam a Revolução Bulldozer (BERZINA, 2014; MACKINNON, 2010; MENDES, 2022).

Tal experiência mostrou a eficiência do método Sharp e animou o imperialismo e a direita nos países que haviam sido do bloco socialista. Com apoio da estrutura Usaid/NED, por toda a região teve início um intenso intercâmbio entre jovens liberais e pró-Occidente que fundavam grupos replicando o Otpor!. Em três anos, os resultados começaram a aparecer: Revolução das Rosas (Geórgia, 2003), Revolução Laranja (Ucrânia, 2004-2005) e Revolução das Tulipas (Quirguistão, 2005) (MACKINNON, 2010; MENDES, 2022; MONIZ BANDEIRA, 2013).

Sem embargo, não se pretende ignorar que em cada um desses países havia contradições, disputas políticas e antagonismos específicos. Também não se pretende olvidar de que o processo político se fez por indivíduos que têm seus interesses e que fazem suas escolhas. Porém, tampouco se pode ignorar o poder da propaganda político-ideológica e de como sua eficiência exige recursos tanto para aprimoramento das técnicas como para circulação das ideias. Assim, não se pode ignorar que a superioridade em recursos financeiros e no nível técnico e intelectual aumenta as chances de vitória. Dessa forma, as lideranças sérvias, georgianas, ucranianas e quirguizes cujos interesses e ideologia convergiam para os interesses estadunidenses e a ideologia neoliberal travaram a disputa política em condições mais favoráveis.

Claro que nem sempre as revoluções coloridas são bem-sucedidas. Podem ser debeladas por uma ação dura do Estado. Em Angola (20 de junho de 2015), 15 ativistas foram presos sob a acusação de conspiração. Na base da acusação estava o debate sobre o livro *Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: filosofia política da libertação para Angola*, de Domingos da Cruz. O livro em questão é uma adaptação do livro *Da ditadura à democracia*, de Gene Sharp (DIAS, 2015).

As revoluções coloridas podem também evoluir para um quadro de tensão. Na Nicarágua, em abril de 2018, uma série de protestos deram origem a uma crise política que perdura até hoje. Além de a oposição receber recursos e instrução da Usaid/NED, a crise começou com protestos que seguiam o mesmo roteiro das revoluções coloridas (DELGADO, 2019). Podem, ainda, evoluir para uma crise intermitente, com protestos esporádicos. É o caso da Revolta dos Guarda-Chuvas, em Hong Kong, que desde 2014 questiona a autoridade chinesa sobre o território.

Ou seja, por mais eficientes que sejam seus métodos, as revoluções coloridas não têm um desfecho previamente conhecido. Seu desenvolvimento depende de uma série de fatores — condições materiais, personalidade das lideranças em xeque, assimilação dos valores ocidentais, afinidade ideológica entre a população em geral e os governantes etc.

Contudo, no Brasil, a revolução colorida foi bem-sucedida.

4. JUNHO DE 2013: A REVOLUÇÃO COLORIDA BRASILEIRA

O que efetivamente entrou para a história como Junho de 2013 é o período compreendido entre os dias 17 e 20 de junho daquele ano: por um lado, esses quatro dias diferem de tudo o que veio antes, e, por outro, tudo o que se segue a eles lhes é tributário direta ou indiretamente. Com efeito, os protestos daquele mês começaram com um caráter de esquerda. A esquerda teve a iniciativa e a hegemonia apenas durante as manifestações ocorridas entre os dias 6 e 13. Aqueles atos foram, no entanto, pequenos, ou, na melhor das hipóteses, normais. No dia 17, contudo, a direita assumiu o domínio, restando a uma parcela da esquerda lutar para fazer parte dos protestos da direita ou liderar atos paralelos e menores.

Em 14 de junho, Jair Bolsonaro criou seu perfil no Facebook, que à época era a principal rede social no país. Também no dia 14 começou a circular uma *fake news* orientando as pessoas a se vestirem com a bandeira brasileira, porque assim a polícia não bateria nos manifestantes

É justamente o período entre 17 e 20 de junho de 2013 que consideramos como a revolução colorida brasileira. Para analisá-la, é preciso identificar as três fases propostas por Korybko (2018): preparação, acontecimento e movimento.

4.1. A PREPARAÇÃO: O TRABALHO IDEOLÓGICO ANTERIOR

Os aparelhos ideológicos cujo trabalho mais se destaca em uma revolução colorida são os *think tanks*. Não que outros, como igreja e mídia, não contribuam, porém é o trabalho daqueles que melhor distingue a revolução colorida de outras práticas imperialistas.

A história dos *think tanks* liberais na Nova República começa ainda no ocaso da ditadura, com a fundação do Instituto Liberal (IL), em 1983. Nesse período, eles iniciam uma trajetória ascendente. Disputaram a opinião do público e dos deputados a fim de influenciar os rumos da Assembleia Constituinte. O governo FHC foi o auge desse primeiro ciclo. A reeleição de FHC criou a ilusão de que a disputa ideológica estava ganha. Como resultado, houve um refluxo do investimento, e os *think tanks* desidrataram (CASIMIRO, 2018; ROCHA, 2021).

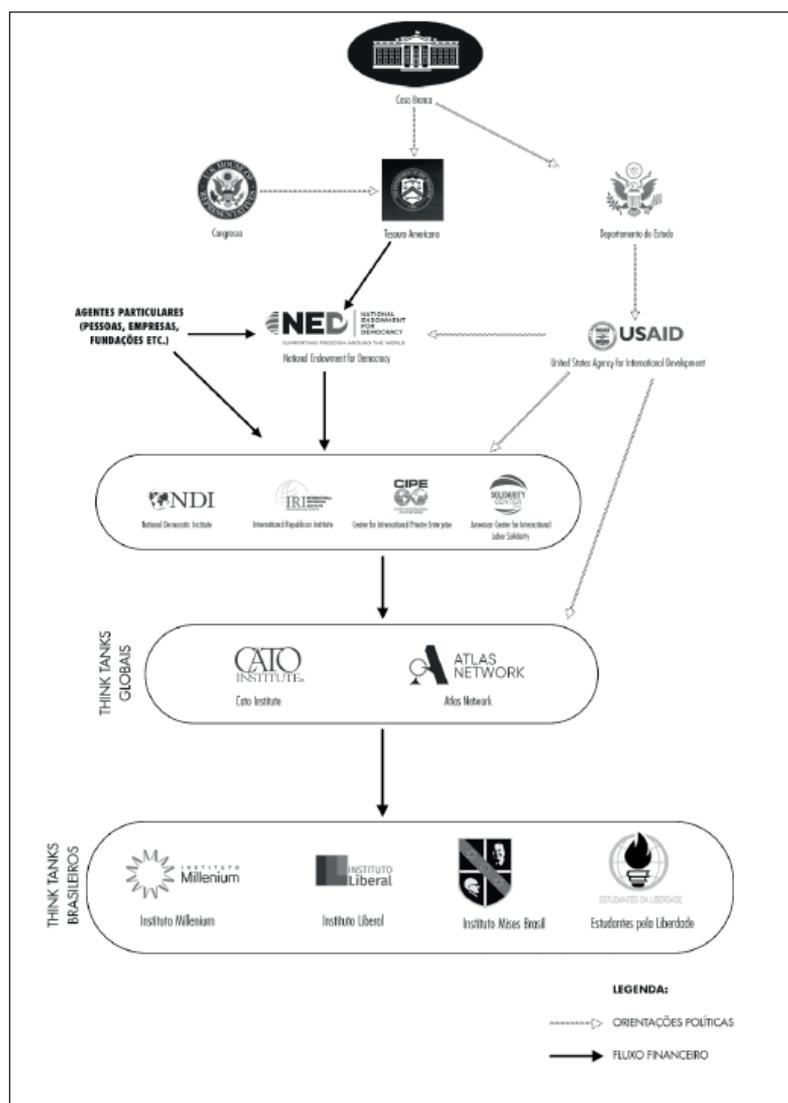
A perspectiva da reeleição de Lula não apenas revitalizou alguns dos antigos *think tanks* como suscitou uma nova geração deles. São dessa leva o Instituto Millenium (Imil), Ordem Livre, Students For Liberty Brasil (SFLB), Estudantes Pela Liberdade (EPL) e Instituto Mises Brasil (IMB). O Imil tem um perfil mais neoliberal progressista, é mais voltado para o debate acadêmico e midiático e articula um público mais maduro. Os outros têm um perfil bem diverso. Esposam teses que articulam ultraliberalismo e neoconservadorismo. São voltados mais para a militância e formação de quadros de juventude, inclusive, entre 2006 e 2013, seus líderes eram universitários ou recém-formados. Desses grupos ou em articulação com eles saíram alguns dos movimentos que liderariam a inflexão à direita da política brasileira: Endireita Brasil, Nas Ruas, Revoltados Online e Movimento Brasil Livre (MBL) (CASIMIRO, 2018; ROCHA, 2021).

Além disso, há cinco aspectos que diferenciam as lideranças dos *think tanks* da geração 2006-2012 das da geração 1980-1990. As da nova geração se formaram intelectualmente no auge do lulismo, por isso, eram minoritárias em quase todos os espaços sociais, especialmente nas universidades. Seus referenciais teóricos são ultraliberais e neoconservadores, a ponto de preferirem classificar FHC como social-democrata a identificá-lo como liberal. São assumidamente de direita. Tiveram no meio digital, especialmente os fóruns do Orkut, uma dimensão importante na sua formação intelectual e militante, por isso carregavam uma retórica agressiva, típica dos fóruns virtuais, e tinham habilidade no ambiente virtual (ROCHA, 2021).

Finalmente, enquanto na geração dos anos 1980-1990 a experiência internacional dos quadros se resumia a cursos de pós-graduação, especialmente em Chicago, alguns dos quadros da nova geração passaram pela Atlas ou pelo Cato, onde, além de teoria liberal, se adquire *know-how* sobre organização e atuação política (ROCHA, 2021). Isso não significa que a relação dos *think tanks* de direita com a estrutura Usaid/NED começou nos anos 2000. Com efeito, desde os anos 1980 há registros desse tipo de parceria, como por exemplo o programa de assessoria legislativa que o Cipe ofereceu ao IL, para que este melhorasse tanto suas propostas de políticas públicas quanto sua capacidade de articulação de grupos de interesse (BRUM, 2022).

Dessa forma, aqui se chega à base da estrutura de guerra ideológica dos Estados Unidos no Brasil. A imagem abaixo ilustra e sintetiza esse desdobramento.

Figura 1 — Estrutura da guerra ideológica estadunidense e seus desdobramentos no Brasil



Fonte: elaboração própria a partir de Brum (2022), Casimiro (2018), Mendes (2022) e Rocha (2021). Arte: Antônio Ribas.

Outro aparelho ideológico muito atuante é a mídia, cujo comportamento, historicamente, se caracteriza pela defesa do neoliberalismo e o antipetismo. Durante a Constituinte, a mídia oligopolista militou contra a inclusão dos direitos sociais. Desde então, interdita o debate sobre os rumos da política econômica, apresentando exclusivamente as teses neoliberais. Já o antipetismo fica evidente quando comparada a cobertura sobre casos de corrupção envolvendo membros do PT ou do PSDB, principal partido da direita até 2014 (FONSECA, 2011).

Em junho de 2013 a mídia foi fundamental para a amplificação dos atos.

4.2. O ACONTECIMENTO: OS 20 CENTAVOS E A REPRESSÃO POLICIAL

Os protestos de junho de 2013 se dividem em duas etapas. Os atos contra o aumento começaram dia 6 de junho. No dia 13, ocorreu a quarta série de protestos. Até então, eram pequenos e concentrados em poucas capitais, especialmente São Paulo. Tinham pautas de esquerda e eram liderados pela esquerda. Foi no interregno entre 13 e 17 de junho que a direita brasileira e o imperialismo apostaram pesado na promoção da contrarrevolução brasileira, a revolução colorida que teve início dia 17, quando os atos se agigantaram. Entre 17 e 20, os atos foram multitudinários, especialmente no dia 20, ocorrendo em dezenas de cidades em todos os estados e no Distrito Federal. De fato, o momento histórico, a efeméride, é esse período (17 a 20 de junho), porque, por um lado, difere de tudo que veio antes, e, por outro, tudo o que se segue é consequência direta ou indireta daqueles quatro dias.

O gatilho para a revolução colorida foi a combinação do aumento nominal de R\$ 0,20 na passagem de ônibus com a repressão policial do dia 13 de junho. A chave para entender a transformação ocorrida entre os dias 14 e 17 é compreender como se forjou a ideia da repentina e espontânea indignação solidária, para o que o trabalho da mídia foi decisivo (MENDES, 2022).

Sempre contrários a qualquer manifestação de esquerda, esses veículos vinham condenando os atos. Nos dias subsequentes aos três primeiros atos, só uma primeira página d’*O Globo* tratava do assunto, enquanto a *Folha de S.Paulo* o fez em todos os casos. Ambos os jornais retratavam os atos de forma negativa: imagens de fogo, palavras como *caos* e *violência*. Para o dia 13, estava convocado mais um ato. Nesse dia, em seu editorial, a *Folha de S.Paulo* disse que era “hora de retomar a [avenida] Paulista”. Após a violenta repressão aos atos daquela noite, os jornais do dia 14 haviam mudado de chave, e passaram a condenar a violência não dos manifestantes, mas da polícia: a *Folha* trouxe em sua capa um policial negro batendo com um cassetete, pelas costas, em uma manifestante jovem e branca; n’*O Globo*, um grupo de jovens brancos ajoelhados e de mãos para cima sob a mira das armas da polícia. Agora, era a polícia que promovia “caos” e “violência”. Ao longo do fim de semana, os jornais trouxeram diversas matérias debatendo a violência policial e mostrando a diversidade dos atos (MENDES, 2022).

A função da mudança era gerar uma comoção. A imprensa percebeu ali uma oportunidade de desestabilizar o governo Dilma. Ora, a violência policial foi e é uma rotina no Brasil e seus alvos preferenciais são a juventude negra das favelas e os manifestantes de esquerda. Essa brutalidade nunca tocou a classe média ou a mídia. Porém, os principais veículos apostaram que era possível explorar a situação, desde que se usassem as palavras e imagens certas, para assim romper os limites em que as manifestações de direita vinham esbarrando.

A chave para entender a transformação ocorrida entre os dias 14 e 17 é compreender como se forjou a ideia da repentina e espontânea indignação solidária, para o que o trabalho da mídia foi decisivo

Tal percepção foi acompanhada por jovens lideranças ultraliberais, como Juliano Torres e Fábio Ostermann. Ostermann foi diretor e fundador do Ordem Livre e do EPL, ligados, respectivamente ao Cato e ao Atlas, que por sua vez fazem parte da estrutura Usaid/NED. Por sugestão dele, Torres, que já havia coordenado outros *think tanks* liberais, assumiu a direção do EPL. Ostermann e Torres perceberam que se abria uma oportunidade e começaram a trabalhar para que os liberais também fossem para as ruas (ROCHA, 2021). De fato, como a imagem abaixo mostra, grupos anarcocapitalistas, como o Libertários, também se empenharam na convocação.

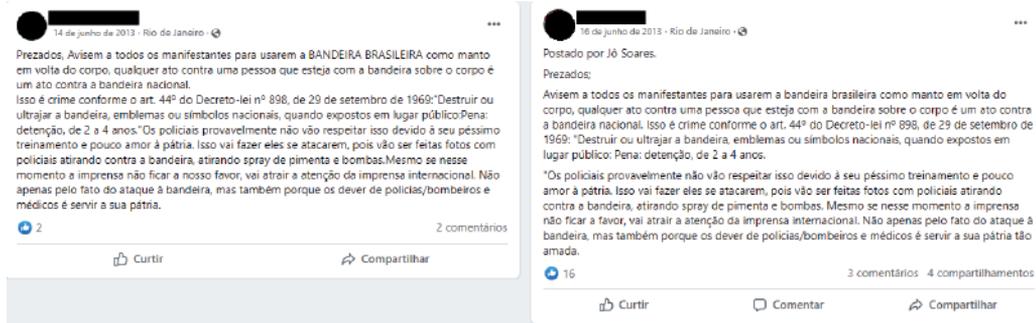
Figura 2 — Convocatória do grupo Libertários para o protesto do dia 17 de junho de 2013



Fonte: Libertários (2013).

Essa postagem serve de ensejo para tratarmos de dois outros aspectos, ligados ao Facebook, que mostram que a direita brasileira viu nas manifestações uma oportunidade de promover uma inflexão radical na política brasileira. Em 14 de junho, Jair Bolsonaro criou seu perfil no Facebook, que à época era a principal rede social no país. Também no dia 14 começou a circular uma *fake news* orientando as pessoas a se vestirem com a bandeira brasileira, porque assim a polícia não bateria nos manifestantes. Do dia 16 em diante, esse embuste passou a circular como sendo uma orientação do apresentador Jô Soares (figura 3).

Figura 3 — Fake news orientando manifestantes a usar bandeira para se proteger da polícia



Fonte: ferramenta de pesquisa do Facebook a partir do termo *bandeira*, usando como filtro o período de 2013. Pesquisa feita em 20 de março de 2023. Identidades preservadas.

Antes de passarmos para a fase dos atos massivos, sugerimos a visualização do quadro abaixo, no qual sintetizamos esses fatos.

Quadro 1 — Cronograma dos principais eventos relacionados aos protestos de junho de 2013

Dia	Principais fatos
6, 10, 11, 13	Atos contra o aumento da passagem do transporte público
14	Virada na cobertura da mídia oligopolista <i>Fake</i> da bandeira Criação do perfil de Bolsonaro no Facebook Pequenos movimentos liberais começam a convocar
16	Jovens lideranças ultraliberais de expressão nacional começam a convocar para os atos
17	Atos ficam gigantescos Bandeira brasileira ganha destaque
17-20	Revolução colorida

Fonte: elaboração própria.

4.3. O MOVIMENTO: A REVOLUÇÃO COLORIDA

Os atos de 17 de junho de 2013 surpreenderam a todos pelo contingente de participantes mobilizado e pelo seu espraiamento. Naquela noite, centenas de milhares de pessoas participaram de atos em dezenas de cidades. Surpreendia também o fato de que nos três dias subsequentes, dia após dia, os protestos se repetiram com contingentes cada vez maiores, até que no dia 20 as manifestações superaram a marca de 1 milhão de pessoas.

Paralelamente, o mais poderoso conglomerado midiático do país mudava novamente sua abordagem. Entre 14 e 17, nas páginas que tratavam das manifestações, o jornal *O Globo* usa o “chapéu” “Tensão urbana”. No dia 18, o “chapéu” foi “Um país que se mexe”. Para se equilibrar entre o incentivo às manifestações e o respeito à ordem, o jornal começou a



Cards de divulgação de atividades em rede social do Instituto Millenium, um dos mais ativos *think tanks* da direita brasileira

combinar manchetes como “Protestar, ato que reúne diferentes tribos” (SALOMONES; JANSEN, 2013, p. 8) e “Violência no fim de um protesto pacífico” (VIOLÊNCIA..., 2013, p. 5).

No dia seguinte, nova mudança no “chapéu”: entre 19 e 23, no alto da página das matérias sobre o tema, o jornal estampava: “O Brasil nas ruas”. Quando acabou o primeiro ciclo das manifestações multitudinárias, o editorial do jornal clamava: “Não se deve deixar dissipar a energia mobilizada por todas estas manifestações, para o encaminhamento das reformas [de] que o país precisa” (DESDOBRAMENTOS..., 2013, p. 22). Já Merval Pereira, um dos principais articulistas do grupo e dos mais afinados com a linha editorial do veículo, resumiu o conflito ideológico que se travava: “O fato de militantes petistas com suas bandeiras terem sido rechaçados nas manifestações em diversos estados do país ontem é um bom indício de que o movimento que chegou aos corações e mentes da classe média não se deixou contaminar por partidarismos.” (PEREIRA, 2013, p. 4) Finalmente, tal inflexão chegou também à emissora de televisão do Grupo Globo: a mesma emissora de TV que, não podendo negar as manifestações das “Diretas já”, as retratou como um festejo para o aniversário de São Paulo, interrompeu sua programação para transmitir os atos em tempo real.

Sobre os aspectos visuais, os atos chamaram atenção também pelo fato de a bandeira brasileira e a camisa da seleção brasileira de futebol virarem o símbolo dos protestos. Nesse sentido, vale destacar que não foram só os manifestantes que passaram a ter arroubos nacionalistas. A fim de expressar sua identificação e seu entusiasmo com as manifestações, a Fiesp projetou a bandeira nacional em sua célebre fachada luminosa.

Como última consideração sobre os atos daquela semana, quando acabou esse primeiro ciclo de manifestações multitudinárias, lideranças jovens ultraliberais e os *think tanks*

do sistema Usaid/NED também deixaram clara sua satisfação com os atos e como viam o futuro auspicioso para Brasil. No dia 21, Cibele Bastos, uma liderança ultraliberal, dirigente do EPL com passagem pelo IL, compartilhou uma postagem do Students For Liberty Brasil:

É das ruas que surgirá um país livre.

As manifestações populares que ora ocorrem no Brasil marcam um momento sem precedentes. A capacidade de se fazer política hoje se afasta dos agentes e métodos tradicionais. Surge um arranjo de organização horizontal e espontâneo, propiciado pela liberdade das redes (SFLB, 2013).

5. CONCLUSÃO

Revoluções coloridas são manifestações multitudinárias aparentemente espontâneas, cujo objetivo é promover um golpe ou uma mudança de regime. São a expressão mais elevada da guerra ideológica em favor do neoliberalismo e da hegemonia dos EUA. Nesse sentido, elas são ferramentas da contrarrevolução e do imperialismo. Nesse sentido, entendemos que junho de 2013 foi uma revolução colorida porque atendeu aos interesses da burguesia brasileira, em retomar a agenda neoliberal, e aos interesses imperialistas, em prejudicar a configuração dos Brics, uma concertação contra-hegemônica, e o ciclo de esquerda na América Latina.

As evidências trazidas mostram que houve uma ação coordenada de diversos segmentos da direita brasileira, muitos com laços com a estrutura de guerra ideológica estadunidense, em cujo vértice estão a Usaid e o NED. Essa ação foi decisiva para que, de forma aparentemente repentina e espontânea, houvesse a amplificação dos protestos, que quando eram de esquerda eram pequenos. Essa aparência súbita e espontânea de amplificar protestos, de nacionalizar demandas locais e, sobretudo, de gerar severa instabilidade é típica das revoluções coloridas.

A direita brasileira e o imperialismo apostaram pesado na instrumentalização dos protestos a fim de encerrar a experiência de esquerda e de uma política externa autônoma. Podiam ter perdido? Podiam. Mas o que entrou para a história foi a vitória: anos depois, o Brasil viveu uma contrarrevolução liberal-conservadora e se tornou um pária internacional.

* Doutorando em Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Bacharel em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor na rede municipal de Duque de Caxias (RJ). Autor de *Guerra híbrida e neogolpismo: geopolítica e luta de classes no Brasil (2013-2018)*, publicado pela editora Expressão Popular em 2022. Vencedor da bolsa-prêmio do Instituto Lula para “Estudos sobre temas de fronteira” (2022) para desenvolver a pesquisa “O uso das tecnologias da informação e comunicação a serviço de um Brasil soberano, desenvolvido e igualitário”.

► Texto recebido em 30 de março de 2023; aprovado em 12 de abril de 2023.

BERZINA, Ieva. **Color revolutions**: democratization, hidden influence, or warfare?. Riga: National Defense Academy of Latvia Center for Security and Strategic Research, 2014.

BRUM, Luan C. **O poder das ideias e a consolidação dos institutos liberais parceiros da Atlas Network no Brasil**: uma análise acerca da ascensão de seus dirigentes no governo Bolsonaro. Uberlândia: UFU, 2022.

CASIMIRO, Flávio H. C. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**: a arte da estratégia. São Paulo: Tamy, 2005.

DELGADO, Yorlis L. La otra Nicaragua: imperio y territorios en resistencia. **Tensões Mundiais**, v. 15, n. 28, p. 299-324, 2019.

DESDOBRAMENTOS da mobilização. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2013, p. 22.

DIAS, João de Almeida. Luaty Beirão: o rapper em greve de fome que enfrenta o regime angolano a partir de uma cama de hospital. **Observador**, Lisboa, 12 out. 2015. Disponível em: <<https://observador.pt/2015/10/12/luaty-beirao-rapper-greva-fome-enfrenta-regime-angolano-partir-cama-hospital>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

DUFFIELD, Mark. **Global governance and the new wars**: the merging of development and security. London: Zed Books; New York: Palgrave, 2014.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2019.

ELLIS, Robert E. **The influence of extra-hemispheric actors on the crisis in Venezuela**. Washington: Foreign Affairs Committee U.S. House of Representatives, 2017. Disponível em: <<https://docs.house.gov/meetings/FA/FA07/20170913/106398/HHRG-115-FA07-Wstate-EllisR-20170913.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2020.

FIORI, José L. Estados, moeda e desenvolvimento. In: _____. (Ed.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012a. p. 49-86. (Coleção Zero À Esquerda.)

_____. Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. In: _____. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012b. p. 11-46. (Coleção Zero À Esquerda.)

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 41-69, dez. 2011.

FRASER, Nanci.; JAEGLI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2011.

KAISER, Brittany. **Manipulados**: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque. Rio de Janeiro: Harper Colins, 2020.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LACERDA, Marina B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LIBERTÁRIOS. **Transporte livre já!**. São Paulo, 14 jun. 2013. Facebook: LIBER SP. Disponível em: <www.facebook.com/sejalibersp/photos/oa.556453247731811/576684259042795>. Acesso em: 29 mar. 2023.

LOSURDO, Domenico. **Guerra e revolução**: o mundo um século após outubro de 2017. São Paulo: Boitempo, 2017.

MACHADO, Débora F. **Modulações algorítmicas**: uma análise das tecnologias de orientação de comportamento a partir das patentes do Facebook. São Bernardo do Campo: UFABC, 2019.

MACKINNON, Mark. **The new cold war**: revolutions, rigged elections and pipeline politics in the former Soviet Union. Toronto: Vintage Canada, 2010.

MAJEROWICZ, Esther. **A China e a economia política internacional das tecnologias da informação e comunicação**. Natal: Departamento de Economia da UFRN, 2019.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

MENDES, Mateus. **Guerra híbrida e neogolpismo**: geopolítica e luta de classes no Brasil (2013-2018). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MEYSSAN, Thierry. **La Albert Einstein Institution**: no violencia según la CIA. Red Voltaire, Paris, 15 feb. 2005. Disponível em: <www.voltairenet.org/article123805.html>. Acesso em: 8 jan. 2021.

- MONIZ BANDEIRA, Luiz A. **A segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2021.
- PEREIRA, Merval. Partidarismo rejeitado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2013, p. 4.
- PINHEIRO, Letícia; LIMA, Maria R. S. de. Between autonomy and dependency: the place of agency in Brazilian foreign policy. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 3, 11 out. 2018.
- ROCHA, Camila. **"Menos Marx, mais Mises"**: o liberalismo e nova cara da direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.
- ROUVINSKI, Vladimir. Russian-Venezuelan relations at a crossroads. **Wilson Center**, Washington, DC, February 2019. Disponível em: <www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/russia-venezuela_report_rouvinski_final.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.
- SALOMONES, Roberta; JANSEN, Thiago. Protestar, ato que reúne diferentes tribos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 jun. 2013, p. 8.
- SFLB. **EPL!**. [S.l.], 21 jun. 2013. Facebook: Cibele Bastos. Disponível em: <www.facebook.com/behbastos/posts/10200662644026128>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- SUN, Tzu. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- VIOLÊNCIA no fim de um protesto pacífico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 jun. 2013, p. 5.
- VISENTINI, Paulo G. F. **O Grande Oriente Médio**: da descolonização à Primavera Árabe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

As esquerdas na América Latina e as razões da resiliência do Foro de São Paulo

Left-wing organizations in Latin America and the reasons for the resilience of the São Paulo Forum

Pietro Lora Alarcon*
Ricardo Abreu de Melo**

► <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.007>

Valter Campanato/Agência Brasil



Presidente Lula participa da abertura do XXVI Encontro do Foro de São Paulo. Brasília, 29 de junho de 2023

RESUMO

O presente artigo realiza uma reflexão sobre a atuação dos partidos e movimentos políticos de esquerda da América Latina, procurando estabelecer algumas pautas de análise sobre as características distintivas, os fatores e as razões da resiliência do Foro de São Paulo (FSP), organização internacionalista de partidos políticos de esquerda latino-americanos e caribenhos. Ao mesmo tempo que o singularizam, essas características explicam também a sua existência durante 33 anos e a sua expectativa de vida. As cinco razões que dão identidade ao FSP e o sustentam como experiência histórica resiliente são desenvolvidas durante os tópicos do artigo. Utilizamos uma metodologia que começa com a coleta de documentos e outros dados originados nas resoluções e atas ao longo dos seus encontros, reuniões do Grupo de Trabalho (GT), comissões e missões enviadas a vários países. Posteriormente realizamos um exercício de sistematização de experiências, e procuramos sintetizar as causas que, a nosso ver, têm sido determinantes para essa atualidade, relevância e permanência dos trabalhos do Foro de São Paulo, sem pretender que sejam consideradas como as únicas causas ou que configurem um ponto-final de análise. Ao contrário, o trabalho é uma continuação de outros já desenvolvidos e tem como aspiração ser um ponto de partida, e não de chegada, para diagnósticos e avaliações sobre o tema.

Palavras-chave: Partidos de esquerda. América Latina. Internacionalismo. Foro de São Paulo.

ABSTRACT

This article analyzes the performance of left-wing political parties and movements in Latin America and discusses the distinctive characteristics and factors and reasons for the resilience of the São Paulo Forum, an internationalist organization of Latin American and Caribbean left-wing political parties. Whilst they make it unique, these characteristics also explain its existence for 33 years and its life expectancy. The five reasons that give identity to the São Paulo Forum and support it as a resilient historical experience were developed during the article's topics. We used a methodology that began with the collection of documents and other data originating from the resolutions and minutes of its meetings, working group meetings, commissions and missions to various countries. Subsequently, we carried out an exercise of systematizing experiences, and we tried to synthesize the causes that, in our view, have been decisive for the relevance and permanence of the works of the São Paulo Forum, without pretending that they are considered as the only causes or that they configure an analysis ultimate point. On the contrary, the work is a continuation of others already developed and aims to be a starting point, not an end point, to diagnoses and evaluations on the subject.

Keywords: Left-wing political parties. Latin America. Internationalism. São Paulo Forum.

1. INTRODUÇÃO

Por que nascem e morrem, se fortalecem ou se enfraquecem, se unificam ou se dividem as organizações internacionais conformadas por partidos políticos? Talvez essa seja a indagação central, de início, na nossa exposição. Liminarmente pode-se afirmar que as organizações internacionais surgem, ou sofrem divisões e mudanças, durante ou após períodos de graves crises sistêmicas, conflitos de alta intensidade ou revoluções que põem em xeque a continuidade das visões geopolíticas ou geoeconômicas.

A organização Foro de São Paulo (FSP), nosso objeto de conhecimento, é resultado de um contexto histórico que revela as peculiaridades concretas da sociedade internacional, em particular da América Latina e Caribe, na última década do século XX. Além disso, como se verá, o Foro teve a aptidão de estabelecer um rumo que reflete o desenvolvimento de atualização permanente, aliada a uma ação propositiva de natureza política, diante das sucessivas mudanças nesse cenário, atento à correlação entre as forças que pugnam pela manutenção de fórmulas ancoradas no neoliberalismo e aquelas que defendem um programa alternativo e de compromisso com a efetividade dos direitos sociais e o resgate da cidadania.

Destarte, as características distintivas do Foro, ao mesmo tempo que o singularizam, explicam a sua resiliência, a sua existência ao longo de 33 anos e a sua expectativa de vida política enquanto organização internacionalista, composta por organizações nacionais da esquerda continental.

A metodologia empregada inicia-se com a coleta de resoluções, documentos e demais dados originados em atas redigidas ao longo dos seus encontros, resultantes de reuniões do seu Grupo de Trabalho (GT), de comissões e missões enviadas a vários países. Posteriormente foi realizado um exercício de sistematização de experiências, procurando sintetizar as causas determinantes da atualidade, relevância e permanência dos trabalhos do Foro de São Paulo.

Concluimos com a análise de cinco razões, cuja argumentação é o objetivo deste trabalho. Por isso, nos tópicos que se seguem, desenvolveremos cada um deles, sem pretender que sejam considerados como as únicas causas ou que configurem necessariamente um ponto-final de análise. Ao contrário, o trabalho é uma continuação de outros já desenvolvidos e aspira ser um ponto de partida, e não de chegada, para diagnósticos e avaliações.

2. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES LATINO-AMERICANAS DE PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA

As experiências de construção de organizações internacionais de partidos de esquerda e de movimentos políticos da classe trabalhadora surgem e desaparecem em momentos importantes da história a partir do século XIX, quando por um curto período de tempo se desenvolveu o trabalho da Associação Internacional dos Trabalhadores, ou Primeira Internacional, entre 1864 e 1876 (CEDIC, s.d.).

Friedrich Engels, em carta enviada a Sorge em setembro de 1874, aponta: “A Comuna de Paris de 1871 representou um momento decisivo da história da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).” Engels descreve a revolução da primavera de Paris como “sem sombra de dúvida o filho intelectual da Internacional, embora esta não houvesse movido um dedo sequer para levá-la a efeito” (BOTTOMORE, 2001, p. 195).

Como efeito provocado diretamente pela Comuna, os partidos operários nacionais cresceram. Tom Bottomore destaca esse fato afirmando que a maioria deles tinha caráter mais ou menos marxista, e a Internacional, especialmente em 1871-1872, se empenhava em promovê-los (BOTTOMORE, 2001, p. 196).

No final do século XIX, a construção das Internacionais e outras articulações dos partidos de esquerda respondeu às necessidades políticas impostas pela luta de classes e à decisão dos partidos não só de avançar nos parlamentos, mas de centrar sua ação na luta nas ruas, buscando unificar jornadas que golpeassem com maior intensidade a resistência dos patrões a modificar as condições de trabalho.

Nessa dinâmica, as organizações internacionais nasceram dos partidos, mas também estimularam a criação e o fortalecimento deles. Assim, houve um impulso à formação de partidos nacionais de uma mesma “família” — um núcleo com identidade ideológica. Como exemplos, podemos citar os casos da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), da Internacional Comunista (III Internacional, 1919-1943), da Internacional Socialista (fundada em 1951 e ainda atuante), que substituiu a Segunda Internacional (1889-1916), e da Internacional Trabalhista e Socialista, que surge em 1923 e estende os seus trabalhos até 1940 (CEDIC, s.d.).

Entretanto, o que deve ser destacado é o movimento dialético pelo qual a organização internacional surge dos partidos nacionais e estes se consolidam a partir dela, de seus debates internos. Ao mesmo tempo, a organização internacional promove o surgimento de novos partidos.

A Segunda Internacional foi caracterizada pelo internacionalismo proletário e pela luta contra as guerras imperiais, e “foi amplamente dominada pela social-democracia alemã”. Seu fim ocorreu em função da Primeira Guerra Mundial: “Os principais partidos da Segunda Internacional deram seu apoio à guerra travada por seus respectivos governos e com isso provocaram o colapso ignominioso da Internacional.” (BOTTOMORE, 2001, p. 197)

Em 1919, dois anos após a Revolução de Outubro, houve outro acontecimento importante: a fundação da Terceira Internacional, a Internacional Comunista ou Comintern. Tratava-se de um “partido mundial” que estimularia a criação de seções nacionais na América Latina e em outros continentes além da Europa. Seu VII Congresso, em 1935, aprovou a política de “frente popular para conter o avanço fascista” e defendeu uma aproximação com os “partidos social-democratas com propostas para uma ação conjunta contra o fascismo” (BOTTOMORE, 2001, p. 198).

Mais tarde, a Internacional Socialista (IS), criada em 1951, também passaria a fazer parte do espectro mundial, sendo a mais antiga organização internacional de partidos ainda em atividade. A IS, embora inicialmente restrita à Europa, ampliou na década de 1970 sua lista de membros com partidos da América Latina e de outros continentes. Um dos partidos com maior protagonismo nas organizações internacionais desde o século XIX, o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), atua hoje na liderança da Aliança Progressista, organização mundial nascida em 2013 e na qual hoje se encontra boa parte dos partidos da IS.

Na atualidade, os partidos comunistas latino-americanos mais importantes participam do FSP, muitos desde a fundação dele. Também participam do Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (Eipco), que surgiu em 1998 e funciona com reuniões anuais, coordenadas por um grupo de trabalho.

O FSP é um instrumento de estudo, organização e ação para avançar no desenvolvimento independente da América Latina, propondo soluções para melhorar a situação dos explorados, mas também é um agregador de propostas de transformação social que implicam crescimento de subjetividade e reconhecimento dos mais diversos atores políticos para esse fim

As organizações internacionalistas dos partidos latino-americanos, assim como as de âmbito mundial, também foram criadas ou desapareceram devido a variadas circunstâncias históricas. Assim, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas) nasceu entre os meses de julho e agosto de 1967, após a Conferência Tricontinental de 1966 em Havana, que criou a Organização de Solidariedade para os Países da Ásia, África e América Latina (Ospaal). A Olas surgiu com o impulso da Revolução Cubana, de 1959, reunindo partidos e movimentos políticos anti-imperialistas, estimulando a organização dos povos numa perspectiva emancipatória e conforme a estratégia de luta insurrecional.

A Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (Coppal) nasceu em 1979 com o objetivo de articular os partidos da região para a unidade dos povos latino-americanos, pela democracia e pelos direitos humanos, em um contexto de estado de exceção e de autoritarismo aberto em muitos países da região.

Na sequência, o Foro de São Paulo nasceu em 1990, num momento de dificuldades para a esquerda. A conjuntura incluía em particular três eventos negativos: primeiro, a possibilidade da instituição de governos de esquerda havia sido duramente contestada e castigada com o advento de ditaduras que impunham um regime de características fascistas no Cone Sul — Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai —, de cerceamento das liberdades, de perseguição, tortura e assassinato de lideranças populares; em outros países se mantinha um sistema altamente repressivo e de democracia restrita, como na Colômbia, que serviu de modelo para regimes políticos civis de tipo misto, com alta dose de militarização e saídas violentas contra as demandas populares; também havia sistemas que reforçavam o autoritarismo no restante da região. Em segundo lugar, o neoliberalismo sustentava uma ofensiva neoconservadora que impunha uma agenda de descompromisso com as políticas sociais e com os interesses dos trabalhadores. E, finalmente, o revés que foi o desaparecimento da União Soviética, em termos geopolíticos, econômicos e culturais, que gerou um quadro mundial de resistência, em meio a uma situação de defensiva estratégica.

Nesse quadro, passar da resistência à construção de uma alternativa implicava repensar posições, assumir uma nova metodologia, estabelecer bases programáticas e uma tática para a unidade na diversidade. O Foro de São Paulo nasceu em 4 de julho de 1990, com a “Declaração de São Paulo”, que sintetiza as intenções de 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 11-15).

A Declaração contém elementos de extrema importância e que situam parte de nossa exposição: 1) o reconhecimento da “amplitude política e participação das mais diversas correntes ideológicas de esquerda”; 2) a necessidade de aprofundar o debate e “avançar com propostas consensuais de unidade de ação na luta anti-imperialista e popular”; 3) a vontade de “renovar o pensamento de esquerda e do socialismo, reafirmando o seu caráter emancipatório, corrigindo equívocos, superando todas as formas de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas”; 4) uma proposta de “reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e de nossas nações, para o pleno resgate de nossa identidade cultural e histórica e para a promoção da solidariedade internacionalista de nossos povos” (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 11-15).

A partir desses propósitos iniciais, cumpre examinar as razões que levaram — apesar das mudanças, aventuras, desventuras, fluxos e refluxos do movimento social e popular, bem como a construção e o desaparecimento, a força e a fragilidade de partidos e movimentos de esquerda, democráticos e progressistas — a que o Foro de São Paulo não só mantivesse, senão ampliasse sua atuação e incidência política.

Oferecemos, como dissemos no início, algumas razões que constituem premissas para um debate sobre o tema, de maior amplitude e complexidade teórica e com elementos de práxis que escapam à brevidade deste espaço e da nossa contribuição.

3. RAZÕES E FATORES DE RESILIÊNCIA DO FORO DE SÃO PAULO

3.1. ATUALIZAÇÃO DIANTE DOS CONTEXTOS HISTÓRICOS

3.1.1. O FORO DE SÃO PAULO COMO NECESSIDADE POLÍTICO-ORGANIZACIONAL

Tem razão Nils Castro quando afirma que na América Latina as chamadas “condições objetivas” para uma situação revolucionária não só existem como se acentuam. Com efeito, os índices de desigualdade, exploração, pobreza e marginalização oscilam, entre agravamentos e atenuações, tendo em vista ou o abandono, por parte dos governos neoliberais, das políticas públicas dedicadas a garantir a efetividade dos direitos, ou as possibilidades reais e limites dos governos progressistas. Entretanto, apesar da deterioração do bem-estar e os baixos padrões de desenvolvimento humano, as condições subjetivas, isto é,

o desenvolvimento e o enraizamento de ideias e estados de espírito com vocação revolucionária, a prevalência do interesse de classe sobre as preferências de grupo e pessoais, a vontade dos explorados de se dotarem de coesão e organização arriscando suas condições modestas de sobrevivência em prol de um novo projeto de sociedade, ainda estão distantes (CASTRO, 2013, p. 33, tradução nossa).

Essa situação, de forma panorâmica, constitui o traço que atravessa a vida do

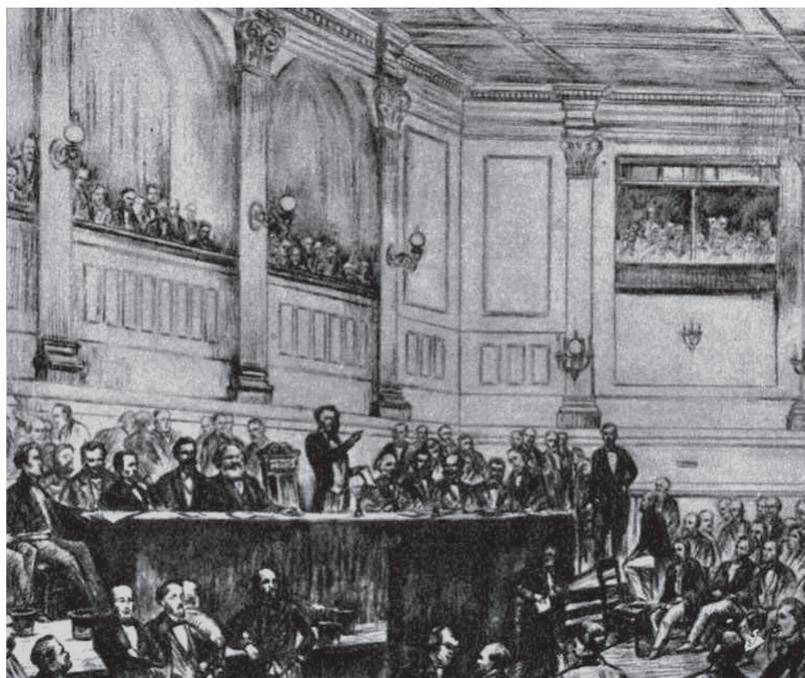


Ilustração retrata a reunião da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Londres, a 28 de setembro de 1864

FSP. A caracterização geral não pretende desconsiderar as recentes e contundentes respostas populares recentes registradas na Bolívia, no Chile ou na Colômbia, e muito menos a inquebrantável resistência anti-imperialista em Cuba e na Venezuela. Porém, o que se deduz é que, em meio a tais contradições, que reportam obviamente a uma vistoria necessária sobre as condições objetivas e subjetivas em cada país, esse é precisamente o terreno no qual se desenvolvem as iniciativas do FSP desde o início da organização. Por isso, o FSP é um instrumento de estudo, organização e ação para avançar no desenvolvimento independente da América Latina, propondo soluções para melhorar a situação dos explorados, mas também é um agregador de propostas de transformação social que implicam crescimento de subjetividade e reconhecimento dos mais diversos atores políticos para esse fim.

O exame da situação política, econômica e social, aliado à observação permanente da correlação de forças internacional, constitui o contexto que condiciona a evolução histórica do FSP. A cada ano e encontro da organização, o cenário muda rápida e intensamente. As transformações originam conversões no posicionamento e na força relativa de cada partido no plano nacional e, logicamente, também causam variações de atitude no terreno da micropolítica, ou seja, no recorte da realidade e nas mutações da subjetividade, o que projeta uma visão não estereotipada do FSP sobre o que representa o conjunto das relações internacionais (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 134).

Nesse sentido, a partir das transformações originadas pelo confronto de classes e grupos em cada contexto nacional, bem como das formas de atuação dos partidos, principalmente daqueles que têm maior influência no Foro, também se alteram as relações entre seus integrantes, e conseqüentemente modificam-se as posições do próprio Foro. Por outro lado, as posições construídas sobre a base do consenso em torno de preocupações comuns influenciam as posições políticas dos partidos integrantes em cada um de seus países, não raro podendo

Parece-nos que esta é uma razão premente para a resiliência do FSP: seu vínculo com as raízes históricas da identidade contemporânea latino-americana e caribenha. O FSP é também um espaço de luta cultural, no sentido gramsciano do termo, que promove a formação política de quadros com concepções não dogmáticas, pautadas na visão anti-imperialista da América Latina e no intercâmbio de conhecimentos acerca das experiências nacionais concretas

impactar opiniões e decisões de partidos e organizações que não fazem parte do FSP.

Nestes 33 anos, o FSP acompanhou as modificações do contexto histórico com versatilidade política e manutenção dos seus princípios. Essa é uma das razões de sua resiliência. Esse fator, naturalmente, não significa garantia de permanência, pois esta depende da capacidade de questionamento crítico do FSP no acompanhamento das transformações da realidade concreta. Nas condições atuais do mundo, caracterizadas por uma evidente crise sistêmica, que se pretende resolver sobre a base da ação militar, a guerra e a desproteção dos trabalhadores, o FSP continua sendo uma necessidade política. Atrevemo-nos a dizer que aqui se aplica a ideia de que, se uma organização como o FSP desaparecesse, mais cedo ou mais tarde outra similar surgiria por força das circunstâncias.

3.1.2. O FORO DE SÃO PAULO REÚNE PARTIDOS NO GOVERNO E PARTIDOS QUE ATUAM NA OPOSIÇÃO

Como temos afirmado, o FSP nasce como uma resposta organizativa, unitária e de ação política de partidos e movimentos da América Latina em um momento de transição para uma situação de “unipolaridade” e em meio a uma grande ofensiva dos Estados Unidos e seus interesses hegemônicos contra a região.

Nesse quadro, um nível acentuado de unidade e resposta popular ao modelo de gestão neoliberal da economia, bem como o acúmulo de experiências de resistência, projetadas eleitoralmente, trouxe vitórias para a esquerda e os partidos progressistas e democráticos. Em consequência, o FSP precisou reinterpretar o momento e estabelecer parâmetros de maior conteúdo em seus debates, em termos administrativos e legislativos, levando em conta que, desde 1998, várias das organizações nacionais que o integravam passaram a governar seus países.

Esse ciclo de governos de esquerda e progressistas foi resultado de um contexto regional marcado por fatores como: a) o agravamento significativo da crise econômica e



Seminário internacional, organizado pelo PT em julho de 1990 na capital paulista, que deu origem ao Foro de São Paulo

social; b) a perda dos direitos adquiridos, que constituíam patrimônio popular; c) os níveis de repressão e a criminalização do protesto legítimo; d) o desgaste das forças de direita que estiveram à frente do programa neoliberal dos anos 1990; e) a acumulação política e eleitoral da esquerda; f) a força dos movimentos sociais; g) a emergência de atores já existentes no contexto, mas que elevaram sua condição subjetiva, tornando-se sujeitos políticos, atuando para promover as transformações.

Tais mudanças produziram uma renovação de táticas. Manter a iniciativa política era fundamental, questão que, no entanto, não foi isenta de dificuldades. Com efeito, como disse Nils Castro, as esquerdas planejaram conquistar o poder para substituir o sistema vigente, mas assumiram o governo sem ter tomado esse poder nem ser capazes de transformar imediatamente esse sistema:

Hoje as esquerdas participam das eleições e, além disso, podem ganhá-las, sem que isso signifique que haja uma situação revolucionária. O que rerepresenta algumas velhas questões em revisão, em circunstâncias que — pelo menos temporariamente — exigem outras respostas. Por exemplo: reforma ou revolução? (CASTRO, 2013, p. 32-33, tradução nossa)

O FSP assumiu, objetivamente, uma combinação de propostas, incorporando os temas dos partidos no governo, sem sacrificar os temas de interesse dos partidos de oposição, na perspectiva da convergência de alternativas que partiam das particularidades de cada país.

Posteriormente, na década de 2000, o FSP foi fortalecido com a adesão de novos partidos e de movimentos políticos da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América — Tratado Comercial dos Povos (Alba-TCP), especialmente da Venezuela, Bolívia e Equador, adaptando-se ao novo contexto regional, incorporando novas lideranças e partidos protagonistas da América Latina, particularmente da América do Sul.

3.2. SUPERAÇÃO DO “EUROCENTRISMO” E IDENTIDADE REGIONAL

O FSP possibilitou novas referências de análise política para a esquerda da América Latina e do Caribe, já que, até então, com exceção da Olas, da Copppal e da Coordenação Socialista Latino-Americana, os modelos provinham dos partidos da Europa ou da Ásia.

É claro que isso não elimina o diálogo com experiências ou referências teóricas extracontinentais, porém os partidos do FSP, na oposição ou assumindo funções de governo, foram protagonistas do esforço coletivo de construção de um pensamento político em cuja base estão as tradições de luta dos povos da região, a identidade cultural e o processo civilizatório em cuja gênese estão as etnias e povos originários.

Disso decorre que, embora cada partido do FSP tenha sua própria referência nacional, o desenho programático da integração da América Latina e do Caribe apresente elementos estratégicos comuns, que partem do reconhecimento não só de ocupar um mesmo espaço geográfico visualizado regionalmente, senão de se vincular a um passado de lutas anticolonialistas e anti-imperialistas, pela independência nacional, a democracia, o desenvolvimento econômico e social e a defesa dos interesses populares. Theotonio dos Santos destacou o conteúdo de classe “nacional-popular” existente no latino-americanismo:

É por isso que existe uma correlação direta entre pan-americanismo e hegemonia oligárquica, e entre latino-americanismo e democracia de massas. Quanto mais popular o governo, maior a busca por raízes latino-americanas e maior o confronto com a hegemonia norte-americana. Há um conteúdo de classe implícito na questão do pan-americanismo vs. latino-americanismo (SANTOS, 1994, p. 132).

Ao longo de seus 33 anos, o FSP cultivou uma forte identidade cultural em oposição ao pan-americanismo. Simultaneamente, os partidos assumiram uma maior valorização de suas próprias experiências na área. Daí que a luta de partidos e movimentos políticos e sociais indígenas, originários de países como Peru, Bolívia, Equador e Guatemala, entre outros, desde a década de 1990, tenha despertado a atenção das lideranças do conjunto dos membros do FSP. A eleição de Evo Morales para a Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia em 2005 e as políticas de reconhecimento e promoção de etnias e de povos originários implementadas por outros governos, como o do Equador na gestão de Rafael Correa, projetaram a questão indígena de forma mais acentuada tanto no continente como no resto do mundo.

Por isso, Álvaro García Linera observava a necessidade de “considerar a emergência da identidade camponesa indígena como uma força transformadora em nossos países. Na Bolívia, o movimento indígena camponês é o eixo articulador do popular.” (LINERA, 2014, p. 36, tradução nossa)

Assim, parece-nos que esta é uma razão premente para a resiliência do FSP: seu vínculo com as raízes históricas da identidade contemporânea latino-americana e caribenha. O FSP é também um espaço de luta cultural, no sentido gramsciano do termo, que promove a formação política de quadros com concepções não dogmáticas, pautadas na visão anti-imperialista da América Latina e no intercâmbio de conhecimentos acerca das experiências nacionais concretas, narradas pelas partes integrantes com vivacidade.

Vale a pena aprofundar esse tema, pois o latino-americanismo anti-imperialista contemporâneo é fruto da convergência entre nacionalismo, regionalismo e internacionalis-

mo em todos os países da região. As contribuições para a formação desse pensamento deram origem a um sentido heterogêneo e com contradições que, no entanto, desembocam na necessidade de unidade e integração, tema que abordaremos em outro tópico.

Sobre o tema da identidade nacional, vale lembrar Emir Sader, quando faz a distinção entre o nacionalismo europeu e o da América Latina:

O nacionalismo europeu foi marcado pelo chauvinismo, pela suposta superioridade de um Estado nacional sobre os demais e pelo antiliberalismo, incluindo a democracia liberal. A burguesia ascendente assumiu a ideologia liberal como instrumento para destravar a livre circulação do capital contra os entraves feudais. Na América Latina, o nacionalismo reproduziu o antiliberalismo político e econômico, mas assumiu uma postura anti-imperialista, pela própria inserção da região na periferia — no nosso caso, norte-americana, que nos colocou no campo da esquerda (SADER, 2009, p. 95).

Felipe Herrera também relaciona o peculiar nacionalismo da América Latina com o regionalismo e o internacionalismo. Em texto premonitório de 1970, o autor chileno diferencia o que chama de “nacionalismo convencional” de “nacionalismo regional”. Em sua perspectiva, este último é um

novo nacionalismo, de alcance regional, que se enraíza em nosso passado comum e busca tornar realidade, de forma acelerada, a integração econômica dos povos latino-americanos, o que no futuro talvez torne possível a conquista da sua reintegração política (HERRERA, 1970, p. 9).

Para Herrera, “nacionalismo, regionalismo e internacionalismo constituem três planos diferentes, mas complementares”, e por isso:

O rápido processo contemporâneo de internacionalização da economia, de emancipação dos povos coloniais, de predominância dos grandes blocos e dos “povos-continente” [China, Índia e Indonésia] determinou na América Latina um renascimento do conceito de coesão. [...] A América Latina, assim, reencontra-se com suas essências e se incorpora com vigor à tendência global de regionalização que dá a fisionomia característica das relações internacionais de nossos dias (HERRERA, 1970, p. 95).

José Antonio Sanahuja também diferencia dois tipos de “regionalismo latino-americano” e analisa “a crise do ‘regionalismo aberto’, como estratégia de integração regional dominante no período 1990-2005, e a emergência de um novo ciclo caracterizado pelo chamado ‘regionalismo pós-liberal’, que tenta conformar o espaço sul-americano” (SANAHUJA, 2010, p. 127, tradução nossa). Assim, o “regionalismo pós-liberal” corresponde ao ciclo iniciado em 1998, um “novo ciclo político inaugurado pelos novos governos de esquerda e lideranças regionais que, com estratégias conflitantes, promovem maior autonomia da região no sistema internacional como um todo e, em particular, perante os Estados Unidos” (SANAHUJA, 2010, p. 87, tradução nossa).



Logotipo do Foro

Estudios Revolución. Reproduzido de: www.fidelastrro.cu/

Fidel Castro, no encerramento do IV Encontro do FSP em Havana (Cuba), 1993



A atuação do FSP tem sido importante nesse campo, tanto pela construção teórica quanto pela dinamização da ação de sujeitos políticos enraizados no povo a partir das formulações de seus partidos integrantes.

3.3. UMA ESTRATÉGIA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

O novo impulso da integração regional, na virada para o novo século, criou uma nova situação, mais favorável à difusão das ideias latino-americanistas. Uma questão-chave das resoluções do FSP girava em torno da integração, mediante uma combinação de estratégias nacionais com uma estratégia regional maior.

Valter Pomar e Roberto Regalado defendem a tese de que as estratégias nacionais promovidas pelos partidos membros do FSP se apresentam associadas ao processo de integração regional. O documento base preparatório para o encontro do FSP realizado em São Paulo em 2013 explicita essa relação entre as estratégias nacionais de autonomia e a integração regional:

O ciclo progressista e de esquerda iniciado em 1998 é forte porque não é único nem uniforme, desenvolvendo-se sempre em diferentes formações históricas e sociais, com forças que possuem horizontes estratégicos diferenciados, sendo todas elas de esquerda, que apresentam diferentes níveis de acumulação. Por isso conseguimos vencer em países com diferentes histórias, culturas, estruturas sociais e políticas. Mas a pluralidade de estratégias nacionais deve ser combinada, cada vez mais, com uma estratégia continental com base na integração regional e com a definição de características comuns nos modelos alternativos em curso (FORO DE SÃO PAULO apud POMAR; REGALADO, 2013, p. 250).

O FSP assim como o Alnef, na África, e o ALF, no Oriente Médio, exemplificam um internacionalismo contemporâneo, regionalista e anti-imperialista, afirmando uma identidade — histórica e geográfica, mas fundamentalmente política e cultural —, defendendo a unidade e integração emancipatória dos povos das suas regiões, superando o tradicional “eurocentrismo” de experiências pretéritas

A contraofensiva do imperialismo estadunidense e das forças políticas de direita e de extrema direita em muitos países da América Latina causou sérios danos e retrocessos ao processo de integração regional na segunda metade da década de 2010. No entanto, as novas vitórias eleitorais da esquerda e das forças progressistas nos últimos anos abrem novas possibilidades de retomada e de avanços na integração sul/latino-americana e caribenha.

3.4. DIREÇÃO COLETIVA, DEMOCRÁTICA E CONSENSUAL

Outro elemento explicativo da resiliência do FSP é sua democracia interna, com espaços de debate, intercâmbio de opiniões e uma metodologia para tomar decisões que conduz à produção de consensos, respeitando a autonomia e a independência de cada partido.

Alguns elementos importantes devem ser destacados: primeiro, o FSP é inovador porque organizacionalmente não mantém uma estrutura hierarquizada que imponha uma obrigatoriedade de cumprimento vinculante. O que poderia ser aparentemente uma fragilidade, pela sua horizontalidade e flexibilidade, revela, no entanto, que a metodologia e o funcionamento interno correspondem aos seus objetivos, apesar das eventuais críticas a essa fórmula. Certas propostas de alteração sobre esse ponto foram aprovadas ao longo dos anos, mas nem todas se mostraram efetivas na prática.

O pluralismo e a democracia interna do FSP foram valorizados pelo Comandante Fidel Castro durante o IV Encontro do Foro, realizado em Havana em 1993. Em nome do Partido Comunista de Cuba, ele expressou:

Demos ao mundo uma lição de multipartidarismo, uma lição de democracia. Discutimos com uma amplitude e franqueza com que não se discute em lugar nenhum. [...] Não esqueceremos esta reunião e realmente desejamos um grande porvir. Se continuarmos trabalhando com esses métodos, se continuarmos trabalhando com esse estilo, podemos ir muito longe. Não há outra maneira de atingir os objetivos. Vejam como, apesar da diversidade de organizações, temos um grande número de pontos em comum e lutas em comum (CASTRO RUZ, 2009, p. 238, tradução nossa).

Destarte, parece-nos que o FSP pode ser considerado uma espécie de “intelectual orgânico” coletivo internacional, pois é um espaço de debate crítico, em busca de consensos progressivos e unidade de ação, com uma práxis derivada de suas formulações políticas e ideológicas. Obviamente, como em qualquer organização formada por integrantes com liberdade de manifestação e opinião, é comum que as lideranças partidárias sejam críticas até em relação ao próprio FSP, e evidenciem seus limites e insuficiências.

O fenômeno — recente em termos históricos — de uma organização aberta e horizontal, que fortaleça instâncias através do consenso reunindo diversas famílias de esquerda, não ocorre apenas na América Latina, mas também em outros continentes. Nos casos do Fórum da Rede de Esquerda da África (Alnef, na sigla em inglês) e do Fórum da Esquerda Árabe (ALF, na sigla em inglês), o FSP é reconhecida fonte de inspiração por sua forma organizativa e metodológica, pois, além de formarem uma “grande família” das esquerdas, essas experiências também têm como parâmetro político o anti-imperialismo.

O FSP assim como o Alnef, na África, e o ALF, no Oriente Médio, exemplificam um internacionalismo contemporâneo, regionalista e anti-imperialista, afirmando uma identidade — histórica e geográfica, mas fundamentalmente política e cultural —, defendendo a unidade e integração emancipatória dos povos das suas regiões, superando o tradicional “eurocentrismo” de experiências pretéritas. Essa é uma das razões da existência e resiliência da FSP, que inspirou a criação de outras organizações congêneres em outros continentes.

3.5. FRENTE ANTINEOLIBERAL E ANTI-IMPERIALISTA

Os partidos do FSP mantêm uma política de unidade que tem como centro o anti-imperialismo. O eixo de reflexão consiste na defesa da soberania nacional contra as diversas formas de neocolonização e submissão aos poderes imperialistas que se projetam a partir da estrutura hegemônica de poder que prevalece no sistema internacional.

Em um contexto de defensiva estratégica, a esquerda avaliou e reconheceu a ascensão da China e da Rússia no palco das principais contradições geopolíticas, bem como blocos e articulações conformadas por grandes Estados como os Brics — Brasil, Índia, África do Sul, além das já mencionadas China e Rússia —, na perspectiva de uma política externa e uma diplomacia para a paz, os direitos humanos e a democracia.

Por isso, a proposta de unidade popular entre revolucionários, democratas e as mais diversas correntes da esquerda e das forças progressistas foi levantada como uma necessidade que foi assimilada e difundida pelo FSP, em estreita vinculação com o anti-imperialismo e contra o neoliberalismo, cujas sequelas permanecem na região. Em tal sentido, é notável a contribuição do FSP para a melhor definição da arquitetura do Mercosul e seu relançamento, bem como para a criação e fortalecimento da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), da Alba-TCP e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

É preciso lembrar que a proposta de frente popular contra o fascismo e a guerra imperialista unindo as forças já anunciadas foi estabelecida pela Internacional Comunista em 1935, no VII Congresso do Comintern. Para Theotonio dos Santos, no mundo contemporâneo, diante do crescimento da extrema direita em nível global e regional, “estavam criadas as condições para estabelecer uma grande frente, à semelhança da criada a partir de 1935 contra o fascismo” (SANTOS, 2012, p. 7).

No contexto dos anos 1990, Fidel Castro, ao encerrar o IV Encontro do FSP em Havana, comentou a “Declaração final”, expondo a existência de linhas de ação comuns na resistência ao neoliberalismo e na promoção da integração, destacando que a declaração é “praticamente um programa de luta [...] essa declaração é hoje o programa da esquerda na América Latina e no Caribe; e se atingirmos esses objetivos, iremos tão longe quanto ninguém é capaz de imaginar” (CASTRO RUZ, 2009, p. 238, tradução nossa).

Na atualidade, as forças da direita latino-americana promovem os chamados “golpes brandos” e as “guerras híbridas”, realizam atividades de sabotagem econômica, *fake news*, práticas de *lawfare*, disseminação do obscurantismo, incitação à intolerância e violência, tentando impor regimes autoritários com traços fascistas.

Nessas condições, uma organização ampla e heterogênea como o FSP, que inclui as mais diversas forças de esquerda, continua sendo uma necessidade política fundamental, e esse é mais um dos fatores e razões de sua resiliência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi afirmado, não se pretende aqui uma apresentação de conclusões que teriam o traço da peremptoriedade. Trata-se, no entanto, de estabelecer pontos de chegada que projetem uma plataforma para novas investigações.

O FSP segue unindo as principais forças políticas e movimentos da esquerda latino-americana e caribenha. Atualmente, vários de seus partidos integrantes lideram governos na região, e o centro da sua ação é a integração para a paz, a soberania, o desenvolvimento, a democracia, o respeito pelos direitos humanos e a promoção dos direitos dos trabalhadores.

Muitos dos balanços e propostas do FSP foram preditivos em relação ao que está acontecendo atualmente, inclusive prevendo a contraofensiva da direita regional e do imperialismo estadunidense que derrotou grande parte desses governos na segunda metade da década de 2010 e as recentes novas vitórias eleitorais em importantes países como Argentina, Brasil, Colômbia e México, as quatro maiores economias da região. Isso confirma o papel do FSP como um “intelectual orgânico” coletivo internacional, um espaço simples e modesto de ousados “príncipes modernos”, conduzidos por ideias.

A resiliência do Foro de São Paulo está relacionada a cinco razões principais: 1) unidade na diversidade e unidade após a adversidade; 2) capacidade de atualização em face de novas situações políticas e novos contextos históricos; 3) afirmação de uma identidade latino-americana e ligação permanente com o propósito da integração regional soberana e solidária, afirmando uma experiência original e não eurocêntrica; 4) amplo e aberto caráter antineoliberal e anti-imperialista; e 5) relações de união e confiança entre as partes, baseadas em uma concepção democrática com métodos adequados de valorização da liderança coletiva e busca paciente de consenso, superando divergências e tensões.

* Professor doutor da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

** Mestre pelo Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP).

► Texto recebido em 22 de maio de 2023; aprovado em 23 de maio de 2023.

- BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTRO, Nils. **Las izquierdas latinoamericanas**: observaciones a una trayectoria. Primera edición. Ciudad de Panamá: Novo Art, 2005.
- _____. **Las izquierdas latinoamericanas en tiempos de crear**. Ciudad de México: Alternativa, 2013.
- CASTRO RUZ, Fidel. **Latinoamericanismo vs. imperialismo**. Ciudad de México: Ocean Sur, 2009.
- _____. **Lula**: reflexiones del comandante en jefe. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2008.
- CEDIC. **Coleções**: Internacional Comunista. PUC-SP, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <www4.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/internacional_comunista.html>. Acesso em: 10 maio 2023.
- FORO DE SÃO PAULO. **Documento base dos encontros, resoluções das reuniões do grupo de trabalho do Foro**. Artigos e outros documentos. São Paulo: Arquivo do Foro de São Paulo, [s.d.].
- _____. **Declaração final dos encontros de Foro de São Paulo (1990- 2012)**. São Paulo: Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, 2013.
- _____. **XVIII Encuentro del Foro de São Paulo**: documento base para la discusión. Caracas: Partido Socialista Unido de Venezuela, 2012.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HERRERA, Felipe. **Nacionalismo, regionalismo, internacionalismo**: América Latina en el contexto internacional. Buenos Aires: Intal; BID, 1970.
- LINERA, Álvaro Garcia. Los procesos neoliberales en América Latina: lecciones y retos para los revolucionarios. **Línea Sur**, v. 3, n. 8, mayo-agosto 2014. Quito: Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana de Ecuador, 2014.
- POMAR, Valter; REGALADO, Roberto. **Foro de São Paulo**: construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- REGALADO, Roberto. América Latina: hacia donde van los gobiernos de izquierda y progresistas?. **América Latina en Movimiento**, Quito, n. 475, mayo 2012.
- SADER, Emir. A América Latina e o período histórico atual. **Crise internacional e as alternativas de esquerda**. São Paulo: Coleção Vermelho, 2010.
- _____. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SANAHUJA, José Antonio. La construcción de una región: Suramérica y el regionalismo posliberal. In: CIEN-FUEGOS, Manuel; SANAHUJA, José António (Org.). **Una región en construcción**: Unasur y la integración en América del Sur, Barcelona: Fundación Cidob, 2010. p. 87-134.
- SANTOS, Theotonio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável**: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. Integración: fenómeno de larga duración. **América Latina en Movimiento**, n. 480-481, nov.-dez. 2012. Disponível em: <www.alainet.org/es/active/61245>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- VALENTE, Monica. El Foro de São Paulo y el internacionalismo latinoamericano. **Izquierda Democrática en América Latina**, Ciudad de México, n. 1, 2015.

Darcy Ribeiro intérprete do Brasil

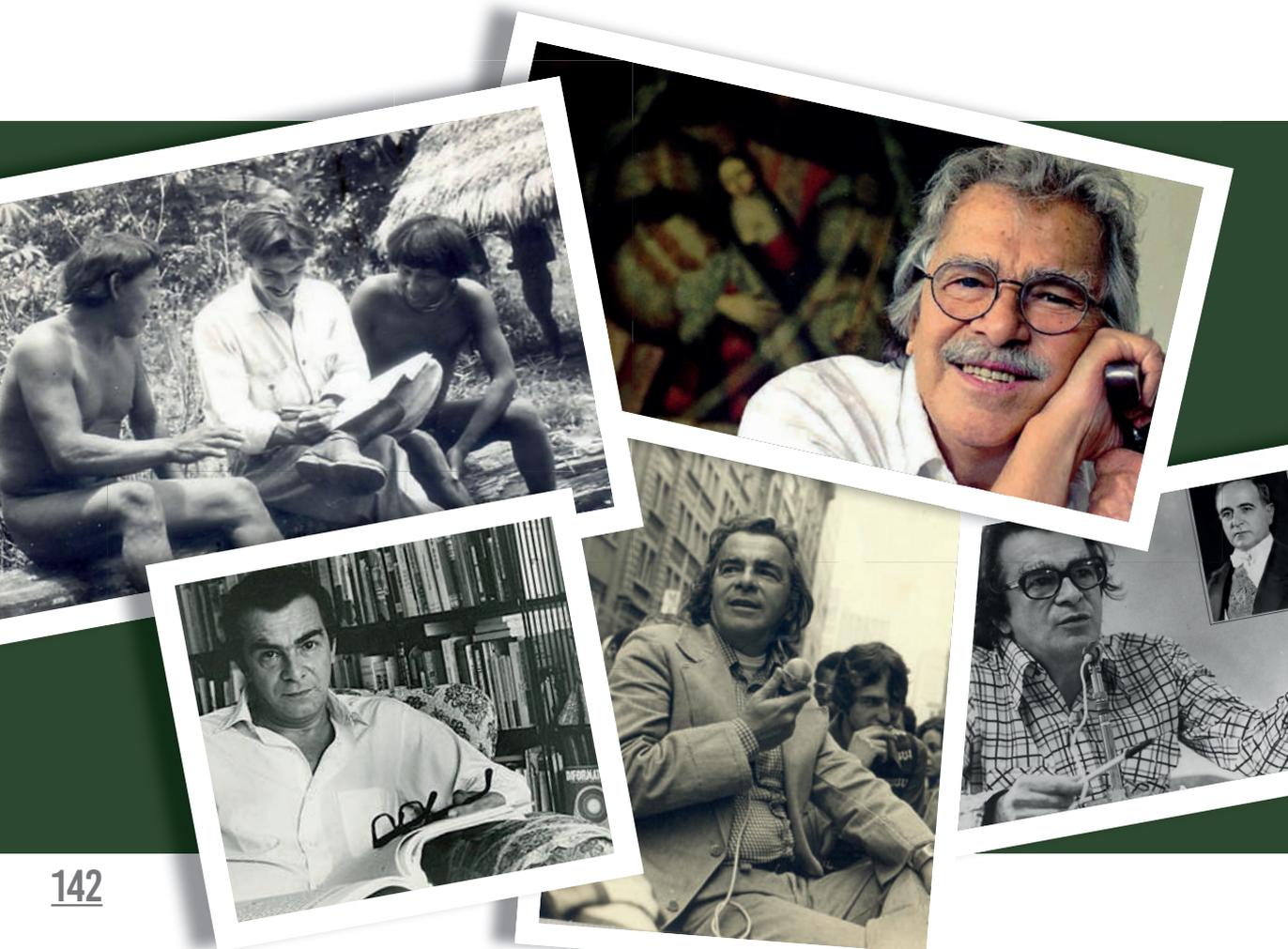
Percepção dualista sobre nossa formação social

Darcy Ribeiro interpreter of Brazil
Dualist perception about our social formation

THIAGO FERNANDES PEREIRA*

APARECIDA FAVORETO**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.008>



RESUMO

Darcy Ribeiro destaca-se como um dos grandes intérpretes da formação sócio-histórica brasileira. Sua obra contribui para tecer explicações sobre o Brasil e o seu povo. Neste artigo, com base principalmente em seus livros *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* e *O Brasil como problema*, busca-se verificar os fundamentos teóricos e a especificidade das suas análises, tanto em relação ao contexto histórico como em relação a outros intérpretes da história brasileira. Nas interpretações de Darcy Ribeiro, destacamos uma percepção com duas abordagens distintas e ao mesmo tempo complementares, a qual se traduz na coexistência de duas leituras sobre o Brasil. Por um lado, apoiando-se em parte nas análises desenvolvidas por Gilberto Freyre, destaca o caráter rico e singular do povo brasileiro e põe em foco a questão étnico-cultural enquanto unidade cultural. De outro, em uma dimensão socioeconômica, ele destaca o caráter excludente e hostil da elite brasileira, que instituiu um projeto de divisão estrutural entre as classes sem qualquer compromisso com um projeto de desenvolvimento de caráter universalizante. Esse traço persiste como marca de uma sociedade forjada em contexto escravocrata. Por fim, ao apontar a estrutura do pensamento do autor e sua distinção em relação a outros intérpretes do Brasil, de modo diverso, busca-se contribuir com as reflexões sobre a produção historiográfica brasileira.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro. Pensamento social. Intérpretes do Brasil.

ABSTRACT

Darcy Ribeiro stands out as one of the great interpreters of Brazil as a socio-historical formation. His work has contributed and still contributes to weaving explanations about Brazil and its people. In this article, based mainly on his books: *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (the Brazilian people: development and meaning of Brazil) and *O Brasil como problema* (Brazil as a question), we seek to verify the theoretical foundations and the specificity of his analyses, both in relation to his historical context, as in relation to other interpreters of Brazilian history. In Darcy Ribeiro's interpretations, there is a perception built upon two distinct and at the same time complementary approaches, which reveals the coexistence, in his works, of two readings about Brazil. On the one hand, relying in part on the analyzes carried out by Gilberto Freyre, Ribeiro highlights the rich and unique character of the Brazilian people and brings into focus the sociocultural issue, as a cultural unit. On the other hand, in a political-economic dimension, he highlights the exclusive and hostile nature of the Brazilian elite, which, limited to its small group, instituted a project of structural division between classes unprovided of any kind of commitment in which concerns to a development project of a universal nature. Finally, by pointing out the structure of the author's thought and his distinction in relation to other Brazilian interpreters, we seek to contribute to new reflections on Brazilian historiographical production.

Keywords: Darcy Ribeiro. Social thought. Brazilian analysts.



1. INTRODUÇÃO

Darcy Ribeiro (1922-1997) foi um eminente intelectual e militante em diversas causas no Brasil da segunda metade do século XX. Teve destacada atuação como antropólogo, indigenista, sociólogo, educador e político, criando instituições e contribuindo para o desenvolvimento delas, bem como pensador e colaborador com importantes contribuições em diversos campos de conhecimento.

Nas suas obras, Darcy buscou desenvolver uma interpretação do Brasil de modo a tornar compreensível o que é o Brasil e o que são os brasileiros no final do século XX. Nesse sentido, discute a formação social brasileira em seus aspectos étnico-culturais e socioeconômicos.

Como observado por Curty, Malta e Vieira (2022), a importância de Darcy Ribeiro é crucial no sentido de que uma das contribuições do autor em sua reflexão sobre o Brasil, que constitui parte importante de sua obra, é a inclusão da questão étnico-racial no estudo do processo de nossa formação social.

Darcy Ribeiro — ao lado de Florestan Fernandes — é um dos primeiros autores a trazerem essa questão de forma crítica, enfatizando a escravidão como uma instituição produtora de desigualdades e disparidades — que necessitavam ser superadas —, ponto fundamental para pensar e compreender o processo de formação social do Brasil e seus respectivos dilemas.

O autor analisado neste artigo destaca-se como uma das figuras públicas mais emblemáticas do século XX no Brasil, seja pela importância e pela extensão de sua contribuição teórica e prática em diversos campos, como a antropologia, seja através de sua atuação como indigenista, na política, como ministro, secretário, vice-governador e senador, na educação, como formulador de ideias e propostas educacionais, e na sociologia, através de sua leitura de nossa formação social.

Passados mais de 25 anos de sua morte física, o legado de sua obra e suas realizações é fundamental quando se trata de vencer os desafios impostos à compreensão da nossa sociedade, ao nosso desenvolvimento e à superação das nossas desigualdades. Analisar as contribuições de Darcy Ribeiro constitui um exercício obrigatório para pensar o Brasil e seus desafios enquanto sociedade.

Apesar de não ser tão extensa se comparada à magnitude das contribuições deixadas pelo autor, a produção acadêmica desenvolvida recentemente sobre Darcy Ribeiro traz colaborações importantes para compreender as distintas maneiras pelas quais as reflexões do autor ajudam a entender o Brasil em suas diversas faces.

Dentre as teses acadêmicas, destacam-se as contribuições de Mattos (2007), que aborda a trajetória de Darcy, focando sobretudo as décadas de 1940 a 1980, período de sua atuação e produção como antropólogo, político e exilado, em que essas três dimensões se articulam de forma específica, e também a contribuição de Dorigão (2015), que aborda as propostas de desenvolvimento de universidades elaboradas por Darcy Ribeiro como parte de um projeto de desenvolvimento de educação e de país.

Em sua tese de livre-docência, posteriormente publicada em livro, Bomeny (2001) traz uma análise de Darcy Ribeiro como intelectual singular, que fugia ao estereótipo de mineiro, antropólogo e educador, desenvolvendo uma reflexão sobre as contribuições dele como político e educador.

Para o autor, culturalmente fomos capazes de desenvolver um povo novo e único, diferente de qualquer outra formação sociocultural até então existente, a partir da contribuição dos migrantes europeus desterritorializados, dos negros sequestrados e escravizados e dos indígenas desindianizados

Além dessas, destacam-se produções acadêmicas que abordam distintos aspectos das contribuições de Darcy Ribeiro, sobretudo os trabalhos de Adélia Miglievich Ribeiro sobre os projetos educacionais e de desenvolvimento nacional em perspectiva comparada na América Latina.

No ano passado, por ocasião do centenário de nascimento de Darcy Ribeiro, foram produzidos alguns dossiês com produções acadêmicas revisitando a importância das reflexões do autor para a compreensão de nossa sociedade. Dentre elas, destacam-se a edição especial da revista *Nossa América*, do Memorial da América Latina, e o dossiê temático da revista *Reorienta*, ambas lançadas em dezembro de 2022.

Neste artigo, além de nos apoiar em algumas das contribuições supracitadas, e partindo das análises já desenvolvidas sobre o autor, pretendemos discutir de forma mais específica o tema de caráter sociológico mobilizado por Darcy Ribeiro que foi sua análise a respeito do processo de formação social do Brasil e como, nessa trajetória, nos parece existir certo grau de ambiguidade na análise do autor.

A metodologia de pesquisa utilizada neste artigo foi constituída da análise histórica da obra de Darcy Ribeiro, por meio de pesquisa bibliográfica, buscando compreender as formas pelas quais o autor enxerga e analisa o processo de desenvolvimento das estruturas sociais e econômicas da sociedade brasileira. Serão utilizadas fontes primárias — obras de Darcy Ribeiro — e fontes secundárias — obras sobre Darcy Ribeiro.

Como observa Severino (2007), a realização de uma pesquisa bibliográfica caracteriza-se pelo uso dos registros disponíveis, sobretudo do registro de documentos acadêmicos como livros, artigos e teses, utilizando-se nela, também, as categorias teóricas dos autores já registradas por outros autores.

Este artigo pretende discutir a interpretação do Brasil desenvolvida por Darcy Ribeiro em seus livros *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* e *O Brasil como problema*, destacando sobretudo dois enfoques principais pelos quais o autor analisa nosso processo de formação social: no primeiro, essencialmente étnico-cultural, o autor destaca o caráter rico e singular do Brasil enquanto unidade cultural; no segundo, de natureza essencialmente socioeconômica, ele analisa as mazelas e desigualdades igualmente presentes em nosso processo de formação social.

2. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE DARCY RIBEIRO

Como observado por Lobo (2022, p. 82), Darcy Ribeiro inicia sua trajetória como um sujeito disposto a pensar o Brasil na época em que era estudante da Escola Livre de Sociologia e Política, curso que concluiria em 1946. De acordo com o próprio autor, nessa escola ele recebeu influências marcantes em sua formação, que permaneceram por toda a sua vida.

Bomeny (2009) observa que o processo de formação acadêmica vivenciado na década de 1940 na USP possibilitou a Darcy aprender o valor da pesquisa social, bem como vivenciar uma combinação — que será decisiva em sua trajetória — da pesquisa de caráter acadêmico com a ação pública de caráter engajado.

Propomos analisar neste artigo as supracitadas produções bibliográficas de Darcy Ribeiro com um recorte específico da trajetória intelectual do autor, a saber, suas reflexões a respeito do processo de formação social do povo brasileiro a partir da observação de Bomeny (2009), para quem o autor precisa ser percebido como um intelectual dos anos 1950, forjado no contexto dessa década. Os fundamentos de seus questionamentos, de suas reflexões, foram gestados pela geração de intelectuais que naquela década postulavam não apenas compreender a sociedade, mas também contribuir para a transformação dela.

Como observa Bomeny (2003), a trajetória de Darcy Ribeiro pode ser considerada através da graduação ideológica das influências adquiridas e acolhidas pelo autor. Darcy Ribeiro, ao longo de sua trajetória, militou no Partido Comunista na década de 1940, e no final dos anos 1940 é apresentado ao marechal Rondon — o qual Darcy Ribeiro considerava um “mestre” —, que o contrata como etnólogo para o Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Na década de 1950, torna-se simpático ao getulismo, sobretudo por sua defesa do nacionalismo, substituindo sua filiação ao comunismo pela adesão ao trabalhismo. É nessa década que também conhece o outro “mestre” de sua vida, o professor Anísio Teixeira, de quem Darcy, de acordo com Bomeny (2001), herda a ligação com o liberalismo e a influência do escola-novismo e com quem trabalha em parceria na criação da UnB e no Ministério da Educação na década de 1960, até a eclosão do golpe civil-militar em 1964.

Após o retorno do exílio, no início da década de 1980, estreita suas ligações com Leonel Brizola, fortalecendo sua relação com o trabalhismo, sendo um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido pelo qual foi eleito vice-governador e senador pelo estado do Rio de Janeiro.

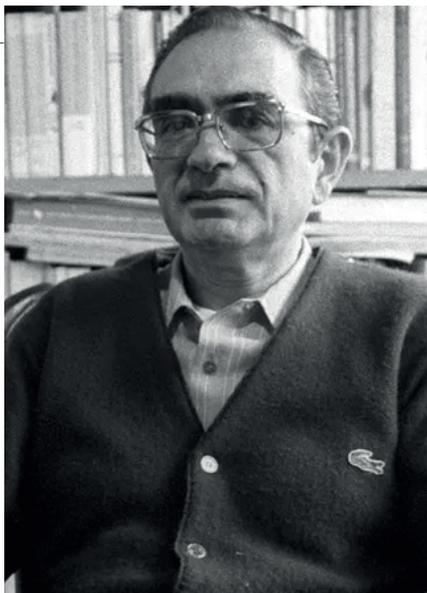
Chama atenção o vasto campo de influências intelectuais que Darcy Ribeiro sofreu ao longo de sua vida. Essa abrangência pode constituir uma pista para o tema tratado neste artigo. Sua análise sobre o processo de desenvolvimento étnico-cultural e socioeconômico do Brasil, ora mais ligada ao enaltecimento da singularidade cultural, ora mais relacionada à reflexão sobre as mazelas da exclusão socioeconômica, pode remeter a períodos em que ele esteve mais ou menos próximo dos espectros ideológicos supracitados.

Discutiremos nas seções seguintes deste artigo as duas abordagens que aparecem na interpretação de Darcy Ribeiro sobre nosso processo de formação social, como cada qual é traduzido e analisado pelo autor e como, em nossa interpretação, assim como não é possível separar o Darcy analista do militante, são igualmente inseparáveis na interpretação de Darcy suas duas dimensões analíticas sobre o Brasil.

<https://bonifacio.net.br/>

Gilberto Freyre (1900-1987), sociólogo pernambucano

Arquivo



Florestan Fernandes (1920-1995), sociólogo paulista

3. PERCEÇÃO DUALISTA SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Das contribuições trazidas pelo autor para a compreensão de nosso processo histórico de formação nacional, podemos destacar, sobretudo em seus livros *O Brasil como problema* e *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, escritos na última década de vida, em uma espécie de “síntese” de sua reflexão, a compreensão da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira a partir de uma dicotomia fundamental: de um lado, formaríamos um complexo cultural a partir da influência mútua dos indígenas — desindianizados —, dos negros — sequestrados de sua terra e aqui escravizados — e dos europeus — deserdados —, que aqui teriam formado, a partir dessas origens distintas, uma sociedade nova, singular e extraordinária.

Por outro lado, nossa formação político-econômica, segundo o autor, foi igualmente capaz de criar também, desde o momento inicial da colonização, um significativo e intransponível abismo econômico e social entre uma pequena elite e o restante da população. Essa elite, para manter e sustentar tal abismo, lançou mão dos recursos mais violentos para desumanizar os fragilizados social e economicamente, a fim de mantê-los permanentemente em condição subalterna.

De acordo com Ribeiro (1995), a elite é constituída por *um corpo seletivo de pessoas* que exercem maior influência na organização e condução da sociedade. Esse corpo singular é formado por dois grupos principais: o patronato, que tem seu poder na propriedade de capitais, e o patriarcado, formado pelos que têm proeminência cultural e política, como os altos funcionários da burocracia estatal, tecnocratas e administradores.

Bomeny (2001) observa como na leitura de Darcy há uma tendência, carregada de esforço intelectual e militante, em observar o Brasil, que nutre a esperança de um dia livrar-se de uma elite que, em sua percepção, seria fria e insensível para com o conjunto da população, a qual não teria sido capaz de perceber os prejuízos sociais e civilizatórios de uma

Após o retorno do exílio, no início da década de 1980, Darcy Ribeiro (ao centro) estreita suas ligações com Leonel Brizola (dir.), fortalecendo sua relação com o trabalhismo; na foto, com Jandira Feghali, no Sambódromo do Rio em 1983



experiência de escravização prolongada e da não inclusão dos “filhos renegados” como um problema incontornável para o seu desenvolvimento ulterior.

O processo de formação social do Brasil, classificado por Darcy Ribeiro como “dores do parto”¹, obedece desde a fundação do país a uma “lógica dualista”, sem a qual não é possível compreender nossa sociedade: por um lado, um todo cultural, por “linhas tortas” plasmado e gestado de forma única, com singularidades e potencialidades promissoras, e, por outro, uma sociedade caracterizada pelo profundo abismo socioeconômico e a desigualdade que tornam os integrantes de estratos subalternos estrangeiros dentro de seu país, tamanho o grau de exclusão social.

A seguir, explicaremos como essas duas dimensões do processo de desenvolvimento histórico e social brasileiro se manifestam na percepção de Darcy Ribeiro, descrevendo o empreendimento engenhoso e complexo da formação de um “povo novo” e integrado a partir de origens distintas e opostas, por um lado, e da arqueologia da desigualdade e desumanização dos subalternos por parte de uma elite egoísta e destituída de projeto de desenvolvimento nacional, por outro.

4. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA: UM “POVO NOVO”

Bomeny (2009) observa como, no contexto do debate intelectual sobre o processo de formação cultural do povo brasileiro, destacam-se duas categorias de análise geralmente adotadas por nossos intérpretes: o americanismo e o iberismo. Nesse sentido, lembramos aqui brevemente a perspectiva do iberismo, que na tradição do pensamento social traduziu-se em duas correntes com percepções antagônicas sobre nossa realidade.

¹ Referência feita por Darcy Ribeiro, em seu livro *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, ao processo de formação do povo brasileiro, sobretudo os indígenas sequestrados de sua terra e de seu modo de vida, assim como os africanos desterritorializados e escravizados aqui. E, em certa medida, também os europeus que, marginalizados em sua terra natal, vieram para o Brasil como uma espécie de aventureiros.

No campo do iberismo, temos, por um lado, uma perspectiva que salienta os aspectos que nos diferenciam dos países centrais desenvolvidos, percebendo nossa formação pelo prisma da ausência, da incompletude. Essa concepção foi entre nós amplamente difundida, sobretudo por Sérgio Buarque de Holanda, que em sua obra principal, *Raízes do Brasil*, nos caracterizou com o conceito de *homem cordial*, o indivíduo mais próximo da passionalidade e mais distante de uma racionalidade que, em sua concepção, se encontraria mais facilmente nos países desenvolvidos.

Por outro lado, destaca-se também a segunda tradição do iberismo, que enfatiza um olhar otimista sobre nosso processo de formação social. De acordo com Bomeny (2009), nessa vertente encontra-se a reflexão de Darcy Ribeiro sobre o Brasil, já devidamente influenciado pelas leituras de Gilberto Freyre. O Brasil de Darcy Ribeiro, do ponto de vista de nosso processo histórico de formação cultural e social, é um Brasil animado pela promessa do desenvolvimento de uma civilização singular e destacada positivamente enquanto uma potencialidade cultural.

Uma das percepções que ganham destaque na análise da formação étnico-cultural é aquela que concebe o Brasil como resultante de encontros que, apesar de involuntários e/ou trágicos, teriam resultado em um novo arranjo sociocultural. É nessa chave de compreensão que os escritos de Darcy se aproximam daqueles desenvolvidos por Freyre.

Dessa forma, uma influência intelectual na construção da concepção de história e de sociedade de Darcy Ribeiro foi Gilberto Freyre, que ostenta em sua biografia grandes contribuições e polêmicas. Como salienta Melo (2009), *Casa-grande & senzala*, de Freyre, foi ora reverenciada como obra inovadora, que apresentava genuinamente o Brasil, ora denunciada como exposição reacionária e romantizadora de nossas mazelas.

Como um dos primeiros a desenvolver uma teoria sobre a formação social do Brasil, Freyre ocupa um lugar importante na análise histórica e na compreensão da miscigenação como fator de destaque, confrontando e superando ideias firmadas nas teorias raciais, que eram hegemônicas na ciência até então. Em uma de suas principais obras, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, Darcy Ribeiro traz uma pista fundamental a respeito de sua percepção sobre a constituição da formação social brasileira.

Ao lado de importantes intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, no escopo dessa mesma tradição do iberismo, ancorado em uma percepção otimista, busca desenvolver uma teoria sobre a formação do povo brasileiro e a forma pela qual as características dessa formação se refletem na nossa sociabilidade atualmente.

A especificidade de Darcy Ribeiro em relação aos autores supracitados consiste em seu esforço por ser percebido ao mesmo tempo como intelectual e militante, não ficando claros em sua trajetória pública os limites dos diferentes papéis incorporados pelo autor. Segundo Vanali (2017, p. 43), em Darcy se observa

um intelectual pensando o país, seja atuando em academias e institutos, seja na universidade, em partidos ou inserido no aparelho de Estado. Ele buscou se inscrever na esfera pública, formulando e disputando projetos sobre o futuro da nação, desempenhando papel de destaque no processo da modernização brasileira.

Freyre (2006), na década de 1930, foi o primeiro autor a enaltecer a miscigenação como fator positivo, percebendo nossa formação social enquanto resultante de um complexo

equilíbrio de tensões. No mesmo contexto, Holanda (1995) analisou o brasileiro como fruto das contradições originárias do próprio colonizador ibérico em geral e português especificamente, traduzida no conceito de *homem cordial*².

Tal como as tradições fundadoras da teoria social sobre o Brasil, de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, a contribuição trazida por Darcy Ribeiro para compreender nossa formação social se encontra na postulação de que constituímos, antes de mais nada, um “povo novo”, uma nova etnia, que unificou no plano da língua e dos costumes os índios destituídos de sua formação social original, os negros sequestrados da África e os europeus que para cá migraram, surgindo assim o brasileiro a partir da negação de cada um dos povos formadores (RIBEIRO, 2006, p.27).

Ribeiro (2006) observa como, nas primeiras décadas do século XVI, após a chegada dos portugueses ao litoral brasileiro, já era possível constatar o desenvolvimento de uma espécie de protocélula étnica que se diferenciava tanto do português quanto do indígena. E essa característica de etnia nova, inédita, ainda embrionária, segundo o autor, iria se difundir pelo território e pela cultura do povo em formação, modelando indelevelmente nossa vida social e cultural.

Diferentemente de outros países cujos povos foram formados a partir da sobreposição ou justaposição de colonizadores e colonizados, o Brasil — pelo menos no plano biológico e cultural — teria desenvolvido, segundo Darcy Ribeiro, uma miscigenação entre europeus, africanos e ameríndios, de forma que todos os brasileiros teriam consigo tais raízes:

No Brasil, de índios e negros, a obra colonial de Portugal foi também radical. Seu produto verdadeiro não foram os ouros afanosamente buscados e achados, nem as mercadorias produzidas e exportadas. Nem mesmo o que tantas riquezas permitiram erguer no Velho Mundo. Seu produto real foi um povo-nação, aqui plasmado principalmente pela mestiçagem que se multiplica prodigiosamente como uma morena humanidade em flor, à espera de seu destino (RIBEIRO, 2006, p. 62).

Para Darcy Ribeiro, diferentemente dos territórios colonizados pelos nórdicos ou saxões — no processo de expansão marítima e colonização que fazia das colônias simples extensão de seus territórios, pondo lado a lado colonizadores e colonizados —, nas terras brasileiras, desenvolvidas a partir da colonização portuguesa, mais do que simples extensão territorial ou entreposto para extração de recursos naturais (ainda que esse fosse o objetivo principal), se desenvolveu um tipo novo de gente, que já não se enquadraria nem como colonizadora nem como colonizada em estado puro. Como efeito não percebido, criou-se uma nova civilização, caracterizada por singularidades tão peculiares que nos tornam únicos (RIBEIRO, 2006, p. 66).

Ribeiro (1995) afirma em outra reflexão que, no processo inicial de desenvolvimento, ainda no contexto colonial, jamais existiu a possibilidade de manutenção da identidade original dos povos que aqui se encontravam. Os indígenas que aqui estavam e os negros para

² Conceito desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, para designar uma característica da formação social do Brasil que, segundo o autor, consistiria na dificuldade de separação entre o espaço público e o privado. Assim, o homem cordial tipificaria parte significativa do inconsciente coletivo brasileiro, que tenderia a perceber o espaço público como uma simples extensão do privado, trazendo para o espaço público vícios que nos afastariam do desenvolvimento. Tendo repulsa pela polidez, pelo tratamento impessoal de forma prolongada, o homem cordial brasileiro se traduz no tipo de indivíduo que vê o mundo e age no espaço público mais com a emoção, com paixões, e menos com a racionalidade e impessoalidade que, na visão de Sérgio Buarque, constituem as características das sociedades desenvolvidas.

Se por um lado a identidade cultural, nova, única e complexa, é destacada por Darcy Ribeiro como um aspecto marcante de nossa formação sociocultural, por outro é também evidenciada pelo autor a gestação de uma sociedade marcada por profunda e acentuada desigualdade socioeconômica, que se torna uma marca indelével da formação social brasileira

cá trazidos sofreram com a radical transfiguração de seu modo de vida. Nem mesmo o europeu para cá trazido teria escapado desse “sequestro” de sua identidade originária. Esse fator, segundo o autor, nos levou forçosamente a criar uma civilização nova a partir do “enterro” e da negação original dos grupos que aqui se encontravam.

Para o autor, culturalmente fomos capazes de desenvolver um povo novo e único, diferente de qualquer outra formação sociocultural até então existente, a partir da contribuição dos migrantes europeus desterritorializados, dos negros sequestrados e escravizados e dos indígenas desindianizados.

Diferente de qualquer outra experiência de colonização europeia fora de seu continente, a formação do povo brasileiro se constituiu a partir de elementos inéditos, em que se plasmaram povos de origens diferentes singularmente. Para Darcy Ribeiro, nosso caso no mundo é novo

porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. *Povo novo*, ainda, porque é um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial (RIBEIRO, 2006, p. 17).

Em outro momento o autor reafirma sua compreensão sobre nossa origem, constituição e especificidade enquanto povo singular que se forma a partir desse encontro de gente descaracterizada das três matrizes:

Somos, apesar de toda essa romanidade, um povo novo, vale dizer, um gênero singular de gente marcada por nossas matrizes, mas diferente de todas, sem caminho de retorno a qualquer delas. Esta singularidade nos condena a nos investigarmos a nós mesmos, uma vez que já não somos indígenas, nem transplantes ultramarinos de Portugal ou da África (RIBEIRO, 1995, p. 12).

De acordo com Ribeiro (2006), no Brasil, culturalmente falando, fomos efetivamente capazes de formar um povo singular, menos por um plano teoricamente deliberado e mais por um acidente histórico cultural que foi desenvolvendo a composição do povo brasileiro.

É necessário, entretanto, salientar algumas diferenças, mesmo num contexto de semelhanças. Se por um lado Ribeiro se aproxima de Freyre pelo fato de este último, no pensamento social brasileiro, realizar uma leitura da formação cultural brasileira enfatizando a miscigenação como elemento central da formação social brasileira, por outro há diferenças fundamentais na forma como esses autores percebem a efetivação da miscigenação.

Como observa Melo (2009), o próprio Darcy Ribeiro percebe essa ambiguidade em Freyre, quando, no prefácio de *Casa-grande & senzala* que escreve para a edição venezuelana de 1979, reconhece em sua obra um caráter tanto altamente elucidador da cultura brasileira, dos melhores trabalhos realizados até então, quanto de senhor fazendeiro reacionário.

Enquanto a análise de Gilberto Freyre, por conta da ambiguidade que ele trazia em sua própria biografia, flertava com a mitigação, quase negligenciando as mazelas de uma sociedade escravocrata e, por consequência, as desigualdades e violências inerentes a esse processo, tratando com certa naturalidade essas contradições, Ribeiro (2006) destacou tais mazelas, situando-as como elementos igualmente centrais para compreender nossa sociedade até hoje.

Ribeiro (2006), ao comentar a assombrosa aceitação da concepção de “democracia racial”³, resultante da leitura e compreensão do Brasil realizada por Gilberto Freyre, por décadas difundida e aceita na esfera pública brasileira, concluiu que ela não fora até aquele momento suficiente para promover a transformação do país, mas, ao contrário, contribuiu para a permanência dos abismos e desigualdades sociais:

O espantoso é que os brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada como falsa “democracia racial”, raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais. O mais grave é que esse abismo não conduz a conflitos tendentes a transpô-lo, porque se cristalizam num *modus vivendi* que aparta os ricos dos pobres, como se fossem castas e guetos. Os privilegiados simplesmente se isolam numa barreira de indiferença para com a sina dos pobres, cuja miséria repugnante procuram ignorar ou ocultar numa espécie de miopia social, que perpetua a alternidade (RIBEIRO, 2006, p. 21-22).

O elemento do abismo social e econômico não apenas aparece na obra de Darcy Ribeiro como questão estrutural e fundadora do Brasil, mas também figura como elemento

3 Conceito utilizado para sugerir a ausência ou minorar a ocorrência do racismo estrutural no Brasil. Esse conceito foi associado ao pensamento e à obra de Gilberto Freyre, que, ao analisar a formação social do Brasil, argumentava, sobretudo em *Casa-grande & senzala*, que, a despeito da instituição da escravidão, as relações entre negros e brancos teriam sido menos beligerantes do que em outras sociedades, como a estadunidense, por exemplo, percebendo a escravidão no Brasil como dotada de uma natureza diferencial, mais maleável. Em que pese o fato de Freyre nunca ter dito ou escrito textualmente tal afirmação, atribuiu-se a ele a sistematização da ideia da existência de uma democracia racial (MOURA E SILVA, 2015). Em seu esforço intelectual de criticar o racismo científico do século XIX, que percebia a miscigenação como um fator negativo, Freyre, ao enfatizar como aspecto positivo da cultura brasileira nossa miscigenação, acabou por criar uma imagem idílica do Brasil colonial e da sociedade escravocrata. Essa percepção sugestiva de Freyre, de que no Brasil, pela ausência de guerras declaradas entre brancos e negros (ao contrário de países como Estados Unidos ou África do Sul), existiria uma integração maior, levou ao desenvolvimento do chamado “mito da democracia racial”, que por décadas constituiu a percepção hegemônica sobre as relações raciais no Brasil.



Escravos numa fazenda de café no Brasil, c. 1885

central para compreender por que, na sua concepção, todas as demais esferas da vida social que teriam capacidade de promover mudanças estruturais acabam por não realizar plenamente suas potencialidades.

Na próxima seção, destacamos mais detalhadamente como, na visão de Darcy Ribeiro, junto com a inédita formação étnico-cultural, se desenvolve ao mesmo tempo um abismo socioeconômico entre as classes sociais formadoras da sociedade brasileira.

5. FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E DESIGUALDADE

Se por um lado a identidade cultural, nova, única e complexa, é destacada por Darcy Ribeiro como um aspecto marcante de nossa formação sociocultural, por outro é também evidenciada pelo autor a gestação de uma sociedade marcada por profunda e acentuada desigualdade socioeconômica, que se torna uma marca indelével da formação social brasileira.

O caráter inédito de nossa formação social se mostrou por vezes a única opção possível aos que aqui se viram a partir do século XVI. Sem outra opção, indígenas destituídos de suas terras, negros destituídos de suas terras e do próprio direito de ser donos de si e europeus que aqui chegavam como aventureiros criaram, no contexto de imensa violência e abandono, uma civilização inédita:

Alcançam-se, assim, paradoxalmente, condições ideais para a transfiguração étnica pela desindianização forçada dos índios e pela desafricanização do negro, que, despojados de sua identidade, se veem condenados a inventar uma nova etnicidade englobadora de todos eles. Assim é que se foi fundindo uma crescente massa humana que perdera a cara: eram ex-índios desindianizados, e sobretudo mestiços, mulheres negras e índias, muitíssimas, com uns pouquíssimos brancos europeus que nela se multiplicaram prodigiosamente (RIBEIRO, 2006, p. 404-405).

Assim, junto com uma complexa unidade cultural, teríamos desenvolvido também um dos mais sofisticados e intransponíveis abismos sociais e econômicos entre pessoas que, apesar de uma interação fisicamente tão próxima, se viam separadas por um abismo socioeconômico.

Dessa forma, para Darcy, assim como seria impossível compreender o Brasil sem levar em consideração sua unidade cultural singular, da mesma forma seria inconcebível pensar em qualquer assunto de relevância coletiva sem considerar nossa distância social entre ricos e pobres, fundamentada numa desigualdade que alcança proporção e naturalização raramente percebida em outras sociedades.

Subjacente à uniformidade cultural brasileira, esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu. O antagonismo classista que corresponde a toda estratificação social aqui se exacerba, para opor uma estreitíssima camada privilegiada ao grosso da população (RIBEIRO, 2006, p. 20).

O caso brasileiro revelou-se diferente do das sociedades que lograram sucesso no desenvolvimento de algum tipo de projeto inclusivo, considerando o conjunto de suas respectivas populações. Na interpretação da história da sociedade brasileira por Darcy Ribeiro, não existiu no Brasil qualquer projeto realmente integrador, que considerasse o conjunto de sua população. Entre nós — a despeito de algumas transformações de caráter inclusivo —, segundo o autor, permaneceu inalterada a tentativa de enriquecimento das elites às custas da exploração total, de curto prazo, da terra e do povo:

Tudo nos séculos transformou-se incessantemente, só ela, a classe dirigente, permaneceu igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia. Senhorios velhos se sucedem em senhorios novos, super-homogêneos e solidários entre si, numa férrea união superarmada e a tudo predisposta para manter o povo gemendo e produzindo. Não o que querem e precisam, mas o que lhes mandam produzir, na forma que impõem, indiferentes a seu destino (RIBEIRO, 2006, p. 62).

Assim, na visão de Darcy Ribeiro sobre o desenvolvimento histórico e a relação entre Estado e sociedade, o Estado, ao ser tomado por uma elite destituída de projeto de desenvolvimento comum, sendo este concebido para poucos, limita-se a ser um “instrumento” a serviço da elite, deixando de servir ao conjunto da população.

De acordo com o autor, em terras brasileiras jamais houve qualquer forma de esforço efetivo de desenvolvimento de um padrão civilizatório voltado para o conjunto da população; o que imperou, pelo contrário, foram as elites brasileiras sentindo-se ameaçadas pelo povo. Assim, o desenvolvimento da qualidade de vida de todos significaria para as elites econômicas um “perigo”, de acordo com Darcy.

Sobre essa tradição política, Ribeiro (2006) ainda observa que, mesmo após a Independência, no início do século XIX, não se configurou qualquer projeto de escolarização ou inclusão da população com caráter geral. A criação e o desenvolvimento das poucas escolas tinham como objetivo atender a demandas localizadas, voltadas para as elites, inexistindo projetos voltados à educação das massas.

De acordo com Darcy Ribeiro, a elite brasileira foi capaz de produzir o que nem as sociedades mais marcadas pela estratificação e mesmo as guerras civis conseguiram: juntar



Darcy discursa em sessão do Senado, onde exerceu o mandato de senador pelo Rio de Janeiro de 1991 até sua morte em 1997; abaixo, busto em sua homenagem em uma ala do Senado que foi batizada com seu nome



no mesmo espaço físico e cultural seres tão diferenciados e separados não apenas economicamente, mas desde o momento inicial também divididos pelo desprezo e desumanização das classes dominantes para com o restante da população:

É preciso viver num engenho, numa fazenda, num seringal, para sentir a profundidade da distância com que um patrão ou seu capataz trata os serviçais, no seu descaso pelo destino destes, como pessoas, sua insciência de que possam ter aspirações, seu desconhecimento de que estejam, eles também, investidos de uma dignidade humana [...]. Isso e mil síndromes mais — sobreviventes principalmente nas zonas rurais, mas também presentes nas cidades — indicam como foi profundo o processo de degradação do caráter do homem brasileiro da classe dominante. Ele está enfermo de desigualdade (RIBEIRO, 2006, p. 197).

Enquanto a guerra civil dividia os Estados Unidos entre o Sul e o Norte, e enquanto o regime de *apartheid* na África do Sul distinguia claramente os indivíduos atribuindo-lhes estratos sociais claramente demarcados, inclusive nos espaços físicos, no Brasil um escravo urbano podia ser o servo doméstico de uma família católica, convivendo diariamente no mesmo espaço físico, entretanto separado por um enorme abismo social e econômico que confrontava, de um lado, “gente”, e do outro, “não gente”.

Para Darcy Ribeiro, as relações econômicas e sociais desenvolvem-se em um arranjo que produz um povo-nação surgindo da

concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável. Nessas con-

dições, exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático (RIBEIRO, 2006, p. 21).

Como observado até aqui, na perspectiva do autor, essas características são fundamentais para compreender os entraves ao desenvolvimento de qualquer projeto com caráter universal, capaz de conceber um destino comum para o conjunto da sociedade brasileira, não apenas nos séculos passados, mas também nos dias atuais.

Na próxima seção, abordaremos mais detalhadamente a interpretação político-econômica de Darcy Ribeiro a respeito do Brasil, considerado uma sociedade marcada pelo abismo socioeconômico entre grupos da elite e o conjunto da população e que teria desde sempre naturalizado a desumanização e o desrespeito a direitos elementares da sua população. Aspectos que o autor julgava importantes para compreender as mazelas do Brasil contemporâneo.

6. ESCRAVIDÃO E DESUMANIZAÇÃO DOS FRAGILIZADOS

Outro elemento importante na obra de Ribeiro (2006) é a consideração da instituição da escravidão como um fenômeno nefasto, não apenas do ponto de vista humano ou histórico, mas sociológico, no sentido de que deixou uma marca na percepção social, no imaginário coletivo brasileiro, não apenas ao longo dos três séculos em que a escravização de seres humanos foi legal, mas também após a Abolição, deixando um abismo social e econômico como marca indelével de nossa sociedade.

Darcy Ribeiro, nesse aspecto, aproxima-se da percepção de outro importante sociólogo brasileiro: Florestan Fernandes — seu colega na Escola Livre de Sociologia e Política da USP —, que, assim como ele, identificou nos problemas oriundos da marginalização da maior parte da população negra no contexto imediatamente posterior à Abolição, em decorrência da exploração promovida pela elite econômica, um dos elementos do atraso de nosso desenvolvimento social e econômico.

Florestan Fernandes, em sua clássica e fundamental obra *A integração do negro na sociedade de classes*, mostrou como a opção pela marginalização do ex-escravizado e por sua não integração ao contexto do trabalho assalariado constituiu uma política deliberada do Estado e da burguesia nacional no fim do século XIX, que preferiram buscar mão de obra para o trabalho livre entre os imigrantes, abandonando assim o ex-escravo — que viu negado o seu direito de trabalhar ou estudar — à marginalização e à sua própria sorte.

Esse contexto ajuda a explicar o processo de exclusão e desigualdade que temos ainda hoje. Essa percepção empreendida por Florestan é, em boa medida, compartilhada por Darcy, que reconhece que parte significativa do desafio da integração nacional se concentra na (não) integração do negro (RIBEIRO, 2006, p. 215).

Darcy Ribeiro, em sua contribuição sobre a compreensão do processo histórico de nossa formação social, chama atenção para um elemento fundamental que origina e naturaliza a desigualdade que temos até hoje no Brasil. O autor observa como a desumanização em relação ao indígena e, sobretudo, aos negros escravizados desenvolvida no Brasil colonial torna-se cada vez mais comum e, por isso, naturalizada. Nesse sentido, Darcy observa que, desde a Colônia:

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos, através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga (RIBEIRO, 2006, p. 106).

Seríamos, segundo o autor, resultado de uma sociedade que conheceu, desde os primeiros anos, o descaso e a violência como únicos recursos de tratamento em relação aos mais frágeis. Descaso especialmente engendrado por uma elite incapaz de ter algum grau de empatia e projeto comum, sobretudo com os “de baixo”. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, Darcy Ribeiro observa que o descaso e a desumanização marcam a forma pela qual as classes abastadas percebem os estratos subalternos, os escravizados no passado e os pobres atualmente, atribuindo mais valor à posse de recursos financeiros do que a pessoas:

O dono da terra [...] gosta muito mais da terra do que do filho ou da mulher [...] prefere que cortem a mão dele do que [sic] tomem uma lagoa dele. Esse apego [mais à propriedade do que a pessoas] e a brutalidade [...] é a maior herança cultural, a mais perversa do Brasil. A brutalidade para com o povo. A herança de termos sido o último país do mundo a acabar com a escravidão hedionda. É a herança da capacidade de gastar gente, de queimar gente como se [se] queimasse carvão. De queimar negro, jogar no trabalho. Depois, quando [o escravo] estava [estivesse] velho, estava ruim [estivesse em más condições de saúde], [o senhor o] deixava fugir ou largava[-o] ao seu destino. Essa capacidade de tratar pessoas como coisas, essa perversidade intrínseca, que é a capacidade de matar, de torturar. É uma perversidade intrínseca na nossa herança, na nossa classe dominante (RIBEIRO apud BOMENY, 2001, p. 28-29).

O arranjo socioeconômico criado e reproduzido pelas características de uma sociedade escravista ajuda a sedimentar na percepção de Darcy Ribeiro uma sociedade desigual, dotada de um abismo intransponível entre uma minúscula classe senhorial que se beneficia da negação dos direitos da maioria da população:

A estratificação social gerada historicamente tem também como característica a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjugando e degrada, como objeto de enriquecimento alheio. Esse caráter intencional do empreendimento faz do Brasil, ainda hoje, menos uma sociedade do que uma feitoria, porque não estrutura a população para o preenchimento de suas condições de sobrevivência e de progresso, mas para enriquecer uma camada senhorial voltada para atender às solicitações exógenas (RIBEIRO, 2006, p. 194).

Darcy interpreta a formação histórica e social do Brasil como composta por uma elite que ignora o conjunto da população, destituído de um projeto de desenvolvimento nacional capaz de promover — ainda que de forma subalterna — a melhoria das condições de vida sobretudo dos setores historicamente marginalizados.

É notório como, na percepção de Darcy, o papel desempenhado historicamente por essa elite tem sido nocivo para o desenvolvimento nacional. Na descrição realizada pelo

autor — que também escreve como ator político —, a elite tacanha é uma das razões para a ausência de desenvolvimento econômico e social e a manutenção dos altos índices de desigualdade:

Em algumas sociedades, essas elites exercem um vivaz papel renovador, ampliando as bases de participação da cidadania na vida nacional e dos trabalhadores no seu usufruto da prosperidade econômica. Em outras, seu papel é feiamente negativo, porque consiste, essencialmente, em abraçar todo o poder e se apropriar de toda a riqueza em que possa pôr as mãos. É o nosso caso, de elites empresariais e burocráticas socialmente irresponsáveis (RIBEIRO, 1995, p. 39-40).

Para Darcy Ribeiro, tais elementos presentes na formação social brasileira se mostram importantes para compreender a posterior análise que o autor fará sobre diversos outros campos da vida social em que atuou e militou, como a proteção aos povos indígenas ou a educação no Brasil, abordando a relação dela com a exclusão social.

Sobre a exclusão que se refletia na ausência de uma educação de qualidade para as crianças oriundas de estratos sociais subalternos, o autor observa como, em uma sociedade forjada e formada sob intenso grau de exclusão da maioria da população, as instituições — inclusive a escola — têm influência significativa na manutenção de tais abismos e desigualdades, contribuindo ativa ou passivamente para sua continuidade (RIBEIRO, 1986, p. 13).

A conceituação edificada por Darcy Ribeiro para explicar a formação da sociedade brasileira comporta também o exame de uma sociedade baseada na exclusão da maior parte da população em prol de uma elite minoritária.

As instituições dos diversos campos da vida social, inclusive a educação, constituíam parte importante do processo de manutenção de tal arranjo socioeconômico, uma vez que a escola, tal como se encontrava organizada, classificada como *antipopular* pelo autor (RIBEIRO, 1986, p. 13), negaria as condições específicas da criança proveniente das classes subalternas, contribuindo assim para seu insucesso escolar e a conseqüente reprodução de sua condição de pobreza.

7. CONCLUSÃO

Darcy Ribeiro, como um dos grandes analistas da formação da sociedade brasileira, desenvolveu uma interpretação singular, que, apesar de parecer contraditória à primeira vista, quando analisada em suas duas faces, torna-se um importante instrumento para compreender as características de nossa sociedade. Sua leitura a respeito da constituição da nossa sociedade fornece uma interpretação genuína, ao passo que dá conta de analisar duas dimensões contraditórias, porém complementares, presentes na gestação e desenvolvimento da sociedade brasileira.

Na definição de Curty, Malta e Vieira (2022), Darcy Ribeiro pode ser compreendido como a expressão autêntica de um intérprete do Brasil que foi capaz de apontar as nossas singularidades de forma positiva, ainda que crítica. Superou a percepção incompleta que persistia até então e inovou no sentido que atribui ao Brasil ao mostrar que foi da negação das matrizes originais (europeia, africana e indígena), vivida historicamente pelas violências permanentes da invasão, exploração, escravização e do imperialismo, que se constituiu a

Os problemas, desafios e mazelas instigantemente expostos por Darcy Ribeiro constituem ainda hoje importantes temas os quais a sociedade brasileira necessita enfrentar caso queira buscar os avanços civilizatórios que permitiram às sociedades desenvolvidas algum grau de democratização e plano societário comum

viabilidade de um “povo novo”, capaz de realizações assombrosas por meio da transfiguração étnica, gerando uma identidade étnica englobadora de todas que o formam, ainda que demarcadas as distinções na forma de participação dos dominadores e dos dominados nesse penoso processo.

Se num primeiro momento parecem não dialogáveis entre si as duas faces descritas por Darcy Ribeiro sobre a formação sociocultural e político-econômica do Brasil, na sua análise sobre a estruturação da sociedade as duas dimensões se revelam significativas e constitutivas do edifício social brasileiro dos últimos cinco séculos.

A característica da formação social brasileira observada por Darcy Ribeiro revela como nossa origem não pode ser reduzida a explicações simplificadas ou que caibam em análises preexistentes. Nossa formação, por ser única, nova e singular, necessita ser analisada com atenção e cuidados proporcionais à sua complexidade.

Os problemas, desafios e mazelas instigantemente expostos por Darcy Ribeiro constituem ainda hoje importantes temas os quais a sociedade brasileira necessita enfrentar caso queira buscar os avanços civilizatórios que permitiram às sociedades desenvolvidas algum grau de democratização e plano societário comum. E o primeiro passo para a superação desses desafios encontra-se no reconhecimento do processo de formação social que nos trouxe até aqui.

A contribuição dos escritos de Darcy Ribeiro sobre a formação da sociedade brasileira revela-se ainda fundamental no sentido de oferecer uma interpretação que dê conta de compreender as complexidades e desafios do Brasil contemporâneo, revelando a importância singular desse intérprete de nossa sociedade.

O olhar apurado para as duas dimensões da formação da sociedade brasileira analisadas por Darcy Ribeiro possibilita que nos reconheçamos nos elementos contraditórios sobre as nossas origens, porém é uma chave central para compreender os desafios à superação

da dimensão excludente, bem como à valorização de nossas potencialidades.

* Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professor de ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora associada da Unioeste. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "História e Historiografia da Educação".

- BOMENY, Helena. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. **Em Aberto**, v. 22, n. 80, p. 109-120, 2009.
- _____. **Darcy Ribeiro**: sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- _____. **Os intelectuais da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CURTY, Carla; MALTA, Maria; VIEIRA, Wilson. Provocações de Darcy Ribeiro para economistas. **Reoriente**, v. 2, n. 1, p. 60-80, 2022.
- DORIGÃO, Antonio Marcos. **Darcy Ribeiro e a reforma da universidade**: autonomia, intencionalidade e desenvolvimento. 2015. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2839248>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOBO, Yolanda Lima. As escolas de formação e a obra do antropólogo Darcy Ribeiro: o Brasil e os brasileiros. **Reoriente**, v. 2, n. 1, p. 81-96, 2022.
- MATTOS, André Luiz Borges. **Darcy Ribeiro**: uma trajetória (1944-1982). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/395040?guid=1666029022121&returnUrl=%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1666029022121%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D395040%23395040&i=1>>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- MELO, Alfredo César. Saudosismo e crítica social em Casa-grande & senzala: a articulação de uma política da memória e de uma utopia. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 67, p. 279-296, 2009.
- MOURA E SILVA, Matheus Lobo. Casa-grande & senzala e o mito da democracia racial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 39., 2015, Caxambu. **Anais...** São Paulo: Anpocs, 2015. Disponível em: <www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gt28>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. **O livro dos Cieps**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- _____. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- VANALI, Ana Christina. Sociologia do autor: biografia e trajetória de Darcy Ribeiro. **Vernáculo**, n. 40, jul.-dez, p. 41-59, 2017.

As novas formas do patrimonialismo contemporâneo no Judiciário e nas castas forenses brasileiras

The new forms of contemporary patrimonialism in Brazilian Judiciary and in its forensic castes

vitor valverde*
raphael machado de castro**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.009>

Acervo Depositphotos



RESUMO

O presente artigo discute o papel das carreiras judiciais e a atuação das castas forenses no Brasil contemporâneo, bem como dos seus órgãos e das instituições do Judiciário, sob a ótica dos estudos acerca do patrimonialismo no serviço público. A principal temática referenciada diz respeito aos setores e carreiras do serviço público que, a partir de uma série de ações, acabam por privilegiar os interesses próprios acima do interesse público por meio de ações e condutas patrimonialistas. Nesses moldes, a pesquisa utiliza referenciais teóricos para o aprofundamento da temática em questão, bem como dados e informações sobre as características sociológicas, práticas e estatísticas do fenômeno aqui pormenorizado, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa hipotética, dedutiva, histórico-comparativa e, ainda, qualitativa. Consta-se, por fim, a existência de relações diretas entre corporativismo, funções públicas estatais relacionadas ao Judiciário e vieses patrimonialistas ainda fortemente presentes no Estado brasileiro, de modo a concluir que se torna urgente a necessidade de o poder público se debruçar sobre tal problemática.

Palavras-chave: Patrimonialismo. Judiciário. Estado. Brasil.

ABSTRACT

The article aims to discuss the role and the performance of judicial careers and forensic castes in Brazil, as well as their compositions and institutions in the Judiciary, from the perspective of *patrimonialism* in the public service. The most important theme to be developed in this case concerns the sectors and careers of the public service that, from a number of actions, privilege their own interests over the public interest through patrimonial actions and conducts. The research takes theoretical references as well as data and information on sociological, practical and statistical traits of the phenomenon detailed. Finally, we conclude that there are direct relationships between corporate interests, state public functions related to the Judiciary and the patrimonial biases still strongly present in the Brazilian State, making it urgent to the public power to address such issues.

Keywords: Patrimonialism. Judiciary. State. Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo discute o papel das carreiras judiciais e a atuação das castas forenses no Brasil contemporâneo, bem como dos seus órgãos e das instituições do Judiciário, sob a ótica dos estudos acerca do patrimonialismo no serviço público. De início, faz-se necessário o aprofundamento em aspectos teóricos da temática em questão, para que, em seguida, seja possível detalhar as características sociológicas, práticas e estatísticas do fenômeno aqui por menorizado, caracterizando-se esta, portanto, como uma pesquisa hipotética, dedutiva, histórico-comparativa e, ainda, qualitativa. Assim, pretende-se demonstrar as relações entre corporativismo, funções públicas estatais relacionadas ao Judiciário e vieses patrimonialistas, a partir da hipótese de que tais práticas ainda se encontram fortemente presentes no Estado brasileiro.

É válido ressaltar, em um primeiro momento, que as corporações aqui referidas não devem ser entendidas como o serviço público em seu sentido geral ou como referência à sua totalidade, mas sim como o conjunto remanescente de uma má estruturação responsável por prejudicar as razões primordiais do Estado em benefício de interesses particulares e específicos de certos agrupamentos.

Aqui somente interessam os setores e as carreiras do serviço público que, a partir de uma série de ações, acabam por privilegiar seus próprios interesses, acima do interesse público, por meio de ações patrimonialistas. A essência da problemática, inclusive, passa diretamente pelo fato de que parcelas das carreiras de Estado e dos servidores públicos acabam por obter benefícios patrimonialistas em detrimento de outras categorias do próprio Estado.

Na empreitada de construção do raciocínio aqui proposto, o exame das corporações tem papel crucial no entendimento das novas formas de patrimonialismo vivenciadas no Brasil. De início, é necessário compreender a conceituação sob a qual trabalharemos a presente chave teórica:

O corporativismo se refere a um conjunto particular de políticas e disposições institucionais para estruturar a representação dos interesses. Onde predominam tais disposições, o Estado muitas vezes concede privilégios ou até cria grupos de interesse, tenta regular o seu número e lhes dá a aparência de um monopólio quase representativo, juntamente com prerrogativas especiais (STEPAN, 1980, p. 71).

É preciso esclarecer também que o corporativismo aqui ressaltado não se confunde com o próprio patrimonialismo, visto que o último diz respeito à tomada de ações e decisões próprias do Estado em proveito de interesses particulares, enquanto o corporativismo caracteriza a relação entre pessoas de um mesmo grupo ou instituição, também sendo referenciado como um tipo de relação política entre grupos e atores diferentes¹.

Ao tomar a temática a partir de uma construção histórica dos fenômenos aqui apresentados, podemos encontrar em Raymundo Faoro² enormes contribuições. Seu arcabouço

1 “O modelo corporativo de articulações de interesses é um modelo institucionalizado de formação de políticas públicas, no qual as grandes organizações de interesse colaboram entre si e com a autoridade pública, não só na articulação e intermediação de interesses, como também na implementação de políticas decididas através de negociações e acordos envolvendo atores coletivos estratégicos: capital, trabalho e Estado.” (COSTA, 1999, p. 42)

2 Jurista, sociólogo, historiador, cientista político e escritor brasileiro nascido em Vacaria, no estado do Rio de Janeiro, em 1905. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e membro da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 2003.

O exame das corporações tem papel crucial no entendimento das novas formas de patrimonialismo vivenciadas no Brasil

teórico, encabeçado pelo livro *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, constitui uma leitura básica para os estudos no campo das humanidades e, mais especificamente, para a compreensão do Estado brasileiro³. Nele, o autor traça o desdobramento histórico da formação do patronato brasileiro, recolhendo informações e reflexões desde os primeiros acontecimentos que desembocam no Estado português até o período republicano brasileiro, do qual foi contemporâneo (FAORO, 2012).

Coube a esse autor o inegável mérito de aplicar de forma sistemática o conceito weberiano de patrimonialismo à análise do Estado brasileiro. O Estado português, salienta Faoro, consolidou-se ao ensejo de uma hipertrofia do poder do monarca.

[...] Assim, Faoro reconhece unicamente a monocórdia evolução do Estado brasileiro, que repete incansavelmente o mesmo percurso de concentração e estatismo (RODRÍGUEZ, 2017, p. 42-43).

É a partir da enorme contribuição historiográfica realizada por Faoro que defendemos a interpretação de que as práticas por ele anotadas permanecem⁴, ainda que estas sejam constantemente atualizadas e adaptadas aos novos institutos:

O estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza da toga e do título. A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebeia do elitismo moderno. O patriarcado, despido de brasões, de vestimentas ornamentais, de casacas ostensivas, governa e impera, tutela e curatela. O poder — a soberania nominalmente popular — tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre (FAORO, 2012, p. 836-837).

3 “O autor admite que tal avaliação se inspirou, em grande parte, em Weber, em particular, na sua categoria de patrimonialismo. No entanto, de maneira original e diferente do sociólogo alemão, considera que apenas nos países que tiveram feudalismo o capitalismo moderno poderia instalar-se. Estaria aí a raiz da excepcionalidade portuguesa e brasileira. Ainda de maneira pouco ortodoxa, *Os donos do poder* desenvolve seu argumento principal: a emergência, em Portugal, e persistência, no Brasil, do que chama de um estamento burocrático, grupo que se apropriaria do cargo que exercia e da própria soberania.” (RICUPERO, 2017, p. 267)

4 “Em 1958, Raymundo Faoro publica *Os donos do poder*, obra que, debruçando-se sobre fatos históricos já conhecidos, irá traçar um perfil do patronato político no Brasil. Faoro irá romper com a historiografia marxista, contestando o passado feudal colonial, um ‘mito’ criado para adaptar a narrativa histórica ao modelo marxista. Em lugar de um confronto de classes, Raymundo Faoro vai descortinar um modelo de empoderamento que se constrói sobre as bases do personalismo, do corporativismo burocrático, estruturado no ‘estado-maior da autoridade pública’.” (SALDANHA, 2019, p. 27-28)

Em *Os donos do poder*, Raymundo Faoro traça o desdobramento histórico da formação do patronato brasileiro, recolhendo informações e reflexões desde os primeiros acontecimentos que desembocam no Estado português até o período republicano brasileiro, do qual foi contemporâneo



2. DESENVOLVIMENTO

É inequívoca a presença das práticas patrimonialistas no decorrer de praticamente todo o caminhar histórico do Estado brasileiro. Ainda que mais preponderante em alguns momentos, com diferentes características relativas às especificidades de cada tempo, o fenômeno patrimonialista não ocupa somente a agenda de inúmeros debates acadêmicos experienciados anteriormente e na contemporaneidade, mas se encontra nas diversas práticas do Estado brasileiro e da administração pública, tornando basilar a construção do fio teórico em questão para a compreensão do tempo presente e do papel dos segmentos judiciais na contemporaneidade.

O que o país necessita é completar simultaneamente duas transições fundamentais. Do lado do Estado, deixar definitivamente para trás o ranço patrimonial, ineficiente, burocratizado e autoritário, em benefício de uma estrutura mais moderna, eficiente, aberta a informações e inovações, e consciente de suas responsabilidades de condução da sociedade brasileira. Do lado da sociedade, deixar para trás o liberalismo enardecido, a identificação falaciosa entre liberdade e privatismo, em benefício de grupos e setores sociais de tipo também econômico, mas principalmente profissional, organizacional, técnico, científico, religioso etc., que possam recolocar a questão da representação política em termos mais atuais e nacionalmente mais significativos (SCHWARTZMAN, 1975, p. 175).

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal, por exemplo, decide, em caráter liminar, pelo pagamento de auxílio-moradia para todos os juízes brasileiros e ainda negocia politicamente aumentos salariais estendidos aos demais magistrados. Assim, a utilização do dinheiro público para satisfazer vontades próprias em negociatas decorre de uma tomada de poder em prol do particular.

O presidente Michel Temer sancionou nesta segunda-feira (26 [de novembro de 2018]) a lei que reajusta os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A nova lei eleva os subsídios mensais dos ministros em 16,38% — dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. O texto tem origem no projeto (PLC nº 27/2016), aprovado no último dia 7 [de novembro de 2018] pelo Senado Federal.

Revogação do auxílio-moradia

Para balancear as contas do governo, o ministro do STF Luiz Fux revogou também, nesta segunda-feira, liminar proferida por ele, em 2014, que garantiu o pagamento do auxílio-moradia para juízes de todo o país. Com a decisão, integrantes do Ministério Público, Defensoria Pública e tribunais de contas também devem ser afetados e perder o benefício.

A decisão somente deve valer após o aumento para os ministros do STF começar a ser pago.

[...]

Em 2014, o ministro Luiz Fux deferiu duas liminares determinando que os tribunais fossem notificados para iniciarem o pagamento, atualmente de R\$ 4,3 mil. A justificativa à época foi de que o auxílio-moradia está previsto na Lei Orgânica da Magistratura (Loman — lei complementar nº 35/1979) (SANCIONADO..., 2018).

Por outro lado, a Constituição da República Federativa do Brasil estipula que o teto salarial para servidores públicos seja limitado ao subsídio recebido pelos ministros do STF (art. 37 da Constituição Federal). Somente em Minas Gerais, porém, até 2017, 86,9% dos promotores e procuradores da Justiça recebiam acima do teto constitucional. Se levássemos em conta o valor de teto adotado pelo Ministério Público (MP) à época, que era abaixo do valor constitucional, a porcentagem se elevaria para 88,7% (SOUTTO, 2021). E Minas Gerais não é um caso isolado no Brasil: o relatório produzido pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) em 2017 indicou que oito estados brasileiros tinham membros do Ministério Público recebendo acima do teto constitucional (MEMBROS..., 2017).

No estado de São Paulo, por sua vez, mais exemplos de privilégios de pequenos segmentos do Judiciário, característicos de ações patrimonialistas exitosas, se mostram claros. Em 2016, o governo de São Paulo encaminhou para a Assembleia Legislativa do estado a proposta de orçamento do Ministério Público para 2017. A previsão era destinar R\$ 2,3 bilhões para manter funcionando o MP. A remuneração formal inicial de um promotor público em São Paulo é de R\$ 24.818,71. Na última etapa da carreira, correspondente ao cargo de procurador de justiça, o salário formal chega a R\$ 30.471,11. São valores que, aparentemente, seguem o teto constitucional: promotores e procuradores paulistas recebem, no máximo, 90,25% do salário pessoal de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Porém, os vencimentos não terminam por aí. Somam-se benefícios como vale-alimentação, auxílio-moradia, auxílio-livro, auxílio-funeral, pagamento de diárias, remunerações retroativas e férias. A Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo, de 1993, prevê 16 auxílios extras, que, apesar de serem distribuídos legalmente, indicam a ação patrimonial desse grupo organizado de servidores do Estado.

Na prática, dos 2.015 membros do MPSP que receberam salário em outubro [de 2016], 1.243 receberam a partir de R\$ 38.900, ou seja, 61,7% do total [de membros]. É um valor acima dos R\$ 33.763 pagos aos ministros do STF, mais os extras. Se prosperar o entendimento de que “teto é teto” e os “extras” não deveriam estar nem na conta dos ministros do Supremo, a proporção de promotores e procuradores que receberam acima do teto constitucional sobe para 79,8%. Foram 1.608 promotores e procuradores que receberam mais do que o salário teto de R\$ 33.736.

[...]

Se defendemos um Estado com protagonismo na construção da justiça social, que seja garantidor e efetivo em matéria de direitos sociais e políticos, em prol dos cidadãos, não podemos deixar de exigir dele a eficiência, a transparência e a justiça na aplicação dos recursos públicos

A folha de pagamento do MPSP de outubro é repleta de exemplos de “supersalários”. Naquele mês o promotor de justiça de entrância final Milton Theodoro Filho, lotado na capital, recebeu o maior valor da folha: R\$ 129.469,78. Foram R\$ 28.947,55 de salário bruto (sem descontar a contribuição previdenciária e o imposto de renda) e R\$ 89.979,35 de indenizações (incluindo R\$ 5.087,73 [de] auxílio-moradia e vale-alimentação). Além disso, há mais R\$ 9.179,62 de valores retroativos da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), resultado de uma decisão de 1992 do Supremo Tribunal Federal (STF) que equipara os salários do Judiciário com os do Congresso Nacional.

No mesmo mês, o promotor Julio César Palhares, que serve em Bauru, no interior paulista, recebeu R\$ 118.480,60. Desse montante, R\$ 28.947,55 referem-se ao salário bruto, R\$ 82.281,19, a indenizações não discriminadas, à exceção de R\$ 5.087,73, de auxílio-moradia e vale-alimentação.

Orlando Bastos Filho, promotor em Sorocaba, foi o terceiro membro com maiores vencimentos no mês, recebendo R\$ 107.025 brutos. Nesse valor estão incluídos R\$ 64.901,22 de indenizações não discriminadas e R\$ 7.864,41 retroativos da PAE (MELLO; GONÇALVES, 2016).

Segundo a folha de pagamento de outubro de 2016, disponível no *Portal da Transparência* do MPSP, dos 2.084 promotores e procuradores públicos na ativa, pelo menos 1.593 recebem o auxílio (76%). O custo anual para os cofres públicos no MPSP é de aproximadamente R\$ 69,7 milhões, valor que poderia, por exemplo, atender a mais de 14 mil famílias com o programa de auxílio-aluguel da Prefeitura de São Paulo, de R\$ 400 mensais à época.

A Advocacia-Geral da União, por sua vez, tem como salário formal inicial R\$ 21.014, e como salário formal final R\$ 27.303. Na Procuradoria Federal, 93,3% dos atuais procuradores (3.489 do total de 3.738) estão no topo da carreira. Em setembro de 2020, a AGU decidiu suspender a promoção em massa que elevou 606 procuradores federais do órgão ao topo da carreira, após o Ministério Público ter pedido ao Tribunal de Contas da União uma liminar para a suspensão da referida progressão (FALCÃO; VIVAS, 2020).

Se observarmos o Poder Judiciário, mais especificamente os magistrados, o problema se agiganta. No Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 1.610 magistrados receberam acima do teto de R\$ 33,7 mil mensais no mês de julho de 2017. Nacionalmente, o apontamento do

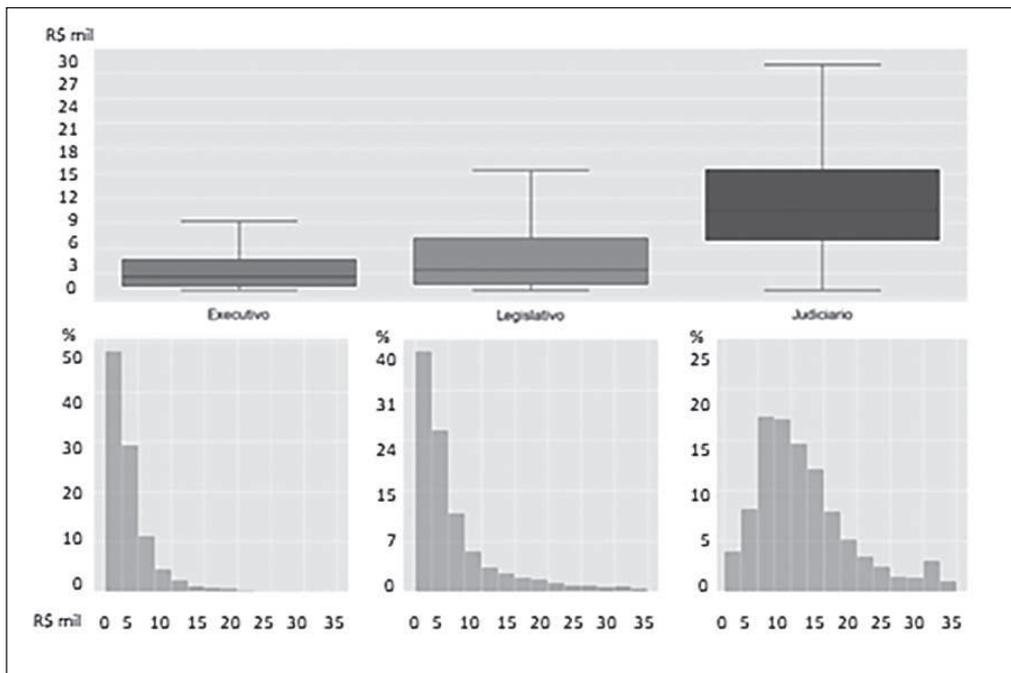
Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que, em 2017, 71,4% dos magistrados nos 26 estados e no Distrito Federal somaram rendimentos superiores aos salários dos ministros do STF à época (COUTO, 2017a). O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, ao ter seus salários postos em comparação com os de outras cortes constitucionais, não fica para trás:

Um estudo de 2016 da Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (Cepej, na sigla em francês) mostra que, em 2014, um juiz da Suprema Corte dos países do bloco ganhava 4,5 vezes mais que a renda média de um trabalhador europeu. No Brasil, a realidade do salário do STF é ainda mais distante da média da população: o salário-base de R\$ 33,7 mil do Supremo Tribunal Federal corresponde a 16 vezes a renda média de um trabalhador do país (que era de R\$ 2.154 no fim de 2017).

Em 2014, um magistrado da Suprema Corte de um país da União Europeia recebia, em média, 65,7 mil euros por ano. Ao câmbio de hoje, o valor equivaleria a cerca de R\$ 287 mil — ou R\$ 23,9 mil mensais (SHALDERS, 2018).

O gráfico a seguir deixa clara a disparidade de remuneração entre os poderes. Observa-se que, no Poder Judiciário, há a concentração de salários entre R\$ 5 mil e R\$ 25 mil, enquanto as curvas salariais dos outros poderes acompanham o plano de progressão de carreira, na qual a maioria dos remunerados se encontra na faixa de salários de menor valor e a minoria, na de salários maiores.

Gráfico 1 — Distribuição de remuneração nos três poderes — Brasil, 2017



Fonte: Lopez e Guedes (2017).

A defesa dos salários acima do teto no Judiciário encontra uma justificativa no seu percurso: para o entendimento de muitos órgãos e tribunais, auxílios e direitos eventuais,

como o auxílio-moradia, as gratificações natalinas e o pagamento retroativo, estariam sob o escopo da lei e não se enquadrariam no cálculo do teto (COUTO, 2017b) por serem direitos judiciais ou pela existência de legislação federal que versa sobre a temática, por exemplo. Nosso ponto de inflexão, porém, reside justamente aí: ainda que justificáveis pela base legal, tais valores representam a tomada dos interesses do Estado para benefício privado e são exemplos claros de como o patrimonialismo intraestatal brasileiro reside nos benefícios financeiros⁵ concedidos a essas corporações que, seja por *lobby* ou até mesmo por influência política direta, atuam para fins corporativistas próprios.

No entanto, além do silêncio vergonhoso sobre a necessária reforma [administrativa], o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) adotou duas medidas que vão além, propondo novos e acintosos gastos. A primeira delas, do dia 28 de agosto [de 2020], determina que os tribunais federais e do Trabalho comprem um terço das férias de 60 dias de todos os juízes que solicitarem a conversão do benefício em abono salarial. O gasto total com a medida pode chegar a R\$ 164 milhões, segundo levantamento da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) e da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), que ajuizaram a ação. A segunda delas, aprovada no dia 8 de setembro, permite aos tribunais regulamentar o pagamento de um terço do benefício dos magistrados que atuam simultaneamente em mais de uma vara do Judiciário, ou que acumulam “acervo processual” sob sua responsabilidade, como compensação. A proposta foi apresentada pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Ambas as medidas foram aprovadas nos estertores da presidência do Supremo Tribunal Federal e do CNJ de Dias Toffoli, árduo defensor dos privilégios dessa elite estatal (OLIVEIRA; COUTO; KERCHER, 2020).

Em sentido geral, no contexto atual, a atuação dos ministérios públicos e do Judiciário em sua totalidade tem sido constantemente criticada nos campos acadêmico e midiático brasileiros. Há quem use a expressão *magistocracia*⁶ para descrever o Judiciário e o Ministério Público nos tempos presentes:

A magistocracia é mais nociva do que o temido “governo de juizes”. Magistocratas não querem tanto o ônus de governar e responder por seus atos, pois preferem o gozo

5 “O presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, deputado federal Tiago Mitraud (Novo-MG) apresentou, durante debate virtual, o resultado de um estudo sobre os efeitos dos chamados supersalários — remunerações pagas à elite do funcionalismo que ultrapassam o limite do teto constitucional devido ao pagamento de verbas extras, como indenizações. Segundo o levantamento apresentado, a cada dez salários de magistrados, como juizes e desembargadores, sete estão acima do teto de R\$ 39,2 mil no serviço público federal. ‘O que a gente vê é que esses supersalários não são, no caso da magistratura, exceção. São a regra, uma vez que 71% estão acima do teto’, explicou o deputado. A pesquisa, feita com base em 200 mil contracheques, mostra ainda que 17% dos salários na advocacia pública e 6% das folhas na Receita Federal superam o teto salarial.” (ESTUDO..., 2020)

6 Em proximidade com o termo, a seguinte análise pode ser trazida para a discussão: “Especialmente interessantes são os efeitos da recente cruzada moralista anticorrupção, possibilitada pela inserção no ordenamento brasileiro de corpos normativos de enorme vulto e rápida e irrefletida aprovação, como a Lei da Ficha Limpa (lei complementar nº 135/2010 — sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva), a Lei da Transparência (lei nº 12.527/2011 — sancionada pela presidente Dilma Rousseff), a Lei da Delação Premiada (lei nº 12.850/2013 — sancionada pela presidente Dilma Rousseff), dentre tantas outras; inflamada por uma opinião pública insuflada por movimentos financiados por grandes fundações e ONGs estrangeiras para a disseminação do pensamento único e pela mídia oligopolizada, e envolta por um ‘angelismo exterminador’ por parte de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público (boa parte dos quais formados em programas de pós-graduação de universidades americanas).” (HENRIQUES; CASTRO, 2018, p. 2)

discreto de seus privilégios materiais e de *status*. Não ser incomodados em seu condomínio lhes basta: realizam-se no exercício de seus micropoderes privados, fora dos holofotes. Ali está sua concepção de vida boa.

[...]

Magistratas vivem num mundo à parte. O processo de assimilação à corporação passa por uma eficiente anestesia ética: poucos têm tamanho contato, desde o andar de cima, com as mazelas do andar de baixo da sociedade brasileira; poucas instituições têm tamanha capilaridade e oportunidade de proteger os mais vulneráveis contra abuso do poder político e econômico; não há quem melhor pratique seu poder corporativo para pleitear gratificações nos métodos da baixa política. Pouco importa qualquer valor republicano ou ponderação de justiça desabonadores.

[...]

A magistratura tem cinco atributos: é autoritária, autocrática, autárquica, rentista e dinástica. Autoritária porque viola direitos (é coautora intelectual, por exemplo, do massacre prisional brasileiro); autocrática porque reprime a independência judicial (juízes insubordinados são perseguidos por vias disciplinares internas); autárquica porque repele a prestação de contas (e sequestra o orçamento público a título de “autonomia financeira”); rentista porque prioriza interesses patrimoniais (agenda corporativa prioritária); e dinástica porque incorpora, sempre que pode, os herdeiros à rede (MENDES, 2020).

O tema do abuso de poder no Judiciário interessa diretamente ao presente artigo, visto que é impossível desconsiderar o abuso patrimonialista de certas carreiras judiciais como parte dessa problemática⁷. Ao analisarmos, por exemplo, o papel de órgãos como o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público — órgãos externos encarregados de aperfeiçoar o trabalho do Judiciário brasileiro (a partir das chaves de controle e de transparência administrativa e processual) e, mais especificamente no caso do segundo, de controlar e fiscalizar a atuação administrativa e financeira dos órgãos integrantes do Ministério Público nacional, bem como de supervisionar o cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros —, observamos que a defesa dos interesses corporativos prevalece sobre a efetivação do controle interno das instituições pelas quais aqueles órgãos são responsáveis. Nesse sentido,

a atuação desses conselhos como mecanismo para controlar a ampla autonomia de juízes e promotores trouxe poucos resultados. No CNMP, dos quase 3 mil processos disciplinares que entraram no conselho entre 2010 e 2019, foram geradas 203 punições de diferentes tipos (2,1% dos casos), mas quase metade foi relativamente leve, com censura ou advertência. No CNJ, num total de mais de 10 mil processos entre 2007 e 2018,

⁷ “Estamos, no Brasil, como no mundo, aliás, vivendo a mais sombria hora dos ideais democráticos, não tanto pelo horror da desumanização característico, por exemplo, do dilúvio ético da segunda metade do abominável século XX, mas pela absoluta alienação e perda de sentido histórico da própria democracia e de seu coração pujante, a politicidade. As gerações que nascem são sucessivamente aviltadas pela reiterada afirmação de que a crítica ao parlamento e às instituições parlamentares é absolutamente tolerável, que os políticos podem e talvez mesmo devam ser aviltados e despidos de sua condição de, para usar uma metáfora recorrente no próprio hegelianismo, “indivíduos históricos”, mas — conforme o *Zeitgeist* inaceitável a qualquer ser dotado de politicidade, historicidade ou simplesmente devoto da democracia ou da incontestada liberdade de expressão política — a mais genérica crítica a um tribunal ou ao Judiciário é intolerável à ‘democracia’.” (HORTA, 2018)

Ao analisarmos as atitudes do Poder Executivo quando lhe cabe corrigir distorções sob a ótica da separação dos poderes e do sistema de freios e contrapesos, observamos a indiscutível capacidade de obtenção de resultados políticos das corporações forenses

apenas 153 casos (1,5%) resultaram em punição, sendo que a mais grave punição é a aposentadoria compulsória (mantendo-se a remuneração).

Portanto, o CNMP e o CNJ não exercem o papel de controle externo efetivo. Obter uma punição de um juiz ou de um promotor é uma corrida de obstáculos com poucas chances de sucesso. Obviamente, os magistrados sabem disso, e não parecem se amedrontar pelos órgãos inicialmente pensados para impor limites ao Judiciário e ao MP. E, como os membros do Judiciário e do MP não colocam seus mandatos à prova em eleições, também não são controlados por nós, cidadãos eleitores, diferentemente dos políticos eleitos para o Legislativo e o Executivo (OLIVEIRA; COUTO; KERCHER, 2020).

As descrições aqui apresentadas demonstram a força política das corporações forenses⁸. Quando analisamos, por exemplo, as atitudes do Poder Executivo quando lhe cabe corrigir distorções sob a ótica da separação dos poderes e do sistema de freios e contrapesos, observamos a indiscutível capacidade de obtenção de resultados políticos de tais carreiras.

O governador de Minas, Romeu Zema (Novo), sancionou nesta quinta-feira (7 [de janeiro de 2021]) o projeto de lei que altera a base de cálculo para o terço de férias de juízes e desembargadores (o que pode praticamente dobrar os valores), amplia a possibilidade de novas gratificações e cria novas vagas de desembargador no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

A decisão foi tomada apesar de Zema defender publicamente o fim de privilégios para categorias que o partido dele chama de elite do funcionalismo público.

O deputado estadual Guilherme da Cunha (Novo), da mesma sigla de Zema e da base de

8 “É por isso que o século XX — sempre ele! — embriagou-se no poder dos juízes e enlouqueceu magistrados com tais sandices: ainda que sem preparo rigorosamente aristocrático para compreensão e decisão de elevadas questões de Estado (Geopolítica, por exemplo, não consta no currículo mínimo de Direito, ao menos não ainda), como vimos e vemos na segunda metade do século e, lastimavelmente, ainda na entrada do século XXI, constituindo-se aqui o mais grave desvio democrático a ser enfrentado em nosso tempo. Mas que dizer de um tempo onde [sic] a representação política não é ideológica, nem pode tomar decisões políticas? Que dizer de um tempo em que as decisões políticas são tomadas em repartições públicas jurisdicionais, nas quais nem há legitimação democrática nem, muito menos, preparo intelectual no que tange ao universo do político? Que dizer de um tempo onde [sic] a cidadania é interdita em sua cidadania (o pleonasmo é aqui imperativo) e submetida a fragmentações identitárias absolutamente desideologizantes?” (HORTA, 2021, p. 36)

governo, criticou mudanças feitas na proposta original, de autoria do TJMG. Segundo ele, as alterações foram realizadas um dia antes da votação na Assembleia Legislativa, às vésperas do recesso parlamentar, e transformaram o texto no que ele chamou de “trem da alegria”, aumentando privilégios do Judiciário.

De acordo com o parlamentar, o projeto inicial previa corte de benefícios considerados indevidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Ao criticar os colegas pela aprovação da proposta, o deputado se indispôs e recebeu como resposta dos pares que, já que o Novo era contra o projeto, o governador poderia vetá-lo, o que não ocorreu (ZEMA..., 2021).

Ações e tentativas de empreitadas patrimonialistas sucedem no Estado brasileiro e o circundam desde seus primórdios. O que observamos, todavia, é a transformação, alternância e adaptação de grupos dotados de poder na consecução de tais práticas. Ao apontar as novas formas de patrimonialismo vigentes na contemporaneidade e enraizadas no Judiciário brasileiro, lançamos luz à urgente necessidade de readaptação do Estado para inviabilizar as novas tentativas de ações patrimonialistas e corrigir as inúmeras discrepâncias e desigualdades que perpassam a administração pública brasileira.

3. CONCLUSÃO

Podemos observar que o principal resultado da pesquisa referida anteriormente é a constatação de que as ações patrimonialistas se encontram em demasia no cenário judicial brasileiro, sendo que tais **ações** patrimonialistas exitosas consistem em uma série de esforços organizados de certos grupos com interesses particulares (ou castas, como afirma Hegel⁹), que acabam por impedir a realização de vontades públicas e democráticas. O foco em tais ações e a descrição de um deslocamento de tais condutas para carreiras de Estado e segmentos do funcionalismo público contemporâneo constituem partes centrais do esforço empreendido pelo presente texto. Se tais ações são constantes em nossa história e contemporaneidade, a denúncia e os esforços para impedir tais empreitadas são e devem ser constantes. Ao mesmo tempo que é preocupante o excesso de exemplos na contemporaneidade, a denúncia generalizada deles demonstra a urgência e a necessidade da correção das distorções aqui apresentadas.

Sem dúvida, a injustiça e o privilégio são ainda amplamente dominantes no Brasil [...];

⁹ “Também nesse aspecto, relativamente ao princípio da particularidade e do arbítrio subjetivo, ressalta-se a diferença entre a vida política do Oriente e do Ocidente e a do mundo antigo e a do mundo moderno. A divisão do todo em estamentos produz-se naqueles, de fato, objetivamente por ela mesma, porque ela é em si racional; mas o princípio da particularidade subjetiva não obtém aí, ao mesmo tempo, seu direito, pois, por exemplo, a repartição dos indivíduos nos estamentos é deixada aos governantes, como no Estado platônico [...], ou do mero nascimento, como nas castas indianas. Assim, não admitida na organização do todo e não reconciliada nela, a particularidade subjetiva, porque ela intervém enquanto momento igualmente essencial, mostra-se por causa disso como algo hostil, como o corromper da ordem social [...], seja enquanto ela a derruba, como nos Estados gregos e na República Romana, seja quando essa [ordem social] se mantém enquanto tendo poder ou porventura enquanto autoridade religiosa, enquanto corrupção interna e degradação completa, como, de certo modo, entre os lacedemônios e, agora, de modo mais completo, entre os indianos. Mas mantida na ordem objetiva em conformidade com ela e, ao mesmo tempo, no seu direito, a particularidade subjetiva torna-se o princípio de toda a vivificação da sociedade civil-burguesa, do desenvolvimento da atividade pensante, do mérito e da honra. O reconhecimento e o direito de que o que é necessário pela razão na sociedade civil-burguesa e no Estado, ao mesmo tempo, esteja mediado pelo arbítrio é a determinação mais próxima disso que principalmente na representação universal se chama liberdade.” (HEGEL, 2010, § 355)

os direitos republicanos, que eram ignorados no Estado patrimonial, tornaram-se uma preocupação central da sociedade e do Estado: os cidadãos brasileiros têm cada vez mais claro para si que o patrimônio público deve e pode ser usado para fins públicos. Por isso, as denúncias de privatização ou de captura do Estado por capitalistas e burocratas, de corrupção e nepotismo, não devem ser vistas com pessimismo, mas como um sinal de que o patrimonialismo está sendo combatido e de que um Estado democrático e gerencial está em formação no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 254).

Ainda que extremamente atacado contemporaneamente, não há saída fora do Estado. Nesses termos, urge no Brasil a necessidade de o próprio aparelho estatal voltar-se para si e corrigir as discrepâncias constantemente apontadas e discutidas nas diversas mídias contemporâneas. Se defendemos um Estado com protagonismo na construção da justiça social, que seja garantidor e efetivo em matéria de direitos sociais e políticos, em prol dos cidadãos, não podemos deixar de exigir dele a eficiência, a transparência e a justiça na aplicação dos recursos públicos e, conseqüentemente, o fim da troca dos interesses públicos pelos privados por parte de corporações patrimonialistas.

Transpondo as clássicas lições aristotélicas para os Estados contemporâneos, cabe a reflexão de que a função executiva em um Estado de bem-estar social, caracterizado por ser um Estado prestador de serviços, dos mais variados tipos, impõe a existência de uma burocracia altamente especializada, a “administração pública”, que deve tomar decisões pautadas pelo interesse público, honestas, equânimes e eficientes (COELHO, 2016, p. 180-206).

Enquanto houver quem se oponha à inevitabilidade da presença do Estado, haverá quem use os problemas e degenerações intraestatais como justificativa política para a destruição da máquina pública e dos serviços e direitos essenciais prestados e garantidos por ela no país.

A partir dessas circunstâncias, torna-se urgente a defesa de um Estado eficaz, que tenha objetivos, planos e metas. Tal eficácia, por sua vez, deve ser atingida de modo eficiente, com a utilização responsável do erário para que o resultado seja alcançado com o menor custo possível — sem, por óbvio, desvirtuar aquilo que se objetiva alcançar.

Dentro de uma perspectiva estatal, o princípio da eficiência toma novos rumos que o levam à necessidade de coexistência com outros princípios dentro da governança e dentro da administração pública como um todo. Anota o referencial do TCU sobre governança que eficiência é “fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo de qualquer maneira, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto” [...]. Isto é, a eficiência não impera sozinha na condução das atividades governamentais, mas deve se adequar a outros princípios igualmente válidos (VALVERDE, 2016, p. 23).

Por fim, também nos cabe destacar a distância do patrimonialismo abordado na presente reflexão em relação à isonomia¹⁰ (ou igualdade) no Estado brasileiro, consagrada e difundida na Constituição de 1988. Nas palavras de Paulo Bonavides:

10 “*Isóno*mo, *adj.* (minér.): diz-se dos cristaes, que crystalizam segundo as mesmas leis. De *ioos* (igual) + *vómos* (lei).” (GALVÃO, 1994, p. 352)

Enquanto houver quem se oponha à inevitabilidade da presença do Estado, haverá quem use os problemas e degenerações intraestatais como justificativa política para a destruição da máquina pública e dos serviços e direitos essenciais prestados e garantidos por ela no país

O centro medular do Estado social e de todos os direitos de sua ordem jurídica é indubitavelmente o princípio da igualdade. Com efeito, materializa ele a liberdade da herança clássica. Com esta compõe um eixo ao redor do qual gira toda a concepção do Estado democrático contemporâneo.

De todos os direitos fundamentais, a igualdade é aquele que mais tem subido de importância no direito constitucional de nossos dias, sendo, como não poderia deixar de ser, o direito-chave, o direito-guardião do Estado social.

[...]

O Estado social é enfim Estado produtor de igualdade fática. Trata-se de um conceito que deve iluminar sempre toda a hermenêutica constitucional, em se tratando de estabelecer equivalência de direitos. Obriga o Estado, se for o caso, a prestações positivas; a prover meios, se necessário, para concretizar comandos normativos de isonomia. Outro lugar já escrevemos que a isonomia fática é o grau mais alto e talvez mais justo e refinado a que pode subir o princípio da igualdade numa estrutura normativa de direito positivo (BONAVIDES, 2004, p. 376-378).

O apontamento realizado por Bonavides acerca da centralidade de tal princípio no Estado social nos permite afirmar: não é possível pensar em uma nação livre do abismo de desigualdades (sociais, econômicas etc.), também aqui referenciadas, com a continuidade das práticas patrimonialistas que observamos.

Em síntese, as principais ocorrências analisadas destoam por completo de tal princípio, desde os privilégios e benefícios dos grupos corporativos abordados — notamos aqui, inclusive, a ausência de isonomia entre tais grupos, quando nem todos os magistrados possuem o direito a frequentar academias de ginástica em seus tribunais¹¹ — até as práticas inconstitucionais do Poder Judiciário e das castas forenses elencadas no presente trabalho, por exemplo.

11 “O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendeu o repasse de verbas mensais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) para custear despesas com academias de ginástica para magistrados e seus parentes. O contrato que previa repasses financeiros para a contratação de professores de Educação Física foi considerado ilegal em decisão na terça-feira (26 [de junho de 2018]), pelo plenário do CNJ, em Brasília. As despesas destinadas ao pagamento dos custos da academia eram de R\$ 5.067.438,70, para cinco anos de vigência. Além dos profissionais de Educação Física, também estavam previstos custeios com remuneração de um gerente administrativo, um assistente administrativo, um gerente de qualidade e uma copeira. Apenas os magistrados associados à Mútua, uma sociedade privada sem fins lucrativos, tinham direito ao benefício.” (CNJ..., 2018)

Torna-se necessário, então, aprimorar a condição dos cidadãos que não fazem parte da categoria dos trabalhadores do serviço público. É necessário diminuir a desigualdade entre o trabalhador público e o privado. Tal necessidade não pode, por óbvio, desnaturar as peculiaridades de tais cidadãos atuantes na máquina pública. Avanços e melhorias devem ocorrer para todos os cidadãos, de modo que as diferenças de garantias, benefícios e serviços ofertados sejam cada vez menores.

O cumprimento do teto constitucional para o pagamento de salários a servidores públicos seria uma área para se iniciarem esses esforços (tendo em mente, sempre, a dificuldade política de efetivação dessas mudanças, *vide* o caso do projeto do Senado de acabar com os supersalários). Para além disso, a regulamentação do *lobby* no Brasil e a realização de uma reforma previdenciária que realmente corrigisse as distorções do sistema brasileiro, por exemplo, já seriam de extrema valia para a retirada de munição discursiva dos críticos da máquina pública e, de maneira mais prática e real, auxiliariam na correção das desigualdades ainda acachapantes no Brasil.

O direito é a expressão máxima da cultura. Aquilo que há de mais importante em uma determinada cultura é consagrado nas suas leis: o direito constitui-se em *maximum* ético, como ensina Joaquim Carlos Salgado. O nosso direito é fruto da nossa religião, é fruto dos nossos valores, é fruto da nossa cultura, é fruto das nossas tradições, e é todo esse universo cultural que faz com que o nosso direito afirme: todas as pessoas têm direitos fundamentais. Podemos divergir quanto a uns ou outros direitos fundamentais, mas todas as pessoas devem ter direito a direitos fundamentais. Outros povos não têm a mesma ideia. Então, para onde vamos? *Quo vadis, humanitas?* Esse é o problema, e um grande problema em aberto, à procura de vias para compreender o humano como um todo e o jurídico como expressão máxima da cultura.

Aos juristas do novo milênio, o desafio de tornar pleno o Estado de direito e sua razão de existir — a liberdade humana (HORTA, 2011, p. 249-250).

* Mestre em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento pela Fumec e doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail:* vitorvalverde27@gmail.com

** Graduando em Direito pela UFMG. *E-mail:* raphamachado97@gmail.com

► Texto recebido em 3 de fevereiro de 2022; aprovado em 17 de junho de 2022

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado patrimonial ao gerencial. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 222-259.

CNJ suspende gastos com academia para magistrados do Tribunal de Justiça do RJ. **G1**, Rio de Janeiro, 27 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cnj-suspende-gastos-com-academia-para-magistrados-do-tribunal-de-justica-do-rj.ghtml>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

COELHO, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos; GONÇALVES, Daniel Diniz. Moralidade administrativa: uma construção hermenêutica. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 4, n. 5, p. 180-206, 2016.

COMISSÃO apresenta relatório sobre salários no MP. CNMP, 2017. Disponível em: <www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/1040-comissao-apresenta-relatorio-sobre-salarios-no-mp>. Acesso em: 20 set. 2020.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **A armadilha do Leviatã: a construção do corporativismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

COUTO, Marlen. Com extras, 71% dos juízes do país recebem acima do teto de R\$ 33 mil. **O Globo**, 17 dez. 2017a. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/com-extras-71-dos-juizes-do-pais-recebem-acima-do-teto-de-33-mil-22201981>>. Acesso em: 27 set. 2021.

_____. Supersalários: tribunais estaduais informam que auxílios não podem ser contabilizados no teto salarial. **O Globo**, 17 dez. 2017b. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/supersalarios-tribunais-estaduais-informam-que-auxilios-nao-podem-ser-contabilizados-no-teto-salarial-22197674>>. Acesso em: 28 set. 2021.

ESTUDO da bancada do Novo na Câmara identifica que 70% dos magistrados recebem acima do teto constitucional. **Novo**, 27 nov. 2020. Disponível em: <<https://novo.org.br/estudo-da-bancada-do-novo-na-camara-identifica-que-70-dos-magistrados-recebem-acima-do-teto-constitucional>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. AGU suspende promoção em massa que levou 606 procuradores ao topo da carreira. **G1**, 24 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/24/agu-suspende-promocao-em-massa-que-levou-606-procuradores-ao-topo-da-carreira.ghtml>>. Acesso em: 2 out. 2020.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

GALVÃO, Ramiz. Isônimo. In: _____. **Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das palavras portuguesas derivadas da língua grega**. Belo Horizonte: Garnier, 1994.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

HENRIQUES, Hugo Rezende; CASTRO, Raphael Machado de. O titereiro mundial: guerras culturais, “ideologênesis” e as ameaças ao estado soberano”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 10., 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FFLCH-USP, 2018.

HORTA, José Luiz Borges. **Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteleologia do Estado do Brasil**. 2021. Tese (Titularidade) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

_____. **História do Estado de direito**. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. Me deixa de fora desse seu mau sentimento, ou Hegel, os juízes e “uma mistura do mal com atraso” [Apresentação]. Vitória, 2018. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA, 18., **Anais...** Vitória, 2018.

LOPEZ, Felix; GUEDES, Erivelton. **Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986-2017)**. Ipea, 2017. Disponível em: <www.ipea.gov.br/atlasestado/download/154/tres-decadas-de-funcionalismo-brasileiro-1986-2017>. Acesso em 25 set. 2020.

MELLO, Daniel; GONÇALVES, Eliane. Direito ou privilégio?. **Observatório da Imprensa**, 20 dez. 2016. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-investigativo/direito-ou-privilegio>. Acesso em: 28 set. 2020.

MEMBROS do Ministério Público ganham acima do teto em oito estados, diz CNMP. **Consultor Jurídico**, 26 jul. 2017. Disponível em: <www.conjur.com.br/2017-jul-26/membros-mp-ganham-acima-teto-oito-estados-conselho>. Acesso em: 27 set. 2021.

MENDES, Conrado Hübner. Magistocracia, a “gran famiglia” brasileira. **Época**, 2 abr. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/Conrado-Hubner/noticia/2018/04/magistocracia-gran-familgia-judicial-brasileira.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de; COUTO, Cláudio; KERCHE, Fábio. Por que o Judiciário e o Ministério Público não se constrangem. **Nexo**, 18 set. 2020. Disponível em: <www.nexojournal.com.br/ensaio/2020/Por-que-o-Judici%C3%A1rio-e-o-Minist%C3%A9rio-P%C3%BAblico-n%C3%A3o-se-constrangem>. Acesso em: 25 set. 2021.

RICUPERO, Bernardo. Patrimonialismo: usos de um conceito. In: STARLING, Heloisa Murgel; BOTELHO, André (Org.). **República e democracia**: impasses do Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 263-277.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Patrimonialismo e a realidade latino-americana**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2017.

SALDANHA, Daniel Cabaleiro. **Organização do Estado brasileiro**: o modelo oligárquico de federalismo. Belo Horizonte; Letramento, 2019.

SANCIONADO reajuste de ministros do STF. **Senado Notícias**, 26 nov. 2018. Disponível em: <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/26/sancionado-reajuste-de-ministros-do-stf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado nacional**. São Paulo: Difel, 1975.

SHALDERS, André. Juízes do STF já ganham mais que colegas europeus, mesmo antes de reajuste aprovado hoje. **BBC Brasil**, 7 nov. 2018. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/brasil-45124032>. Acesso em: 27 set. 2021.

SOUTTO, Isabella. Maioria dos promotores e procuradores de Minas recebe salários acima do teto. **Estado de Minas**, 30 ago. 2017. Disponível em: <www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/08/30/interna_politica,896259/maioria-dos-promotores-e-procuradores-de-minas-recebe-acima-do-teto.shtml>. Acesso em: 26 set. 2021.

STEPAN, Alfred. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VALVERDE, Vitor. **Transição de governos**: processos políticos e constitucionais. 2016. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento) — Fumec, Belo Horizonte, 2016.

ZEMA sanciona maiores gratificações para o Judiciário, apesar de defender fim de privilégios. **Itatiaia**, 7 jan. 2021. Disponível em: <www.itatiaia.com.br/noticia/zema-sanciona-maiores-gratificacoes-para-o-judiciario-apesar-de-defender-fim-de-privilegios>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Energia eólica no Brasil

Avanços e desafios

Wind energy in Brazil
Advances and challenges

JOSÉ ALDERIR SILVA*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.010>

Depositphotos



RESUMO

A energia eólica no Brasil passou por um período de lento crescimento, mas nos últimos dez anos ocorreram significativos avanços que tornaram o país o sexto maior produtor de energia eólica no mundo. O desenvolvimento desse tipo de energia é importante para que a economia brasileira possa alcançar um crescimento econômico de forma sustentável, trazendo benefícios econômicos, sociais e ambientais para a sociedade. No entanto, apesar do crescimento apresentado na primeira década do século XXI, a indústria de energia eólica ainda é relativamente infante no Brasil e sua consolidação deve enfrentar alguns desafios. Nesse processo, as políticas públicas são fundamentais. Em vista disso, este artigo tem por objetivo realizar uma análise acerca dos avanços e desafios no setor de energia eólica no Brasil, desde seu surgimento até o período mais recente.

Palavras-chave: Matriz elétrica. Aerogeradores. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Wind energy in Brazil has gone through a slow period of growth, but in the last ten years there have been significant advances that made the country the sixth largest producer of wind energy in the world. The growth of this type of energy is important for the Brazilian economy to achieve sustainable economic growth, bringing economic, social and environmental benefits to society. However, despite the growth shown in the first decade of the 21st century, the wind energy industry is still immature in Brazil and must face some challenges for its consolidation. Public policies are fundamental in this consolidation process. Thus, this article aims to carry out an analysis of the advances and challenges in the wind energy sector in Brazil, from its inception to the most recent period.

Keywords: Electrical matrix. Wind turbines. Sustainable development.

1. INTRODUÇÃO

A partir do momento em que o ser humano entendeu que a produção era a forma de superar a escassez, a energia se tornou o insumo essencial. Conforme as sociedades foram evoluindo, a demanda por energia foi aumentando e diversas fontes energéticas passaram a ser utilizadas, principalmente os combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás, e a energia nuclear. Por outro lado, a exploração das fontes renováveis foi deixada em segundo plano.

Não obstante, esse processo começa a mudar com a crise do petróleo na década de 1970, o que acendeu um alerta nos países para buscarem outras fontes energéticas com o propósito de ter uma maior segurança no fornecimento de energia (LUCON; GOLDEMBERG, 2009).

As questões ambientais também passam a ser temas debatidos, ganhando espaço nas discussões entre os países desenvolvidos. Ocorreu o entendimento de que o crescimento econômico tem sido responsável por grande parte da degradação do meio ambiente e, para atender a uma maior demanda da população por bens e serviços, abriu-se o caminho para uma maior utilização de energias não renováveis, acentuando os impactos ambientais. Dessa forma, aparece um *trade-off* entre crescimento econômico e degradação ambiental que pode limitar o desenvolvimento das economias.

Segundo Cavalcanti (2003), o crescimento econômico é um sistema aberto que demanda matéria e energia de alta qualidade do meio ambiente, mas devolve matéria e energia degradadas. Isto é, devolve gás carbônico, derivado da queima de combustíveis fósseis que destrói a camada de ozônio e põe em dúvida o progresso da modernidade.

Com efeito, em 1997 diversos países assinam o protocolo de Kyoto, e nos anos 2000 se intensifica a busca por energias limpas, renováveis, seguras e sustentáveis. Entre as fontes de energia renovável, a energia eólica tem assumido a ponta e se consolidado como uma das fontes mais promissoras de produção de energia em larga escala. Em 2021, cerca de 94 GW de capacidade instalada foi adicionada globalmente, elevando a oferta total de energia eólica para 837 GW. Diante disso, a energia eólica passou a representar 6% da matriz elétrica mundial, enquanto a segunda (energia solar) representava a metade disso, 3%.

No Brasil, a instalação do primeiro aerogerador foi no arquipélago de Fernando de Noronha no ano de 1992, resultando de uma parceria entre o Centro Brasileiro de Energia

Em 1997 diversos países assinam o protocolo de Kyoto, e nos anos 2000 se intensifica a busca por energias limpas, renováveis, seguras e sustentáveis. Entre as fontes de energia renovável, a energia eólica tem assumido a ponta e se consolidado como uma das fontes mais promissoras de produção de energia em larga escala

O conceito de desenvolvimento econômico deve passar necessariamente pela capacidade de produzir sem degradar o meio ambiente, isto é, para que o desenvolvimento seja sustentável, os países devem encontrar meios de suprir as necessidades da sociedade atual sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações

Eólica (CBEE) e a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). Esse aerogerador gerava apenas 1 MW. A ausência de políticas públicas, combinada com o elevado custo da tecnologia, deixou o setor eólico no Brasil inerte por uma década.

A crise energética de 2001, com diversos apagões, deu o impulso de que o setor público precisava para iniciar as tentativas de contratação de empreendimentos para geração de energia eólica no país. Primeiro com o Programa Emergencial de Energia Eólica (Proeólica), em seguida com o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e, finalmente, em 2009, com os leilões exclusivos para energia eólica, denominados de leilões de energia de reserva (LERs).

Essas políticas públicas são em parte responsáveis pelo atual desempenho da produção de energia eólica no Brasil, cujos avanços fizeram do país o sexto maior produtor de energia eólica no mundo, ficando atrás de China, EUA, Alemanha, Índia e Espanha. De toda energia gerada em 2021 no Brasil, cerca de 12% tiveram origem nos ventos.

Entretanto, a motivação do Brasil para explorar a energia dos ventos é distinta da dos demais países. A matriz elétrica brasileira é diferente da matriz mundial, dos países ricos e emergentes como China e Índia, sendo a energia hidroelétrica predominante. Todavia, devido às questões geográficas, legais e ambientais, esse tipo de energia tem enfrentado restrições para se expandir, havendo espaço para a promoção de outras fontes renováveis de energia, como a eólica.

Os meses secos do ano, e, portanto, de baixa produção de energia hidroelétrica, são os meses com os melhores ventos para a produção de energia eólica, e o desenvolvimento desse tipo de energia se torna complementar e estratégico para o setor elétrico do país.

O objetivo do presente trabalho será mostrar os principais avanços da produção de energia eólica no Brasil, assim como enumerar alguns desafios que o setor eólico precisa superar para continuar sua expansão na matriz elétrica brasileira.

Para alcançar esse objetivo, este trabalho está dividido em mais seis seções, além desta introdução. A próxima seção faz uma breve revisão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, destacando a importância da energia eólica. A seção 3 destaca as questões técnicas do setor em estudo. A quarta seção busca pôr em evidência as principais políticas públicas voltadas para as energias renováveis no Brasil. Os avanços obtidos e os desafios a se-



No Brasil, a instalação do primeiro aerogerador foi no arquipélago de Fernando de Noronha no ano de 1992

rem enfrentados para a expansão e o melhor aproveitamento da energia eólica são mostrados nas duas seções seguintes. Por fim, as considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A produção energética mundial teve início no Reino Unido, começando pelo carvão como fonte, que deu início à Revolução Industrial, no século XVIII. Nos séculos seguintes, a produção de energia passa a utilizar derivados de combustíveis fósseis, como petróleo.

Depois da Primeira Revolução Industrial, o avanço tecnológico que ocorreu ao longo dos anos permitiu que as pessoas tivessem acesso a bens de consumo. Esse aumento da demanda teve como consequência uma crescente utilização de recursos naturais não renováveis e, portanto, uma maior degradação do meio ambiente.

O problema desse avanço tecnológico é que ele ocorre de forma desigual entre os países, de modo que crescimento econômico e desenvolvimento econômico nem sempre são simultâneos em todos eles. O entendimento era que o crescimento econômico ocorreu em muitos países, mas nem todos tiveram sua estrutura produtiva transformada.

Até os anos 1960 não se fazia distinção entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. É nesse período que se iniciam os debates para diferenciá-los, uma vez que a população de alguns países que apresentavam crescimento elevado do PIB *per capita* continuava em condições de vida precárias.

Sen (1998) argumenta que o crescimento do PIB não pode ser utilizado como único indicador de desenvolvimento, mas se devem levar em consideração outros indicadores, como pobreza, emprego, saúde, necessidades básicas, educação, equidade, entre outros.

Nos anos 2000 as discussões entendiam o desenvolvimento econômico como garantia de liberdade a todas as pessoas, no que dizia respeito às questões culturais e sociais, principalmente. Todavia, Sen (2000) diz que a expansão das liberdades reais só ocorrerá se forem garantidas três premissas básicas: (i) vida longa e saudável; (ii) instrução; e (iii) nível de vida adequado.

Desse debate, foi construído o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto por três variáveis: (i) longevidade, avaliada pela expectativa de vida ao nascer; (ii)

educação, considerando a média de anos de escolaridade da população e os anos de escolaridade esperados; e (iii) renda, determinada pela renda nacional bruta *per capita*. A partir desse índice, qualquer país, região ou município podem ser analisados considerando-se as três premissas básicas definidas por Sen (2000).

No entanto, Furtado (1974) já chamava atenção para a questão da degradação ambiental no conceito de desenvolvimento econômico. Segundo o autor, a universalização do desenvolvimento econômico é impossível, uma vez que o aumento do consumo vai pressionar ainda mais a exploração dos recursos naturais, sobretudo os não renováveis, gerando impactos ambientais e processos irreversíveis de degradação do mundo físico¹. Ainda de acordo com o autor, essa tentativa de universalização do desenvolvimento econômico poria em risco as possibilidades de sobrevivência da própria espécie humana, gerando a ameaça do que ele chamou de “profecia do colapso”.

Portanto, conforme Furtado (1974), a ideia de que países pobres alcançarão algum dia o mesmo padrão de vida dos países ricos, ou seja, de que os países periféricos serão em algum momento países desenvolvidos, é na verdade um mito, uma fantasia.

Diante disso, o autor defende a visão de que a universalização do desenvolvimento econômico para todas as regiões deveria ser mais igualitária, orientada para formas coletivas de consumo, pensando na redução da pressão sobre os recursos naturais.

Assim, o conceito de desenvolvimento econômico deve passar necessariamente pela capacidade de produzir sem degradar o meio ambiente, isto é, para que o desenvolvimento seja sustentável, os países devem encontrar meios de suprir as necessidades da sociedade atual sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações². Desse modo, fica evidente que o desenvolvimento sustentável não está relacionado apenas com a economia, mas também com o meio ambiente. Nesse sentido, as energias renováveis têm um papel importante.

Furtado (1974) diz que a teoria econômica clássica não considerava em seus modelos³ a possibilidade de que o processo de produção e consumo reduzisse a capacidade energética do planeta e aumentasse o valor das fontes alternativas de energia. Alves (2006) mostra que, além da questão ambiental, o desenvolvimento das fontes de energia renovável é fundamental para o crescimento econômico sustentável, para solucionar problemas sociais e para o desenvolvimento tecnológico. Frankhauser et al. (2008) mostram que as políticas públicas relacionadas a energias limpas promovem a inovação tecnológica, novas oportunidades de investimento e o crescimento econômico. Zerriffi e Wilson (2010) argumentam que a produção de energias renováveis em regiões periféricas pode gerar o desenvolvimento econômico sem a utilização de combustíveis fósseis, ao contrário do que ocorreu com as regiões hoje desenvolvidas.

No caso do Brasil, por via de regra, as usinas de energia eólica são menores e mais dispersas em relação às usinas tradicionais, o que leva sua instalação para zonas rurais de

1 Podemos dizer que Furtado foi pioneiro em perceber os condicionantes ambientais no processo de desenvolvimento econômico contemporâneo. Anos depois, em entrevista a Cristovam Buarque, Furtado volta a demonstrar preocupação com as questões ambientais. Nessa entrevista, Furtado (2007) argumenta que o uso predatório dos recursos naturais não renováveis gera problemas preocupantes para o planeta inteiro, tendo como consequências a contaminação da atmosfera e a poluição.

2 Vide Romeiro (2012) para uma discussão acerca do conceito de desenvolvimento sustentável.

3 Essa era uma verdade na década de 1970, atualmente há modelos que tentam mostrar o impacto do crescimento sobre o meio ambiente, vide Acheampong (2018).



Pintura de D. O. Hill representando cena da Revolução Industrial, no final do século XVIII

baixa densidade demográfica, em cidades nas quais a dinâmica da economia em grande parte ocorre em torno de transferência direta de renda por parte do governo (Bolsa Família e/ou aposentadoria). Portanto, a construção de um parque eólico demanda uma mão de obra especializada, o que gera um potencial para capacitação da população rural.

Além disso, a instalação dos parques eólicos nessas cidades rurais tem um significativo impacto sobre a dinâmica econômica, principalmente no período de construção. Keynes (1936) disse que o desemprego poderia desaparecer se o governo enchesse garrafas usadas com dinheiro e as enterrasse para a iniciativa privada desenterrá-las, logicamente por meio de concessão dos terrenos onde estariam enterradas tais garrafas. Com o transbordamento para outras atividades, haveria a criação de diversos tipos de emprego e a renda da comunidade passaria a ser maior que antes.

Na construção dos parques eólicos ocorre algo parecido com o que Keynes descreveu, uma vez que se criam empregos dentro e fora da obra. A renda gerada nesse processo se inicia no arrendamento das terras e na contratação de trabalhadores locais (como pedreiros, eletricitas, seguranças, cozinheiros etc.). Desse modo, o aumento de pessoas envolvidas na construção leva ao aumento da demanda por serviços, como de alimentação e hospedagens locais. Tudo isso aumenta a dinâmica e a renda da comunidade. Assim, é mais racional o governo construir parques eólicos do que enterrar garrafas com dinheiro.

No entanto, embora o crescimento da renda seja maior na fase de construção, a instalação dos parques gera efeitos permanentes para a comunidade, como: (i) possibilidade de desenvolvimento da indústria de equipamentos para consumo interno; (ii) redução do desemprego através da criação de empregos de operação e manutenção; (iii) redução da taxa de migração da população; (iv) oportunidade de investimento da renda gerada pelo aluguel da terra em outras atividades, como o desenvolvimento da agricultura, proporcionando também a facilitação de crédito; (v) possibilidade de investimentos em infraestrutura; e (vi) fornecimento de energia elétrica a um custo menor, dentre outros benefícios de longo prazo.

Portanto, a diversificação da matriz energética voltada para as fontes de energia renováveis é condição essencial para ajudar o país a alcançar o desenvolvimento de forma

Arquivo Enel Green Power



Maior parque eólico da América do Sul, o complexo Lagoa dos Ventos, no Piauí, iniciou suas operações comerciais em 2021

sustentável, e uma dessas fontes de energia é a eólica. Políticas públicas eficientes, combinadas com políticas de desenvolvimento regional, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento das cidades hospedeiras de parques eólicos no país.

3. ENERGIA EÓLICA

Apesar do diagnóstico negativo de Furtado (1974) em relação à universalização do desenvolvimento econômico, o autor mostra, já em uma versão mais avançada do seu pensamento (FURTADO, 2007), que a tecnologia pode reverter os problemas dos recursos naturais, inclusive do setor energético.

A energia é um dos insumos mais importantes de produção, de forma que não se pode pensar em produzir sem a existência de energia. Segundo Goldemberg (2010), a história do ser humano é intrínseca à história da energia, sendo esta um elemento essencial para a produção de bens e serviços e, assim, para o bem-estar social. Portanto, o setor energético é um setor estratégico para qualquer país que busque o desenvolvimento econômico.

Existem pelo menos quatro fontes básicas de energia, que são: a cinética, a potencial, a da massa e a dos campos. A manifestação dessas fontes em diferentes sistemas produz as energias química, eólica e mecânica, entre outras, que, juntas, determinam a matriz energética de um país conforme a sua disponibilidade no território.

Essas fontes de energia podem ser divididas em renováveis e não renováveis, sendo que estas últimas são obtidas de fontes esgotáveis no curto ou longo prazo e provocam inúmeros prejuízos ao meio ambiente. Petróleo, carvão e gás natural são exemplos desse tipo de energia. Por outro lado, as fontes de energia renováveis são pouco nocivas no que concerne à geração de gases do efeito estufa, gerando inúmeros benefícios para a sociedade.

Dentre as energias renováveis, a energia eólica, ou energia cinética dos ventos, como também é conhecida, vem ganhando espaço na matriz energética brasileira nos últimos anos.

Além de ser uma energia renovável e limpa⁴, sua fonte é inesgotável e contínua, uma vez que é independente das estações do ano.

Segundo Lopez (2002), a energia dos ventos é utilizada desde os primórdios da civilização, sendo empregada em diversas atividades, como o beneficiamento de grãos e o bombeamento de água. O primeiro registro histórico da utilização de moinhos se dá na Pérsia, em 200 a.C., sendo estes depois aplicados em outras atividades, como serragem, prensagem de grãos e fabricação de papel. Atualmente, o uso da energia dos ventos tem como principal finalidade transformar a energia eólica em energia elétrica por meio de autogeradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de diversas economias no mundo.

Essa energia eólica é produzida em parques, ou seja, por um aglomerado de aerogeradores (geralmente um número maior que cinco) instalados em uma área, que produzem energia elétrica em uma usina e, ligados a uma rede de transmissão de energia, a injetam no sistema⁵. Os parques eólicos podem ser *offshore* (no mar) ou *onshore* (na terra).

Os parques eólicos *offshore* são plataformas de aerogeradores instaladas em alto-mar com o objetivo de aproveitar a constância e maior velocidade do vento, uma vez que em áreas marítimas inexistem barreiras. Encontra-se na Inglaterra o maior parque *offshore* do mundo, o Hornsea II, com 165 torres instaladas e capacidade de produzir energia para mais de 1,3 milhão de residências, cerca de 1,3 GW. No Brasil ainda não há nenhum parque *offshore*, mas existem projetos para explorar o potencial dos ventos nos mares do país, que é superior a 500 GW (BORGES, 2022).

Já os parques eólicos *onshore* são formados por aerogeradores instalados na terra para aproveitar os melhores ventos e gerar energia elétrica. O maior parque eólico no mundo *onshore* se encontra na China e tem capacidade para produzir cerca de 6 GW. No Brasil, o maior parque eólico está localizado no Piauí, o complexo Lagoa dos Ventos, com capacidade de 1,5 GW, produzido por 372 aerogeradores, sendo também o maior em operação na América do Sul.

Além do seu custo baixo em relação aos parques *offshore*, as instalações dos parques *onshore* são móveis, o que significa que a área utilizada pode ser recuperada e seu entorno pode ser utilizado para atividades agrícolas e pecuárias. Por outro lado, apesar de terem um custo maior, os parques *offshore* apresentam algumas vantagens em relação aos parques *onshore*, como o baixo impacto visual, capacidade para gerar mais energia e melhores condições de transporte e instalação de seus componentes.

Segundo Vogel et al. (2018) e Jung e Schindler (2018), a energia eólica tem um papel fundamental para permitir um crescimento sustentável, seja para atender à maior demanda por eletricidade, seja para mitigar os efeitos da emissão de CO₂.

Todavia, o princípio da livre concorrência defendido pela teoria econômica clássica se torna insuficiente como diretriz de política econômica para o setor, uma vez que o custo inicial elevado e o incipiente estágio de desenvolvimento dessa tecnologia inibem a entrada e o investimento no mercado de energia eólica. Essas barreiras econômicas e técnicas prejudicam o desenvolvimento e a produção de energia eólica no Brasil. Com efeito, diante dessa

⁴ De acordo com Oebels e Pacca (2013), a energia eólica contribui significativamente para a redução das emissões de dióxido de carbono, cerca de 600 toneladas para cada GWh. No entanto, a energia eólica produz efeitos ambientais como barulho, acidentes com pássaros, radiação eletromagnética e invasão visual. Por outro lado, são efeitos evitáveis e menos graves do que os de outras fontes de energia.

⁵ Em Shamshirband et al. (2014) há uma descrição mais técnica e mecânica do processo de transformação dos ventos em energia elétrica.

falha de mercado e do potencial de energia eólica no país, há a necessidade de incentivos econômicos e regulatórios por via da atuação estatal.

Segundo o *Atlas do potencial eólico brasileiro*, o potencial de energia eólica *onshore* no Brasil é de 143 GW, mas esse total pode ser maior, uma vez que o estudo da época considerou como equivalente a 50 metros a altura de um gerador. Atualmente, os autogeradores têm 80 ou 100 metros de altura, além de as máquinas serem mais eficientes, pelo que se estima que em terra o potencial de energia eólica no Brasil seja superior a 700 GW (BORGES, 2022). O potencial *onshore* e *offshore* tem levado o governo federal a implementar diversas políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento da produção de energia dos ventos, em especial no Nordeste, seja no desenvolvimento de pesquisa, na regulamentação ou subsidiando custos de produção.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS

Na ausência de tecnologia e diante do potencial de produção de energias limpas no Brasil, entre 1994 e 1996 ocorreram três encontros para discutir o desenvolvimento de energias renováveis em território brasileiro, principalmente a energia solar e a eólica. No entanto, somente após a crise energética de 2001 é que a energia eólica entra no escopo das políticas públicas, mas mediante uma ação amenizadora de curto prazo para enfrentar a crise do período. Assim, a promoção da energia eólica aparece no quadro das políticas públicas como uma medida de caráter emergencial, através da criação do Proeólica por meio da resolução nº 24 de 5 de julho de 2001, instituída pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) (MACEDO, 2015; SILMAS; PACCA, 2013).

Diante, principalmente, da falta de insumos específicos necessários para a produção da energia eólica, nenhuma usina entrou em operação, mas facilitou-se a entrada de empresas internacionais da área no mercado brasileiro. Com efeito, o Proeólica foi substituído em 2002 pelo Proinfa.

O objetivo do Proinfa era aumentar a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), da energia eólica e da biomassa na matriz energética brasileira, cuja meta foi de 3,3 MW, divididos igualmente entre as três fontes. Comparativamente ao Proeólica, o Proinfa conferiu um caráter mais estrutural para a política pública voltada para a produção da energia eólica no Brasil. O planejamento voltado para o curto prazo foi substituído pelo de longo prazo, o que abriu caminho para a instalação de indústrias do segmento de energia eólica no país.

As diretrizes do Proinfa foram elaboradas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), também responsável pelo planejamento e financiamento de cada fonte de energia beneficiada pelo programa. A Eletrobras garantiu a compra da energia com preço subsidiado por 20 anos⁶, e o BNDES garantiu o financiamento com a obrigatoriedade de internalizar a produção dos insumos dos segmentos, criando um índice de nacionalização com a meta de alcançar 60% dos insumos utilizados na produção de energia limpa, o que ajudou a desenvolver a indústria de base de diversos componentes importantes no país (MELO, 2013).

⁶ Essa compra ocorreu através da tarifa *feed-in*, pela qual o governo garantiu a compra da energia eólica gerada a preços acima dos preços de mercado por um período de 20 anos, reduzindo os riscos de investimento no setor eólico.



Em 2021, a matriz elétrica mundial foi formada, principalmente, por combustíveis fósseis como carvão mineral e gás natural

Segundo Silmas e Pacca (2013), o Proinfa reduziu o risco do investimento criando instrumentos que estimularam a geração de tecnologias até então inéditas no Brasil. Para Hochstetler e Kostka (2015), o Proinfa foi importante para a consolidação do setor eólico no país, reduzindo o risco para os investidores e, assim, criando possibilidades para o crescimento da indústria de energia eólica brasileira. Conforme Lucena e Lucena (2019), ao definir um preço alto para a compra da energia eólica, o programa criou a demanda inicial, atraindo até mesmo empresas e financiadores sem muita experiência na área, tendo como resultado o desenvolvimento do setor eólico no Brasil.

Todavia, Castro et al. (2010), mostram que o programa teve algumas dificuldades, entre as principais, a insuficiência da oferta de aerogeradores, exigências de grau de nacionalização, dificuldade de financiamento, comportamento especulativo de alguns agentes e dificuldades de conexão à rede em alguns projetos. Diante disso, ocorreu a revisão dos projetos e o prazo para conclusão foi expandido de 2006 para 2008, permitindo um tempo maior para a solução dos problemas apresentados. Após esse período, deu-se início à segunda fase do Proinfa, que deveria ser encerrada em 2010, mas foi estendida até 2011 no intuito de alcançar as metas estabelecidas mas não atingidas no prazo original.

Essa segunda etapa do programa tinha por objetivo alcançar 10% do consumo anual de energia elétrica do país através das fontes contempladas. Além disso, tinha a pretensão de: (i) diversificação da matriz elétrica brasileira; (ii) promoção da segurança no abastecimento; (iii) valoração das características e potencialidades regionais e locais; (iv) criação de empregos, capacitação e formação de mão de obra; e (v) redução da emissão de gases de efeito estufa.

A partir de 2009 teve início também o sistema de leilões, no qual o governo abre a concorrência para os demandantes adquirirem a concessão de produzir certa capacidade de energia eólica. Nesses leilões de demanda, como também são chamados, o governo define o preço teto, e quem demandar o contrato pelo menor preço leva a concessão. Isto é, diferentemente de um leilão tradicional, em que quem dá mais leva o contrato. Esses leilões causaram

um *boom* na indústria de energia eólica, e em poucos anos essa fonte de energia se tornou competitiva em relação às demais fontes tradicionais. Até 2021, cerca de 20GW de potência foram contratados através dos leilões⁷.

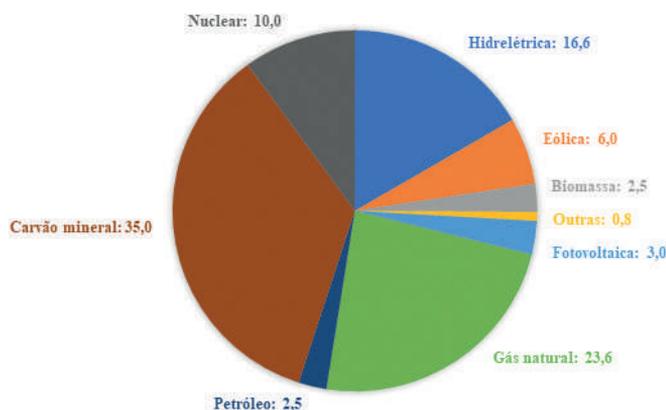
Com o objetivo de obter uma matriz energética mais limpa e amenizar os problemas energéticos do país, diversas políticas públicas foram e estão sendo implementadas, permitindo a expansão dos parques eólicos no Brasil, cuja energia tem contribuído para que a economia brasileira venha a apresentar um crescimento econômico sustentável no médio e longo prazo. Vejamos como ocorreu esse avanço da produção de energia eólica no Brasil.

5. AVANÇOS DA ENERGIA EÓLICA NO BRASIL

A matriz elétrica de um país é formada por um conjunto de fontes disponíveis em seu território, que são utilizadas para captar e distribuir energia para os setores comercial, industrial e residencial. Isto é, a matriz elétrica é composta por fontes disponíveis apenas para a produção de energia elétrica.

Segundo Castro et al. (2010), o Brasil possui uma matriz elétrica única e privilegiada em relação à matriz elétrica mundial. Em 2021, a matriz elétrica mundial foi formada, principalmente, por combustíveis fósseis como carvão mineral e gás natural. Por outro lado, as energias limpas têm ainda pequena participação na matriz elétrica mundial (gráfico1), com a energia eólica obtendo uma representatividade de 6%.

Gráfico 1 — Participação das fontes de energia na matriz elétrica mundial (em %) — 2021



Fonte: EPE (s.d.).

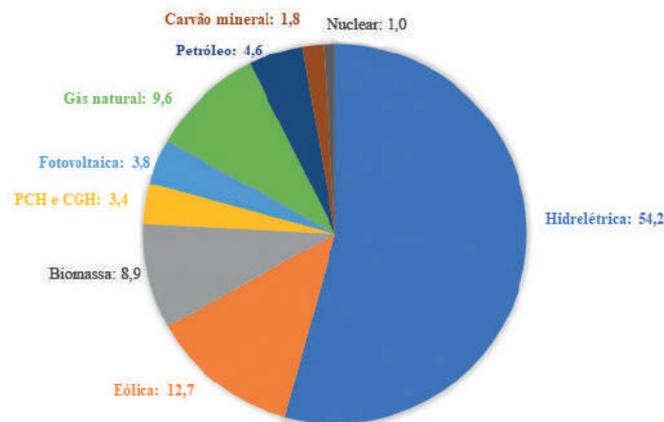
No entanto, ocorreu uma redução significativa da participação do petróleo, que em 1973 era superior a 40%, bem como o aumento da fração referente ao gás natural, que, apesar de ser um combustível fóssil, tem uso considerado aceitável durante a transição para uma matriz elétrica mais limpa (SACHS, 2007). Essa transição deve ser acelerada, tendo em vista que a guerra entre a Ucrânia e a Rússia pôs em foco as implicações da

⁷ Vide Losekann e Hallack (2018) e Diógenes, Claro e Rodrigues (2019) para uma análise dos leilões de energia eólica no Brasil.

dependência de importações de energia não renovável para a segurança energética de diversos países desenvolvidos.

Já a matriz elétrica brasileira em 2021 é bem mais limpa que a matriz mundial, tendo em sua composição uma participação maior das energias renováveis, como a hidrelétrica e a energia eólica, que juntas corresponderam a dois terços de toda a matriz elétrica do país (gráfico 2). Segundo Castro et al. (2010), essa composição matricial garante a produção e oferta de uma energia limpa, renovável e competitiva.

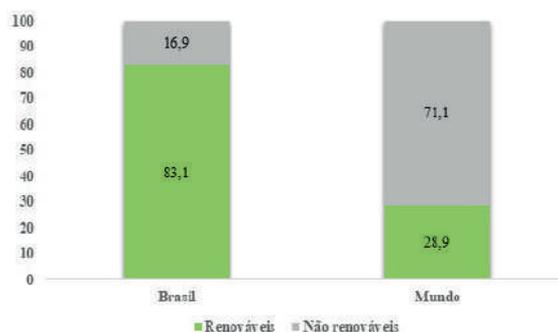
Gráfico 2 — Participação das fontes de energia na matriz elétrica brasileira (em %) — 2021



Fonte: EPE (s.d.).

Como pode ser visto no gráfico 3, mais de 70% da matriz elétrica mundial é baseada em fontes não renováveis, sendo apenas cerca de 29% derivados de fontes renováveis. Por outro lado, a matriz elétrica brasileira apresenta uma composição inversa, sendo mais de 80% compostos por energias renováveis. Essa mudança na composição da matriz elétrica brasileira é importante para o país, uma vez que, além do menor custo de operação, as energias renováveis emitem uma quantidade menor de gases de efeito estufa.

Gráfico 3 — Participação das fontes de energia renováveis e não renováveis nas matrizes elétricas brasileira e mundial (em %) — 2021

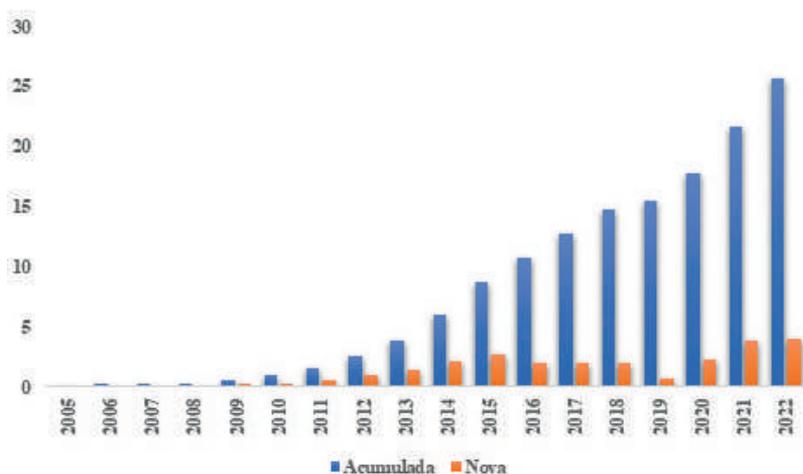


Fonte: elaboração própria a partir de dados do EPE (s.d.).

No entanto, a tendência é que a predominância da energia hidrelétrica diminua, conforme apareçam limitações a sua expansão, como escassez de chuvas e questões hidrológicas desfavoráveis, que aumentem as barreiras ambientais para a aprovação de projetos. A construção de reservatórios de grande porte tem sido uma dificuldade nos últimos anos, principalmente devido a questões geográficas, legais e ambientais, que têm limitado a produção de energia por essa fonte. Diante disso, Oliveira Neto, *Apolinário e Lima* (2018) argumentam que as hidrelétricas causam profundos impactos ambientais, e destacam a energia eólica como alternativa.

Assim, a matriz elétrica brasileira se encontra em fase de transição⁸ para um novo padrão de produção de energia, exigindo a inserção de outras fontes renováveis para operar e complementarem a energia hídrica, principalmente em períodos de seca. Nesse contexto, a diversificação da matriz elétrica se torna necessária para que a economia brasileira cresça sem restrições de oferta de energia. E, dentre as energias renováveis, a eólica tem apresentado maior potencial de crescimento nos últimos dez anos, como se pode observar no gráfico 4.

Gráfico 4 — Evolução da capacidade instalada, nova e acumulada, de produção de energia eólica no Brasil (em milhares de MW) — 2005-2022



Fonte: elaboração própria a partir de dados da ABEEólica (2023).

Em 2005 a capacidade instalada era de apenas 22 MW, passando para 1,5 GW em 2011, e em 2022 essa capacidade já era superior a 25,6 GW. Desses 25,6 GW, mais de 10 GW haviam sido acumulados nos últimos três anos. A expansão da energia eólica no país foi importante para aliviar os problemas de suprimento de eletricidade na última década, tendo em vista que esse período foi de chuvas abaixo da média histórica. Esse fato destaca o caráter de complementariedade da energia eólica no Brasil, que deverá ser importante também nos próximos anos, dada a perspectiva de escassez de chuvas provocada em parte pelo desmatamento da floresta Amazônica, que afeta o regime de chuvas na região centro-sul do Brasil.

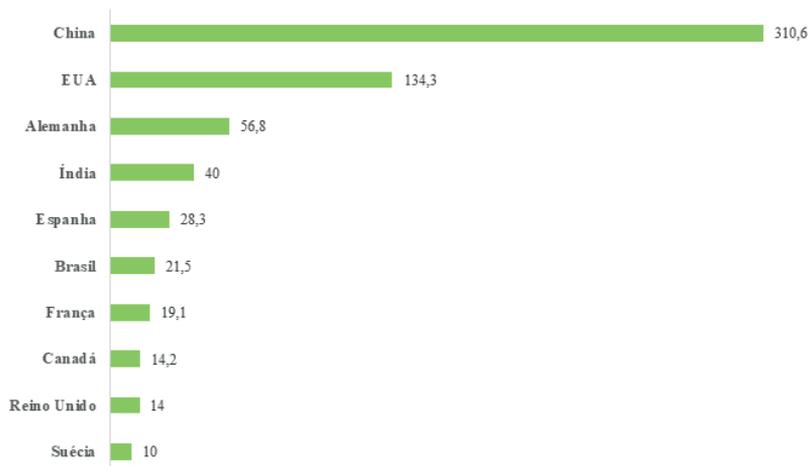
⁸ Em 2000, a participação da energia hídrica no Brasil era de 91,11%, passou para 88,61% em 2008, 66,2% em 2016 e em 2022 era de 54,2%, o que mostra a evolução dessa transição matricial no país.

Esse crescimento da energia eólica no Brasil se deve a políticas públicas como o Proinfa e os leilões, que reduziram o risco do setor e permitiram a expansão dos investimentos, principalmente a partir de 2011, quando houve um investimento de quase R\$ 5 bilhões, gerando uma capacidade nova de 596 MW naquele ano. Em 2015, o investimento foi de R\$ 5,1 bilhões e a capacidade nova gerada foi de 2,7 GW. Da mesma forma ocorreu em 2021, em que um investimento similar resultou em 3,8 GW de capacidade instalada nova⁹.

A garantia de compra da energia gerada, combinada com a expansão dos investimentos, permitiu o surgimento de uma indústria de equipamentos relacionados ao setor eólico, portanto acelerando a produção de energia nos últimos anos. Toda uma cadeia de produção foi se estabelecendo no país, e empresas como Wobben, Impsa, Gamesa Siemens, Vestas, Acciona, Suzlon, Tecsis, Brasilat e Intecnial, dentre outras, passaram a produzir desde torres e aerogeradores até rolamentos e vedações. Dessa forma, superou-se o objetivo estipulado pelo índice de nacionalização, pois o país passou a produzir internamente 80% dos componentes dos aerogeradores.

Com efeito, em 2021 o Brasil passou a ser o sexto maior produtor de energia eólica no mundo *onshore* (gráfico 5), ficando atrás de China (310,6 GW), EUA (134,3 GW), Alemanha (56,8 GW), Índia (40 GW) e Espanha (28,3 GW). O Global Wind Energy Council (GWEC) elabora um *ranking* especificamente para as novas capacidades instaladas anualmente, e, em 2021, o Brasil aparece em terceiro lugar, com 3,8 GW, atrás de China (30,7 GW) e EUA (12,7 GW), o que sinaliza uma ascensão da capacidade instalada do país para os próximos anos.

Gráfico 5 — *Ranking* mundial de capacidade instalada *onshore* (em milhares de MW) — 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GWEC (2022).

Em termos geográficos, a produção de energia eólica no Brasil se concentra nos estados da região Nordeste, dado que, dos 12 estados produtores de energia eólica, 8 são nordestinos. Esses estados produziram cerca de 19.500 MW em 2021, ou seja, mais de 90%

⁹ Em 2022 ocorreu a definição de uma regulamentação para os parques eólicos *offshore* no Brasil, o que certamente vai aumentar de forma significativa a capacidade instalada do país nos próximos anos, dado o seu potencial de 1.200 GW.

de toda a produção de energia eólica no país. Conforme visto na tabela 1, cujos dados são mais recentes (janeiro de 2023), a Bahia é o estado com maior capacidade instalada desse tipo de energia, com mais de 7.000 MW, à frente do Rio Grande do Norte, com 6.855 MW, do Piauí, com 3.428 MW, e do Ceará, com 2.568 MW.

Tabela 1 — Indicadores de energia eólica no Brasil, por unidade da Federação — janeiro de 2023

Estados	MW	Representatividade	Fator de capacidade	Número de parques
BA	7.006,87	29	47,7	258
RN	6.855,03	28,4	45,2	225
PI	3.428,25	14,2	46	105
CE	2.568,34	10,6	39,9	98
RS	1.835,89	7,6	35,65	80
PE	1.025,77	4,3	43,6	39
PB	672,44	2,8	37,34	31
MA	426	1,8	47,33	15
SC	242,7	1	27,29	15
SE	34,5	0,1	22,44	1
RJ	28,05	0,1	22,8	1
PR	2,5	0	14,99	1
Brasil	24.126,30	100	43,6	869

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ABEEólica (2023).

A região Nordeste foi responsável por 90% da capacidade instalada em 2023, com mais de 22 GW, o que equivale à capacidade energética de Portugal proveniente de todas as fontes. A geração de energia pela força dos ventos garante 60% do abastecimento da região, reduzindo sua dependência em relação aos outros tipos de energia. Bahia e Rio Grande do Norte concentram quase 60% de toda a produção de energia eólica no Brasil e possuem mais da metade dos parques eólicos do país, 483 parques.

O Nordeste é favorecido com a intensidade e constância dos ventos alísios¹⁰, os mais ricos para a produção de energia, o que torna a região o destino de grandes investimentos em energia eólica, de forma que a cada 10 parques eólicos erguidos no país, 8 estão na região. Dos 869 parques em operação no início de 2023, a região Nordeste concentra 772 parques, número que deve aumentar nos próximos anos com a expansão do setor.

Quando se analisa a energia produzida e a capacidade total de produção em um determinado período de tempo, ou seja, o fator de capacidade dos estados, observa-se que, na média, todos os estados podem produzir mais do que efetivamente foi produzido, uma vez que esse indicador ficou abaixo de 50% em todos os estados. Isso significa que as usinas estão trabalhando com capacidade ociosa, podendo gerar mais energia do que está sendo efetivamente gerada.

Os estados da Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí são os que apresentaram os maiores percentuais de energia produzida em relação ao seu potencial. Isso se deve,

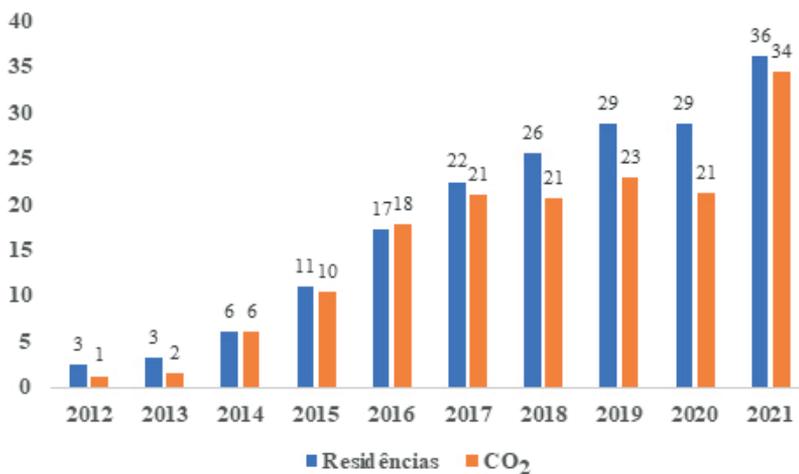
10 São ventos que se apresentam constantes e úmidos e ocorrem nas zonas subtropicais em baixas altitudes.

A experiência internacional mostra que se deve ampliar o mercado interno de aerogeradores, de forma que essa modernização deve ser realizada por aerogeradores nacionais

segundo Lira et al. (2014), à combinação de ventos do leste com brisas marítimas e terrestres, que aumenta a média de velocidade do vento nesses estados, portanto aumentando a produção de energia eólica.

Essa energia gerada nos estados brasileiros tem a capacidade de abastecer milhões de residências no país, que passaram de 2,5 milhões em 2012 para mais de 36 milhões em 2021. O gráfico 6 mostra ainda a quantidade de emissões de CO₂ evitadas de 2012 a 2021. Neste último ano, o emprego de energia eólica evitou o lançamento de cerca de 34 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera, o que equivale à quantidade de gás emitida por 34 milhões de automóveis de passeio. Para avaliar a significância dessa redução na emissão de gases de efeito estufa, vale lembrar, para efeito de comparação, que a cidade de São Paulo tem uma frota de 19 milhões de automóveis.

Gráfico 6 — Total de residências abastecidas por energia eólica (em milhões) e toneladas de CO₂ evitadas (em milhões) — 2012-2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ABEEólica (2023).

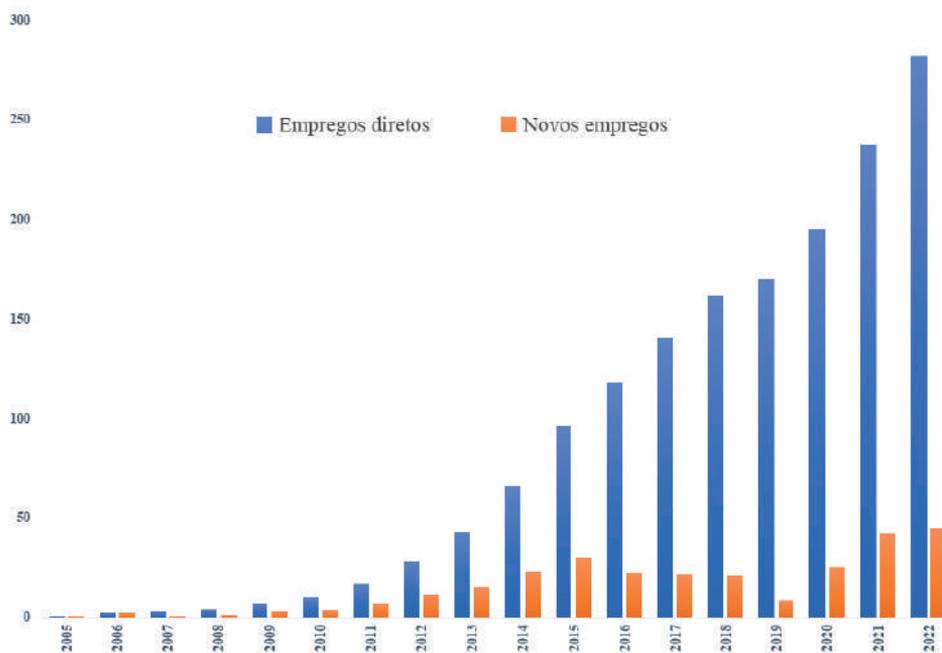
No que diz respeito aos impactos da produção de energia eólica sobre a economia, segundo Borges (2022), eles podem ser de três tipos: (i) diretos, que correspondem à fase de construção dos parques e à fase de operação e manutenção. A primeira fase tem efeitos temporários, enquanto a segunda fase se caracteriza por efeitos permanentes sobre a econo-

mia; (ii) indiretos, associados aos fornecedores de bens e serviços para o setor eólico; e (iii) induzidos, que são os efeitos econômicos do pagamento de salários e lucros pelas empresas eólicas, os quais se transformam em consumo e investimentos em outros setores.

Estimativas do mesmo estudo mostram que, considerando os efeitos diretos, indiretos e induzidos, cada real aplicado em novos investimentos gera R\$ 2,9 no PIB após cerca de 1 ano. Além disso, em média, o setor eólico respondeu por 0,5% do PIB no período de 2011 a 2020, e nos anos de recessão respondeu por 0,8%, suavizando os efeitos da crise, como em 2015 e 2020.

Em termos de emprego, considerando a estimativa da ABEEólica, segundo a qual cada MW instalado gera 10,7 empregos (4,4 diretos e 6,3 indiretos), pode-se estimar a quantidade de empregos total e criada a cada ano. Os valores dessa estimativa se encontram no gráfico 7. Como visto, em 2022 foram criados mais de 43 mil novos empregos no setor eólico, alcançando-se um total de 274 mil empregos. Portanto, o setor de energia eólica se tornou importante na economia, não apenas pela geração de energia limpa, mas também pela criação de empregos e renda na economia.

Gráfico 7 — Empregos diretos e novos empregos no Brasil (em mil)
— 2005-2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ABEEólica (2023).

Todavia, esses números podem ser maiores. Estimativas de Moszoro (2021) mostram que cada milhão de dólares em investimentos no setor energético de economias emergentes, como a do Brasil, tem potencial de gerar entre 11 e 23 empregos. Nesse caso, considerando que foram investidos US\$ 35,8 bilhões no período de 2011 a 2020, pode-se dizer que o setor eólico gerou no mínimo 393 mil empregos, associados aos efeitos diretos, indiretos e induzidos.



Conferência da ONU sobre mudanças climáticas em Kyoto, Japão, dezembro de 1997. O evento formulou o protocolo de Kyoto, primeiro tratado internacional para controle da emissão de gases de efeito estufa

6. DESAFIOS DA ENERGIA EÓLICA NO BRASIL

Apesar do avanço da energia eólica no Brasil nos últimos anos, como o aumento do número de parques eólicos instalados, o aumento da capacidade de produção e a redução nos custos, o setor eólico ainda precisa superar uma série de desafios para que essa fonte de energia se consolide e ganhe mais espaço na matriz elétrica brasileira.

Embora tenha ocorrido uma queda nos custos, o custo médio de produção ainda é alto, e muitas vezes superior ao das fontes convencionais de energias. No entanto, como essa diferença de custo já foi maior, a energia eólica tem se tornando cada vez mais competitiva ante as demais fontes de energias.

Portanto, o principal obstáculo à expansão da energia eólica no Brasil continua sendo o seu custo. Logo, os desafios que o setor eólico no Brasil precisa enfrentar estão relacionados com o custo de produção e com fatores competitivos. Diante disso, vamos enumerar alguns desafios cuja superação permitirá uma maior inserção da energia eólica na matriz elétrica brasileira, correspondente ao seu potencial e com suas externalidades positivas sobre a economia e o meio ambiente.

O primeiro desafio para o setor eólico no Brasil é o de continuar a aumentar sua competitividade, e isso poderá ser feito através do desenvolvimento de novas rotas tecnológicas, das economias de escala de produção e do aprendizado resultante da atividade. Essa competitividade também deve ser buscada através da atração de novas empresas estrangeiras para o mercado brasileiro, de modo que aumente a oferta de aerogeradores e reduzam-se os custos de novos investimentos.

O segundo desafio é continuar com a promoção de políticas públicas para fomentar os investimentos no setor de energia eólica, seja na forma de contratação através de leilões específicos, seja por tarifas *feed in*, subsídios ou desonerações tributárias. A crescente dificuldade de produzir energia hídrica e a necessidade de reduzir as emissões de CO₂ justificam a continuidade das políticas públicas no setor eólico no Brasil.

A redução de CO₂ é importante, mas é preciso que o desenvolvimento dessa energia limpa impacte positivamente no bem-estar da população. Esse é um desafio não apenas para o setor eólico do país, mas também para o governo, o que exige políticas públicas voltadas para esse objetivo

A modernização dos parques eólicos também é um desafio importante, uma vez que nos anos 1990 a potência média das turbinas eólicas era de 550 kW, nos anos 2010 a potência média passou para 2 MW, e as turbinas mais modernas podem chegar até 20 MW de potência, o que permite gerar até 10 vezes mais energia. Todavia, a experiência internacional mostra que se deve ampliar o mercado interno de aerogeradores, de forma que essa modernização deve ser realizada por aerogeradores nacionais.

Além dessa modernização, devem-se buscar formas de continuar a mudança estrutural e estratégica para o desenvolvimento de uma indústria nacional de equipamentos eólicos. Assim, o quarto desafio consiste em construir cadeias produtivas não apenas para a frente, mas principalmente para trás, de forma que se possa gerar uma maior quantidade de empregos indiretos na economia brasileira. Além disso, o desenvolvimento dessa indústria deve ter por objetivo reduzir os custos de produção e, portanto, reduzir o custo do MWh gerado nos parques eólicos.

O desenvolvimento dessa indústria nacional é importante para quebrar o oligopólio existente na produção de aerogeradores, devido ao qual as empresas Vestas, GE Wind, Siemens, WEG, Wobben e Nordex Acciona dominam cerca de 70% do mercado. A quebra dessa estrutura de mercado vai contribuir para o barateamento dos aerogeradores e, assim, reduzir o custo do MWh gerado no país. Esse é um desafio difícil, uma vez que o setor de energia eólica se caracteriza por um elevado nível tecnológico, pela contínua inovação e por ser intensivo em P&D, mas que, com a criação de políticas públicas eficientes, pode ser superado.

O melhoramento do sistema de transmissão da energia gerada nos parques eólicos no Brasil é um desafio ainda presente nos estados produtores. O investimento em linhas de transmissão não tem sido suficiente para escoar a energia produzida, de forma que a produção não é direcionada rapidamente para seus demandantes.

O desenvolvimento de parques *offshore* é outro desafio importante e um passo gigantesco para continuar com o processo de expansão de energia eólica no Brasil. Diante do potencial nacional de 1.200 GW e da complexidade desses parques, o Estado deve atuar para garantir segurança às empresas e à sociedade, criando regulamentações, infraestrutura para as linhas de transmissão e portos.

Com o desenvolvimento dos parques *offshore*, a energia eólica pode ser transformada em hidrogênio, considerado a energia do futuro. Com a guerra entre Rússia e Ucrânia, o interesse por esse combustível aumentou e diversos países estão procurando produzir esse



O Brasil passou de uma produção de energia eólica praticamente insignificante para a sexta maior do mundo, com cerca de 24 GW de capacidade instalada em janeiro de 2023

tipo de energia, de modo que o desafio do Brasil é sair na frente e liderar esse processo globalmente, obtendo uma vantagem em relação aos demais países.

Um último desafio que o setor eólico enfrenta e deve ser uma preocupação constante diz respeito ao papel da energia eólica no desenvolvimento econômico sustentável. As atividades relacionadas a esse setor têm gerado efeitos no sentido de reduzir as desigualdades econômicas e sociais no país e principalmente nas comunidades em que são desenvolvidas? A redução de CO₂ é importante, mas é preciso que o desenvolvimento dessa energia limpa impacte positivamente no bem-estar da população. Esse é um desafio não apenas para o setor eólico do país, mas também para o governo, o que exige políticas públicas voltadas para esse objetivo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disponibilidade de ventos adequados para a produção de energia eólica no Brasil em relação a outros países situa a economia brasileira em posição privilegiada no processo de transição energética em curso no mundo.

Nos últimos dez anos, a capacidade instalada de produção de energia eólica no Brasil cresceu de forma relevante, e, diante da escassez de chuvas nesse período, essa modalidade atuou de forma complementar à energia hidroelétrica. É importante notar que, não fosse essa expansão da energia eólica na última década, o país teria enfrentado problemas sérios para atender à demanda por energia.

Na última década, o setor de energia eólica no país obteve diversos avanços, e se espera que em 2026 alcance uma capacidade instalada superior a 33 GW. Para isso, será necessário enfrentar alguns desafios. O objetivo deste artigo foi mostrar os principais avanços da energia eólica, assim como enumerar alguns desafios que o setor deve enfrentar nos próximos anos.

O Brasil passou de uma produção de energia eólica praticamente insignificante para a sexta maior do mundo, com cerca de 24 GW de capacidade instalada em janeiro de 2023. Isso contribuiu para diversificar a matriz elétrica, tornando-a mais sustentável e ajudando o país a amenizar os efeitos negativos decorrentes da ausência de chuvas na última década.

Em 2021, cerca de 36 milhões de residências podiam ser abastecidas com energia eólica, gerando uma redução de 34 milhões de toneladas na emissão de CO₂, quantidade equivalente à produzida por 34 milhões de automóveis de passeio.

No que diz respeito aos indicadores econômicos, o setor eólico contribuiu com aproximadamente 0,5% a 0,8% do PIB no período de 2011 a 2020, gerando mais de 200 mil empregos no país.

No entanto, o setor eólico ainda deve enfrentar diversos desafios para efetivar sua consolidação, tais como reduzir o custo de produção dos MWh gerados nos parques, desenvolver uma indústria nacional, modernizar os parques eólicos com tecnologia de ponta, explorar as energias do mar através dos parques *offshore*, liderar o processo de produção de hidrogênio verde e transformar o desenvolvimento da energia eólica em desenvolvimento econômico, aumentando o bem-estar das pessoas no país.

* Doutor em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), bacharel e mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa). Pesquisador no campo de Economia Regional, Economia Internacional, Macroeconomia e Metodologia Econômica. Líder do grupo de pesquisas "Laboratório em Economia da Transição Energética". E-mail: jose.silva@ufersa.edu.br

► Texto recebido em 26 de fevereiro de 2023; aprovado em 11 de março de 2023.

- ABEEÓLICA. **Energia eólica**: os bons ventos do Brasil. São Paulo: ABEEólica, 2023. Disponível em: <<https://abeeolica.org.br>>. Acesso em: 28 jan. 2023.
- ACHEAMPONG, Alex O. Economic growth, CO₂ emissions and energy consumption: what causes what and where?. **Energy Economics**, v. 74, p. 677-692, 2018.
- ALVES, José A. **Estimativa da potência, perspectiva e sustentabilidade da energia eólica no estado do Ceará**. 2006. 163 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) — Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.
- BLANCO, Maria I.; RODRIGUES, Glória. Direct employment in the wind energy sector: an EU study. **Energy Policy**, v. 37, n. 8, p. 2847-57, ago. 2009.
- BORGES, Braúlio. **Estimativas dos impactos dinâmicos do setor eólico sobre a economia brasileira**. São Paulo: ABEEólica, fev. 2022. Disponível em: <https://abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Estudo-Braulio_final.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- CASTRO, Nivalde J. et al. **Perspectivas para a energia eólica no Brasil**. Rio de Janeiro: Gesel-UFRJ; Instituto de Economia-UFRJ, mar. 2010. (Texto de Discussão do Setor Elétrico, n. 18.)
- CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, p. 73-84, 2003.
- CEPEL. **Atlas do potencial eólico brasileiro**. Brasília, 2001. Disponível em: <www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/Atlas%20do%20Potencial%20Eolico%20Brasileiro.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- DIÓGENES, Jamil R. F.; CLARO, João; RODRIGUES, José C. Barriers to onshore wind farm implementation in Brazil. **Energy Policy**, v. 128, p. 253-266, 2019.
- EPE. **Matriz energética e elétrica**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- FRANKHAUSER, Samuel et al. Climate change, innovation and jobs. **Climate Policy**, v. 8, n. 4, p. 421, ago. 2008.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. Foto de uma conversa. Paris: 1991. In: BUARQUE, Cristovam. **Entrevista concedida a Cristovam Buarque**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GOLDEMBERG, José. **Energia e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Blucher, 2010. (Série Sustentabilidade.)
- GWEC. **Renewable energy and jobs: annual review 2022**. Abu Dhabi: Irena, 2022. Disponível em: <www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_856649.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- HOCHSTETLER, Kathryn; KOSTKA, Genia. Wind and solar power in Brazil and China: interests, state-business relations, and policy outcomes. **Global Environmental Politics**, v. 15, n. 3, p. 74-94, 2015.
- JUÁREZ, Alberto A. et al. Development of the wind power in Brazil. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 39, p. 828-834, 2014.
- JUNG, Christopher; SCHINDLER, Dirk. On the inter-annual variability of wind energy generation: a case study from Germany. **Applied Energy**, v. 230, n. 15, p. 845-854, 2018.
- KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1936.
- LEUNG, Dennis. Y. C.; YANG, Yuan. Wind energy development and its environmental impact: a review. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 16, p. 1031-1039, 2012.
- LOPEZ, Ricardo A. **Energia eólica**. São Paulo: Artliber, 2002.
- LOSEKANN, Luciano; HALLACK, Michelle. Novas energias renováveis no Brasil: desafios e oportunidades. In: NEGRI, João Alberto de; ARAÚJO, Bruno César; BACELETTE, Ricardo (Ed.). **Desafios da nação**: artigos de apoio. Brasília: Ipea, 2018. v. 2, p. 631-655.
- LUCENA, Juliana A. Y.; LUCENA, Klayton A. A. Wind energy in Brazil: an overview and perspectives under the triple bottom line. **Clean Energy**, v. 3, n. 2, p. 69-84, 2019.
- LUCON, Oswaldo; GOLDEMBERG, José. Crise financeira, energia e sustentabilidade no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 65, p. 121-130, 2009.

MACEDO, Luziene Dantas de. **Produção de energia elétrica por fonte eólica no Brasil e aspectos de seu impacto na região Nordeste e Rio Grande do Norte**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MELO, Elbia. Fonte eólica de energia: aspectos de inserção, tecnologia e competitividade. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 77, p. 125-142, 2013.

MOSZORO, Marian. **The direct employment impact of public investment**. International Monetary Fund, 2021.

OEBELS, Kerstin B.; PACCA, Sergio. Life cycle assessment of an onshore wind farm located at the northeastern coast of Brazil. **Renewable Energy**, v. 53, p. 60-70, 2013.

OLIVEIRA NETO, Calisto R.; APOLINÁRIO, Valdenia; LIMA, Elaine C. Expansão da energia eólica no Rio Grande do Norte: uma interpretação para o desenvolvimento. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 22, p. 294-306, 2018.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

SACHS, Ignacy. A revolução energética do século XX. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 21-38, 2007.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. The concept of development. In: CHENERY, Hollis; SRINIVASAN, T. N. (Ed.). **Handbook of development economics**. Amsterdam: North-Holland, 1998. v. 1, p. 10-26.

SHAMSHIRBAND, Shahaboddin et al. Wind turbine power coefficient estimation by soft computing methodologies: comparative study. **Energy Conversion and Management**, v. 81, p. 520-526, 2014.

SILMAS, Moana; PACCA, Sergio. Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 77, p. 99-115, 2013.

VOGEL, Eugenio et al. A novel method to optimize electricity generation from wind energy. **Renewable Energy**, v. 126, p. 724-735, 2018.

ZERRIFFI, Hisham; WILSON, Elizabeth. Leapfrogging over development?: promoting rural renewables for climate change mitigation. **Energy Policy**, v. 38, n. 4, p. 1689-1700, abr. 2010.

Os romances de fazenda de José de Alencar

Uma nova narrativa sobre a formação da nacionalidade

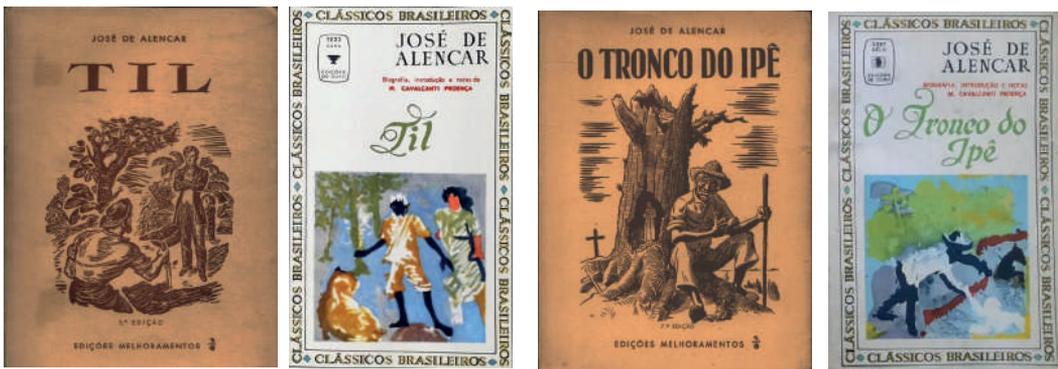
The plantation novels of José de Alencar

A new narrative on the formation of national identity

Júlio César de Oliveira Vellozo*

Henrique Garbellini Cárnio**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.011>



Capas de antigas edições de *Til* e *O tronco do Ipê*, romances de José Alencar

Resolve-se a escravidão pela absorção de uma raça por outra. Cada movimento coesivo das forças contrárias é um passo a mais para o nivelamento das castas e um impulso em bem da emancipação. Chegado o termo fatal, produzido o amálgama, a escravidão cai decrépita e exânime de si mesma, sem arranco nem convulsão, como o ancião consumido pela longevidade que se despede da existência adormecendo. Mas, antes do seu prazo, quem fere mortalmente uma lei, derrama sangue, como se apunhalara um homem.

Alencar (1866)

Quando se imagina José de Alencar, um escritor profissional a se interessar pela política, estão se invertendo os termos da questão: a política é que era o seu país, a sua nação de nascimento. Da política é que ele teve que fugir e desgarrar-se, para poder se entregar à literatura, à sua poderosa e invencível vocação de ficcionista. E, aliás, essa fuga foi sempre parcial, pois a imposição da política, o ambiente político, não o abandonam mais.

Queiroz (1977)

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.011>

RESUMO

O artigo sustenta a hipótese de que os romances *O tronco do ipê* (1871) e *Til* (1872) representam uma profunda reconfiguração da narrativa sobre a nacionalidade elaborada por José Alencar em obras como *O Guarani* (1858) e *Iracema* (1865). Esses “romances de fazenda” foram escritos em meio às batalhas sobre o futuro da escravidão, nas quais Alencar atuou como um dos chefes do grupo escravista no parlamento brasileiro. Para sustentar suas posições — a manutenção do cativo e a rejeição da Lei do Ventre Livre (1871) —, Alencar elaborou uma verdadeira teoria sobre o processo de formação da nacionalidade. Essa visão, no entanto, contrastava com o seu romance indigenista, ponto de apoio mais relevante do discurso sobre a identidade nacional realizado durante o Império. Antes, as matas amplas eram o lugar do encontro mítico entre autóctones e europeus, realizado em um tempo cronológico etéreo e indefinido. Agora, a fazenda escravista, em sua limitação espacial de ambiente privado, era a paisagem da integração e amálgama hierarquizado das raças, processo que estava em curso e que não deveria ser acelerado artificialmente pelas medidas emancipacionistas.

Palavras-chave: José de Alencar. *O tronco do ipê*. Romance. Lei do Ventre Livre. Formação da nacionalidade.

ABSTRACT

This article supports the hypothesis that the novels *O tronco do ipê* (1871) and *Til* (1872) are a significant reconfiguration of José Alencar’s narrative on national identity in books such as *O Guarani* (1858) and *Iracema* (1865). These “plantation novels” were written amidst the struggle surrounding the future of slavery, in which Alencar was one of the leaders of the so-called slaveholding group in the Brazilian parliament. In order to support his argument of maintaining slave ownership and rejecting the 1871 Free Birth Law (Lei do Ventre Livre, in Portuguese), Alencar devised an established theory on the formation of national identity. However, this view contrasted with that of his indigenous novel, the most relevant point of support for the discussion on national identity during the Empire of Brazil. Whereas before, vast open landscapes were the scene of encounters between native people and Europeans across an ethereal and undefined timeframe, now, the enclosed space of the private slave-owning plantation was the setting for the integration and hierarchical amalgamation of the races, a process already underway that should not be artificially accelerated by abolitionist measures.

Keywords: José de Alencar. *O tronco do ipê*. Novel. Free Birth Law.



Estátua do romancista e político cearense José de Alencar (1829-1877), em praça que leva seu nome no bairro do Flamengo, Rio de Janeiro (RJ)

1. INTRODUÇÃO

Entre 1871 e 1872, José de Alencar (1829-1877) publicou dois romances: *O tronco do ipê* e *Til*, ambos assinados com o nome Sênio e carregando a inscrição *romance brasileiro* como subtítulo¹. Conforme Rachel de Queiroz afirma na citação acima, Alencar, sem deixar de ser um romancista de grande talento, era, no fundamental, um político, e a leitura de suas obras feita à luz de sua trajetória como homem público é fecunda tanto para a compreensão dos romances dele quanto para os estudos sobre as ideias do autor.

A nossa hipótese é a de que *O tronco do ipê* e *Til* trazem uma alteração da narrativa da nacionalidade que o autor havia construído em obras como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865). Essa narrativa estruturava os pilares mais importantes da construção identitária sustentada pelo Império e estava apoiada na tese de que o nascimento do Brasil e de seu povo seriam produto da fusão entre o elemento indígena e o europeu, sendo a vasta natureza do país o ambiente no qual se viabilizou esse intercuro. Esse indigenismo romântico, do qual a obra de Alencar foi a expressão mais alta, ainda que não única, havia excluído o negro da participação no cadinho de raças que deu origem ao país. A razão para isso é tão perversa quanto lógica: se fosse admitida a ideia de que os negros faziam parte da formação do brasileiro, como justificar a manutenção do cativo?

Ao final da década de 1860, o país passou a viver uma nova conjuntura, provocada, por um lado, pela crise gerada pelos impasses da Guerra do Paraguai, e, por outro, pelas pres-

¹ Façanha (2017), em obra seminal, explorou de forma bastante produtiva a relação entre as derrotas de Alencar e *O tronco do ipê*, ressaltando nesses marcos a escolha do termo Sênio como signo da sensação de esgotamento do tempo que Alencar experimentava.

sões crescentes contra a escravidão, agudizadas pelo fim do cativeiro nos EUA em 1865 (PARRON, 2011) e pela ascensão do movimento abolicionista (ALONSO, 2015). Alencar se alinhava aos parlamentares que combateram o movimento abolicionista e se contrapuseram às iniciativas parlamentares que apontavam no sentido da abolição. Foi além, fornecendo bases teóricas que sustentavam a importância da escravidão para o país e a necessidade de manutenção do cativeiro por mais tempo. Essas ideias estavam assentadas em uma visão positiva do sistema escravista, segundo a qual, além de todo o benefício econômico que havia trazido

ao país, a escravidão teria sido responsável por construir as bases civilizacionais do Brasil. Essa construção estava em curso, acontecendo em um locus específico, a fazenda escravista, e consistia em um processo de amálgama de raças que daria origem ao povo brasileiro. Toda essa formulação encontra-se registrada em discursos parlamentares, opúsculos, panfletos e artigos de jornal produzidos pelo autor nesse período, e pode ser encontrada em versão concentrada em uma série de cartas públicas dirigidas por Alencar ao imperador entre 1865 e 1868, antes, portanto, do momento mais agudo da batalha entre escravistas e antiescravistas. Essas cartas abordam outras questões, mas o principal assunto das missivas públicas, especialmente das cartas II, III e IV, é a defesa do sistema escravista no Brasil (ALENCAR, 1999). Por causa desse conteúdo, provavelmente, a série foi excluída de todas as publicações das obras do autor no século XX. Pouco tempo depois, quando o embate se agudizou, Alencar mobilizou o esquema teórico registrado naqueles textos que, naquela altura, já haviam sido publicados pelo próprio autor no formato de livro.

A publicação de *O tronco do ipê* e de *Til* marca, em nossa visão, a dimensão literária dessa complexa formulação, tecida de acordo com os interesses dos escravistas brasileiros. Dito de outra maneira, a defesa da escravidão feita por Alencar, baseada em uma verdadeira teoria da história, punha em xeque o indigenismo alencariano presente nas obras anteriores, e o ajuste veio nos romances de fazenda do início da década de 1870, que adotavam outra posição, na qual estava em curso o processo de formação do povo brasileiro, e ele inclui os negros, em uma integração hierarquizada e subordinada.

Uma demonstração bastante clara da diferença entre os dois discursos — o dos romances indigenistas e o desses dois romances de fazenda — é que *Til* e *O tronco do ipê*, que apresentam a fazenda como locus desse processo de integração de raças, eram baseados fundamentalmente na história. Em primeiro lugar, em leis gerais da história humana, como a que determinava que o escravismo era uma passagem obrigatória da construção de qualquer tipo de civilização avançada, o que podia ser demonstrado pelas experiências grega e romana. Em segundo lugar, nas contingências do processo histórico brasileiro, no qual a escravidão maciça foi o único meio à disposição dos colonizadores para estabelecer uma

A nossa hipótese é a de que *O tronco do ipê* e *Til* trazem uma alteração da narrativa da nacionalidade que o autor havia construído em obras como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865)



Biblioteca Nacional

Charge sobre o projeto da Lei do Ventre Livre publicada na revista satírica *Semana Illustrada*, que circulou entre 1860 e 1876

civilização agrícola nos trópicos, e ela mesma, realizando a sua atividade até o esgotamento, seria a responsável por forjar a unidade nacional, através do amálgama das raças. O paradoxo aparente, que pode obscurecer essa realidade, é que esse processo, apesar de histórico, ainda está em curso. Tanto assim que tanto *Til* quanto *O tronco do ipê* situam o seu presente da narrativa no século XIX, ou seja, no tempo de Alencar, dos debates sobre escravidão, do Brasil independente.

Enquanto isso, tanto em *Iracema* quanto em *O Guarani*, o tempo não é o da história, ou o da dinâmica teleológica, mas o do mito. Por mais que sejam romances que se passam em um tempo distante, não são romances históricos e neles temos um tempo abstrato e pouco nítido. No caso de *Iracema*, por exemplo, a obra tem como subtítulo *Lenda do Ceará*, o que mostra um pouco desse sentido. Segundo Haroldo de Campos, que usa a ferramenta bakhtiniana do “cronotopo” (BAKHTIN, 2013; 2014) para fazer uma análise luminosa de *Iracema*:

Elegendo o cronotopo fabular de raiz folclórica, *Iracema* recua para a pré-história do *epos*: articula-se como um “mito de origem”, exposto, do ponto de vista estrutural, em termos de raconto simbólico de aventuras e matizado de momentos idílico-pastorais (Brito Broca falou em “verdadeiras pastorais”, em que há muito de conto de fada”, referindo-se a essa fase da produção alencariana [...]) (CAMPOS, 1990).

Em suma, coube ao autor resolver o descompasso entre o conteúdo expresso nos romances indigenistas e o que ele havia afirmado nas cartas ao imperador, na tribuna do parlamento e em suas colunas nos jornais nesse momento posterior. Cumpria aos romances de fazenda, como *Til* e *O tronco do ipê*, pôr a obra de Alencar a par dessa nova elaboração, da qual o autor se orgulhava.

A presença da escravidão nas obras de Alencar é significativa. Conforme demonstram análises que combinam história e literatura, como as de Sidney Chalhoub e Dayana Façanha, tanto as personagens quanto o ambiente escravista foram tratados como matéria complexa pelo autor. Mais do que isso, se comparados com os escravizados descritos em romances de muitos outros autores, os criados por Alencar costumam ter agência, ainda que,

em boa parte dos casos, a ação aconteça na forma da intriga, das posturas pouco leais, das tentativas permanentes de obter vantagens. No caso dos romances de fazenda, que são os que interessam diretamente ao artigo, a escravidão é absolutamente central. Neles, a fazenda escravista é apresentada em sua dinâmica de organismo vivo no qual o cativo pulsa, entra no metabolismo da vida cotidiana e, segundo as teorias que Alencar exposara para defender a manutenção do cativo por tempo indefinido, vai exaurindo o seu papel benfazejo ao país e aos escravizados.

A opção por narrativas da decadência — *Til* e *O tronco do ipê* podem ser vistos nessa chave, de uma sensação geral de decaimento e de fim de carreira— é uma metáfora daquele momento da vida do autor. Ecoam, também, a decadência que Alencar previa para a economia, para o país e para o futuro da monarquia constitucional com o fim precipitado da escravidão e o que ele considerava um violento ataque à propriedade.

Para cumprir o objetivo de analisar essas questões, começaremos expondo o contexto no qual Alencar reformulou sua visão sobre a origem da nacionalidade. Em seguida, veremos como essas elaborações penetraram um dos romances em questão, *O tronco do ipê*.

2. TEMPO DE DERROTAS

Apesar de ter sido uma figura decisiva na vida política e cultural do Segundo Reinado (1840-1889), José de Alencar teve relações difíceis com o imperador Pedro II. É provável que o problema tenha se iniciado com os ataques feitos pelo escritor ao poema *A Confeiração dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, publicado em 1856 no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, do qual Alencar era editor (CASTELLO, 1953). O poema foi resultado de um complexo debate travado pela elite intelectual brasileira acerca da identidade que o país deveria assumir diante do mundo. O desafio não era simples, tratava-se de construir uma narrativa com continuidade em relação a Portugal, mas também como ruptura, com ênfase nesta última.

A conclusão dessa elaboração apontou para a ideia de que o Brasil e os brasileiros eram a resultante do encontro entre indígenas e europeus. Letrados organizados em torno de instrumentos como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a revista *Niterói* eram próximos a dom Pedro II e pretendiam fornecer obras que dessem suporte a essa construção da nacionalidade, as quais desempenhariam um papel semelhante ao que outras obras de arte tiveram em diversos países (SOMMER, 2004).

Embora aderisse à narrativa indigenista formulada por esses intelectuais que se reuniam em torno do imperador, Alencar considerou o poema de Magalhães inadequado para a tarefa. Em sua visão, além de faltar qualidade literária à obra, o autor teria pecado ao escolher o gênero épico em estilo antigo e enveredar por uma idealização extremada do indígena. Mal escondido detrás de um pseudônimo, o escritor bombardeou o poema em uma série de oito artigos que despertaram verdadeiro furor da facção áulico-letrada, que reagiu com virulência². Até o imperador, também escondido por um pseudônimo, escreveu para os jornais defendendo a obra de seu protegido. A contraofensiva palaciana não foi suficiente e as críticas,

² "Escreveríamos um poema, mas não um poema épico, um verdadeiro poema nacional, onde tudo fosse novo, desde o pensamento até a forma, desde a imagem até o verso. A forma com que Homero cantou os gregos não serve para cantar os índios; o verso que disse as desgraças de Troia e os combates mitológicos não pôde exprimir as tristes endeixas do Guanabara, e as tradições selvagens da América." (ALENCAR, 1856, p. 25)



Assinatura da Lei Áurea no Paço Imperial, 13 de maio de 1888. Rio de Janeiro (RJ)

dentre elas a do jovem Alencar, inviabilizaram as pretensões de que *A Confederação dos Tamboios*, de Gonçalves de Magalhães, ocupasse o lugar de poema de fundação da nacionalidade. Um ano depois, Alencar moveria sua própria pedra no tabuleiro ao publicar *O Guarani*, obra que, na prática, se impôs como a realização mais importante do indigenismo brasileiro.

Considerando-se a liderança exercida por Gonçalves de Magalhães no incipiente campo literário nacional e a ambição do jovem Alencar de conquistar um lugar ao sol nas letras brasileiras, seus ataques podem ser lidos como um ato de coragem. Ao tratar da força de Magalhães sobre seus pares, Antonio Candido afirma que

é provável que a maior influência individual jamais exercida sobre contemporâneos tenha sido, na literatura brasileira, a de Gonçalves de Magalhães. Durante pelo menos dez anos ele foi a literatura brasileira: a impressão de quem lê artigos e prefácios daquele tempo é que só se ingressava nela com o seu visto (CANDIDO, 2009, p. 375).

Poucos anos depois desse conflito inicial, um novo embate oporia Alencar à Coroa: a escravidão. Em julho de 1866, um manifesto de intelectuais franceses clamando pelo fim do cativo aportou no Brasil. Articulado por Abílio Borges, um dos precursores da luta abolicionista, o texto era assinado por diversas personalidades do meio intelectual francês (ALONSO, 2015). Dentre as assinaturas, a de François Guizot deve ter causado especial impacto. Historiador e homem de Estado, seus escritos e sua atuação pública marcaram a primeira metade do século XIX, tendo bastante repercussão entre os leitores brasileiros mais sofisticados³. Quando o manifesto foi divulgado, dom Pedro II se preparava para uma viagem à Europa, aumentando o embaraço de alguém que se esmerava em cultivar a imagem

³ Para exemplos da influência de Guizot sobre Alencar e seus contemporâneos, ver Alencar (1868) e Uruguai (1862).

internacional de um intelectual liberal, culto e sofisticado. As pressões contra a Coroa pelo fim da escravidão eram reforçadas pelo isolamento internacional do país. Com o fim da guerra civil nos Estados Unidos, em 1865, o Brasil passava a ser a única nação independente de todas as Américas a manter o cativo. Ao seu lado, somente a colônia espanhola de Cuba, e, ainda assim, a Espanha se preparava para adotar uma lei que libertaria os filhos das escravas e que seria aprovada pouco depois, em 1870. O imperador respondeu à carta dos franceses dizendo que a abolição era apenas uma questão de circunstância. Começava ali a valsa mórbida da Coroa em relação à sorte dos cativos: dois passos para lá, em direção à abolição, dois para cá, fortalecendo o sistema escravista. O resultado era uma movimentação de soma zero e uma postura que, na prática, mantinha o *status quo* da situação escravocrata, adiando ao máximo a abolição.

Poucos meses após o manifesto francês, a Coroa sofreu um novo constrangimento, desta vez pela ação de um velho conservador — o visconde de São Vicente —, que pautou a questão no Conselho de Estado, sustentando que o isolamento brasileiro era grave. “Resta só o Brasil, resta o Brasil só”, exclamava, buscando a adesão dos demais membros do órgão (ALONSO, 2015). A maioria do Conselho, no entanto, seguiu a opinião de Itaboraí, colega de partido do visconde que advertiu para o perigo que a mera circulação da ideia do ventre livre poderia causar. Era o velho receio de um levante escravo, o pesadelo de que o Brasil se transformasse em uma nova São Domingos (MOREL, 2018).

Em meio às pressões, em 1867, dom Pedro II introduziu em sua fala do trono — discurso que inaugurava o ano legislativo, apresentando as questões que o Poder Executivo considerava mais importantes para o próximo período — a necessidade de iniciar o debate sobre “o elemento servil”. Os termos eram cautelosos⁴, tratava-se de discutir o melhor meio de promover a emancipação, “respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria, a agricultura” (ALONSO, 2015, p. 222). As pequenas sinalizações do trono no sentido da abolição fizeram com que Alencar, um defensor da manutenção do cativo, atacasse a Coroa de forma bastante frontal e dura. Veremos, quando analisarmos o romance, os complexos e sofisticados caminhos teóricos construídos pelo autor para defender a manutenção do cativo e como eles se refletiram nos chamados romances de fazenda de Alencar.

O gabinete da vez, liderado por Zacarias de Góis e Vasconcelos, estava disposto a dar passos no sentido da emancipação dos cativos, começando pelo ventre livre. O imperador, no entanto, acabou por demiti-lo, premido por divergências graves entre o ministro e o duque de Caxias sobre como dar encaminhamento à Guerra do Paraguai. A escolha do substituto foi um balde de água fria nos projetos abolicionistas: dom Pedro II convocou o visconde de Itaboraí, um escravista dos mais convictos. Uma vez no cargo, Itaboraí montou um ministério com a fina flor dos conservadores mais radicalmente contrários a qualquer avanço na pauta abolicionista, dentre eles o deputado José de Alencar, que ocupou a pasta da Justiça.

Apeados do poder, os liberais radicalizaram e passaram a questionar as bases do regime monárquico, abrindo uma brecha que o movimento abolicionista, ainda em formação,

⁴ “O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual e sem abalo profundo em nossa primeira indústria, a agricultura, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação.” (ALONSO, 2015, p. 222)

soube aproveitar. Com a queda de Zacarias, o debate sobre o futuro do Império se escancarou e as críticas ao regime se tornaram mais profundas e sistêmicas. Estava inaugurada a dinâmica que levaria primeiro a uma lenta erosão do sistema, depois à inviabilização das condições de continuidade da monarquia.

Antes disso, a posição de dom Pedro II era bastante preservada por uma regra de ouro das monarquias constitucionais: o mecanismo da responsabilidade dos ministros. Ela estabelecia uma espécie de tecnologia constitucional complexa, na qual o rei era, como nas monarquias do Antigo Regime, inviolável, uma figura sacra, que não podia ser responsabilizada nem penal nem civil nem politicamente. Como contrapartida necessária em um sistema constitucional, cabia aos ministros a responsabilidade caso os atos do Poder Executivo fossem abusivos ou contrários às leis. A maneira concreta de garantir isso era bastante simples: nenhum ato da Coroa tinha validade sem a assinatura de um ministro que pudesse se responsabilizar por ele. Esse arranjo foi comum a quase todas as experiências monárquico-constitucionais do período e permitia que qualquer particular pudesse prestar queixa por atos abusivos do Poder Executivo, quer fosse através de mecanismos processuais, diante do parlamento ou por via de petições. Essa medida conciliava certa proteção dos particulares contra possíveis abusos governamentais e o resguardo da figura real, que deveria ser mantida em uma esfera protegida, preservando o regime monárquico dos desgastes da lide política cotidiana (VELLOZO, 2017).

Quando os liberais partiram para o ataque contra o trono e o ministério de 16 de julho, Alencar saiu em defesa do gabinete do qual fazia parte. Nabuco de Araújo, que havia redigido o “Manifesto do Centro Liberal”, e Zacarias de Góis, senador derrubado da Chefia do Gabinete, alvos preferenciais do escritor cearense, revidaram com igual dureza. Esse processo sagrou Alencar como um polemista respeitado no Império, granjeando inimigos e admiradores e queimando definitivamente todas as pontes com os liberais. Passada a água morna do período que ficou conhecido como Conciliação, os termos do debate estavam muito radicalizados, e a luta era sem quartel.

Um grande escorregão, no entanto, se aproximava. Quando Alencar ocupava o Ministério da Justiça, as eleições senatoriais da província do Ceará, pela qual era deputado, foram canceladas e remarçadas. Isso abriu a chance de que Alencar disputasse o cargo, entrando na lista sêxtupla que o pleito produziria⁵. Por seu caráter vitalício, o cargo de senador era o ponto alto da carreira política no Império: cientes de sua estabilidade, os ocupantes podiam dispensar favores de partidos e gabinetes ministeriais e exercer toda a sua independência crítica. Quando decidiu se candidatar ao Senado, o escritor cearense fez uma consulta ao imperador, que sutilmente o aconselhou a desistir da ideia (VIANNA FILHO, 2018 p. 238-239), apontando para a inadequação de ter um ministro pleiteando o Senado. Diante dessa ressalva, Alencar argumentou que outros ministros já haviam se candidatado e sido eleitos, ao que o imperador pareceu anuir. O escritor cearense não entendeu a posição do imperador como um veto e decidiu concorrer mesmo permanecendo no ministério. Embora Alencar tenha ficado em primeiro lugar na votação, foi preterido na escolha. Extremamente dolorosa para o escritor, essa rejeição azedou de vez as relações entre Alencar e Pedro II.

Sua presença no ministério também foi problemática. Quando o gabinete de 16 de

⁵ Segundo a Constituição de 1824, os três candidatos mais votados para o Senado formavam uma lista triplíce, da qual o imperador deveria escolher o vencedor. A lista que chegou ao imperador, neste caso específico, era sêxtupla, porque havia duas vagas em disputa.

julho foi montado, Alencar ainda era muito jovem e afirmou que a única pasta que se sentia preparado para ocupar era a da Justiça. Tirando a Chefia do Gabinete, esse era o posto mais importante, pelas atribuições que lhe cabiam. Diante disso, o barão de Cotegipe — uma das cabeças mais brilhantes da política imperial — aceitou ser deslocado da pasta da Justiça, para a qual já havia sido escalado, para a da Marinha, permitindo que Alencar entrasse no governo na função que desejava. Uma vez iniciado o governo, o velho líder baiano constantemente se imiscuia nos assuntos da Justiça, especialmente nas reuniões do gabinete. Os conflitos foram se acumulando, sobretudo quando Alencar apresentou uma série de projetos ao parlamento, dentre eles uma proposta de reforma da Guarda Nacional com a qual muitos dos conservadores não estavam de acordo. O escritor era um crítico radical do formato das eleições brasileiras e do funcionamento geral do sistema representativo, nutrindo um desprezo especial pelo uso eleitoral da Guarda Nacional (SANTOS, 1991). Segundo Alencar, o recrutamento para a guarda era utilizado para perseguir adversários políticos e acabava funcionando como um mecanismo de interferência nas eleições.

Sem apoio dos conservadores para essa e outras reformas — que pareciam mais próximas da pauta liberal —, Alencar tampouco gozava do apoio liberal. O embate por ocasião da publicação do “Manifesto liberal” causou um desgaste entre o escritor e a bancada opositora, que se recusou a participar do último pleito e a sequer dialogar com o escritor. Somado aos conflitos com Cotegipe, esse isolamento acabou inviabilizando sua permanência no cargo.

Preterido pelo imperador, derrubado do ministério e isolado em uma Câmara dos Deputados totalmente dominada por seu próprio partido, Alencar se enclausurou com suas mágoas. Incapaz de digerir essa sequência de derrotas, foi à tribuna da Câmara dos Deputados decidido a combater seus adversários dentro do Partido Conservador, construindo uma interpretação sobre suas derrotas que não encontrou qualquer eco entre os colegas. Para o romancista, sua saída do ministério se devia a uma recusa em transigir com os métodos mandonistas de outros colegas de gabinete, especialmente de Cotegipe, e pela indisposição diante da tendência do imperador para o mando pessoal. Alencar considerava que caíra de pé, orgulhoso de sua defesa intransigente do sistema representativo e da Constituição, que não se coadunavam com métodos arbitrários. Diante das acusações, Cotegipe foi à tribuna apresentar sua própria interpretação dos fatos. Para ele, a queda de Alencar se devia à sua intransigência, dificuldade de construir consensos e indisposição para transações típicas de um governo de gabinete. O duelo no púlpito da Câmara coroou Cotegipe como vencedor, o que se registra nos anais da casa, que mencionam como os parlamentares se derramavam em aplausos e risos diante do sarcasmo cortante de Cotegipe e reagiam com silêncio e hostilidade contra a autodefesa arrogante do escritor.

Com a queda do gabinete de Cotegipe, depois de um gabinete de transição liderado pelo marquês de São Vicente, ascende ao poder o barão do Rio Branco, que seria responsável pelo encaminhamento de uma série de reformas decisivas, dentre elas a Lei do Ventre Livre. Diante desse cenário, Alencar se uniu à minoria escravista, fazendo dura oposição ao novo ministério e combatendo com especial afinco a lei que libertava a futura prole das escravas. A luta contra o ventre livre retira o escritor do isolamento em que se encontrava, mas o põe mais uma vez nadando contra a corrente, que era favorável ao sentimento abolicionista. Diante da perspectiva de medidas que apontavam no sentido da abolição, a argumentação do autor era apocalíptica: pondo em xeque o direito de propriedade, o imperador abria um

fosso que poderia consumir a própria monarquia; abrindo no coração dos escravos a expectativa da liberdade, surgia no horizonte imediato a revolta escrava, que mergulharia o país nas trevas da insurreição. Aprovada a Lei do Ventre Livre — talvez a maior batalha da história do parlamento brasileiro —, Alencar colecionou mais um dissabor.

Foi nesse contexto que o romancista escreveu *O tronco do ipê e Til*.

3. O TRONCO DO IPÊ

Focando a fazenda Nossa Senhora do Boqueirão, *O tronco do ipê* é uma espécie de biografia de uma unidade produtiva, que se inicia no auge dela e conclui-se com a sua decadência. Nele, a fazenda não é um simples lócus onde o enredo se desenrola, mas o ponto central da narrativa. Embora a maior parte da fortuna crítica se concentre sobre as personagens, especialmente sobre Mário, cuja trajetória é narrada desde a adolescência até a vida adulta, a centralidade da fazenda é posta desde a abertura do livro, quando o narrador descreve a propriedade escravista em 1850, ano decisivo para a história do Império por marcar o fim do tráfico de escravos:

Era linda a situação da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão. As águas majestosas do Paraíba regavam aquelas terras fertilíssimas, cobertas de abundantes lavouras e extensas matas virgens. A casa de habitação chamada pelos pretos casa-grande, vasto e custoso edifício, estava assentada no cimo de formosa colina, donde se descortinava um soberbo horizonte.

Assomava ao longe, emergindo do azul do céu, o dorso acantilado da Serra do Mar, que ainda o cavalo a vapor não escarvara com a férrea úngula.

Das abas da montanha desciam, como sanefas e bambolins de verde brocado, as florestas que ensombravam o leito do rio.

Às vezes tardo e indolente, outras rápido e estrepitoso com a crescente das águas que o intumesciam, assemelhava-se o Paraíba na calma, como na agitação, a um píton antediluviano coleando através da antiga selva brasileira.

(ALENCAR, 2013, p. 15)

Além de descrever a beleza física do lugar, propiciada por uma localização privilegiada, às margens do rio Paraíba, José de Alencar ressalta os predicados da fazenda que estariam ligados à sua prosperidade econômica:

Mais longe, derramados pelo vale, via-se o monjolo, a bolandeira, o moinho, a serraria, tocados pela água de um ribeiro que serpejava rumorejando entre as margens pedregosas.

À direita da casa, onde se erguia a alva capelinha da fazenda, sob a invocação de Nossa Senhora, a colina declinando-se com suave depressão ia morrer às margens do Paraíba. Desse lado encontrava-se o jardim, o pomar, a horta e vários sítios de recreio arranjados com muito gosto.

Se a natureza brasileira, tocada pela arte europeia, perdia ali a flor nativa e a graça indígena, em compensação tornava-se mais faceira.

(ALENCAR, 2013, p. 17)



Fazenda do Vale do Paraíba, com a casa-grande ao fundo e a senzala à frente. Litografia do livro *Brazil pittoresco*, de 1859

Nessa descrição que abre o romance, também desponta aquela que será a marca da narrativa alencariana da década de 1870: o caráter complementar, integrado, criador e naturalmente harmônico das relações entre escravos e senhores. Todos os sítios nos quais se desenvolvia o trabalho — a habitação do administrador, as senzalas dos escravos, as fábricas e casas de lavoura — ocupavam o mesmo lado do terreno, formando um paralelogramo: figura geométrica que denota a harmonia entre os diversos elementos que faziam da fazenda Nossa Senhora do Boqueirão e, por extensão, do Brasil, uma unidade produtiva próspera:

Nas fraldas da colina à esquerda estavam as fábricas e casas de lavoura, a habitação do administrador da fazenda e as senzalas dos escravos. Todos esses edifícios formavam um vasto paralelogramo, com um pátio no centro; para esse pátio, fechado por um grande portão de ferro, abriam os cubículos das senzalas (ALENCAR, 2013, p. 16).

Após essa descrição bucólica, que buscar criar uma afeição pela propriedade, o narrador anuncia de supetão — em um parágrafo curto e soturno — que todo aquele idílio encontra-se no passado, uma vez que a fazenda Nossa Senhora do Boqueirão já não existe mais:

Tudo isso desapareceu: a fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão já não existe. Os edifícios arruinaram-se, as plantações em grande parte ao abandono morreram sufocadas pelo mato; e as terras, afinal retalhadas, foram reunidas a outras propriedades (ALENCAR, 2013, p. 16).

Além de quebrar o clima narrativo que vinha sendo construído, a sentença estabelece uma cisão temporal que aparta o narrador dos fatos narrados. Se antes o emprego do

Para oferecer ao escravismo brasileiro uma teoria que sustentasse o adiamento do fim do cativo, Alencar apresentava um novo cenário — a fazenda — como local que havia posto as raças em fricção, possibilitando que a integração acontecesse

pretérito imperfeito usado na descrição não nos permitia saber se aquele cenário do passado encontrava continuidade no presente, agora fica clara a condição de relíquia perdida da Nossa Senhora do Boqueirão, e a narrativa passa a se dedicar ao relato das condições que levaram ao seu esfacelamento. Ainda nesse curto parágrafo, o narrador identifica as razões para o fim de uma propriedade como essa: a ausência de trabalho, que leva as coisas a um estado de natureza; e a fragmentação da unidade territorial.

Outro indício de que o romance é fundamentalmente uma história da fazenda é que todo o enredo se desenvolve dentro da propriedade. Ou o cenário é a “habitação chamada pelos pretos casa-grande”, ou o local habitado por Benedito e sua companheira Chica, ou as plantações e matas da fazenda — tudo parte da Nossa Senhora do Boqueirão. Quando Mário, sobre quem falaremos a seguir, sai da propriedade para estudar na capital, o personagem desaparece, porque somente o que ocorre na fazenda interessa. Mário renasce na trama quando atravessa a porteira da propriedade, retornando, já adulto, formado em Engenharia e Letras e pronto para o casamento. Na narrativa alencariana, todas as mortes, casamentos, nascimentos, tragédias, polêmicas, humilhações, brincadeiras infantis, cenas que denotam a sordidez da política imperial têm a fazenda com cenário.

Essa escolha não é fortuita, o escritor cearense vinha defendendo a tese de que o Brasil havia se formado como civilização nas grandes fazendas do país, justamente em função da existência da escravidão. Essas unidades produtivas eram responsáveis pela formação do caráter dos homens públicos, pela produção agrícola que garantia a riqueza da nação e, mais importante do que isso, pelo processo lento, porém seguro, de assimilação das raças dominadas pelas raças dominantes. Para Alencar, quando duas raças distintas eram postas em contato, o natural era que elas se repelissem mutuamente, afastando-se e inviabilizando qualquer processo de integração. A existência da escravidão e seu desenvolvimento no seio da fazenda escravista haviam forçado a manutenção do contato, da troca e da fusão. Em suas palavras:

A repulsão e o amálgama das raças humanas são duas leis de fisiologia social tão poderosas como na física os princípios da impenetrabilidade e coesão.

Integralmente, raças diversas não podem coabitar o mesmo país como não podem corpos estranhos ocupar simultâneos o mesmo espaço. Os indivíduos, porém, que formam

as moléculas das diferentes espécies, aderem mutuamente e se confundem em nova família do gênero humano.

Ninguém desconhece, todavia, quanto é lenta esta coesão ou amálgama de raças. Demanda séculos e séculos semelhante operação etnográfica; e traz graves abalos à sociedade. A tradição e caráter, que formam a originalidade de cada grupo da espécie humana, não se diluem sem aturado e contínuo esforço.

Desde que por uma necessidade suprema e indeclinável a raça africana entrou nesse continente e compôs em larga escala sua população; infalivelmente submeteu-se à ação deste princípio adesivo, ao qual não escapou ainda uma só família humana. Eis um dos resultados benéficos do tráfico. Cumpre não esquecer, quando se trata desta questão importante, que a raça branca, embora reduzisse o africano à condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contato, como pela transfusão do homem civilizado.

Mas, meu senhor, que força maior sufocou a invencível repulsão das duas espécies humanas mais repugnantes entre si, a ponto de as concentrar no mesmo solo durante trezentos e cinquenta anos?

A escravidão; a aliagem artificial, que supre e prepara o amálgama natural. Sem a pressão enérgica de uma família sobre a outra, era impossível que a imigração europeia, tão diminuta nos primeiros tempos, resistisse à importação africana, dez vezes superior. Acabrunhada pela magnitude da natureza americana, entre dois inimigos, o negro e o índio, a colônia sucumbira sem remédio.

(ALENCAR, 2008, p. 76)

Essa espécie de metabolismo do agrarismo brasileiro seria responsável pela fabricação da nacionalidade em suas dimensões política, cultural e econômica. A fazenda escravista pensada por Alencar era um todo harmônico, ainda que não igualitário. Assim como em seus romances da década de 1870, no idílio inventado pelo deputado, escravos, senhores e agregados interagem, e essa relação complexa e benfazeja seria a produtora fundamental da nação. Em sua visão, o processo de abolição da escravidão, iniciado com a aprovação da Lei do Ventre Livre, era trágico justamente por destruir essa verdadeira fábrica da nação que era a fazenda monocultora escravista.

Vale a pena analisarmos mais detidamente o último parágrafo do trecho supracitado. O espaço das fazendas, no qual a escravidão acontecia, era o ambiente que possibilitava o contato formador entre as raças branca e negra. Por outro lado, se o branco tivesse ficado solto “pela magnitude da natureza americana, entre dois inimigos, a colônia sucumbir[i]a”. A magnitude da natureza americana havia sido, até aquele momento, o lócus que o Alencar dos romances indigenistas havia apresentado como espaço formativo da nacionalidade brasileira, palco do encontro entre o branco e o indígena. Nesse momento, para oferecer ao escravismo brasileiro uma teoria que sustentasse o adiamento do fim do cativeiro, Alencar apresentava um novo cenário — a fazenda — como local que havia posto as raças em fricção, possibilitando que a integração acontecesse.

Estabelecido o lugar da fazenda na narrativa da nacionalidade desse Alencar tardio e no romance em questão, voltemos ao enredo. *O tronco do ipê* conta a história da fazenda Nossa Senhora do Boqueirão através de duas famílias: os Freitas e os Figueiras. O patriarca dos Figueiras era comendador e grande fazendeiro. Seu filho, José, tinha como amigo mais próximo um rapaz chamado Joaquim de Freitas, cujo pai era um “simples administrador de

fazenda”. Apesar de terem gênios opostos, se afeiçoaram, e o comendador decidiu proteger o melhor amigo do filho, que, partindo dessa proteção, conseguiu amealhar algum dinheiro trabalhando duro no comércio.

Apesar de ter decidido que só iria se casar com uma mulher que lhe garantisse galgar degraus na ascensão social e material, Freitas acabou se apaixonando por d. Júlia, uma moça que, assim como ele, não tinha posses, por ser filha única de uma viúva pobre. A solução para que Freitas garantisse seu lugar ao sol foi redobrar os esforços na atividade de comerciante e buscar o enriquecimento através do trabalho e da perspicácia para os negócios.

Em determinado momento dessa trajetória, marcada pela luta de Freitas para ascender socialmente como comerciante, um acontecimento mudou a história de ambas as famílias. O comendador, já velho e viúvo havia mais de 20 anos, por um capricho, decidiu casar-se com uma sobrinha que educava. Através de uma série de ardis, a nova esposa acabou inviabilizando as relações entre o comendador e seu filho José, fazendo nascer uma profunda mágoa de parte a parte. Seu objetivo era fazer com que o rapaz fosse deserdado, de modo que ela e o filho que tivera no casamento pudessem tomar posse de todos os bens do marido quando ele morresse. José de Alencar, um civilista muito preparado, faz questão de explicar no romance que o direito de família do Império não possibilitava essa operação de deserdar um descendente direto, mas que era possível burlar o direito de herança do filho mais velho transferindo os bens, aos poucos, para o nome da esposa: “O comendador não falava certamente da deserdação solene por testamento, nos casos da lei, mas desse meio indireto de que usam muitos pais, colocando simuladamente os bens em nome de terceiro.” (ALENCAR, 2013, p. 222)

Após uma briga mais aguda com o pai, o rapaz vai embora de casa e passa a viver orgulhosamente de seu trabalho, em situação de quase pobreza. Essa separação dura muitos anos, e ele só se reconciliaria com o velho quando o fazendeiro já estava muito doente, à beira da morte. Poucos dias após a reconciliação e antes mesmo que o pai sucumbisse à doença, José afoga-se nas águas do boqueirão, um trecho do rio Paraíba com correntes bastante perigosas, em um acidente sobre o qual pairaram muitas desconfianças.

Morto o filho, o pai, desgostoso também, sucumbiu, morrendo poucos dias depois. Quando o testamento foi aberto, uma nova tragédia: o velho comendador era viciado em jogo e só havia deixado dívidas. De nada adiantaram os ardis da esposa para inviabilizar as relações entre pai e filho com vistas a abocanhar a herança, já que esta não existia. A fazenda Nossa Senhora do Boqueirão estava completamente comprometida pelas aventuras, vícios e caprichos de seu velho proprietário.

Por vias que não ficam de todo esclarecidas naquele momento, o credor do espólio de Figueira é o grande amigo de seu filho, o esforçado comerciante Joaquim de Freitas. As circunstâncias misteriosas da morte do herdeiro presumido e a forma um pouco nebulosa através da qual a fazenda foi parar nas mãos de Freitas são mistérios que atravessam o livro, e que corroem permanentemente o pensamento de Mário, protagonista do romance.

Atravessado pelas desconfianças sobre a morte do pai e agastado por morar de favor nas terras que haviam sido de seu avô, Mário era um adolescente rebelde e arredio. As primeiras páginas do romance são dominadas pelas malcriações do garoto, que tinham como alvo preferencial a menina Alice, filha de Freitas, que amava Mário de forma profunda. O rapaz tinha dois amores: a natureza da fazenda, especialmente a mais arredia, como, por exemplo, o trecho de rio onde seu pai havia morrido, e a amizade com Benedito, o escravo



Peri e Ceci, personagens de *O Guarani*, de José de Alencar, retratados em pintura de Horácio Hora, 1882. Acima, capa da primeira edição do livro, de 1857

que havia sido igualmente amigo de seu pai. Mesmo com sua mãe, uma figura bastante humilde e conformada com as humilhações da situação de agregada, Mário não era expansivo, respondendo a seus carinhos com monossílabos e alguma impaciência.

Apesar dos maus bofes do garoto, Freitas, o dono da fazenda e pai de Alice, mantinha com ele uma relação respeitosa e paternal. Esse sentimento se amplia quando, no dia do aniversário do afogamento de seu pai, Mário salva Alice de se afogar no boqueirão. A descrição da operação através da qual Mário salva Alice é um dos pontos altos do romance, tanto do ponto de vista literário — Alencar cria na narração um efeito parecido ao do torvelinho das águas — quanto do ponto de vista do argumento central do romance.

Logo após esse episódio do salvamento, o fazendeiro — muito comovido e agradecido — faz questão de mandar Mário estudar fora do Vale do Paraíba: primeiro na capital, depois em Paris, de onde o garoto retorna formado em Engenharia e em Letras.

Benedito, o escravo que era o único amigo de Mário, havia sido muito próximo do pai do rapaz e sofrera terrivelmente com o afogamento dele no boqueirão. Morto o seu senhor, transferira a afeição para o filho, de quem cuidara com esmero e amor. Benedito é o primeiro personagem a surgir no romance, e o primeiro capítulo do livro é denominado “Feiticeiro” em referência a ele. O narrador, onisciente, tem contato com o velho Benedito quando a fazenda já deixou de existir. O ex-escravo, naquele tempo de decadência no qual a fazenda já não existe, vive em um estado indeciso entre o transe e a senilidade, e apresenta dificuldades claras de expressão. A degradação da fazenda — lembremos que a civilização alencariana, agora, era a civilização da unidade produtiva escravista — havia sido também a degradação do ex-escravo que, além das dificuldades de cognição, adquiriu uma aparência animalesca:

É natural que já não exista a cabana do pai Benedito, último vestígio da importante fazenda. Há seis anos ainda eu a vi, encostada em um alcantil da rocha que avança como um promontório pela margem do Paraíba. Saía dela um negro velho. De longe, esse

vulto dobrado ao meio parecia-me um grande bugio negro, cujos longos braços eram de perfil representados pelo nodoso bordão em que se arrimavam. As cãs lhe cobriam a cabeça como uma ligeira pasta de algodão. Era este, segundo as beatas, o bruxo preto, que fizera pacto com o Tinhoso; e todas as noites convidava as almas da vizinhança para dançarem embaixo do ipê um samba infernal que durava até o primeiro clarão da madrugada.

[...]

Ignorante das relações íntimas que entretinha o habitante da cabana com o príncipe das trevas, tomei-o por um preto velho, curvado ao peso dos anos e consumido pelo trabalho da lavoura; um desses veteranos da enxada, que adquiriram pela existência laboriosa o direito a uma velhice repousada, e costumam inspirar até a seus próprios senhores um sentimento de pia deferência. O pai Benedito descera a rocha pelo trilho, que seus passos durante trinta anos haviam cavado, e chegou ao tronco decepado de um ipê gigante que outrora se erguera frondoso na margem do Paraíba. Pareceu-me que abraçava e beijava o esqueleto da árvore; depois sentou-se com as costas apoiadas no tronco; aí ficou aquecendo-se ao sol do meio-dia como um velho jacaré. Aproximei-me para pedir-lhe água mais fresca do que a do rio. Mostrou-me um fio cristalino que manava da rocha viva e deu-me excelentes limas e laranjas. Curioso de ver de perto o tronco do ipê, que o preto velho tratara com tanta veneração, descobri junto às raízes pequenas cruces toscas, enegrecidas pelo tempo ou pelo fogo. Do lado do nascente, numa funda caverna do tronco, havia uma imagem de Nossa Senhora em barro, um registro de São Benedito, figas de pau, feitiços de várias espécies, ramos secos de arruda e mentruz, ossos humanos, cascavéis e dentes de cobras.

— Que quer dizer isto, pai? — perguntei-lhe eu apontando para as cruces.

O velho soabriu os olhos, toscanejando, e murmurou com a voz cava:

— Boqueirão!...

Como bem se presume, não entendi.

(ALENCAR, 2013, p. 17)

Avesso e irônico em relação às crenças de que o velho seria um feiticeiro, o narrador já apresenta, nesse início do livro, a ideia da bondade senhorial que sabia reconhecer aos “veteranos da enxada” o direito a uma “velhice repousada”. Fantasia completa de um autor comprometido com os interesses dos escravistas: sabe-se que a violência do trabalho na lavoura não permitia a formação de um número representativo de veteranos, e a ideia de uma aposentadoria escrava é completamente estranha à lógica da lavoura do café, verdadeiro sorvedouro de vidas.

Segundo Alencar, na civilização formada na lavoura escravista, os velhos escravos também eram capazes de “inspirar até a seus próprios senhores um sentimento de pia deferência”. Essa benevolência dos senhores cumpre um papel importante no pensamento alencariano sobre a escravidão. Se há, como já dissemos, um processo no qual as raças entram em contato e se misturam de algum modo, isso é possibilitado pela postura dos senhores. São eles, sempre abertos à vivência com os escravos, que possibilitam esse processo. Isso surge em muitos momentos do romance, como, por exemplo, na fala da escrava Eufrosina, que, depois de sofrer uma peça pregada por outros escravos e pelas crianças brancas, afirma que se a coisa continuasse como estava ela pediria para ser vendida, afinal, “senhor bom é o

que não falta”. Dentre todas as cenas nas quais o paternalismo dos senhores em relação aos escravos aparece, essa é das mais significativas. Como parte dos debates sobre a Lei do Ventre Livre, ficou fixado que, caso os escravizados detivessem pecúlio para comprar sua própria alforria, ficavam os senhores obrigados a vendê-los. Isso foi visto pelo grupo escravista como uma indevida interferência do Estado no direito dos senhores de disporem livremente de sua propriedade. A ideia de que os escravos podiam trocar de senhor a seu bel-prazer, pedindo para que fossem vendidos, e a noção de que senhor bom não faltava parecem ecoar exatamente esse tipo de debate ocorrido no período (ALENCAR, 2013, p. 31).

O narrador apresenta a decadência da fazenda ao lado da decadência do ex-escravo Benedito, como duas faces de um mesmo processo. Apesar de apresentar características que seriam típicas da rudeza dos africanos, como a dificuldade de pensar sem falar ao mesmo tempo, ele é explícito ao creditar as dificuldades de expressão do ex-escravo ao fato de estar caduco — caducidade que deve ser vista como decadência, no sentido de ser uma característica adquirida, e não inata. O que está sendo retratado por Alencar é a decadência do escravo ocorrida em função da decadência da fazenda. Terra e homem, nesse caso, estavam absolutamente confundidos. Tanto é assim que a voz do escravo parecia ser a voz da própria terra:

Já tinha esquecido o preto e pensava nos cuidados que deixara no Rio de Janeiro, quando feriu-me o ouvido uma voz cava e profunda que proferia estas palavras:

— Perdoa, perdoa!...

O mais estranho era que as palavras saíam das entranhas da terra, e rompiam mesmo do chão que eu pisava. Se não fosse meio-dia, a hora dos esplendores e das maravilhas da criação, talvez meu espírito se deixasse levar, das superstições que infestavam o lugar. Mas feitiçaria com o sol a pino, e a natureza a sorrir, pareceu-me um contrassenso.

Algumas velhas raízes do ipê, ressurgindo à flor da terra, como sucede com as árvores anosas, tinham sido carcomidas pelo caruncho, e formavam brocas profundas que se entranhavam pelo solo. Quando eu fazia essa observação, conjeturando que as palavras talvez houvessem partido desse tubo natural, ouvi outra vez a voz subterrânea que reboava:

— Perdoa, perdoa, senhor!

Além de confirmar a primeira observação, conheci que a voz era a do preto, e transmitia-se por um fenômeno natural proveniente da construção geológica do sítio. Seguindo a direção que tomara o pai Benedito, fui achá-lo metido em uma espécie de furna que havia no rochedo, inclinado ou quase caído de bruços sobre uma pedra úmida, coberta de limo e parasitas. Ainda os lábios grossos e trêmulos do ancião balbuciavam as mesmas palavras que eu ouvira; e as repetiram por muito tempo até que ali ficou extático e imóvel.

(ALENCAR, 2013, p. 19)

Em determinado momento da trama, Alice, que estava na casa de Benedito com as outras crianças, por curiosidade se dirige à região perigosa do boqueirão e acaba sendo tragada pelas águas. Ela é salva por Mário, e o momento no qual o ato heroico do garoto acontece é prenhe da complementaridade subordinada entre escravos e livres que marca os romances de fazenda de Alencar. Em momento anterior da narrativa, Alencar descreve as visitas que o adolescente fazia ao boqueirão, tempos antes do acidente. A motivação central dessas idas — verdadeiras expedições de naturalista instintivo e amador — era a tentativa de compreender o episódio do desaparecimento do pai de Mário naquelas águas. Em uma das



Partida para a colheita do café (1885), fotografia de Marc Ferrez tirada em fazenda do Vale do Paraíba

ocasiões, Mário estudou uma forma de sair do redemoinho demoníaco que se formava na lagoa, mapeando um caminho. O plano consistia em apoiar-se em troncos de uma raiz profunda que se localizava abaixo de uma grande pedra que, escalada, poderia levar o nadador a seu cimo. Seria essa raiz a do ipê cujo tronco dá nome ao romance?

Apesar de toda a investigação que o rapaz havia feito do lugar, quando aconteceu o desastre da queda de Alice no torvelinho da lagoa e Mario mergulhou para salvá-la, não foi na raiz do ipê centenário que o rapaz se apoiou. Seu estudo anterior do local no qual seu pai morreu de nada adiantou na hora aguda. Já na água, perdendo Alice e também em risco de morte, gritou por Benedito, que, na ausência de qualquer corda ou madeira que pudesse estender, usou seu próprio corpo como suporte para a salvação do jovem casal:

Mas havia um corpo humano. Benedito, escorregando pelas abas do rochedo, chegara quase ao nível do lago; e daí, estendendo-se por baixo da ramagem dos arbustos, foi prolongando-se sobre as águas. Chegado à extremidade da folhagem, o negro, não obstante, continuou a avançar, esticando os braços e forçando os galhos retorcidos a se dobrarem com o peso de seu corpo. Assim ajudado por sua grande estatura e pela elasticidade dos braços, como dos ramos do espinheiro, conseguiu Benedito manter-se horizontalmente suspenso sobre a bacia do lago, com a cabeça tão completamente derreada sobre os ombros que de longe se diria um corpo estrangulado. Nessa posição o negro quase roçava com a nuca a flor d'água. Era tempo. Mário remontara; sua mão convulsa enleou-se nos cabelos grisalhos do negro; e valendo-se desse ponto de apoio, esforçou para atrair o corpo da menina. Mas ainda essa vez o abismo disputou a presa; os vestidos de Alice pesavam como uma mortalha de chumbo.

Depois de repetidos arrancos, Mário reconheceu que não obteria resultado algum. Mudando então prontamente de plano, travou os pés no pescoço de Benedito, e segurando com ambas as mãos os braços de Alice, arcou de novo contra a correnteza. O corpo do

negro, inteiriçado sobre o abismo, escorrendo sangue das feridas, brandia, aos repetidos abalos que lhe imprimiam as arremessas de Mário, como um vergão de ferro. Com o esforço, os artelhos do menino cerrando-se quase estrangulavam o pescoço do velho africano, cujos olhos injetados e narinas dilatadas indicavam asfixia iminente.

O menino estorcia-se dentro d'água. Seu corpo parecia romper-se, como o dorso da serpe quando se dilata para estringir a presa. A luta estava indecisa. Às vezes acreditava-se que Mário ia triunfar, arrebatando a vítima ao boqueirão; outras vezes o menino perdia a vantagem adquirida e submergia-se ainda mais.

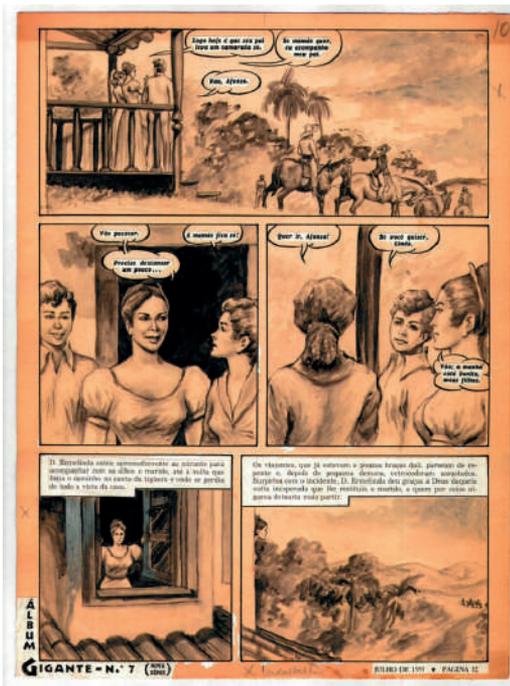
Como era sublime essa cadeia humana que se estendia desde a aba do rochedo até às profundezas do lago, com uma ponta presa à vida, e outra já soldada à morte! Esses corações que se faziam elos de uma corrente, grillhados pelo heroísmo, essa âncora animada, sustentando uma existência prestes a naufragar, devia encher de admiração e orgulho a criatura. Foi essa peripécia do horrível drama que se desenhou aos olhos do barão, quando ele chegava à margem do lago. Não teve necessidade de interrogar, de ouvir alguma voz, nem de examinar a cena. Do primeiro relance compreendera tudo. A vítima era Alice; o herói, Mário; o instrumento, Benedito.

(ALENCAR, 2013, p. 107)

É importante lembrar que, no episódio final de *O Guarani*, o mesmo rio Paraíba do qual deriva o boqueirão inunda a região. O acontecimento, que fecha o livro em tom apocalíptico, envolve Ceci e Peri e constitui o ponto de chegada da primeira narrativa sobre a nacionalidade construída por Alencar. É sintomático que outro episódio envolvendo um possível afogamento, desta vez com o salvamento da mocinha pelo protagonista, sejam narrados em *O tronco do ipê*, quando aquela construção é abandonada. Há ainda um paralelismo central nas duas cenas. Em *O Guarani*, o corpo de Ceci é colocado por Peri em uma folha de palmeira, que funciona como algo indefinido entre um leito de morte e um instrumento de salvamento (ALENCAR, 2000, p. 498-505). Já em *O tronco do ipê*, o mesmo papel é cumprido pelo corpo do negro que, complementando o corpo do menino, salva Alice da morte. Num lugar, a natureza. Noutro, o negro.

Há um outro momento do livro bastante importante no qual a complementaridade subordinada entre brancos e negros se estabelece. Nos capítulos denominados “O Natal”, “Missa do Galo” e “O presépio”, Alencar trata de forma minuciosa de costumes do catolicismo popular relacionados ao Natal. Depois de descrever os festejos em detalhes, reproduzindo, inclusive, uma série de versos que eram cantados nessas ocasiões, o autor afirma que essas festas populares haviam deixado de ser comemoradas na fazenda Nossa Senhora do Boqueirão, provavelmente em razão das tristezas de seu dono. Não haviam, no entanto, caído no esquecimento, pois as mulheres pobres, especialmente as escravas, continuavam descrevendo as antigas festividades, lembrando-as, mantendo-as vivas ao menos na memória. Aqui, Alencar reproduz o velho tópico romântico da mulher como elemento perpetuador da cultura de um povo:

Essas múmias de um passado extinto são mais do que se pensa a obra da mulher. Enquanto o velho se encolhe na concha de seu egoísmo valetudinário, vereis a velhinha, lá no terreiro da fazenda ou na rótula da cidade, contando as histórias de sua meninice às netinhas, que mais tarde, em sendo moças, levam para sua nova família aquele santuário das lendas e tradições de seus maiores (ALENCAR, 2013, p. 170).



Ilustrações de José Antônio Rossin para adaptação em quadrinhos do livro *Til*, de José de Alencar, 1955

A responsável, no entanto, pela recuperação dessa velha festividade, marca muito importante da cultura brasileira, foi Alice. Fora ela, que gostava da companhia das negras da casa, quem, “sentindo-se já com a força de querer”, tentou “realizar aquele capricho” de retomar os Natais antigos. A resultante é que a grande festa de Natal, “desde então, ficou em costume, e a cada ano a festa era mais arrojada e esplêndida, até a última que prometia exceder em riqueza e entusiasmo todas as outras” (ALENCAR, 2013, p. 222).

A recuperação da festividade de Natal, episódio fundamentalmente cristão, enormemente valorizado no romance, havia sido realizada por um consórcio entre as negras, de cujo convívio Alice não abria mão, que haviam mantido a tradição viva através da narrativa dos bons tempos da comemoração, e Alice, que, com seu poder de mando, havia imposto a volta das festividades. Não só imposto: a narrativa demonstra que a viabilização da festa se dá por uma associação entre as negras, que cozinham e lembram, e Alice, que põe todo o restante da casa, inclusive seu pai, o dono da fazenda, sob seu comando imediato.

A associação entre Alice e as escravas, como no caso do salvamento no boqueirão, é entre um elemento preponderante — o branco — e outro subordinado — o escravo. As negras oferecem a memória, mas quem decide realizar a festa é a menina; as negras cozinham, mas quem rege a complexa orquestra dos múltiplos afazeres que faz a comemoração acontecer é Alice.

Obedece à mesma estrutura de integração subordinada entre brancos e negros o momento no qual Joaquim de Freitas, o barão da Espera, vai com toda a família até a senzala assistir aos festejos organizados pelos negros. Vale reproduzir o trecho:

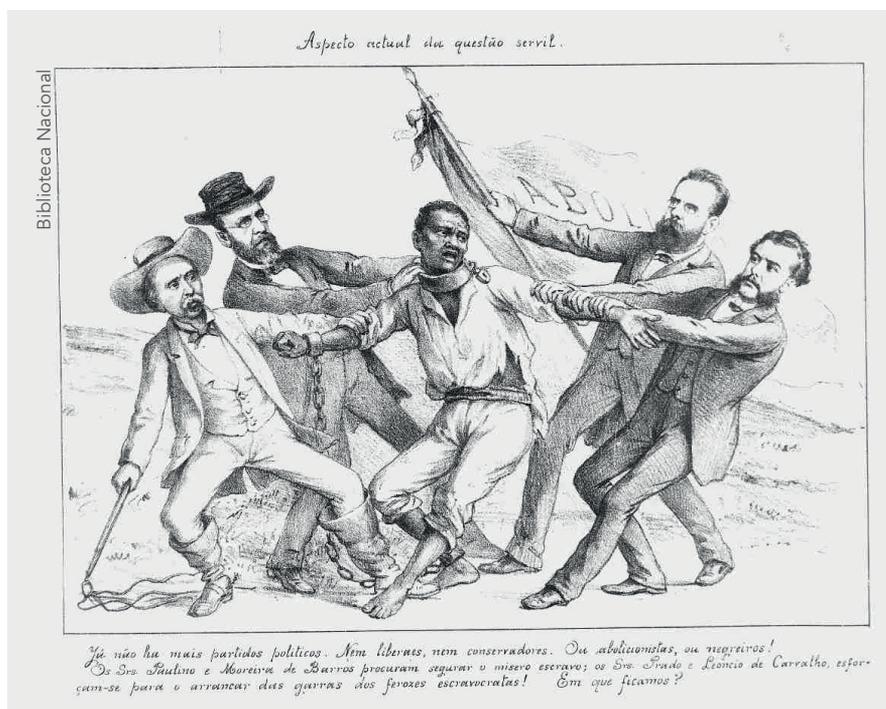
Tinham chegado ao quadrado cuja frente iluminada esclarecia o terreiro. A um lado por baixo de um toldo vermelho estavam arrumadas as cadeiras trazidas da casa-grande para dar assento ao barão e seus convidados. O geral dos escravos trajava suas roupas

de festa; havia porém uma porção deles adornados com trajos de fantasia, uns à moda oriental e outros conforme os antigos usos europeus; mas tudo isso de uma maneira extravagante, misturando roupas de classes e até de povos diferentes. Assim não era raro ver-se um cavaleiro português de turbante, e um mouro com chapéu de três bicos. Depois da algazarra formidável com que foi saudada a chegada do senhor, começou o samba, mas sem o entusiasmo e frenesi que distingue essa dança africana, e lhe dá uma semelhança do mal de são Guido; tal é a velocidade do remexido, e redobre das contrações e trejeitos, que executam os pretos ao som do jongo.

A presença dos brancos impunha certo recato, do qual se pretendiam desforrar apenas se retirasse o senhor, e se desarrolhasse o garrafão escondido debaixo do balcão de ramos.

(ALENCAR, 2013, p. 122)

A cena é interessante por vários motivos. Em primeiro lugar, porque reforça a ideia do caráter benfazejo da escravidão brasileira, ao descrever um momento no qual os senhores valorizam a cultura dos escravos, visitando-os em um momento festivo. Também é interessante notar que a presença dos brancos civiliza o samba, cuja dança abandona os trejeitos que a aproximam de um tipo de convulsão incontrolável para se apresentar mais civilizada. Aqui está a ideia de que o contato entre livres e escravos possibilitado pela fazenda é formador da civilização brasileira. As raças que, na visão de Alencar, se repeliriam se deixadas ao natural, estão em contato forçado pela produção escravista, de modo que a influência dos brancos sobre os negros acontece. É dessa forma que o Brasil, que na narrativa alencariana do período anterior havia nascido nas imensas paisagens de uma natureza luxuriante, agora nasce da fricção entre senhores e escravos, possibilitada pela vida na fazenda.



Charge de Ângelo Agostini em edição de novembro de 1887 na *Revista Ilustrada* mostra escravo sendo “disputado” por abolicionistas e escravocratas brasileiros

4. CONCLUSÃO

Til e O tronco do ipê, de José de Alencar, foram escritos em um momento especial da trajetória do autor. Em primeiro lugar, em um tempo de derrotas e de sensação de ocaso, como descrevemos. Isso aparece nas duas obras, que são, fundamentalmente, narrativas de decadência. Em segundo lugar, os romances refletem uma nova percepção do autor sobre a construção da nacionalidade brasileira oriunda da argumentação construída por ele em suas batalhas em defesa da manutenção do cativo.

José de Alencar havia sido até aquele momento a expressão mais alta do Romantismo brasileiro. Esse movimento literário, subcapítulo de uma atitude filosófica mais ampla, esteve a serviço da construção de narrativas sobre a nacionalidade em vários lugares do mundo, fornecendo as bases identitárias e históricas que justificavam a formação dos Estados-nação. No caso brasileiro, o Romantismo fincou a origem da nacionalidade no encontro entre indígenas e europeus, e Alencar foi o mais expressivo dos artistas que deram sustentação a essa ficção de fundação.

A vida pública de Alencar, no entanto, levou-o a um grande embate em defesa da manutenção da escravidão. Por contraditório que possa parecer, a defesa da escravidão no Brasil acabou por tomar o caminho da sustentação da ideia de que o cativo havia sido benfeitor para o país, e os escravos, fundamentais para a civilização brasileira. Alencar foi o mais sofisticado dos formuladores dessa sociologia histórica a serviço da escravidão.

Construída a teoria, que foi sustentada na tribuna do parlamento e nas páginas dos jornais de forma exaustiva, especialmente por ocasião dos debates sobre o ventre livre, restava uma contradição entre a obra literária indigenista e a sociologia histórica interessada que o autor havia erigido para defender a escravidão brasileira. A hipótese que buscamos defender neste artigo é a de que *Til e O tronco do ipê* cumpriram esse papel. No romance *O tronco do ipê*, objeto de nossa análise, o ponto de apoio fundamental para essa construção foi a ideia de que havia uma complementaridade subordinada entre senhor e escravo.

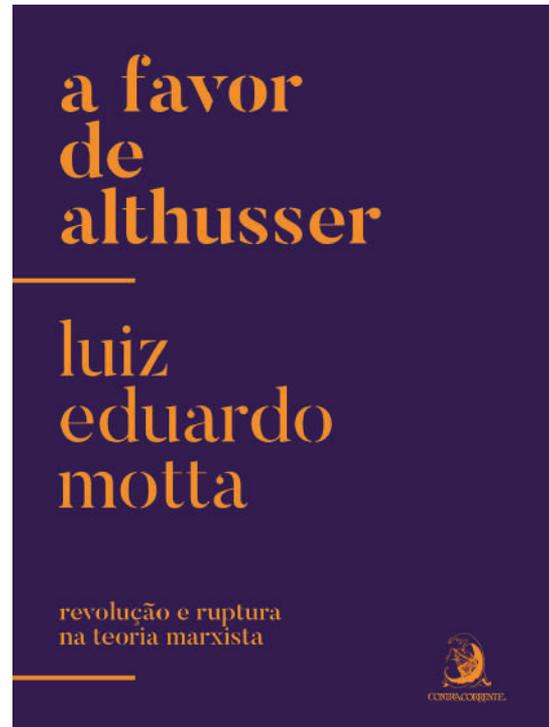
* Professor do programa de mestrado e doutorado da Fadisp e da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0030-0997>. E-mail: juliovellozo@gmail.com

** Professor do programa de mestrado e doutorado da Fadisp, do programa de mestrado da Unialfa e da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1964-4407>. E-mail: henriquegarbellini@uol.com.br

► Texto recebido em 3 de maio de 2023; aprovado em 5 de junho de 2023.

- ALENCAR, José. **Ao imperador**: novas cartas políticas de Erasmo. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1866.
- _____. **Cartas a favor da escravidão**. Organizado por Tamis Parron. São Paulo: Hedra, 2008.
- _____. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoios**. Rio de Janeiro: Empresa Typographica Nacional dos Diários, 1856
- _____. **O Guarani**: romance brasileiro. São Paulo: Ateliê, 2000.
- _____. **O systema representativo**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1868.
- _____. **O tronco do ipê**. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- ALONSO, Angela. **Flores, balas e votos**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução Aurora Fornoni Bernardini et al. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- CAMPOS, Haroldo. Iracema: uma arqueografia de vanguarda. **Revista USP**, p. 127-145, mar.-abr. 1990.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. São Paulo; Rio de Janeiro: Fapesp; Ouro sobre o Azul, 2009.
- CASTELLO, José Aderaldo. **A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios**. São Paulo: Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1953.
- FAÇANHA, Dayana. **Política e escravidão em José de Alencar**: O Tronco do Ipê, Sênio e os debates em torno da emancipação (1870-1871). São Paulo: Alameda, 2017.
- MOREL, Marcos. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista**: o que não deve ser dito. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.
- PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- QUEIROZ, Rachel de. **José de Alencar**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Dois escritos democráticos de José de Alencar**: Sistema Representativo, 1868; Reforma Eleitoral, 1874. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.
- SOMMER, Doris. **Ficções de fundação**: os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- URUGUAI, Visconde. **Ensaio sobre direito administrativo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.
- VELLOZO, Júlio César de Oliveira. **Constituição e responsabilidade no Império do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2017.
- VIANNA FILHO, Luís. **A vida de José de Alencar**. 2. ed. São Paulo; Salvador: Editora da Unesp; Edufba, 2008.

MOTTA, Luiz Eduardo.
A favor de Althusser:
 revolução e ruptura na
 teoria marxista.
 São Paulo,
 Contracorrente, 2021.
 300 p.



As verdadeiras batalhas de Althusser

Resenha (e leitura “sintomal”) de *A favor de Althusser*, de Luiz Eduardo Motta

Althusser’s real battles

Review (and “symptomatic” reading) of
A favor de Althusser [in favor of Althusser],
 by Luiz Eduardo Motta

João Pedro Luques*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.012>

ALTHUSSERIANISMO E LUTA TEÓRICA

No eterno campo de batalha da teoria, a emergência do althusserianismo, onde quer que ela tenha ocorrido, sempre acarretou fortes ataques. Rajadas de rótulos (“positivista, stalinista, estruturalista, teoricista, formalista, funcionalista” (MOTTA, 2021, p. 27), descontextualizações¹ e más leituras² são uma constante. Poucos autores tiveram o privilégio de acumular tantos inimigos. Trotskistas (Daniel Bensaïd, Michael Löwy, Ernest Mandel), teóricos ligados a partidos comunistas (Caio Prado Júnior, Carlos Nelson Coutinho, Roger Garaudy), maoistas (Jacques Rancière, Alain Badiou, André Glucksmann), liberais (José Melquior), enfim, um inesgotável conjunto de autores heterogêneos mas unidos pelo ódio comum ao “evento Althusser”.

Falando-se especificamente do contexto brasileiro, duas frentes se destacam no combate ao althusserianismo: intelectuais lukacsianos, próximos, nos anos 1960 e 1970, ao PCB (Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder), e intelectuais ligados ao eixo Cebrap-USP (Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti) (MOTTA, 2021). Autores de ensaios e livros que, mesmo já datados, permanecem. Como zumbis. “Velhos fantasmas críticos” (MOTTA, 2021, p. 35) sempre prontos a ser chamados ao menor sinal de althusserianismo.

Enfim, não se escreve sobre Althusser no vácuo. Publicar algo sobre o velho franco-argelino é adentrar um complexo arranjo de lutas passadas, presentes e futuras que se sobredeterminam. Althusser: o nome de um evento intelectual só inteligível pela ótica da luta.

E se essa “problemática bélica” é fundamental para pensar qualquer intervenção do althusserianismo contemporâneo, ela mostra-se imprescindível para abordar o livro que pretendemos analisar: o indispensável *A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista*³, de Luiz Eduardo Motta. Um livro que, como argumentaremos, leva ao limite essa relação entre althusserianismo e luta teórica.

A resenha que se segue é, portanto, uma leitura de *A favor de Althusser* a partir dessa problemática. Uma leitura das teses de Motta feita pela perspectiva do conflito.

UM LIVRO ESTRUTURADO PELA LUTA

Primeiramente, trata-se de um livro cuja própria escrita é marcada pela batalha. Vide, para ficarmos com apenas alguns exemplos, as seguintes passagens: “*Contrariamente à afirmação equivocada de Antonino Infranca*” (MOTTA, 2021, p. 260, grifos nossos); “o comunismo *nada tem a ver* com a concretização de ‘valores humanistas’ abstratos como apregoa Michael Löwy” (MOTTA, 2021, p. 71, grifos nossos); “essa posição do marxismo althusseriano *vai de encontro* à interpretação da chamada ontonegatividade inspirada no humanismo de Lukács” (MOTTA, 2021, p. 73, grifos nossos). Multiplicam-se passagens como essas. Expressões de combate (*contrariamente, nada tem a ver, vai de encontro*). Ataques

¹ Vide, por exemplo, como Antonino Infranca explica uma aproximação do althusserianismo às bases teóricas do PCB devido a seu reducionismo econômico (mesmo ele sendo o teórico por excelência da sobredeterminação, da autonomia das instâncias ou, até, do aleatório) (MOTTA, 2021, p. 260).

² Vide o paradigmático exemplo de Thompson, que liga diretamente o anti-humanismo althusseriano ao stalinismo, corrente cuja “própria respiração fedida (e fedida) a inumanidade, pois ela achou uma maneira de tratar as pessoas como portadoras de estruturas (*gulags*) e a história como um processo sem sujeito” (THOMPSON, 1995, p. 188, tradução nossa).

³ Trata-se de uma nova edição, de 2021, publicada pela editora Contracorrente. Uma edição ampliada e atualizada do livro publicado em 2014 pela editora Gramma.

Althusser: o nome de um evento intelectual só inteligível pela ótica da luta



rápidos. Passagens que não são refutações detalhadas das posições de Lukács, de Löwy, de Infranca ou de qualquer outro adversário de Althusser. Não parece ser esse, afinal, o objetivo. Não se trata de adentrar no sistema teórico adversário, analisá-lo calmamente, em detalhes e desmontá-lo por dentro, mas de *demarcar posições, traçar linhas, se diferenciar*, para, assim, conquistar um espaço, uma trincheira. Um ato que requer iniciativa, ofensivas ágeis, e não um demorado confronto com um inimigo específico (coisa que, invariavelmente, deixaria um flanco exposto para todos os outros).

E essa tática da polêmica rápida não aparece sozinha. Ela se articula simbioticamente com outra característica que permeia todo o livro: *uma compulsiva vontade de contextualização*. Dois capítulos⁴, algumas seções de capítulos⁵ e inúmeros parágrafos e notas de rodapé são exclusivamente dedicados a expor a conjuntura de formação das ideias althusserianas e sua recepção na formação social brasileira. Um desejo ardente e manifesto de dissecar as conjunturas de recepção do althusserianismo (seja na França, seja no Brasil).

Enfim, *luta e contextualização*, eis as duas armas de Motta para abrir espaço em meio ao forte fogo dos antialthusserianos, para (re)abrir a trincheira do althusserianismo. Mas o que é essa trincheira? O que é o espectro do althusserianismo que Motta se engaja em invocar?

O QUE É O ALTHUSSERIANISMO?

Resposta rápida: é a tese do primado da contradição, da totalidade cindida, da *objetividade cismática* — para usar um termo de Balibar recuperado por Romé (2023). De que não existe síntese, mas antagonismo, guerra. “Distintamente da dialética teleológica da conservação, da síntese, é uma dialética da destruição.” (MOTTA, 2021, p. 68) Porém, com uma precisão: *antagonismo que só existe na conjuntura*⁶. Contradição que só existe em suas manifestações concretas. “Não há a entidade ‘luta de classes’, pois a luta está sempre presente em suas formas concretas.” (MOTTA, 2021, p. 64)

⁴ Os capítulos VI, “A recepção de Althusser no Brasil: o grupo da *Revista Tempo Brasileiro*”, e VIII, “Sobre ‘Quem tem medo de Louis Althusser’, de Carlos Henrique Escobar”.

⁵ As subseções 1.6, “Quem foi Louis Althusser?”, e 1.5, “Althusser e o stalinismo”.

⁶ Eis outro conceito althusseriano fundamental, que não teremos espaço para desenvolver em detalhes, mas que, esquematicamente, podemos definir como a articulação específica (com dominância) das múltiplas contradições que sobredeterminam dado fenômeno. Ou, para valeremo-nos das palavras de Motta (2021, p. 250), descontextualizando-as um pouco: é a “pluralidade contraditória, e [...] sua articulação com o conjunto das determinações”. Apesar de não o abordarmos em detalhes nesta resenha, trata-se de um debate longamente travado por Motta, principalmente nos capítulos II e V.

Ou seja, não existe althusserianismo enquanto um todo puro, estável, mas apenas (e isso é tudo que podemos esperar de uma teoria materialista) como um conjunto de tomadas de posição teóricas e políticas, a favor do comunismo e do materialismo, em conjunturas concretas. O pensamento de Althusser é um registro dessas posições, dessas lutas. Nas palavras de Montag (2013, p. 7, tradução nossa):

É isso que é tão valioso em Althusser: o registro de seu pensamento é, simultaneamente, o registro da maneira pela qual ele ocupou uma conjuntura filosófica específica, não apenas engajando-se com seus contemporâneos, mas intervindo neles, “fazendo-os falar”, [...] descobrindo sua quantidade de força específica.

Mas se o althusserianismo é uma intervenção pelo comunismo numa conjuntura teórica e política, se não existe um sistema althusseriano, no que consiste o trabalho de Motta? Qual a função dessa “pulsão de contextualização” que permeia o livro? Ela não pode ser lida simplesmente com uma manobra filológica, uma disputa sobre a melhor exegese do mestre francês. Nada mais antialthusseriano do que isso. Para nós, *A favor de Althusser* não se concentra em revelar a “interpretação correta” do texto althusseriano, mas em *retomar as batalhas que moviam o filósofo comunista*, em libertar as verdadeiras contradições que dinamizaram seu pensamento, em destruir os “diques de contenção” (MOTTA, 2021, p. 35) erguidos para recalá-las.

Vejamos, portanto, algumas dessas batalhas de Althusser, conforme Motta nos mostra no que consideramos ser o núcleo teórico de seu livro, ou seja, os capítulos I (especificamente sobre os temas do humanismo/anti-humanismo e do stalinismo), III (sobre a questão da ideologia) e IV (sobre o Estado e transição socialista).

ANTI-HUMANISMO E STALINISMO (CAPÍTULO I)

Contra Lukács, Sartre, Garaudy, entre outros, Althusser é anti-humanista. Isso é, seu pensamento se opõe a qualquer tentativa de teorizar o real tendo como eixo central conceitos como “homem, alienação, trabalho, essência, liberdade, sujeito” (MOTTA, 2021, p. 53). Trata-se, portanto, de uma resoluta tomada de posição teórica *pela* luta de classes. Afinal, o que é a infiltração humanista no marxismo senão a tentativa de deslocar a luta de classes, o antagonismo objetivo, enquanto elemento fundamental do marxismo, e pôr no lugar a oposição humano/alienação? Sai o antagonismo de classe, a ditadura do proletariado, a questão do poder político, e entra o “homem” lutando contra sua “alienação”. Nas palavras de Motta: “Althusser ressalta que o termo ‘humanismo’ na interpretação pequeno-burguesa do marxismo travou um combate mortal com outro termo o qual é absolutamente vital para os revolucionários: a luta de classes.” (MOTTA, 2021, p. 63)

E, se se trata de um embate teórico (*anti-humanismo teórico*, como Althusser cansava de dizer), ele é, ao mesmo tempo, uma intervenção política numa delicada conjuntura: o debate sobre a União Soviética e o stalinismo. Como Motta nos conta, na visão de Althusser, o humanismo marxista é uma peça fundamental para a virada à direita operada pela liderança soviética a partir do XX Congresso, de 1956, evento no qual Nikita Krushev impõe “a redenção de um projeto revolucionário para uma defesa do reformismo político” (MOTTA, 2021, p. 63) e o abandono “do conceito de ditadura do proletariado e a sua substituição por ‘Estado de todo o povo’” (MOTTA, 2021, p. 63). E como, exatamente, funciona essa peça?

Atuando como um elo teórico-político que, simultaneamente, (1) introduz uma teoria tampão que ocupa o lugar de uma reflexão marxista sobre o período Stalin e, assim, (2) ampara filosoficamente a virada à direita na política. Superemos o período Stálin (isto é, o período no qual se realizou o “culto à personalidade”, desrespeitou-se a “legalidade socialista” e a “dignidade humana”)! É hora de uma política pacífica, sem antagonismo com o imperialismo! Viva o Estado de todo o povo! Eis o discurso revisionista soviético.

Ou seja, no exato momento no qual se faz imperativo explicar um dos fenômenos mais importantes para o socialismo do século XX (o stalinismo) e pautar uma política revolucionária, se abandona a teoria de Marx em prol do humanismo (homem, direitos etc.) e vem à tona o reformismo. Nas palavras de Althusser:

Em vez de relacionar as “violações da legalidade socialista” (1) com o Estado, mais o Partido, e (2) com as relações de classe e as lutas de classe, o XX Congresso as relaciona com... “o culto à personalidade”, isto é, com um conceito que [...] fora introduzido na teoria marxista e [...] é perfeitamente “encontrável” em outro lugar: na filosofia e na ideologia psicossociológica burguesas. Quando se situam assim, oficialmente, os filósofos comunistas e outros “intelectuais” comunistas sob a órbita da ideologia e da filosofia burguesas [...] não se pode estranhar que esses mesmos filósofos e intelectuais comunistas se engajem na via dessa filosofia burguesa, pois ela estava escancarada diante deles! Não se pode estranhar que eles fabriquem sua pequena filosofia marxista burguesa dos Direitos do Homem exaltando o Homem e seus Direitos, sendo que o primeiro deles é a liberdade, e seu inverso é a alienação. Naturalmente, nos apoiamos aqui sobre os trabalhos de juventude de Marx [...] e avançamos em direção ao humanismo (ALTHUSSER, 1973, p. 66-67, tradução nossa).

Enfim, longe de ser um “stalinista” (Thompson) ou potencial “neostalinista” (Coutinho), Althusser procurava era exatamente limpar o campo teórico das explicações humanistas e libertar o marxismo para pensar esse fenômeno a partir de sua problemática. Se o humanismo é um obstáculo epistemológico para se pensar a luta de classes, o humanismo kruschevista é um obstáculo epistemológico para se pensar a luta de classes na União Soviética⁷.

IDEOLOGIA E ANTIESPONTANEÍSMO (CAPÍTULO III)

Ainda com relação ao debate anterior, o althusserianismo é, também, uma denúncia viva de como a problemática humanista atua como sustentáculo teórico do espontaneísmo. Afinal, mesmo que não o admita, o humanismo marxista deixa, em silêncio, um termo *fora* da contradição de classes: *a constituição subjetiva do “homem”*. O humano, dotado de “consciência” e “autonomia”, é um *a priori*. Mesmo que (por culpa da alienação, claro) ele não se mostre assim.

⁷ Obstáculo esse que, uma vez explodido, abre uma série de formulações bastante promissoras para se pensar o fenômeno do stalinismo. Vide, por exemplo, a seguinte passagem de seu *Resposta a John Lewis* (originalmente de 1972): “O desvio stalinista pode ser considerado [...] como *uma forma de revanche póstuma da II Internacional*: como um ressurgimento de sua tendência principal [isto é, o economicismo].” (ALTHUSSER, 1973, p. 93, tradução nossa) Para não falar em outras importantes obras de seus discípulos, como, por exemplo, *A luta de classes na União Soviética* (1974), de Charles Bettelheim, ou *Lyssenko: histoire réelle d’une “science prolétarienne”* (1976), de Dominique Lecourt.

Dessa forma, o conceito de ideologia dos humanistas é, se coerente, *sempre* negativo. Ideologia é o que impede que percebamos a alienação, é aquilo que oculta, é “menos uma força ativa na constituição da subjetividade humana que uma máscara ou um véu que impede um sujeito já constituído de compreender o que está diante dele” (EAGLETON apud MOTTA, p. 129). E a luta ideológica passa a ser a luta por dar a esse homem consciência de “sua situação”, de “seus interesses”, dar a ele uma “consciência de classe”.

A teoria humanista é o eterno “Ah, se não fosse o véu da ideologia!”⁸

Althusser é o antípoda dessa concepção. “Não há, por parte de Althusser, uma definição negativa da ideologia como uma falsidade do real, uma ‘falsa consciência’. A ideologia faz organicamente parte de toda uma totalidade social.” (MOTTA, 2021, p. 142) Ou seja, *a ideologia é positiva, ela constitui os sujeitos*:

O indivíduo é sempre um *sujeito* desde o seu nascimento, quando lhe é conferido um significado (um nome), e não é dotado de uma consciência autônoma já que é sempre sujeito a algo (um Sujeito) que o interpela cotidianamente, sem que perceba a existência desse mecanismo de sujeição que, em última instância, reproduz as relações de poder (MOTTA, 2021, p. 146).

E se a ideologia constitui o sujeito, se os sujeitos tomam forma na e pela ideologia, desaparece aquele “espaço neutro” postulado pelo humanismo (i.e., o homem). Reina, novamente, a contradição. Numa aliança que se abre com a psicanálise, o marxismo passa a ser, também, *a teoria da luta pela constituição das subjetividades*. Falar em ideologia, para Althusser, é resgatar o primado da contradição na formação dos sujeitos, é seguir a radicalidade de Lênin: “O problema se coloca *somente da seguinte maneira*: ou ideologia burguesa ou ideologia socialista. [...] Fala-se de espontaneidade. Mas o desenvolvimento *espontâneo* do movimento operário vai justamente na direção da sua subordinação à ideologia burguesa.” (LÊNIN, 2020, p. 56) Diferente das teorias negativas, a teoria da ideologia althusseriana é um desenvolvimento do antiespontaneísmo leninista.

ESTADO E TRANSIÇÃO (CAPÍTULO IV)

Como vimos, o althusserianismo, como exposto por Motta, caracteriza-se por fazer emergir contradições produtivas e implodir contradições paralisantes, estéreis.

No campo da teoria do Estado e da transição socialista, o método não é diferente: Althusser se volta, como de costume, contra uma série de posições: *contra* os eurocomunistas de direita (Enrico Berlinguer, Santiago Carillo), *contra* os eurocomunistas de

8 Aos que querem saber mais sobre os limites dessa leitura negativa de ideologia, olhem para a Alemanha dos anos 1920. Nela, no contexto de “letargia” do proletariado, o jovem Lukács defendia, nas páginas da revista teórica vienense chamada *Kommunismus*, uma prática política coerente com essa teoria (à qual ele aderiu, na época). Se o proletariado estava passivo, sua proposta era realizar “ações parciais” para despertar a consciência de classe. “A questão é como, através de iniciativas independentes por parte do Partido Comunista Alemão Unificado, a crise ideológica, a letargia menchevique do proletariado [...] pode ser superada.” (LUKÁCS, 2014, p. 178, tradução nossa) Ou, dito de maneira mais poética, seria possível “cortar o nó da crise ideológica do proletariado com a espada da ação” (LUKÁCS, 2014, p. 179-180, tradução nossa). Tais concepções resultaram numa prática política esquerdista no mais importante partido comunista alemão, o VKPD, resultando numa amarga repressão, numa desmoralização imensa do partido, que, como relata Anderson (2017), perdeu 175 mil membros ao fim do período.

esquerda (Pietro Ingrao, Nicos Poulantzas em sua última fase), *contra* o Partido Comunista Francês (PCF), que, em seu XXII Congresso, exclui de seu programa o conceito de ditadura do proletariado.

E o que todas essas posições têm em comum? A tese de que o Estado burguês é um espaço produtivo para a luta de classes revolucionária, de que ele é um “campo estratégico” de luta, tese à qual Althusser é radicalmente contrário (MOTTA, 2021). Para ele, seguindo Lênin, o Estado é uma máquina de dominação de classe, nenhuma disputa em seu seio será capaz de trazer a revolução.

No calor da polêmica com o PCF e o eurocomunismo, Althusser chega até a defender a tese de que o Estado é separado da luta de classes: “Defender [a noção de] que o Estado é ‘por definição atravessado pela luta de classes’ é tomar os seus desejos pela realidade.” (ALTHUSSER apud MOTTA, 2021, p. 229) Concordando-se ou não com essa tese⁹, a preocupação althusseriana se mantém: travar as batalhas centrais, explodir contradições improdutivas e fazer emergir contradições produtivas. Por isso sua crítica ao eurocomunismo. Pois, para ele, tomar o terreno estatal como lócus para travar a luta de classes é prender a luta de classes num curto-circuito, é bloquear a revolução. Para ele, “o socialismo é constituído a partir de uma ruptura radical com a política e o Estado moderno”¹⁰ (MOTTA, 2021, p. 218). Socialismo não é travar a luta no Estado, é destruí-lo:

É mais do que uma operação formal e potencialmente reformista, é revolucionar na sua estrutura, na sua prática e ideologia os aparelhos de Estado existentes, suprimir alguns, criar outros, [...] é revolucionar os seus métodos de trabalho e a ideologia burguesa que domina as suas práticas, é assegurar-lhe novas relações com as massas a partir das iniciativas das massas (ALTHUSSER apud MOTTA, 2021, p. 217).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOSSA LEITURA E O QUE FICOU DE FORA

Como já assinalamos, levando em conta que *A favor de Althusser* é um livro bélico¹¹, procuramos, nesta breve resenha, realizar sua leitura a partir da problemática da luta. Assim, buscamos elucidar como tal problemática explica de maneira bastante satisfatória o estilo de Motta (polêmicas rápidas mais contextualização), bem como tentamos mostrar como, ao operar essa escrita conflitiva, o autor abre espaço para revelar as batalhas que moviam o pensamento althusseriano. Na sequência, buscamos, brevemente, expor algumas delas, como sua oposição: 1) ao humanismo; 2) ao espontaneísmo; 3) ao reformismo.

Entretanto, em decorrência da nossa dedicação a tal problemática de leitura (bem como pelo fato de que nosso texto começou a ficar demasiado longo para uma resenha), acabamos deixando de fora alguns importantes elementos do livro, que gostaríamos de assinalar rapidamente: o interessante capítulo II (“Pluralidade contraditória e sobredeterminação”),

⁹ Particularmente, consideramos essa uma formulação infeliz, talvez uma melhor formulação seja a de que o Estado *fagocita* a luta de classes, a transforma numa luta funcional à sua reprodução.

¹⁰ Nesse ponto, Althusser é um atento observador e discípulo da experiência da Grande Revolução Cultural Proletária e “incorporou abertamente o maoísmo político”, nas palavras de Motta (2021, p. 45).

¹¹ Um livro que (junto com outros, como *Ler Althusser*, organizado por Jair Pinheiro, *Presença de Althusser*, organizado por Márcio Naves, ou *Althusser e o materialismo aleatório*, de Alysso Mascaro e Vittorio Morfino, entre outros) cumpriu e cumpre o importante papel de abrir uma trincheira para o althusserianismo no debate teórico brasileiro.

A favor de Althusser não se concentra em revelar a “interpretação correta” do texto althusseriano, mas em retomar as batalhas que moviam o filósofo comunista, em libertar as verdadeiras contradições que dinamizaram seu pensamento

no qual Motta faz uma reflexão *inovadora* sobre a influência de Mao Zedong no pensamento althusseriano e, especialmente, no seu conceito de sobredeterminação (geralmente tratado como fruto de uma influência primordialmente freudiana); o capítulo IV (“Pour Marx e Lire Le Capital: *convergências e (sobretudo) divergências entre as duas obras fundadoras da escola althusseriana*”), um intrigante escrito sobre as divergências entre os dois livros “fundadores” do “althusserianismo clássico”, com o qual buscaremos dialogar num futuro artigo; finalmente, o capítulo VII, um didático escrito sobre o marxismo enquanto ciência.

Em suma, trata-se de uma obra que fornece (no estilo e nos temas) uma viva e bastante completa¹² exposição do que foi o evento Althusser. Um livro preocupado em destruir espantalhos para fazer emergir o verdadeiro debate, a luta teórica (o único meio de desenvolver o marxismo). Enfim, um livro que faz ecoar um velho dito maoista: “Que cem flores brotem! Que cem escolas rivalizem!”

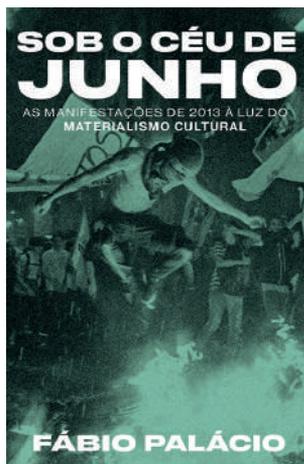
* Bacharel em Ciências Sociais e mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisador do Grupo de Estudos de Política da América Latina (Gepal) da UEL. *E-mail*: joaopedrosbsluques@gmail.com / *Orcid*: <https://orcid.org/0000-0001-6597-6985>Artigos

► Texto recebido em 6 junho de 2023; aprovado em 13 junho de 2023

¹² Tendo como única omissão de maior porte (fruto do fato de que os temas de pesquisa do autor são, majoritariamente, política, Estado e materialismo histórico) a ausência do debate sobre as posições de Althusser sobre arte.

- ALTHUSSER, Louis. **Réponse à John Lewis**. Paris: François Maspero, 1973.
- ANDERSON, Perry. **The antinomies of Antonio Gramsci**. London; New York: Verso, 2017.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LUKÁCS, Georg. **Tactics and ethics 1919-1929**. London; New York: Verso, 2014.
- MONTAG, Warren. **Althusser and his contemporaries: philosophy's perpetual war**. Durham; London: Duke University Press, 2013.
- MOTTA, Luiz Eduardo. **A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista**. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- ROMÉ, Natalia. En Althusser hay una comprensión del valor político profundo de la aspiración a lo verdadero: conversación con Natalia Romé acerca de su último libro "For theory: Althusser and the politics of time". **Revista Demarcaciones**, n. 10, 2023.
- THOMPSON, Edward Palmer. **The poverty of theory: or an orrery of errors**. London: Merlin Press, 1995.

LIVROS QUE RECOMENDAMOS



Sob o céu de Junho: as manifestações de 2013 à luz do materialismo cultural

Fábio Palácio

Editora: Autonomia Literária

Formato: 14 x 21 cm

1ª edição, 2023

Preço: R\$ 56 (pré-venda)

326 páginas

Recorrendo à abordagem teórico-metodológica conhecida como materialismo cultural, desenvolvida pelo marxista galês Raymond Williams (1921-1988), a obra examina as manifestações de junho de 2013 no Brasil, sua composição social, as motivações e bandeiras do movimento, suas relações com o campo político, a conjuntura internacional em que se inseriam e, em chave mais geral, o papel exercido pela comunicação e pela cultura nas lutas políticas contemporâneas.

Dez anos após esse histórico conjunto de protestos, que influenciou o processo político posterior, o livro de Fábio Palácio busca ampliar o entendimento sobre as ideologias e os sentidos por trás da ebulição social que marcou o ano de 2013 em nosso país. Para Palácio, o Junho brasileiro foi a arena discursiva na qual grupos de diferentes orientações mediram forças, ensaiaram movimentos e testaram inéditas formas associativas, muitas delas ligadas às novas tecnologias de informação e comunicação.

Segundo o professor João Quartim de Moares, que prefacia o livro, “o objetivo de Fábio Palácio é ambicioso. Ele inscreve a análise das manifestações de 2013 em uma densa reflexão sobre o lugar da comunicação e da cultura nas lutas políticas contemporâneas. Retomando a categoria de materialismo cultural desenvolvida na segunda metade do século passado pelo marxista britânico Raymond Williams, ele procura mostrar como ela dá conta das mudanças na base econômica do capitalismo contemporâneo provocadas pelo desenvolvimento das indústrias intensivas em conhecimento e tecnologia e conseqüentemente do aumento inédito da importância da dimensão comunicativa das relações sociais, principalmente das políticas”.



Como a China escapou da terapia de choque: o debate da reforma de mercado

Isabella M. Weber

Editora: Boitempo

Formato: 16 x 23 cm

1ª edição, 2023

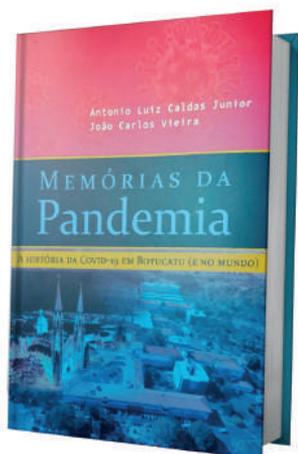
Preço: R\$ 97

472 páginas

Com orelha assinada por Elias Jabbour, esta primeira, celebrada e premiada obra da economista alemã Isabella Weber, resultante de extensa pesquisa e várias entrevistas, enfoca as reformas econômicas da China ao longo das últimas décadas, examinando as ações que permitiram ao país trilhar uma reindustrialização gradual e se transformar em uma das principais potências mundiais neste século.

A autora explica o sucesso das reformas de mercado na China e sua profunda integração ao sistema capitalista mundial, mostrando como o invejável crescimento do país liga-se à recusa em aderir ao receituário da “terapia de choque” neoliberal, ao contrário do que anunciavam as previsões sobre a universalização do modelo econômico difundido no Ocidente, com a “vitória incondicional do liberalismo econômico e político” em escala global.

A tensão entre a ascensão da China e sua assimilação parcial pelo sistema mundial define o momento atual do planeta e tem como marco as reformas de mercado promovidas pela China.



Memórias da pandemia: a história da covid-19 em Botucatu (e no mundo)

Antonio Luiz Caldas Junior e João Carlos Vieira

Editora: edição própria

Formato: 16 x 23 cm

1ª edição, 2023

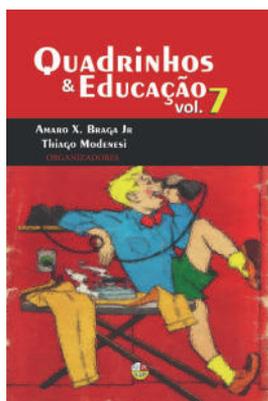
Preço: R\$ 77,77 (promocional)

392 páginas

Este livro agrupa crônicas, comentários, gráficos, fotos e tabelas publicados ao longo de quase três anos pelo médico e professor Antonio Luiz Caldas Junior nas redes sociais a respeito da evolução da pandemia de covid-19 em Botucatu (SP), no Brasil como um todo e no mundo.

A obra foi escrita em parceria com o economista e estatístico João Carlos Vieira e inclui a coleta e a análise de dados e a elaboração de indicadores e projeções sobre o tema.

Segundo Pasqual Barretti, reitor da Unesp e responsável pelo prefácio, o livro é um inovador projeto que concilia a medicina e a estatística a uma profunda dimensão humana e cidadã, revelando, *pari passu* com o desenrolar dos acontecimentos, a tragédia da pandemia no Brasil.



Quadrinhos & educação — volume 7

Thiago Modenesi e Amaro Xavier Braga Jr. (Orgs.)

Editoras: Quadriculando e Anita Garibaldi

Formato: 22 x 15 cm

1ª edição, 2023

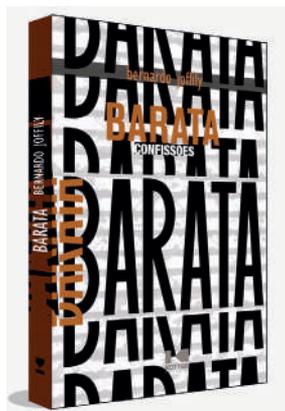
Preço: R\$ 35 (pré-venda)

180 páginas

Fundamental para pesquisadores e recomendável para os apreciadores de quadrinhos, este sétimo volume da coleção iniciada em 2015 aborda a relação da educação com as histórias em quadrinhos.

O intuito dos organizadores da série, os professores Amaro Braga, da Ufal, e Thiago Modenesi, da UFPE, é reunir a produção acadêmica dedicada ao tema, em particular relatos de experiências no ambiente escolar ou mesmo fora dele.

A coleção foi duas vezes finalista na categoria “Melhor livro teórico” do Troféu HQMix e passou a ser referência de várias pesquisas acadêmicas, reunindo autores brasileiros e estrangeiros.



BARATA - confissões

Bernardo Joffily

Editora: Kotter Editorial

Formato: 16 x 23cm

1ª edição, 2023

Preço: R\$ 49,70

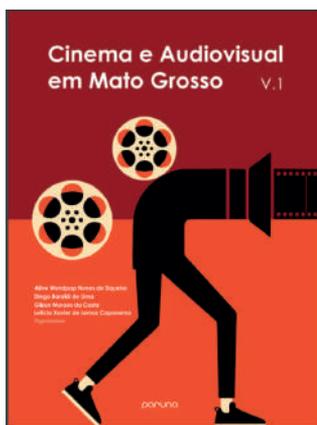
152 páginas

Primeiro romance do jornalista Bernardo Joffily — autor, entre outros, do *Atlas Histórico Isto É Brasil 500 Anos* —, o livro é uma obra literária na qual a ficção tenta não brigar com os fatos históricos e até aproveitá-los.

Com título “pirateado” de Jean-Jacques Rousseau, *Confissões* presenteia o leitor ao resgatar de seu injusto esquecimento a figura singular do baiano Cipriano Barata em suas múltiplas facetas: o rebelde, o nacionalista intransigente, o libertário, o jornalista pioneiro do fantástico e contestador jornal *Sentinela da Liberdade*.

Joffily ambienta sua narrativa em 1838, quando Barata, então com 75 anos, 12 deles transcorridos nos cárceres da Colônia, Império e Regência, termina seus dias desterrado em Natal, atual capital do Rio Grande do Norte, na época pouco mais que uma aldeia.

O protagonista dita suas confissões a um menino cativo, Moisés. Alma rabugenta mas irrequieta, curioso por profissão, o velho jornalista termina se deixando arrastar para a investigação de uma intrigante matança de cavalos nos arredores. Entra pelo sertão, com Moisés, no encalço da menina Maria Rita, que escapou da chacina e pode ter a chave do enigma.



Cinema e audiovisual em Mato Grosso — volume 1

Aline Wendrap Nunes de Siqueira, Diego Baraldi de Lima, Gilson Moraes da Costa e Letícia Capanema

Editora: Paruna

Formato: E-book

1ª edição, 2023

Preço: download grátis em <<https://paruna.com.br/wp-content/uploads/2022/10/cinema-audiovisual-em-mato-grosso-e-book-paruna-1.pdf>>

380 páginas

O livro é o primeiro volume do projeto editorial do Cineclubes Coxiponés, da Universidade Federal de Mato Grosso, e consiste em um compêndio de 24 artigos, ensaios, relatos de experiências, resenhas, críticas e entrevistas sobre a história da expressão audiovisual praticada no estado.

Com o propósito de suscitar descobertas e reflexões sobre tais experiências, os textos abordam desde circunstâncias e personagens pioneiros do cinema e do audiovisual mato-grossense até questões que transpassam o atual cinema negro, indígena e LGBTQIA+.

Também são apresentados ao leitor os espaços de exibição e de cineclubismo, a produção universitária e estudantil, a relação entre cinema e educação, a realização de festivais e mostras e a força criativa dos coletivos audiovisuais locais, inclusive no contexto da recente pandemia.



O pescador de memórias

Miguel Peres e Majory Yokomizo

Editora: Quadriculando

Formato: 28 x 20 cm

1ª edição, 2023

Preço: R\$ 65 (promocional)

68 páginas

Esta premiada HQ colorida conta com roteiro do português Miguel Peres e arte da desenhista brasileira Majory Yokomizo. A história centra-se em Lethe, idoso que sofre de Alzheimer, mas que, na luta para preservar as recordações de suas vivências, decide se dedicar à cada vez mais árdua aventura de pescar as memórias que nadam em um imenso mar de esquecimento.

Trata-se de uma história repleta de alegorias e metáforas, assentada numa simbologia que oferece ao leitor uma rica gama de possibilidades de interpretação. O agradável universo visual da obra se deve em boa medida à aplicação de suaves cores de aquarela à narrativa, fornecendo a ela toda a harmonia e sensibilidade necessárias e ensejando reflexões de teor agridoce sobre a nossa vida.

Princípios é uma publicação quadrimestral da Editora e Livraria Anita Ltda.

Registrada no ISSN sob o nº 1415-7888 e no E-ISSN 2675-6609

URL: www.revistaprincipios.com.br

Open Journal System (OJS):

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br>

E-mail: principios@revistaprincipios.com.br

Jornalista responsável: Fábio Palácio

Gestão do portal Open Journal System: Nilson Weisheimer

Preparação e revisão de originais: Ramiro Torres

Projeto gráfico: Vandrê Fernandes e Cláudio Gonzalez

Diagramação: Laércio D'Angelo Ribeiro e Cláudio Gonzalez

Editora e Livraria Anita Ltda.

CNPJ: 96.337.019/0001-05

End. Adm.: Rua Rego Freitas, 249 - República

São Paulo - SP - CEP: 01220-010

Tel.: (11) 3129-4586 WhatsApp: (11) 92012-3581

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

www.anitagaribaldi.com.br

Vendas: www.livrariaanita.com.br



Fundador

► João Amazonas (1912-2002)

Editores

► Júlio Vellozo e Fábio Palácio

Editor-executivo

► Nilson Weisheimer

Comissão Editorial

► Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes e Cláudio Gonzalez

Secretário de redação

► Ramiro Torres

Conselho Editorial

Analúcia Danilevicz Pereira (História e RRII/UFRGS); Andréia Galvão (Ciência Política/Unicamp); Antonio Liberac C. Simões Pires (História/UFRB); Armen Mamigonian (Geografia/UFSC); Atilio Boron (Ciência Política e RRII/Universidades de Buenos Aires e Avellaneda); Boaventura de Sousa Santos (Economia e Ciências Sociais/Universidades de Coimbra e Wisconsin-Madison); Carol Proner (Direito/UFRJ); Celso Frederico (Comunicação/USP); Cícero Péricles de Carvalho (Geografia e Economia/Ufal/Unifesp); Cristhiano Duarte (Matemática e Física/University of Leeds); Dermeval Saviani (Educação/Unicamp); Elias Jabbour (Economia/Uerj); Enzo Bello (Direito/UFRJ); Fábio Guedes Gomes (Economia/Ufal); Fábio Palácio (Comunicação/UFMA); Frederico Mazzucchelli (Economia e História/Unicamp); Gabriel Becerra Yañez (Ciências Sociais/Universidad Cooperativa de Colombia); Gilberto Bercovicí (Direito/USP); Gilberto Maringoni (RRII/UFABC); Ilka Bichara (Psicologia/UFBA); João Quartim de Moraes (Filosofia/Unicamp); José Carlos Braga (Economia/Unicamp); José Claudinei Lombardi (Educação/Unicamp); José Luís Fiori (Economia/UFRJ); Júlio Vellozo (Direito/Fadisp); Luís Fernandes (RRII e Ciência Política/PUC-RJ/UFRJ); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Luiz Fernando de Paula (Economia/UFRJ); Luiz Gonzaga Belluzzo (Economia/Unicamp); Madalena Guasco (Filosofia/PUC-SP); Manuel Domingos Neto (História/Casa de Rui Barbosa e UFC); Marcos Dantas (Comunicação/UFRJ); Maria Lygia Quartim de Moraes (Sociologia e Serv. Social/Unicamp e Unifesp); Marly Vianna (História/UFSCar); Mary Garcia Castro (Sociologia/UFBA/UFRJ); Maryse Farhi (Economia/Unicamp); Miguel Bruno (Economia/Ence-IBGE/Uerj); Nereide Saviani (Educação/Unisantos); Nilson Araújo (Unila); Olival Freire Junior (Hist. das Ciências e UFBA); Paris Yeros (Economia e RRII/UFABC); Sergio Schneider (Sociologia e Economia/UFRGS); Sidarta Ribeiro (Neurociências/UFRN); Sílvio Almeida (Administração/FGV); Táki Cordás (Psiquiatria/USP); Volnei Garrafa (Bioética/UnB).

Conselho Consultivo

Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes, Cláudio González, Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aloísio Sérgio Barroso, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Augusto César Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Joffily, Dilermando Toni, Edvar Bonotto (*in memoriam*), Fernando Garcia de Faria, Flávio Dino, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy (*in memoriam*), Lécio Morais, Leocir Costa Rosa, Luciana Santos, Manuela D'Ávila, Mariana de Rossi Venturini, Nádia Campeão, Olívia Rangel, Orlando Silva, Osvaldo Bertolino, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Renato Rabelo, Ricardo Abreu de Melo, Rita Coitinho, Rosanita Campos, Rubens Diniz, Sérgio Rubens (*in memoriam*), Walter Sorrentino.

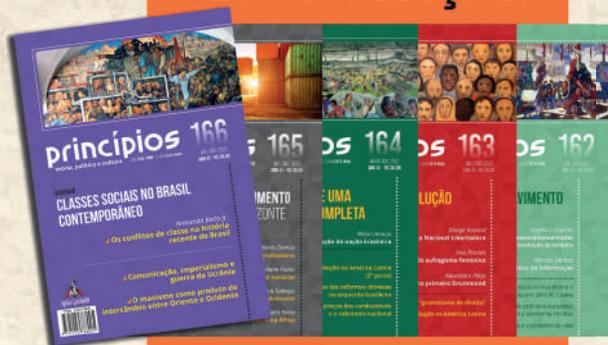
Corpo de pareceristas

Alexandre Pilati (Literatura/UnB); Allan Kardec Barros (Eng. Elétrica/UFMA); Américo Alves de Lyra Junior (RRII/UFRR); Antônio Guedes Rangel Júnior (Educação e Psicologia/UEPB); Antonio Luiz Caldas Junior (Saúde Coletiva/Unesp); Caio Bugiato (Ciência Política e RRII/UFRJ); Cássia Damiani (Políticas Públicas e Educação/UFC); Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (Ciência Política/UFT); Cristiano Capovilla (Filosofia/UFMA); Dalton José Alves (Educação/UFRio); Dalton Macambira (História/UFPI); Daniela Borges Pavani (Astronomia/IF-UFRGS); Diego Pautasso (Geografia/Colégio Militar de P. Alegre); Dimitri Toledo (Administração Pública/Unifal-MG); Edileusa Pena da Silva (Biblioteconomia/UFMT); Edsaura Maria Pereira (Saúde Coletiva/UFG); Eduardo Corrêa (Matemática/Uerj); Edwige C. Carvalho Corrêa (Direito/PUC-GO); Elisângela Lizardo de Oliveira (Educação/IFSP); Ernesto Valença (Teatro/Ufop); Francisco Wellington Duarte (Economia/UFRN); Gianni Fresu (Filosofia/UFU); Haroldo de Mayo Bernardes (Engenharia Civil/Unesp); Hélio de Mattos Alves (Farmácia/UFRJ); Hugo Valadares (Eng. Elétrica e Computação/UTFPR); José Ricardo Moreno Pinho (História/UnB); José Luiz Alves (Economia/UPE); Júlia Lemos Vieira (PhD Ciências Sociais/Uerj); Juliana Alves de Araújo Bottechia (Química e Educação/UnB); Lígia Maria Ávila Chiarelli (PG Arquitetura/UFPE); Luciano Moreira Rezende (Ciências Agrárias/IFDF); Maelda Barros (Geografia/UFPE); Mara Franco de Sá (Ciências Sociais e Educação/UFPI); Marcelo Pereira Fernandes (Economia/UFRRJ); Marcio Florentino Pereira (B.I. Saúde/UFESB); Maria das Graças de Oliveira (Ciência da Informação/IFMG); Maria do Carmo L. C. Leite (Educação/Unisantos); Maria Luiza Nogueira Rangel (Educação, Políticas Públicas e Filosofia/UEG/UCB); Mariana de Moura Souza (RRII e Energia/Unifesp); Máximo Augusto Campos Masson (Sociologia e Educação/UFRJ/UFR-RJ); Meire Rose dos Anjos Oliveira (Geografia/UFMT); Neusa Valadares (Direito/PUC-GO); Nilson Weisheimer (Sociologia/UFRB); Olgamir Amancia Ferreira (Educação/UnB); Patrícia Simone Nogueira (Nutrição e Educação/UFMT); Paulo Bretas Vilarinho Junior (Psicologia/Faeterj Duque de Caxias); Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Ciências Ambientais/IFMG); Reinaldo de Lima Reis Jr. (Educação/IFG); Renildo Sousa (Economia e RRII/UFBA); Robson Câmara (Eape/SEEDF); Romualdo Pessoa Campos Filho (Geografia/lesa-UFG); Sérgio Mário Lins Galdino (Ciência da Computação/UPE); Sheler Martins de Souza (Ciências Biológicas/IFF); Sílvio Costa (História/PUC-GO); Socorro Rangel (Matemática Aplicada/Unesp S. J. do Rio Preto); Tanara Lauschner (Computação/Ufam); Theófilo Rodrigues (PhD Ciências Sociais/Uerj); Thiago Modenesi (Educação e Políticas e Gestão Pública/UNIFG-PE); Wellington Pinheiro dos Santos (Engenharia Biomédica/UFPE); Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (Direito/UFG).

princípios combos

Adquira exemplares impressos da revista *Princípios* em combos com duas ou mais edições e com descontos especiais. Todos os números desta nova fase da revista, em formato livro, estão disponíveis para venda.

COMBO TODAS AS EDIÇÕES!



COMBO
EDIÇÕES
159 a 166
DE R\$240
POR
R\$ 190

COMBO

EDIÇÕES
162 + 163



DE R\$ 60
POR R\$ 49

COMBO

EDIÇÕES
159 + 160



DE R\$ 60
POR R\$ 49

Para aquisição de exemplares impressos de edições anteriores à 159, consulte-nos via WhatsApp – (11) 92012-3581 – ou pelo e-mail livraria@anitagaribaldi.com.br

Confira as opções de combo em:

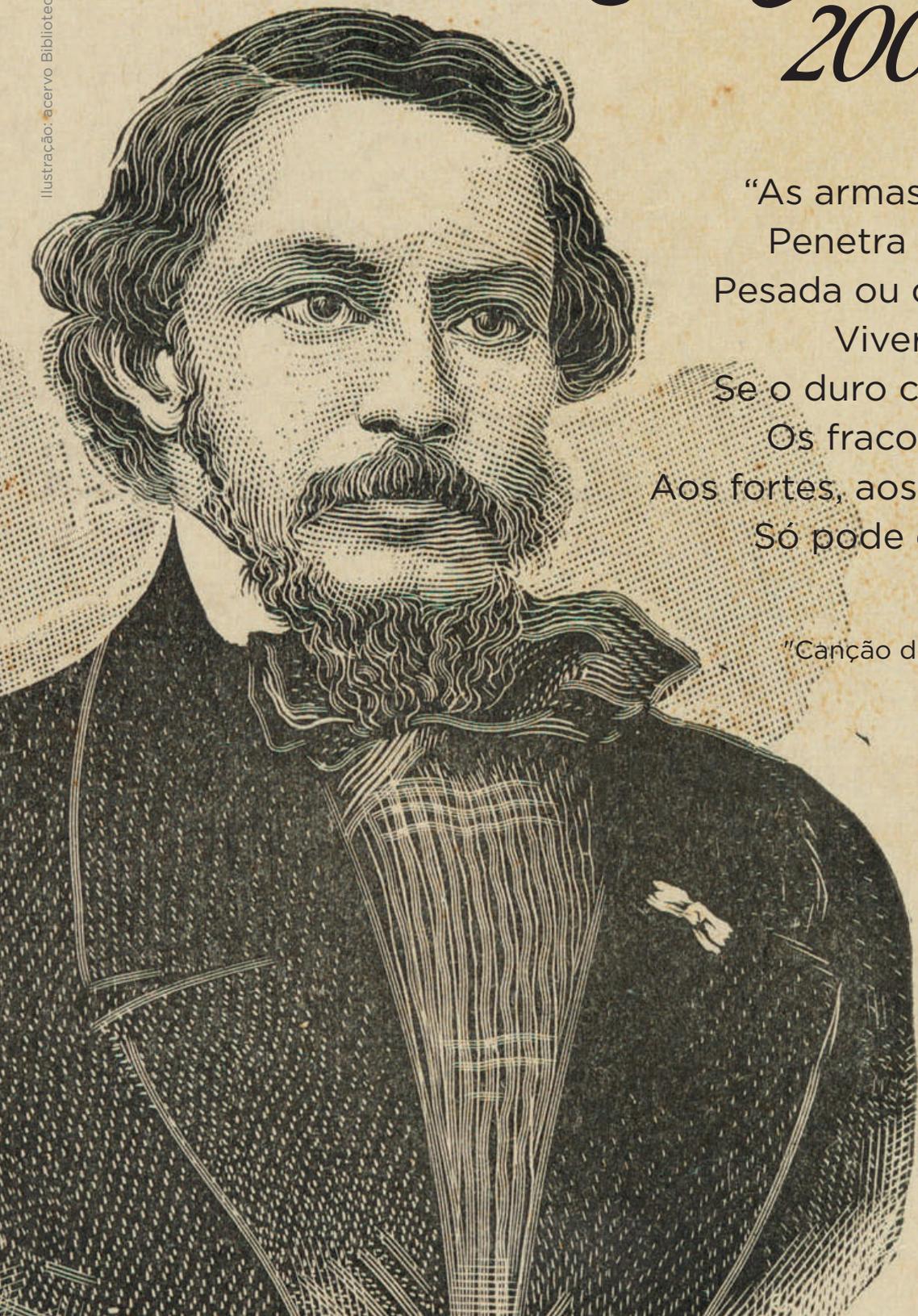
www.livrariaanita.com.br/revistas/c



Anita Garibaldi

Gonçalves Dias

200 anos



“As armas ensaia,
Penetra na vida:
Pesada ou querida,
Viver é lutar.
Se o duro combate
Os fracos abate,
Aos fortes, aos bravos,
Só pode exaltar.”

(Versos da
“Canção do Tamoio”)

Homenagem
da revista
Princípios ao
bicentenário
do poeta da
nacionalidade